

ANATÓLIO MEDEIROS ARCE

**COMO A VENEZUELA CHEGOU AO MERCOSUL? A política
externa do governo Hugo Chávez (1999-2006)**

Dourados (MS) – 2013

ANATÓLIO MEDEIROS ARCE

**COMO A VENEZUELA CHEGOU AO MERCOSUL? A política
externa do governo Hugo Chávez (1999-2006)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em História, da Faculdade de Ciências Humanas na Universidade Federal da Grande Dourados, como requisito parcial para obtenção do Título de Mestre em História.

Área de Concentração: Fronteiras, Identidades e Representações.

Orientação: Professor-doutor **Linderval Augusto Monteiro**.

Dourados (MS) – 2013

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Central - UFGD

987 Arce, Anatólio Medeiros.
A668c Como a Venezuela chegou ao Mercosul? a política externa do governo Hugo Chávez (1999-2006) / Anatólio Medeiros Arce – Dourados, MS : UFGD, 2013.
206 f.

Orientador: Prof. Dr. Linderval Augusto Monteiro.

Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Grande Dourados.

1. Venezuela – História. I. Chávez, Hugo. II. Título.

ANATÓLIO MEDEIROS ARCE

**COMO A VENEZUELA CHEGOU AO MERCOSUL? A política
externa do governo Hugo Chávez (1999-2006)**

DISSERTAÇÃO PARA OBTENÇÃO DO GRAU DE MESTRE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA – PPGH/UFGD

Aprovada em _____ de _____ de _____.

BANCA EXAMINADORA:

Presidente e orientador:

Linderval Augusto Monteiro (Dr., UFGD) _____

2º Examinador:

Ricardo de Oliveira (Dr., UFRJ) _____

3º Examinador:

Paulo Roberto Cimó Queiroz (Dr., UFGD) _____

Autorizo a reprodução total deste trabalho.

Dourados (MS), 27 de agosto de 2013.

Anat3lio Medeiros Arce

Dados Curriculares

Anat3lio Medeiros Arce

Nascimento: 25/03/1988 – Dourados – MS

Filiação: Elecir Ribeiro Arce e Euzanete Medeiros da Costa

- | | |
|-----------|---|
| 2003-2005 | Ensino M3dio
Escola Estadual Presidente Vargas (Dourados-MS) |
| 2006-2010 | Bacharelado em Ci3ncias Sociais
Universidade Federal da Grande Dourados – UFGD. |
| 2011-2013 | P3s-graduação em Hist3ria (Mestrado)
Universidade Federal da Grande Dourados – UFGD. |

RESUMO

Essa dissertação analisa as transformações ocorridas na economia e na política da Venezuela durante o primeiro mandato do presidente Hugo Chávez, entre 1999 e 2006, que levaram o país a iniciar o processo de adesão ao Mercado Comum do Sul (MERCOSUL). Além de revisão bibliográfica de autores que se ocupam do tema, utilizou-se múltiplas fontes, quais sejam: documentos diplomáticos produzidos pelas chancelarias da Venezuela e dos demais países do MERCOSUL no período; discursos dos presidentes das Repúblicas (em sua maioria de Hugo Chávez); dados estatísticos produzidos por órgãos responsáveis; e matérias publicadas em Jornais, com destaque ao Folha de São Paulo. O estudo aponta que, durante o primeiro governo do presidente Hugo Chávez (1999-2006), sua política externa priorizou a integração com a América Latina, o que levou a Venezuela a iniciar seu processo de adesão ao Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) em julho de 2006, rompendo com uma tradição historicamente definida de focalizar suas relações diplomáticas com os Estados Unidos e Caribe. Por outro lado, o MERCOSUL passou por um processo de reestruturação após 2003 em função das ascensões de Lula e Kirchner nas presidências de Brasil e Argentina, respectivamente. Ambos os presidentes modificam a estrutura do bloco, dando-lhe um aspecto político, e o tornando viável aos interesses venezuelanos representados pela diplomacia do governo Chávez. A dissertação possibilitou a compreensão de quais foram os principais fatores, econômicos e políticos, a contribuírem para que a Venezuela optasse pelo MERCOSUL. A relação próxima com o Brasil visando investimentos no setor petrolífero; e a integração energética através de acordos assinados entre 2004 e 2005 de fornecimento de petróleo venezuelano a alguns países do MERCOSUL, tornaram o adensamento viável do ponto de vista econômico. A saída da Venezuela da Comunidade Andina de Nações em 2006; a formação da Alternativa Bolivariana aos povos de nossa América (ALBA) pelos governos de Venezuela e Cuba em dezembro de 2004; e o esvaziamento da Comunidade Sul-americana de Nações (CASA) no mesmo ano, foram apontados como fatores políticos importantes para a guinada venezuelana rumo ao MERCOSUL.

Palavras-chave: Hugo Chávez; Integração; MERCOSUL; Política Externa; Venezuela;

ABSTRACT

This dissertation analyzes the economy and political transformations in Venezuela during Chavez government between 1999 and 2006 that allowed the Venezuelan adhesion to *Mercado Comum do Sul* (MERCOSUL). Besides bibliographic review of scholars, was used multiples sources, as: diplomatic documents produced by the Chancellery of Venezuela and other MERCOSUL's countries from 1999 to 2006; the presidents of Republics' speeches (mainly of President Hugo Chavez); statistics data published by the governments; and newspapers articles, with special highlight to *Folha de São Paulo*. The study points out that during the first Chavez's administration, his foreign policy privileged the Latin American integration, which led Venezuela to begin an adhesion process with MERCOSUL in July 2006, severing with a tradition historically defined to focus its diplomatic relations with United States and Caribbean. On the other side, the MERCOSUL passed by a restructuration process after 2003, because of the ascension of Lula and Kirchner to the presidencies of Brazil and Argentina, respectively. Both presidents, changes the bloc's structure, giving it a political feature, which makes it viable to the Venezuela's interests, represented by Chavez's government diplomacy. The Dissertation enable to understand which were the main features, economical and political, that contributed to the Venezuela's option to MERCOSUL. The close relation with Brazil, seeking investments on the petrolific sector; and the energetic integration, through agreements signed between 2004 and 2005, for the provision of Venezuelan petrol to some of the MERCOSUL's countries, made the intensification viable, from the economic point of view. The Venezuelan exit from the Andean Community of Nations in 2006; the foundation of the Bolivarian Alternative to the people of America (ALBA) by the governments of Venezuela and Cuba, in December 2004; and the ullage of the South-American Community of Nations (CASA) at the same year, were pointed as important political features to the Venezuela's change of course towards MERCOSUL.

Keywords: Hugo Chavez; Integration; MERCOSUL; Foreign Policy; Venezuela;

*Ao cidadão Hugo Rafael Chávez Frías (1954-2013)
que, embora muitas de suas atitudes e pensamentos
não sejam exatamente as defendidas por esse autor,
indiscutivelmente foi um líder que lutou e acreditou
na integração da América Latina.*

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, gostaria de agradecer a Deus, por ter nascido fisicamente perfeito e com plenas faculdades mentais.

Dentre as pessoas que fazem parte de minha vida, todas contribuíram de alguma forma, correndo o risco de, ao mencionar algumas delas, deixar outras de fora. Agradeço aos meus pais, Elecir Ribeiro Arce e Euzanete Medeiros da Costa, pela formação humanista, apoio e carinho desde quando nasci. As minhas irmãs, Domitilla Medeiros Arce e Ticiane Medeiros Arce, meu cunhado Murilo e meu sobrinho Leonardo. Em nomes desses, gostaria de agradecer a toda minha família, tios, tias, primos, avôs e avós que ficaram privados de minha convivência durante longo período.

Agradeço a Gabrielly Saruwatari, por ter estado comigo em vários momentos, felizes e difíceis, nos últimos anos.

Aos meus grandes amigos, Ênio Ribeiro de Oliveira, Érica Manari, Valdinei Belarmino, Elizeu Rodriguez Cristaldo, Vinícius Farah e Marjorie, Ariane Saraiva, Tiago Alexandre...

Aos colegas que estudaram graduação em Ciências Sociais comigo e principalmente aos do Mestrado em História que me receberam com profundo respeito.

Em nome do professor André Luiz Faisting, gostaria de agradecer a todos os professores que fizeram parte de minha formação, durante os Ensinos Fundamental e Médio e, principalmente, na Graduação e no Mestrado.

Aos professores Guillermo Johnson e Marcos Antônio da Silva, verdadeiros mestres em ensinar o valor do estudo sobre a América Latina e por sempre incutirem em mim o gosto pelo pensamento crítico, democrático, respeitoso e humilde.

Ao meu orientador, professor-doutor Linderval Augusto Monteiro, que me orientou com presteza e paciência em relação as minhas limitações.

Aos professores Paulo Cimó (exemplo de homem e humildade) e Ricardo de Oliveira a quem tive o privilégio de ter em minha banca de defesa.

Por fim, gostaria de agradecer, em nome dos professores Hermes Moreira e Tomáz Espósito, aos docentes e discentes do Curso de Relações Internacionais da UFGD, com os quais dividi experiências e ideias durante os encontros acadêmicos e em conversas nos corredores.

Em nome daqueles que citei acima, gostaria de me desculpar e agradecer aos que não foram mencionados por falta de espaço e estender um muito obrigado a todos.

Os erros e equívocos dessa dissertação são de minha inteira responsabilidade.

LISTA DE TABELAS

Tabela 3.1 – Intercâmbio comercial Brasil-MERCOSUL entre 1990-1994 (em milhões de US\$).....	96
Tabela 3.2 – Intercâmbio comercial Argentina-Brasil entre 1990-1994 (em milhões de US\$).....	97
Tabela 4.1 – Exportação no setor petrolífero da Venezuela aos países do MERCOSUL, 2000-2006 (em milhões de US\$).....	136
Tabela 4.2 – Exportações e Importações da Venezuela aos Estados Unidos, 1998-2006 (em milhões de US\$).....	136
Tabela 4.3 – Preço do barril de petróleo no mercado internacional de 1998 a 2006 (em US\$).....	136
Tabela 4.4 – Importações da Venezuela aos países do MERCOSUL entre 1998 e 2006 (em milhões de US\$).....	156
Tabela 4.5 – Exportação no setor não petrolífero da Venezuela aos países do MERCOSUL entre 2000-2006 (em milhões de US\$).....	160

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS¹

AD – Ação Democrática (partido político da Venezuela)
ALADI – Associação Latino-americana de Integração
ALBA – Alternativa [Aliança] Bolivariana para nossa América
BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Social (pertencente ao governo brasileiro)
Bancoex – Banco de Comércio Exterior (República Bolivariana da Venezuela)
CASA – Comunidade Sul-Americana de Nações
CEPAL – Comissão Econômica para América Latina e Caribe
CIA – *Central Intelligence Agency*
CMC – Conselho de Mercado Comum (MERCOSUL)
CNN – *Cable News Network*
COPEI – Comitê de Organização Política Eleitoral Independente (partido político da Venezuela)
CSNU – Conselho de Segurança das Nações Unidas
CUT – Central Única dos Trabalhadores
CVT – Confederação Venezuelana de Trabalhadores
DAI – Divisão de Atos Internacionais (pertencente ao Ministério das Relações Exteriores do Brasil)
EUA – Estados Unidos da América
Embraer – Empresa Brasileira de Aeronáutica
FA – Frente Ampla (partido de centro-esquerda do Uruguai)
Fedecamaras – Federação de Câmaras da Venezuela
FHC – Fernando Henrique Cardoso (Presidente do Brasil – 1995-2002).
FONDESPA – Fundo para do Desenvolvimento Econômico e Social do País
HD – História Diplomática
HRI – História das Relações Internacionais
IED – Investimento Estrangeiro Direto
MAC – Mecanismo de Adaptação Competitiva (mecanismo adotado pelo MERCOSUL)
MDIC – Ministério de Desenvolvimento Indústria e Comércio (Brasil)
MERCOSUL – Mercado Comum do sul
MIR – *Mivimiento de la Izquierda Revolucionaria*
MNOAL – Movimento dos Países Nãoalinhados
MRE – Ministério das Relações Exteriores (Brasil).
MST – Movimento dos Sem Terra
NAFTA – *North America Free Trade Agreement*
NED – *National Endowment for Democracy*
OEA – Organização dos Estados Americanos
OMC – Organização Mundial do Comércio
ONU – Organização das Nações Unidas
OPEP – Organização dos Países Exportadores de Petróleo
OTAN – Organização do Tratado do Atlântico Norte
PARLASUL – Parlamento do MERCOSUL
PCdoB – Partido Comunista do Brasil
PDVSA – Petróleos de Venezuela Sociedade Anônima
PDV – Partido Democrático Venezuelano
PETROBRAS – Petróleo Brasileiro
Petrosul – Petróleo do Sul
PJ – Partido Justicialista (partido político da Argentina)
PJ – Primeiro Justiça (partido político da Venezuela)
PV – Projeto Venezuela (partido político da Venezuela)
PNB – Produto Nacional Bruto
PT – Partido dos Trabalhadores (partido político brasileiro)

¹.As siglas que originalmente estão em Espanhol e/ou Inglês foram traduzidas para o Português, salvo aquelas em que a tradução não seria condizente e/ou ocorresse prejuízo quando traduzida.

PV – Projeto Venezuela (partido político da Venezuela)
SIVAM – Sistema de Vigilância da Amazônia
TA – Tratado de Assunção
TEC – Tarifa Externa Comum
TLC – Tratado de Livre Comércio
UE – União Europeia
UNASUL – União Sul-Americana de Nações
UNESCO – *United Nations Educational, Scientific and Cultural Organizations*
URD – União Republicana Democrática (partido político da Venezuela)
US\$ – Dólares norte-americanos

SUMÁRIO

Lista de Tabelas.....	11
Lista de Abreviaturas e Siglas.....	12
INTRODUÇÃO.....	16
CAPÍTULO 1	
Síntese da história recente da Venezuela (1958-1998): o Pacto de <i>Punto Fijo</i> e a chegada de Hugo Chávez ao poder	
Contextualização.....	22
1.1 – Os “áureos” tempos do Pacto de <i>Punto Fijo</i> (1958-1978): de Rómulo Betancourt a Carlos Andrés Pérez.....	22
1.2 – A crise estrutural do Pacto de <i>Punto Fijo</i> (1979-1998): a ascensão de Hugo Chávez.....	29
Considerações.....	37
CAPÍTULO 2	
A República Bolivariana da Venezuela (1999-2006): as transformações da era Chávez e a nova política externa	
Contextualização.....	39
2.1 – A nova Constituição: a institucionalização do aparato “chavista”.....	39
2.2 – Das novas medidas econômicas às eleições presidenciais (2001-2006): a polarização do cenário político como vantagem ao presidente Chávez.....	46
2.3 – Desdobramentos da política externa da Venezuela na era Chávez (1999-2006): a postura assertiva para uma reafirmação ideológica.....	59
Considerações.....	79
CAPÍTULO 3	
Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) (1991-2006): do processo bilateral Brasil-Argentina a adesão da Venezuela	
Contextualização.....	81
3.1 – Redemocratização e crise econômica (1979-1991): a integração como saída a “década perdida”.....	81
3.2 – O MERCOSUL como ideia de livre-comércio (1991-1994): avanços econômicos com carências institucionais.....	92
3.3 – Golpes de Estado e crise econômica (1995-2002): a iminente “morte” do MERCOSUL.....	104
3.4 – A recuperação do MERCOSUL e a adesão da Venezuela (2003-2006): o papel dos governos Lula, Kirchner e Chávez.....	114

Considerações.....	126
CAPÍTULO 4	
A política externa da Venezuela e o MERCOSUL (1999-2006): determinantes econômicos e políticos da adesão venezuelana no bloco	
Contextualização.....	129
4.1 – Petróleo e Venezuela: uma relação dependente.....	129
4.2 – Petróleo venezuelano e o MERCOSUL: a integração energético-estratégica do governo Chávez.....	133
4.3 – A estratégica integração com o mercado brasileiro: o grande interesse da Venezuela no MERCOSUL.....	145
4.3.1 – Venezuela no MERCOSUL via Brasil: aspectos políticos.....	146
4.3.2 – Venezuela no MERCOSUL via Brasil: aspecto econômico.....	155
4.4 – O MERCOSUL como politicamente estratégico a diplomacia venezuelana: condicionantes políticos.....	162
4.4.1 – A saída venezuelana da Comunidade Andina de Nações (CAN).....	162
4.4.2 – A formação da ALBA: um bloco alternativo de integração.....	169
4.4.3 – A Comunidade Sul-americana de Nações (CASA): esvaziamento repentino.....	179
Considerações.....	188
Considerações Finais.....	191
Referências Bibliográficas.....	197

INTRODUÇÃO

No dia 4 de julho de 2006, em evento realizado no Complexo Cultural Teresa Carreño em Caracas, a Venezuela oficializou seu processo de adesão ao Mercado Comum do Sul (MERCOSUL), através da assinatura do Protocolo de Adesão da Venezuela ao MERCOSUL² pelo presidente Hugo Chávez. O que aparentemente seria mais um protocolo ou acordo multilateral instituído durante a gestão Chávez, dentre os muitos que assinou desde quando assumiu a presidência em 1999, ou a entrada do quinto membro no MERCOSUL, significou na realidade uma importante mudança no padrão de integração regional na América do Sul. Isso porque as iniciativas integracionistas instituídas na década de 1990 haviam sido de perfis marcadamente livre-comercialistas, porém, diferente da década anterior, a proposta de MERCOSUL na qual os venezuelanos estavam aderindo obedecia à lógica de se aproximar politicamente visando ganhos econômicos, justamente o defendido por Chávez em seus discursos e demais pronunciamentos. Neste sentido, a entrada da Venezuela no MERCOSUL foi viabilizada pelas transformações estruturais ocorridas no Estado e na sociedade venezuelana durante o primeiro mandato do presidente Hugo Chávez (1999-2006), que o permitiu romper com o padrão de política externa estabelecido em 1958, ou seja, os Estados Unidos deixaram de ser a única prioridade e a integração regional também se tornou importante ao governo da Venezuela, sobretudo com o MERCOSUL no âmbito sul-americano e Cuba na região caribenha.

Tais desdobramentos despertaram o interesse em pesquisar esse tipo de tema, extremamente complexo e pouco estudado mediante um enfoque histórico-sociológico. Por isso, a escolha do tema a ser pesquisado obedeceu a tais parâmetros e objetivou problematizar no que tange aos motivos que provocaram a crescente aproximação econômica, política e diplomática do governo de Hugo Chávez com os demais países do MERCOSUL, entre os anos 1999 e 2006, não se importando em analisar o processo de adesão da Venezuela no bloco, desencadeado em 2007. Por outro lado, o Mercado Comum do Sul também se tornou interessante à diplomacia do governo Chávez, sobretudo pelas escolhas feitas por esse presidente ao longo dos anos analisados. Desta forma, chega-se a principal problemática que orientou esta pesquisa, ou seja, se ocupar da seguinte questão: como e por que a Venezuela chegou ao MERCOSUL?

²*Protocolo de Adesão da República Bolivariana da Venezuela ao MERCOSUL*. Feito na cidade de Caracas, República Bolivariana da Venezuela, aos quatro dias do mês de julho de dois mil e seis, nos idiomas português e espanhol, sendo ambos os textos igualmente autênticos. In. **Divisão de Atos Internacionais** (DAI). Ministério das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil, p.4.

Nessa linha de raciocínio, a dissertação trabalha com a hipótese de que um conjunto de fatores complexos contribuiu para viabilizar a entrada da Venezuela no bloco, não se restringindo a uma escolha pessoal do presidente Hugo Chávez, devido as aparentes afinidades ideológicas com os governos mercossulinos, principalmente o brasileiro, o argentino e o uruguaio nas administrações Lula, Kirchner e Vázquez, respectivamente. Contudo, há a possibilidade de apontarem três fatores que foram os mais determinantes para aproximar a Venezuela do MERCOSUL. Em primeiro lugar, o governo Chávez (1999-2006) foi marcado por mudanças estruturais no Estado e na sociedade da Venezuela que permitiram ao presidente da República concentrar atribuições diplomáticas e promover uma ruptura no padrão de política externa, passando a priorizar as relações com os países da América Latina, no caso analisado os quatro países pertencentes ao Mercado Comum do Sul. Em segundo plano, houve mudanças políticas no âmbito regional que provocaram a saída venezuelana da Comunidade Andina de Nações (CAN), a formação da Alternativa Bolivariana para os povos de nossa América (ALBA), considerado um projeto de integração alternativo e contra-hegemônico³; e o esvaziamento da Comunidade Sul-americana de Nações (CASA). Por fim, a Venezuela se distanciou politicamente dos Estados Unidos como consequência da complicada relação entre Caracas e Washington, resultado do desagrado norte-americano pela forma como Chávez conduzia o país petrolífero, considerado estratégico aos interesses norte-americanos, além da adoção de uma retórica agressiva pelo venezuelano ao responder às críticas da Casa Branca. Como resultado dos fatores acima citados, a Venezuela modificou sua estratégia e optou em se tornar o quinto membro do MERCOSUL em 4 de julho de 2006.

Portanto, os desdobramentos políticos nas questões relativas à integração na América Latina e, no caso específico desta pesquisa, na América do Sul, não podem ser entendidos sem levar em consideração a perspectiva histórica. De acordo com Saraiva (2008), “o valor da história não é apenas o de preâmbulo, mas de argumento que provê sentido, movimento e racionalidade ao presente. A contribuição do passado é, assim, elemento constitutivo da compreensão do presente e do domínio do futuro” (SARAIVA, 2008, p.4). Por isso, esta dissertação de mestrado se orienta pelo referencial teórico-metodológico da História das Relações Internacionais (HRI), que se desenvolveu a partir da crítica aos procedimentos utilizados pela História Diplomática (HD). Para

³É importante destacar que a ALBA sempre se posicionou como um bloco de integração político, contra-hegemônico e socialista. Sendo assim, esses três pontos devem ser considerados ao analisar a ALBA nos capítulos 2 e principalmente no 4, onde tal questão é problematizada com mais abrangência.

Gonçalves (2007), a HD tinha como propósito expor o ponto de vista das chancelarias e havia sido incapaz de explicar as catástrofes ocorridas na primeira metade do século XX. Desse questionamento, a HRI surgiu com uma proposta de ampliar as opções de fontes a serem utilizadas nas pesquisas, tendo em vista que se tratava de uma área marcadamente multidisciplinar, simbolizada pelo diálogo da ciência política (disciplina que abrigou durante muito tempo os estudos sobre política internacional ligada ao Estado) com a história (GONÇALVES, 2007, p.15).

Desta forma, o trato com as fontes também foi modificado com a História das Relações Internacionais. Diferente da História Diplomática que reconhecia como fontes os documentos diplomáticos “verdadeiros” e suas várias formas, a História das Relações Internacionais considera todos os registros escritos e eles não precisam ser necessariamente “diplomáticos”, a exemplo de jornais, livros, biografias, cartas pessoais e etc. (GONÇALVES, 2007, p.23). Por isso,

a passagem da História Diplomática para a História das Relações Internacionais foi determinada por dois questionamentos: o dos historiadores sobre os fundamentos teórico-metodológicos de sua prática e a incorporação à prática dos historiadores de conceitos produzidos no âmbito da disciplina das Relações Internacionais (GONÇALVES, 2007, p.39).

Desta forma, HD e HRI não podem ser consideradas a mesma coisa, embora a segunda tenha surgido através de um “rompimento” metodológico ocorrido na primeira. No caso brasileiro, também houve um processo semelhante e os estudos na área de História das Relações Internacionais tiveram como eixo o “grupo de Brasília”, formado por diplomatas e professores da Universidade de Brasília (UnB), quando em 1976 foi instituído o curso de pós-graduação em HRI. Desde então ocorreu um processo de aperfeiçoamento e ampliou-se seu escopo até instituir o doutorado em 1994 (SARAIVA, 2008, p.36-37), se aproveitando do legado deixado pelo historiador brasileiro José Honório Rodrigues, que desempenhou um decisivo papel na introdução desse tipo de análise no país (GONÇALVES, 2007, p.31-39). Desta forma, o “grupo de Brasília” logo percebeu que

A leitura de dissertações, tese, livros e artigos comprova a necessidade de ampliação das fontes, incluindo-se entre elas as parlamentares e **jornalísticas**, como também a importância de se fazer uso das técnicas da história oral e da **análise do discurso**⁴ (SARAIVA, 2008, p.37).

⁴Grifo do autor.

Portanto, a escolha do referencial teórico-metodológico da História das Relações Internacionais se torna nítido nessa pesquisa ao observar as fontes utilizadas na mesma que foram várias e diversas, não se ocupando apenas com os documentos produzidos pelas chancelarias, pois além desses também foram utilizados discursos dos presidentes das Repúblicas, principalmente do presidente da Venezuela, Hugo Chávez, e matérias jornalísticas publicadas em periódicos de grande circulação⁵. Além desses, documentários como o *South of the Border*⁶ foram aproveitados como fontes. Também se utilizou dados estatísticos e documentos diplomáticos disponíveis na Internet, por meio da Divisão de Atos Internacionais (DAI), pertencente ao Ministério das Relações Exteriores do Brasil, pelo Banco de Comércio Exterior da República Bolivariana da Venezuela (Bancoex), Ministério de Indústria e Comércio (MDIC) do Brasil, Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP), Comissão Econômica para América Latina e Caribe (CEPAL), dentre outras instituições vinculadas aos respectivos governos.

Esta dissertação está estruturada em quatro capítulos.

No capítulo 1, faz-se uma síntese da história da Venezuela durante o período chamado de Pacto de *Punto Fijo*, entre 1958 e 1998. Nesses quarenta anos, o sistema político venezuelano foi sustentado por uma democracia oligárquica, na qual a elite pertencente a mesma se alternou no poder mediante a distribuição clientelística dos cargos públicos entre membros dos partidos Ação Democrática (AD) e Comitê de Organização Política Eleitoral Independente (COPEI). Durante esse período houve momentos de bonança petrolífera, a exemplo das décadas de 1960 a 1970, quando os preços do petróleo no mercado internacional estavam em patamares vantajosos. Por outro lado, a Venezuela passou por problemas econômicos nas décadas de 1980 a 1990 que afetaram a estabilidade de seu sistema político. Tais crises provocaram efeitos profundos e negativos ao país, assim como ocorreu na grande maioria dos países da América Latina. No caso venezuelano, permitiu o crescimento na popularidade do

⁵ Durante a escrita da dissertação foram analisadas matérias publicadas em inúmeros jornais de grande circulação na Venezuela, Brasil, Argentina, Paraguai, Espanha e França. No entanto, optou-se apenas por utilizar matérias publicadas no jornal brasileiro **Folha de São Paulo** por dois motivos. Em primeiro lugar esse veículo de comunicação destina uma cobertura abrangente dos acontecimentos na América Latina. No caso analisado, foi encontrada quantidade razoável de matérias sobre a Venezuela, país vizinho ao Brasil que entre 1999 e 2006 se tornou cada vez mais estratégico aos interesses de Brasília. Segundo, a grande maioria das matérias publicadas nos jornais venezuelanos e até mesmo europeus também eram publicadas no **Folha de São Paulo**, dispensando a necessidade de traduções (que poderiam ocorrer com prejuízos) ou de reproduzi-las em espanhol ou francês.

⁶ Documentário “*South of the Border*”. Directed by Oliver Stone, 2009.

tenente-coronel Hugo Chávez, líder carismático⁷ que em fevereiro de 1992 tentou tomar o poder através de um golpe de Estado. Devido a tais fatos, Chávez se elegeu presidente da Venezuela em dezembro de 1998.

No capítulo 2, a discussão gira em torno do governo Chávez, destacando as transformações estruturais que promoveu representadas pela Constituição de 1999, a retomada do controle da atividade petrolífera por parte do Estado e a nova política externa, responsável por priorizar a integração latino-americana e piorar as relações com os Estados Unidos. Desta forma, Chávez, líder carismático e controverso, promoveu mudanças estruturais que atribuíram ao presidente da República um papel central na ação da diplomacia venezuelana. Como consequência, lhe permitiu agir com uma política externa mais assertiva, privilegiando as relações com os países sul-americanos, principalmente os do MERCOSUL, devido à proximidade diplomática com Argentina e Brasil nas administrações Kirchner e Lula, respectivamente, pois durante seus governos ambos mantiveram uma relação próxima com Chávez.

No capítulo 3, aponta-se que houve mudanças no próprio Mercado Comum do Sul que o tornou atraente aos interesses da Venezuela. Durante sua instituição em 1991, esse bloco havia sido pensado para ser uma união aduaneira e um mercado comum, ou seja, o MERCOSUL seria um espaço de livre circulação de mercadorias e serviços, onde as “leis do mercado” regulariam o fluxo de capital. Entretanto, rapidamente tal modelo apresentou debilidades e carências, pois necessitava de instituições politicamente sólidas que pudessem impulsionar o processo de integração. A partir de 2003 ocorre uma grande mudança no bloco, pois os governos de Brasil e Argentina passaram a entender que a integração no âmbito mercossulino deveria gozar de instituições mais fortes para garantir continuidade e durabilidade ao processo de integração. Como resultado, o MERCOSUL foi se tornando um processo de integração político, justamente o perfil defendido por Chávez que, antes disso, já entendia como estratégicas as relações com os países do MERCOSUL. Desta forma, o capítulo 3 pretende sustentar que não apenas a Venezuela se tornou atraente ao MERCOSUL, como também esse bloco se transformou em algo politicamente interessante e economicamente viável aos venezuelanos.

⁷Nesta pesquisa se entende o carisma na perspectiva de Max Weber. Segundo esse autor, o carisma é encarado como um tipo ideal puro de dominação “[...] em virtude da devoção afetiva à pessoa do senhor e a seus dotes sobrenaturais (carisma) e, particularmente: a faculdades mágicas, revelações ou heroísmo, poder intelectual ou de oratória” (WEBER, 1986, p.134-138).

Por fim, no capítulo 4 são colocados os resultados finais da pesquisa apontando os motivos específicos que levaram a Venezuela a aderir ao MERCOSUL. Nessa dissertação, defende-se que alguns determinantes econômicos e políticos fizeram com que a Venezuela optasse por ele. No sentido econômico duas causas são apontadas. A primeira delas foi que a Venezuela enxergava os quatro países do MERCOSUL como possíveis compradores de seu petróleo, por isso assinou tratados de cooperação energética com a Argentina, o Paraguai e o Uruguai. Com relação aos tratados assinados com o Brasil, eles visavam à transferência de tecnologias nesse setor. O segundo fator seria a relação Venezuela-Brasil, encarada como fundamental. Os venezuelanos enxergaram a capacidade de produção de alimentos e de produtos manufaturados por parte dos brasileiros como essencial para suprir essas duas necessidades históricas da Venezuela, que somente aumentaram devido à dependência das rendas do petróleo.

No sentido político, outros três fatores são apontados. O primeiro deles é a saída venezuelana da Comunidade Andina de Nações (CAN), provocado pelo distanciamento de Caracas desses países, o “assédio” norte-americano ao propor Tratados de Livre Comércio (TLC) e pelas disputas envolvendo os governos da Venezuela e da Colômbia. O segundo ponto foi a formação da Alternativa Bolivariana para os povos de nossa América (ALBA), incentivada pela relação bilateral entre Cuba e Venezuela. A atuação nesse bloco permitiu aos venezuelanos, através do fornecimento de petróleo a esses países, agir com relativa liderança e incrementar seu poder de atuação na região caribenha. Por fim, o terceiro motivo estava relacionado ao “malogro” da Comunidade Sul-americana de Nações (CASA), pela dificuldade em agregar todos os países da América do Sul em um único bloco de integração coeso e institucionalizado. Devido a tais fatores, a diplomacia venezuelana decide ingressar no MERCOSUL em julho de 2006, com o propósito de continuar próxima dos países mercossulinos, considerados estratégicos pelo governo Chávez.

CAPÍTULO 1 – Síntese da história recente da Venezuela (1958-1998): o Pacto de *Punto Fijo* e a chegada de Hugo Chávez ao poder

Contextualização

Este capítulo pretende realizar uma discussão geral sobre a história recente da Venezuela entre 1958 e 1998, com o propósito de demonstrar como desdobramentos na política e na economia desse país no período mencionado exerceram primordial influência na ascensão de Hugo Chávez ao poder. Esta análise se inicia no fim da ditadura do general Marcos Pérez Jiménez em 1958, quando o regime foi derrubado por um movimento civil-militar, e se encerra em 1998 com a entrada de Hugo Chávez na presidência. Esse período ficou conhecido como Pacto de *Punto Fijo* e durante aproximadamente quarenta anos o sistema político venezuelano foi sustentado por um tácito acordo político-partidário em favor da manutenção da democracia, bancado pela distribuição clientelística das rendas do petróleo e dos cargos públicos entre os membros dos partidos Ação Democrática (AD) e Comitê de Organização Política Eleitoral Independente (COPEI).

Entretanto, nas décadas de 1980 e 1990 a Venezuela foi afetada por uma grave crise econômica, assim como os demais países da América Latina, forçando a adoção de políticas austeras no sentido de reduzir os gastos públicos e diminuir a presença do Estado na economia. Isso incidiu negativamente no sistema político venezuelano, pois a estrutura na qual o Pacto de *Punto Fijo* havia sido formado se limitou em perpetuar o “monopólio” de dois partidos no poder por um período de aproximadamente quarenta anos. Tratava-se de um sistema político democrático, porém altamente excludente no que tange as demais forças partidárias. Como consequência, ao longo dos anos esse pacto se viu esgotado e as elites venezuelanas não souberam fazer uma leitura adequada nesse sentido, permitindo que ocorressem distúrbios que culminaram com a tentativa de golpe de Estado em fevereiro de 1992, comanda pelo então tenente-coronel Hugo Chávez, ocasião que o tornou uma figura popular e visto como alternativa viável para ocupar a presidência da República.

1.1 – Os “áureos” tempos do Pacto de *Punto Fijo* (1958-1978): de Rómulo Betancourt a Carlos Andrés Pérez

Com a derrubada do regime ditatorial de Marco Pérez Jiménez em 1958, o almirante Wolfgang Larrazábal comandou a transição que concluiu o mandato do antigo

ditador. Antes disso, líderes partidários venezuelanos que haviam se exilado em Nova Iorque já vinham se articulando com tais objetivos e reuniões foram realizadas para tratar de um possível acordo após a saída de Pérez Jiménez do poder. Dessas lideranças, se destacavam Rómulo Betancourt⁸, Rafael Caldeira⁹ e Jóvito Villalba¹⁰. Como resultado dessas reuniões, surgiu a proposta de realizar um acordo visando uma “trégua” nas disputas político-partidárias em nome de uma aliança contra a ditadura, na qual viabilizasse a formação de um sistema político capaz de atingir dois propósitos: alternância pacífica e democrática no poder; e submeter às Forças Armadas ao controle civil. Esse acordo tornou-se conhecido pelo nome de Pacto de *Punto Fijo*, pois apesar de sua discussão ter sido iniciada nos Estados Unidos, foi concluído na cidade de *Punto Fijo* na Venezuela.

Segundo Neves (2010), em seu início tal pacto seria um acordo tácito entre os partidos políticos venezuelanos para manter a democracia no país. No entanto, rapidamente se transformou no domínio de apenas dois deles, AD e COPEI, pois somente essas duas legendas tiveram condições de eleger o presidente da República, por dominarem o aparelho de Estado mediante a distribuição clientelística dos cargos públicos. Na época, o maior desafio aos governos daquele pacto seria garantir um patamar mínimo de segurança e justiça social, apostando no crescimento econômico e na estabilidade política mediante a realização de eleições. Para isso, seria necessário formar um sistema partidário oligárquico e excludente que não admitisse partidos comunistas, os quais permaneceram na ilegalidade após 1959, agradando aos *businessmen* norte-americanos do petróleo.

O candidato da Ação Democrática, Rómulo Betancourt, derrotou Larrazábal e Rafael Caldeira nas eleições de 1959, tornando-se presidente da República. Seu governo (1959-1963) teve de lidar com os problemas provocados pelo intenso processo de urbanização da sociedade venezuelana e de favelização das grandes cidades que se expandiram sem o devido planejamento, a exemplo de Caracas e Maracaíbo. No âmbito partidário, Betancourt enfrentou dissidências na AD e viu-se obrigado a buscar apoio de outros setores sociais, a exemplo dos militares e do COPEI. Esse partido, embora tenha perdido as eleições em 1959, aumentou sua influência no governo Betancourt. A divisão na AD incentivou a parte descontente da legenda a optar pela luta armada, inspirados no

⁸ Destacada liderança da Ação Democrática (AD), partido de orientação socialdemocrata.

⁹ Líder do Comitê de Organização Política Eleitoral Independente (COPEI), de orientação democrata-cristã.

¹⁰ Líder da União Republicana Democrática (URD), partido de centro-esquerda.

exemplo cubano, encorajando alguns líderes do Partido Comunista da Venezuela (PCV) a também entrarem na guerrilha. De acordo com Donghi (2011), ao contrário de muitos partidos comunistas de outros países latino-americanos da época, o venezuelano não apresentava um perfil revolucionário no sentido de buscarem o poder via luta armada. Porém, naquele momento, parte deste partido seguiu os dissidentes da AD e a política do governo de combatê-los contribuiu para aproximar Betancourt dos militares (DONGHI, 2011, p.333-334). Em resumo, o presidente continuava acreditando que a estabilidade democrática criaria condições mínimas para levar adiante as reformas sociais que o país tanto necessitava. Outra haste do sistema político venezuelano da época estava na esperança das rendas produzidas pelo petróleo continuarem aumentando. Mesmo assim, admitia-se que o governo ainda não seria capaz de proporcionar bem-estar a todos os segmentos sociais e tampouco atender aos interesses de toda a elite.

As dificuldades enfrentadas por Betancourt nos primeiros anos de governo não o impediram de concluir o processo de institucionalização do Pacto de *Punto Fijo*, através da nova Constituição promulgada em 1961. Uma das principais inovações daquela Carta Magna foi o amplo predomínio de civis no sistema político, principalmente das burocracias partidárias de AD e COPEI. Betancourt “*continuó creyendo que la estabilidad democrática y la capacidad de llevar a término reformas sociales y económicas dependían de un partido político muy disciplinado y multiclassista*” (EWELL, 2002, p.326). As Forças Armadas foram obrigadas a respeitarem o pacto democrático firmado em 1958, a inserção de militares na política foi proibida e eles não tiveram direito a voto a partir daquele momento. Porém, isto não significava que esta instituição não tivesse um papel político relevante e tampouco não fosse escutada pelo governo, apenas não teriam o poder de decisão e principalmente de intervenção de antes.

Na política externa, a gestão Betancourt (1959-1963) se destacou pela postura combativa ao que chamava de “ameaças subversivas”, sobretudo de movimentos que eram financiados por governos estrangeiros com regimes políticos considerados inimigos da Venezuela, a exemplo de Fidel Castro em Cuba e principalmente de Rafael Trujillo da República Dominicana. Esse último foi considerado o responsável por planejar o assassinato do presidente venezuelano, mediante um atentado mal sucedido sofrido por ele em 1960.

Betancourt defendia a tese de apenas ser possível confiar em governos democráticos, não havendo possibilidade de qualquer entendimento com ditadores. A

consequência imediata foi a relação cada vez mais próxima com os Estados Unidos. Naquele momento tal proximidade estava legitimada tanto pelo pragmatismo da venda de petróleo aos EUA obedecendo aos interesses da Venezuela, quanto por princípios ideológicos de crença na democracia representativa como a única forma de governança realmente confiável. Portanto, esse presidente impôs uma linha de política externa totalmente combativa aos conhecidos regimes de “segurança nacional”, ou que haviam sido instalados mediante golpes de Estado após derrubarem governantes democraticamente eleitos, muitos deles com o apoio dos Estados Unidos, contraditoriamente o país que Betancourt gostava de usar como referência. Ademais, defendia que os governos ditatoriais (sejam eles comunistas ou não) não deveriam ser reconhecidos pelos organismos internacionais e por governos democráticos. Esses pressupostos ficaram conhecidos como Doutrina Betancourt. “Em nome da Doutrina Betancourt, se colocou em oposição tanto em relação ao regime esquerdista de Fidel Castro quanto em relação às ditaduras militares de direita no continente” (VALENTE, 2007, p.124).

Sendo assim, em 1963 Betancourt entrega o comando da Venezuela a seu sucessor, Raúl Leoni, também pertencente à Ação Democrática que tinha relativo apoio de sindicatos operários e movimentos camponeses, pois havia sido ministro do Trabalho entre 1945 e 1948. No governo Leoni (1963-1968) algumas mudanças administrativas foram realizadas, principalmente na aliança com o COPEI, ao se distanciar dos mesmos (DONGHI, 2011, p.334) por terem se recusado a aceitar sua indicação como candidato. Contudo, o presidente demonstrou uma grande capacidade de negociação com os grupos políticos que lhe faziam oposição, a exemplo do sindicato patronal *Federación de Cámaras*, descontentes após o governo anunciar uma revisão no sistema tributário nacional em 1966. Os impostos venezuelanos eram um dos mais baixos do mundo e o governo viu no favorável momento econômico a oportunidade de incrementar suas receitas. Apesar disso, as companhias e o setor privado impuseram resistências a um possível aumento nos impostos. Entretanto, a capacidade de Leoni em negociar com tais setores não era desprezível e após 1966 a oposição perdeu espaço devido à política de isolamento incentivada pela presidência da República. Economicamente, a Venezuela voltou-se ainda mais para os Estados Unidos, responsáveis por comprar cerca de 90% do petróleo venezuelano e um dos poucos países no mundo com tecnologia capaz de processar seu pesado petróleo (VALENTE, 2007, p.124). Na política exterior o governo Leoni não apresentou novidades, a Venezuela continuou com baixo ativismo no âmbito regional e

internacional, continuando a empregar a Doutrina Betancourt que defendia a superioridade democrática em detrimento de seus vizinhos latino-americanos, muitos deles governados por ditaduras militares, das quais a Venezuela desejava ficar distante. Isso os levava ao isolamento geopoliticamente prejudicial na América Latina, consequências da rigidez com que aplicavam a Doutrina Betancourt e apenas enxergavam os EUA como “confiáveis”.

As divergências e fragmentação ocorridas no âmbito partidário não se refletiram no desempenho do governo Leoni, porém influenciou fortemente na sucessão presidencial de 1968 e Rafael Caldeira, do COPEI, que se encontrava alijado por Leoni, ganhou as eleições. O grupo de Caldeira, os democrata-cristãos, aos poucos se distanciava do conservadorismo doutrinário apoiado pela Igreja Católica, tal como apresentavam na década de 1930. Os primeiros anos de seu governo (1969-1970) foram instáveis, pois a relação com o Congresso ainda estava sendo construída e o presidente havia sido eleito sem conseguir maioria no Legislativo. Devido às disputas com a AD, nenhum membro deste partido foi incorporado ao gabinete do novo presidente, obrigando-o a construir uma base no Congresso mediante alianças com partidos menores, tornando-a até certo ponto frágil e fragmentada (EWELL, 2002, p.335). Sem maioria

[...] deve-se, assim, fazer constantes exercícios de equilibrismo sob o olhar não necessariamente benigno de um exército cujos mais antigos dirigentes não lamentam ter de interromper uma experiência constitucional, enquanto os chefes mais jovens devem em parte sua carreira ao apoio que receberam [...] da Ação Democrática (DONGHI, 2011, p.359).

Apesar disso, a oposição implacável enfrentada por Caldeira durou até 1970 quando ambos os partidos fizeram um acordo de cooperação limitada no Congresso, o que viabilizou mudanças no âmbito administrativo, porém sem resultados práticos no sentido de formar uma burocracia melhor preparada e escolhida por mérito, não obtendo êxito em modificar o sistema de apadrinhamento político e forte personalismo. Para Ewell (2002), Caldeira pensava justamente igual a Betancourt no que se refere às relações patrimonialistas no aparelho de Estado, ou seja, eram imprescindíveis para a sobrevivência da democracia venezuelana. Isso significava que o presidente não iria fazer transformações nesse sentido porque precisava pacificar os partidos de esquerda, ao iniciar o longo processo de inserção destas legendas ao sistema político venezuelano, fazendo com que os mesmos retirassem seu apoio a já enfraquecida guerrilha.

Na política externa, Rafael Caldeira apresentou reorientações consideradas drásticas para a época em relação à postura de seus antecessores da Ação Democrática. Aproveitando-se do processo de *détente* entre Estados Unidos e União Soviética na década de 1970, a Venezuela anunciou que a partir daquele momento não mais interviria na pluralidade ideológica dos governos latino-americanos e tampouco nas especificidades de cada um deles. Isso significou uma mudança expressiva, pois estava aos poucos “relaxando” a Doutrina Betancourt e se importando menos com as ditaduras militares de seus vizinhos. As tensões com Cuba foram reduzidas e buscou-se intensificar o intercâmbio com os países da órbita soviética. Caldeira retira a Venezuela do “isolamento” regional que a Doutrina Betancourt o havia colocado, mediante a adesão venezuelana ao Pacto Andino em 1973, embora tal atitude não tenha alterado de modo significativo as relações comerciais com os norte-americanos. (VALENTE, 2007, p.125).

Portanto, a Venezuela restaurou relações diplomáticas com a Argentina, Peru, Panamá, Bolívia e Brasil em 1969 e com governos comunistas, tais como os da Hungria e União Soviética em 1970. Por outro lado, as iniciativas do presidente da República para melhorar suas relações com os vizinhos e países mais próximos foram acompanhadas de um esfriamento nas relações políticas com os Estados Unidos. Todavia, Caldeira não consegue fazer seu sucessor e Carlos Andrés Pérez, da Ação Democrática, consegue se eleger presidente em 1973.

Aquelas eleições foram marcadas pela maior participação eleitoral na história democrática da Venezuela até o momento, pois aproximadamente 96,5% dos eleitores aptos a votar compareceram às urnas refletindo o bom momento econômico. A escolha de Pérez teve uma participação ativa de Betancourt, ao convencer a velha guarda de seu partido de que havia chegado o momento de apostar em novas lideranças, a exemplo de Andrés Pérez.

O governo Pérez (1974-1978) foi beneficiado pelo excelente momento econômico, talvez um dos melhores da história venezuelana, devido às bruscas altas no preço do barril de petróleo. De US\$ 2 em 1970, chegou a US\$ 14 em 1974 e a US\$ 29 em 1982. Para Furtado (2008) “atualmente [1974] a ação do Estado venezuelano está condicionada pelas exigências de uma estrutura econômica que [...] reflete a forma como foi utilizado o excedente petrolífero no último quarto de século” (FURTADO, 2008, p.120). Isto permitiu ao governo venezuelano “*sembrar el petróleo*” tal como

Betancourt havia sonhado em fazer na década de 1960, porém não possuindo as condições apropriadas.

De uma forma ou de outra, os tempos de riqueza influenciaram na vida econômica do país e as regiões consideradas descuidadas ou esquecidas passaram a receber investimentos com grandes projetos públicos de desenvolvimento. O bom momento facilitou o incremento das relações clientelísticas e na corrupção desenfreada de alguns setores dependentes do petróleo, pois o padrão de vida médio do venezuelano na década de 1970 já era nitidamente superior a outros países latino-americanos como Brasil e Argentina.

Nascia, portanto, a “Venezuela saudita” que devido às rendas petrolíferas pôde nacionalizar seus recursos naturais sem grandes traumas sociais e nem sérios atritos com o capital internacional. O processo de nacionalização do petróleo transcorreu gradualmente, em muito ajudado pela atuação ativa da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP). Em primeiro lugar, o Estado reservou 100% dos direitos de exploração do gás natural e impôs uma alíquota de 60% e uma sobretaxa de US\$ 0,35 por barril, que aumenta para 63,5%. Em 1976, toda a produção foi nacionalizada. Porém, a Venezuela deveria administrar este recurso, por isso criou uma empresa estatal chamada *Petróleos de Venezuela S/A (PDVSA)*¹¹ (NEVES, 2010, p.56-57).

Segundo Ewell (2002), o estilo de governar do presidente buscava a conciliação entre os diferentes setores da elite, o que contribuía no enfraquecimento de seus adversários e lhe proporcionava relativa tranquilidade em relação ao Congresso Nacional. Entretanto, Pérez também tinha um ranço autoritário demonstrado quando promulgou a Lei Nacional de Segurança e Defesa Pública e formou o Conselho de Defesa e Segurança Nacional, em 1976. Os críticos diziam que ele estava instituindo aparelhos tão repressivos quanto dos governos vizinhos da Venezuela, as conhecidas ditaduras militares, principalmente as do Cone Sul (Brasil, Argentina, Paraguai, Uruguai e Chile).

Na política externa, Pérez teve a oportunidade de impor um ritmo mais ativo e assertivo, o que lhe permitiu uma postura até certo ponto expansionista e controversa. Na época, a política externa da Venezuela tornou-se cada vez mais contraditória quando abandonou definitivamente a retórica intransigente do anticomunismo e o presidente vislumbrava tornar-se uma espécie de líder internacional dos países terceiro-mundistas,

¹¹. Assunto tratado com mais detalhes no capítulo 4.

ao fazer mais viagens que todos os seus antecessores juntos. Visitou Moscou em 1976 e o Brasil em 1977. Ademais, Caracas desempenhou um papel considerado relevante nos debates ideológicos entre norte/sul e nas questões do direito marítimo, pois contribuiu na formação do Movimento dos Países não Alinhados (MNOAL), do qual se tornou membro, “procurando ocupar um papel de potência regional, estendendo sua influência no Caribe e na América Central” (VALENTE, 2007, p.125-126) mediante uma política de ajuda financeira aos países da América Central e do Caribe (CERVO, 2007, p.190-196).

Sem dúvida, o período entre 1958 e 1978 foi importante no sentido de crescimento econômico e de estabilidade política mediante um sistema de governo democrático na Venezuela, que realizava eleições presidenciais a cada cinco anos com relativa rotatividade no poder. Contudo, não poderia ser ignorado que o bom momento se devia aos altos preços do petróleo e a democracia venezuelana havia sido assentada em bases frágeis. Se naquela época tais debilidades não estavam tão perceptíveis, isso não se repetiria nas décadas de 1980 e 1990 quando o país passou por momentos difíceis na economia e principalmente em seu sistema político.

1.2 – A crise estrutural do Pacto de *Punto Fijo* (1979-1998): a ascensão de Hugo Chávez

O governo Pérez havia ganhado características que desagradaram setores da Ação Democrática ligados a Betancourt, líder que havia defendido a indicação de Pérez como candidato. Eles não aprovavam a aproximação da Venezuela com os países do terceiro mundo e tampouco com os governos marxista-leninistas. O período favorável aos preços petrolíferos e a bonança dos petrodólares não foram suficientes para conter o déficit público. Ao contrário, ele rapidamente aumentava. Se por um lado a nacionalização dos recursos naturais garantiu a Venezuela um incremento na receita, por outro os gastos somente aumentavam, inchando o aparelho de Estado e provocando um salto na dívida externa. Em meio a uma Ação Democrática fragmentada pelas lutas políticas envolvendo Betancourt e Pérez, o COPEI levou vantagem por apresentar maior unidade em torno do nome de Luis Herrera Campins, que venceu as eleições em 1978 e tomou posse em fevereiro de 1979.

Contudo, o governo Herrera Campins (1979-1984) não repetiu os bons resultados econômicos de seu antecessor, além de contar com uma base de apoio político menos sólida do que Andrés Pérez. Campins havia se tornado presidente ajudado pelas divisões na AD que não foi capaz de formar consenso em torno de um candidato único, pois o partido ainda patinava em suas disputas internas, agravadas após

a morte de Rómulo Betancourt em 1981, o que não lhe garantia solidez política. Para piorar, a situação econômica da Venezuela não estava tranquila, embora o preço do barril de petróleo estivesse em US\$ 30, o déficit público venezuelano cresceu após o governo dos Estados Unidos decretarem o fim da paridade dólar/ouro, exigindo drásticas correções econômicas em um país que havia se acostumado com investimentos estatais na economia. Cortar os gastos públicos era uma atitude que traria problemas políticos, pois o Estado costumava subsidiar indiscriminadamente telefone, transporte público, gás, dentre outros serviços.

Em fevereiro de 1983, no dia 18, a crise da dívida pública explode na chamada sexta-feira negra, quando a moeda nacional é desvalorizada e é estabelecido um controle cambial, dando início a uma escalada da inflação. Campins, que em sua plataforma de governo não aceitara renegociar a dívida externa, sofre duras críticas por sua política econômica (NEVES, 2010, p.48).

Na visão desse presidente, o culpado seria o antecessor Carlos Andrés Pérez, por ter implantado uma política de gastos excessivos, descuido com o social e obras desnecessárias que comprometiam o bom andamento de sua gestão (EWELL, 2002, p.348). Na política externa, Herrera Campins reduziu drasticamente o ativismo típico de seu antecessor, adotando posturas mais introspectivas. O cenário político internacional também era outro na década de 1980 e a Venezuela estava mais interessada em resolver seus problemas econômicos internos do que destinar recursos justamente de onde deveria reduzir, caso das políticas de fomento aos países centro-americanos e caribenhos. As relações com Cuba – que haviam melhorado – sofreram revés pelo apoio de Herrera Campins a política intervencionista na América Central empregada pelos Estados Unidos. Os tempos eram outros e atitudes relacionadas à política imperialista dos norte-americanos na América Central, o conflito das Falklands/Malvinas (1982)¹² e a intervenção dos Estados Unidos em Granada (1983) foram eventos que atrapalharam a projeção da diplomacia venezuelana naquele momento.

Na América Latina, a maioria desses países estava se redemocratizando em um delicado momento de crise econômica que contribuiu para retroceder na aproximação política com os latino-americanos, empregada por Pérez na década de 1970. Internamente, a política externa do presidente era criticada por setores do COPEI – seu partido – e da opositora AD e alguns grupos partidários o acusavam de ser “pró-americano” e de destruir a autonomia diplomática lograda no período Andrés Pérez,

¹²Melhor discutido no Capítulo 3.

embora a Venezuela também tenha tido divergências com os Estados Unidos (VALENTE, 2007, p.126). A popularidade de Herrera Campins atingiu níveis baixíssimos e no interior de seu partido era duramente questionado, principalmente pelo ex-presidente Rafael Caldeira.

Sendo assim, nas eleições de 1983 a Ação Democrática voltou à presidência ao eleger o médico Jaime Lusinchi. Ao tomar posse, o governo Lusinchi (1984-1989) deveria administrar os problemas econômicos que persistiam e a necessidade de reduzir gastos apenas aumentava. Diferente de seu antecessor, Lusinchi tinha maioria no Congresso Nacional e conseguiu permissão do mesmo para governar por decreto durante um ano no que tange a questões econômicas. Recorreu à arbitrariedade e ao excessivo centralismo como solução mais eficaz para a grave crise estrutural que a Venezuela sofria, podendo levar ao colapso do sistema político pelo enfraquecimento do acordo de *Punto Fijo* de 1958.

O governo Lusinchi deveria renegociar a dívida externa, controlar a inflação, reverter a alta taxa de desemprego e conter a desvalorização do Bolívar, missões complicadas em uma década de crise mundial. Desta forma, em fevereiro de 1986, o presidente firmou acordos de renegociação das dívidas totalmente desfavoráveis a Venezuela ao comprometer entre 30% e 40% do orçamento com o serviço da dívida (EWELL, 2002, p.352). Sem dúvida era uma medida de austeridade muito severa, agravada pela própria estrutura econômica venezuelana. Mesmo assim, os gastos públicos não diminuía e para cortá-los o presidente propôs a venda de empresas estatais como meta para diminuir os encargos e melhorar os serviços, não sem enfrentar críticas de setores sociais que historicamente haviam demonstrado posições contrárias a privatizações, exemplo dos professores e estudantes universitários que organizaram greves entre 1985 e 1988. Algumas delas chegaram a durar mais de cinco meses e protestavam contra o corte no percentual da educação no orçamento e a diminuição da política de concessão de bolsas de estudo no exterior, as quais o governo Pérez oferecia em abundância.

Na política externa, o governo Lusinchi (1984-1989) não apresentou avanços e tampouco ações de destaque, pois assim como seu antecessor, foi marcado pelo baixo ativismo no cenário internacional, concentrando suas energias diplomáticas em renegociar a dívida externa com o Fundo Monetário Internacional (FMI) e buscar melhores preços para o petróleo junto aos Estados Unidos. Sua participação no Grupo de Contadora e no Grupo dos Oito continuou discreta, as negociações com a Colômbia

referentes aos dissídios fronteiriços permaneceram tensas e sem uma solução mais consistente. Com os demais países latino-americanos houve um afastamento devido aos problemas econômicos e as mudanças políticas que estavam ocorrendo nestas nações (EWELL, 2002, p.354-355).

Mesmo em um momento desfavorável em muitos aspectos, Lusinchi manteve sua popularidade a níveis medianos o bastante para não desgastar a imagem da Ação Democrática e enfraquecer seus candidatos na disputa sucessória, que contaria com a participação do ex-presidente Carlos Andrés Pérez como candidato da AD e favoritíssimo na disputa. Do lado do COPEI, o “eterno líder” Rafael Caldeira se convencia de que era o único capaz de derrotar Pérez nas eleições de 1988, tornando-a um palco de exposição de ex-presidentes em partidos que apresentavam dificuldades de propor novas lideranças com relevância eleitoral suficiente.

Desta forma, Carlos Andrés Pérez foi eleito com 54,5% dos votos e o segundo governo Pérez (1989-1992) gerava excessiva expectativa na recuperação econômica e na volta da estabilidade política. Entretanto, em sua segunda gestão os problemas somente pioraram, pois a Venezuela passava por grandes dificuldades que iam além de um patamar político-econômico. A crise era estrutural de um modelo de Estado (rentista e patrimonialista) que estava nitidamente em declínio e a euforia em relação ao governo Pérez não durou muito. Em fevereiro de 1989, poucos dias após tomar posse, o presidente implantou novas medidas de austeridade para permitir a Venezuela continuar honrando os serviços da dívida, consumindo a metade de seu orçamento em um cenário de intensa queda nos preços do barril de petróleo. A partir daí, o governo Pérez passou a ser fortemente questionado. As novas diretrizes econômicas afetavam principalmente os mais pobres, pois eram os dependentes das políticas públicas do governo. Com isso, as passagens de ônibus e demais serviços foram aumentadas, devido à suspensão dos subsídios governamentais aos serviços públicos. Como reação, houve saques e distúrbios pela cidade de Caracas, onde manifestantes enfrentaram a polícia e o resultado foram confrontos sangrentos com várias mortes (NEVES, 2010, p.49; VALENTE, 2007, p.128). Esses protestos ficaram conhecidos como *Caracazo* e contaram com a participação de jovens dos subúrbios que invadiram centros comerciais e residenciais luxuosos de Caracas. A repressão foi dura, obrigando o Exército da Venezuela a intervir, impor um toque de recolher e suspensão das liberdades civis durante os confrontos (AZEREDO, 2003, p.116-119).

Por várias décadas, o país não tinha convivido com distúrbios sociais tão grandes que sinalizavam a bancarrota econômica que estava por vir, agravada pela crise política. A economia ia mal e a política dava sinais de sério enfraquecimento do pacto firmado em 1958. Porém, a Venezuela necessitava de investimentos e o presidente Pérez demonstrava cada vez mais pessimismo no futuro da economia, pois as rendas do petróleo já não eram o bastante para impulsionar a recuperação e o crescimento econômico. Por outro lado, o país não possuía outra fonte de investimentos.

Desta forma, Pérez, que havia sido durante anos um crítico do sistema Breton Woods, rapidamente recorreu a suas instituições como a “última saída” para a situação financeira venezuelana. Caso conseguisse amenizar os problemas econômicos, acreditava que poderia solucionar a crise política fazendo reformas paliativas através de uma gradual descentralização administrativa.

O presidente, que, em matéria de ideologia, orienta-se por uma página em branco, aderiu ao modelo do momento sem o menor escrúpulo. Depois de ter se cercado de um batalhão de jovens economistas formados nos Estados Unidos, seguidores da Escola de Chicago, Pérez anunciou seu inovador pacote econômico [...] (GOTT, 2004, p.83).

Todavia, as medidas de Pérez não surtiram o efeito esperado e a Venezuela entrou na década de 1990 em crise, os indicadores sociais venezuelanos não melhoravam e o déficit público continuava aumentando. A comparação com os indicadores do início da década de 1980 não ajudavam. O índice de pessoas vivendo abaixo da linha da pobreza passou de 18% (1980) para 33% (1990) na área urbana e de 22% (1980) para 34% (1990) no campo. Pessoas que viviam em situação de completa indigência estavam em 7% (1980) e passou para 12% (1990). Ademais, o desemprego quase dobrou em dez anos, de 6% para 11%, agravando a situação de subemprego de 39% para 49% e a economia venezuelana encolheu 6,8% em uma década (NEVES, 2010, p.49-50). Para economizar ainda mais, o presidente alterou a Lei Nacional de Hidrocarbonetos que ele mesmo havia promulgado no primeiro mandato. O objetivo seria desvincular a PDVSA do Estado e conseqüentemente não mais arcar com os dispendiosos gastos para o refino do pesado petróleo venezuelano (BARROS, 2007, p.83-84).

As reformas no sistema político não estavam funcionando e grupos das Forças Armadas começaram a se incomodar com a situação, em um país com histórico de intervenções militares em períodos de crises. Um destes grupos, formados por oficiais

de baixa patente, sargentos e soldados, era o Movimento Bolivariano Revolucionário – 200 (MBR-200), liderado pelo na época tenente-coronel Hugo Rafael Chávez Frías, comandante de um batalhão de paraquedistas em Maracay. Na madrugada de 4 de fevereiro de 1992, unidades do Exército comandadas pelo tenente-coronel Chávez marcharam até Caracas com o objetivo de depor Pérez da presidência e assumir o poder mediante um golpe de Estado.

Naquele momento, os objetivos pareciam fáceis. Seria apenas ir a Caracas com blindados e homens armados, deter o presidente Carlos Andrés Pérez, seus assessores mais próximos e o alto comando das Forças Armadas. A segunda parte do plano consistia em tomar o Palácio de Miraflores e passar orientações aos comandantes de todas as guarnições da Venezuela para que obedecessem as ordens do novo governo. Entretanto, na prática não seria tão fácil. O presidente Pérez encontrava-se fora da Venezuela em viagem oficial. Os militares sabiam disso e um grupo deles dirigiu-se ao aeroporto para esperá-lo e detê-lo assim que chegasse a Venezuela, porém não conseguiram porque Pérez havia regressado ao país algumas horas antes. Outro grupo dirigiu-se ao Ministério da Defesa e atacou militarmente o prédio. Um terceiro, incluindo Hugo Chávez, foi até o Museu Histórico Militar instalar os equipamentos de comunicação com os quais esperavam transmitir notícias sobre o sucesso da operação (GOTT, 2004, p.97-98).

Contudo, havia militares que não estavam interessados no êxito do levante bolivariano e comunicaram as autoridades constituídas sobre as intenções dos militares de baixa patente, embora não tivessem muitos detalhes a respeito. Quando Chávez chegou ao Museu Militar foi recebido com disparos de advertência, obrigando-o a recuar. Algumas horas mais tarde, ele convenceu o comandante do Museu, um coronel, de que seus homens seriam um reforço à segurança do local. Ele consegue entrar, porém não se apodera dos equipamentos de comunicação, que foram todos recolhidos. Esse fator foi determinante para o malogro da insurreição militar. Ademais, outro grupo de soldados com ordens para tomar o Palácio de Miraflores foram recebidos a tiros e não conseguiram entrar. Sendo assim, o levante militar comandado por Chávez havia fracassado. Para acalmar os ânimos e demonstrar que o Estado e o governo haviam vencido, o presidente Pérez fez um pronunciamento em cadeia nacional no dia 4 de fevereiro de 1992 no começo da noite.

A grande notícia que trago a todos os venezuelanos é que... Foram dominados todos os focos. E estão detidos!... Porque se renderam ou porque foram vencidos [...] E posso dizer, com total segurança,

de que esta será a última vez que a Venezuela passa por uma situação como esta¹³.

A suposta vitória da institucionalidade sobre os militares golpistas ainda necessitava de um desfecho, que seria eliminar qualquer hipótese ou possibilidade de reação dos militares insurretos. Por isso, obrigaram o líder daquele movimento, o tenente-coronel Hugo Chávez, a fazer um discurso em cadeia nacional pedindo aos militares partícipes da insurreição que depusessem definitivamente as armas.

Companheiros, lamentavelmente, por enquanto, os objetivos que estabelecemos não foram atingidos na cidade capital. Ou seja, nós aqui em Caracas não conseguimos controlar o poder. [...] E eu, diante do país e de vocês, assumo a responsabilidade deste movimento militar bolivariano. Muito Obrigado¹⁴.

O resultado daquele movimento não foi positivo ao governo Pérez e os militares que participaram do levante de 1992 se tornaram cada vez mais populares em uma Venezuela há anos carente de “heróis” nacionais e receptiva a este tipo de sentimento.

O aparecimento de Chávez na televisão durou apenas um minuto. Sua consequência inesperada foi a de que passara a ser, de oficial totalmente desconhecido, uma figura nacional. Um minuto no ar, em um momento de estrondosa derrota pessoal, transformou-o em uma espécie de salvador da pátria em potencial (GOTT, 2004, p.102).

Mesmo assim, os militares que participaram daquele movimento foram condenados à prisão e o tenente-coronel Chávez teve de passar dois anos em um presídio militar em Elorza e foi demitido do Exército. Embora o presidente Pérez tenha derrotado o levante militar de 1992, a situação social da Venezuela continuava complicada e ainda havia ameaça de novos distúrbios nos quartéis. Foi justamente isso que aconteceu em 25 de novembro de 1992, quando militares comandados pelo vice-almirante Hernán Grüber tentaram novamente derrubar Pérez, mediante outra tentativa de golpe de Estado. Dessa vez, conseguiram tomar um canal de televisão e Grüber havia gravado um vídeo pedindo apoio popular à insurreição, porém a fita foi trocada e no lugar de seu pronunciamento apareceram cenas confusas de conflitos nas ruas de Caracas. Horas mais tarde, Pérez apareceu na televisão tranquilizando a população e anunciando que o vice-almirante já havia se rendido (GOTT, 2005, p.107-113).

¹³ *Pronunciamento do presidente da Venezuela, Carlos Andrés Pérez, em cadeia nacional*. Caracas, 4 de Fevereiro de 1992. In. “*South of the Border*” Documentary. Directed by Oliver Stone, 2009.

¹⁴ *Breve discurso do tenente-coronel Hugo Rafael Chávez Frías em cadeia nacional*. Caracas, 4 de Fevereiro de 1992. In. “*South of the Border*” Documentary. Directed by Oliver Stone, 2009.

Após ter enfrentado duas tentativas de golpes de Estado, o segundo governo Pérez terminou com sua deposição pelo Congresso Nacional em 1993 por denúncias de corrupção e desvios de verbas públicas.

Em 1994, o ex-presidente Rafael Caldeira venceu as eleições após se lançar candidato pelo Partido Convergência (PC) depois de abandonar o COPEI, sigla que havia ajudado a fundar na década de 1930 e por anos havia sido um dos principais ícones. No entanto, em seu novo governo Caldeira (1994-1998) não conseguiu estabilizar a Venezuela. Durante a campanha havia evitado criticar os militares bolivarianos (principalmente Chávez) e anunciou que iria libertá-los assim que vencesse as eleições, visando aproveitar a popularidade que os mesmos tinham para conseguir votos. Todavia, Caldeira não conseguiu conter a inflação e tampouco a desvalorização cambial, obrigando-o a tomar empréstimos junto ao Fundo Monetário Internacional (FMI), descumprindo promessas de campanha quando apresentou um discurso totalmente crítico e combativo à instituição de Breton Woods. A distância entre o discurso de campanha e a prática de governo foi nítida na gestão Caldeira. Também foi obrigado a relançar os planos e metas das reformas de seu antecessor com o nome de “Agenda Venezuela”¹⁵ a fim de combater a inflação, além de ter enfrentado uma crise bancária considerada sem precedentes com uma falência generalizada de bancos em 1996. “*Caldera recibe el gobierno con una balanza comercial deficitaria en unos dos mil millones de dólares; las reservas internacionales en 12 mil millones de dólares; una inflación del 46%; y un déficit fiscal del 7% [...]*” (SERBIN, 2010, p.203).

Para Villa (2005), o governo Caldeira foi a tentativa de recolocar o pacto de *Punto Fijo* em ordem, porém sem sucesso, o que acabou aprofundando na sociedade venezuelana o desprestígio aos partidos tradicionais (AD e COPEI), sensação de vazio institucional e o desejo de renovar as elites dirigentes do país (VILLA, 2005, p.158). Em meio aos próprios problemas, Caldeira nem ao menos conseguia reorientar sua política externa e, tal como Pérez no segundo mandato, teve uma atuação apagada no cenário internacional, com pequenas exceções no campo da cooperação energética com os países latino-americanos e no Tratado de La Guzmanía¹⁶ com o Brasil.

Naquele momento, Chávez estava em busca de aliados políticos para disputar as eleições de 1998. Após ser libertado por Caldeira (que não conseguia fazer um bom

¹⁵Composta por aproximadamente dez objetivos a serem alcançados em curto prazo, dentre os quais reduzir os gastos públicos e o déficit fiscal, incentivar investimento estrangeiro, combater a inflação, aumentar a produção nacional, etc. (BARROS, 2007, p.85).

¹⁶Discutido nos capítulos 3 e 4.

governo), começou a percorrer o país em reuniões e conversas com grupos de pessoas, o que o mesmo chamava de “campanha de conscientização” em torno da necessidade de convocar uma Assembleia Constituinte para reformar o sistema político venezuelano. A partir daquele momento, Chávez percebeu que chegar à presidência mediante eleições era uma possibilidade mais viável, não havendo clima para golpes de Estado, principalmente após ter sido demitido do Exército em 1992. Ademais, Chávez precisava de civis ao seu lado, principalmente intelectuais que pudessem, não somente proporcionar uma roupagem mais moderada a sua imagem atrelada a um golpe de Estado, com também elaborar propostas de governo mais consistentes.

Desta forma, em 1997 surge o Movimento Quinta República (MV^{5R})¹⁷ com uma proposta chamada de alternativa e um discurso considerado radical. A massiva campanha contra Chávez nos meios de comunicação e dos partidos políticos mais antigos não impediram que fosse eleito presidente da República em dezembro de 1998, com 56% dos votos. Iniciando a “era Chávez”, com profundas transformações estruturais e o acirramento das disputas entre diferentes grupos sociais. Sem dúvida, condicionantes históricos viabilizaram a chegada de Chávez ao poder, apresentando um carisma com os mais pobres e um estilo próprio de governar. A crise no sistema de *Punto Fijo* ajudou a produzir o que após 1999 ficaria conhecido como o “fenômeno Chávez”, justificando as transformações institucionais que promoveu rumo a uma estrutura de Estado altamente centralizada, viabilizando várias políticas no âmbito regional.

Considerações

Esta breve análise da trajetória histórica da Venezuela entre 1958 e 1998 permitiu visualizar que a crise que atingiu o acordo de *Punto Fijo* levou o país a estagnação de sua economia e a falência de suas instituições. Tal realidade era considerada catastrófica, porém se configurou como o cenário mais adequado ao ex-tenente-coronel Hugo Chávez ganhar cada vez mais popularidade, pois sendo um *outsider* dificilmente encontraria espaço no oligárquico sistema de *Punto Fijo*, caso ele não estivesse em crise. Embora tenha comandado uma tentativa de golpe de Estado em 1992, foi a partir desse momento que Chávez passou a ser enxergado como uma viável alternativa a presidência da República e o “único” capaz de fazer o país superar a crise

¹⁷Na Venezuela havia uma lei eleitoral que proibia partidos políticos com o nome de Simon Bolívar ou qualquer palavra que fizesse referência a ele, por isso o partido de Chávez não pôde repetir o nome de seu movimento nas Forças Armadas, o MBR – 200.

vivida na economia, promover as reformas no sistema político e distribuir as rendas do petróleo.

Todavia, naquele momento tal cenário pessimista não era uma exclusividade venezuelana. Nas décadas de 1980 e 1990, a crise econômica atingiu a grande maioria dos países latino-americanos, mas no caso específico da Venezuela serviu para desestabilizar seu sistema político. No entanto, os problemas que viabilizaram a eleição de Hugo Chávez haviam sido produzidos já na formação do acordo de *Punto Fijo* em 1958, quando as elites partidárias da Ação Democrática e do COPEI instituíram o pacto em bases frágeis, sustentado por relações personalistas, patrimonialistas e clientelísticas entre o Estado e os dois partidos dominantes, AD e COPEI. Tal configuração tornava o funcionamento do sistema político venezuelano refém da manutenção nos preços do petróleo no mercado internacional a níveis atraentes, algo muito difícil em momentos de crises, tal como ocorreu nas décadas de 1980 e 1990. Quando Hugo Chávez tentou o golpe em 1992 e, principalmente, no momento em que começou a despontar com popularidade junto aos setores sociais mais pobres, as elites partidárias da Venezuela não souberam mensurar a exata dimensão de sua popularidade e até que ponto sua ascensão a presidência, ocorrida em fevereiro de 1999, poderia implodir o domínio de AD e COPEI no sistema político venezuelano.

Essa discussão proporciona uma base para compreender como estava o cenário político na Venezuela em 1999, quando Hugo Chávez chegou a presidência da República, pois ajuda a entender as razões e motivos da intensa polarização e descrédito do eleitorado nos partidos tradicionais, tornando receptiva a líderes fortes e comprometidos com questões sociais. Ou seja, a defesa de interesses dos setores mais empobrecidos tornou-se estratégia para uma nova distribuição dos recursos petrolíferos. Além disso, as reformas implementadas na estrutura do Estado venezuelano foram primordiais a fim de incentivar a política de priorização da integração latino-americana, da qual a adesão da Venezuela ao MERCOSUL tomou destaque, a exemplo do discutido no capítulo a seguir.

CAPÍTULO 2 – A República Bolivariana da Venezuela (1999-2006): as transformações da era Chávez e a nova política externa

Contextualização

Este capítulo trata do governo do presidente Hugo Rafael Chávez Frías, tanto no âmbito interno quanto na reorientação de sua política externa pela divergência com os Estados Unidos e aproximação com os países latino-americanos. Essa análise, portanto, se inicia quando Chávez assume a presidência em fevereiro de 1999 e termina em dezembro de 2006, quando se reelege presidente para outro mandato de seis anos.

O objetivo do capítulo é demonstrar que as mudanças realizadas durante a administração Chávez criaram um Estado com instituições que passaram a operar de maneira ainda mais centralizada na figura do presidente da República e em dois pontos tais características tornaram-se perceptíveis: o primeiro deles foi a Lei Habilitante; e o segundo a possibilidade de realizar referendums, plebiscitos e demais consultas populares como forma de legitimar o regime. Tais fatos refletiram na política externa que também se tornou mais centralizada na presidência e retirou autonomia da Casa Amarela (sede da diplomacia venezuelana), viabilizando que a política externa da Venezuela tratasse de temas que eram rechaçados por setores da mídia e da elite daquele país, a exemplo da proximidade com Cuba e principalmente da integração sul-americana. Sendo assim, estes fatores viabilizaram a entrada da Venezuela no MERCOSUL mediante a construção de condições favoráveis a adesão venezuelana nesse bloco.

2.1 – A nova Constituição: a institucionalização do aparato “chavista”

Indiscutivelmente, Hugo Chávez despertava desconfiança em setores da sociedade civil venezuelana que não o haviam apoiado. Também provocava semelhante sentimento em parte da opinião pública internacional, informada pelos grandes meios de comunicação privados norte-americanos e europeus que enfatizavam o lado negativo da personalidade e da trajetória política do novo presidente da Venezuela. Na verdade, ao se eleger em dezembro de 1998, Chávez era mais uma incógnita do que uma ameaça propensa a radicalizar a política tal como seus discursos, pois não havia a exata noção se o ex-militar romperia ou não estruturalmente com o regime anterior para realizar “*los cambios*” que havia prometido durante a campanha e viabilizado sua chegada ao Palácio de Miraflores (sede do governo venezuelano).

Entretanto, a Venezuela atravessava uma complicada situação econômica, o que poderia ser um entrave ao novo governo devido ao baixo preço do barril de petróleo (US\$ 10). Os recursos estavam escassos e o planejamento orçamentário para 1999 havia sido elaborado com a estimativa do preço em US\$ 14¹⁸. Em documento emitido pelo Ministério das Relações Exteriores do Brasil¹⁹, em 1999, sua base política foi descrita como inconstante e inconsistente o bastante para sustentá-lo com maioria no Congresso Nacional, na época composto em maior número pelos membros pertencentes aos antigos partidos tradicionais. “A percepção da sociedade venezuelana é de que Chávez não parece dispor de um programa efetivo de governo, limitando a ação governamental a promessas baseadas nas perspectivas de mudança constitucional²⁰”. Entretanto, esse documento minimizava a difícil situação política que a Venezuela vinha enfrentando na década de 1990, quando os partidos tradicionais estavam em baixa e discursos radicais eram bem recebidos nos setores sociais mais pobres.

Ao tomar posse em fevereiro de 1999, o presidente Chávez não poderia se considerar satisfeito, convivia com um Congresso de maioria oposicionista dos partidos AD (Ação Democrática) e COPEI (Comitê de Organização Política Eleitoral Independente) e uma estrutura política mergulhada na crise. Desta forma, elegeu como culpada a Constituição de 1961, chamando-a de “a moribunda”. Quando foi juramentado presidente da República, recusou-se a respeitá-la e dizia que o primeiro Decreto que expediria seria para convocar um referendun pedindo autorização para formar uma Assembleia Nacional Constituinte, pois até aquele momento, o “chavismo” e os aparelhos que poderiam sustentá-lo eram apenas um conjunto de ideias que se diziam revolucionárias. Chávez percebeu que devido ao fato de durante a campanha eleitoral ter gozado de ampla popularidade o referendun sobre a nova Constituição não poderia demorar a ser realizado. “[...] para escapar da crença generalizada de que era um ditador militar em potencial, o presidente Chávez estava ansioso [...] por submeter cada um de seus atos à vontade do povo” (GOTT, 2004, p.199). Portanto, o ano de 1999 ficaria marcado na Venezuela por um número sem precedentes de eleições, referendun e plebiscitos. Isso foi uma estratégia de Chávez que gozava de bom apoio popular,

¹⁸Ver a Tabela 4.3 no capítulo 4.

¹⁹*Documentos relativos às visitas oficiais do presidente da República da Venezuela, Hugo Rafael Chávez Frías, ao Brasil, quando foram discutidas as relações bilaterais entre os dois países, o comércio bilateral, a integração energética e a cooperação amazônica, entre outros assuntos. LFL MRE II 99.05.06/1.* Brasília – DF, 6-8 de maio de 1999, 115 páginas. Centro de Documentação (CPDOC) – Fundação Getúlio Vargas (FGV)

²⁰Idem.

porém de quase nenhuma sustentação no Congresso Nacional. Também desejava neutralizar as críticas dos meios de comunicação privados e da Igreja Católica ao projeto constitucional, considerado centralista e autoritário.

Por outro lado, não se preocupou em construir consenso entre os diferentes setores da elite, o que rapidamente gerou um quadro de confronto e “com a abrangência de suas medidas, dificilmente Chávez teria chegado a um ponto de acordo com os grupos até então dominantes, mesmo que tivesse tentado negociar” (BOTELHO, 2009, p.340). Sendo assim, a estratégia da Constituinte foi vista como uma saída viável para fortalecer a base social do governo, o que poderia gerar inquietude pela relativa demora em solucionar os problemas que havia prometido resolver (BARROS, 2007, p. 91). Portanto, a consulta por referendun realizada em abril de 1999 gerava expectativa tanto no governo quanto nos opositores, por isso no dia anterior Chávez fez um discurso no Palácio de Miraflores no qual colocava o povo como “protagonista” da própria história, atribuindo um perfil inovador a sua gestão²¹, estratégia que utilizou durante todo seu mandato.

No dia 25 de abril de 1999, o plebiscito foi realizado e o “sim” ganhou com 88% dos votos válidos (GOTT, 2004, p.200), embora tenha havido uma taxa de abstenção de 60,9%. A eleição para a escolha dos membros da Assembleia ficou marcada para 25 de julho do mesmo ano e confirmaria uma tendência perceptível na época: o grupo político de Chávez – o *Pólo Patriótico* – iria fazer a maioria dos membros daquela Assembleia, pois o presidente se envolveu pessoalmente na campanha, o que inevitavelmente implicou no uso da máquina administrativa em favor de seus candidatos. Dos 131 membros eleitos, 119 pertenciam ao *Pólo Patriótico*, o que correspondeu a 90% das cadeiras e dentre os membros da Constituinte havia até mesmo sua esposa, Marisabel Rodriguez de Chávez. Na prática, essa esmagadora maioria viabilizaria a aprovação de um projeto de Constituição já previamente elaborado. Isso significava que tinha grande chance de aprovar uma Constituição de perfil centralizador em que o presidente da República ganhasse ainda mais poder de decisão.

Em 3 de agosto de 1999 a Assembleia Constituinte se reuniu pela primeira vez, tendo como presidente Luis Miquilena. Miquilena era visto como um dos principais colaboradores de Hugo Chávez e considerado por parte da opinião pública – nacional e

²¹. *Discurso del Presidente de la República Bolivariana de Venezuela, Hugo Chávez Frías, con motivo del Referéndum para convocar una Asamblea Nacional Constituyente*. Palacio de Miraflores, Caracas. 24 de abril de 1999, p.103.

internacional – o “mentor” do “chavismo” e articulador político do presidente²². Porém, Chávez queria celeridade e no menor tempo possível desejava ver a nova Carta Magna redigida e em vigor. Contudo, setores da antiga oligarquia estavam reagindo a iminente perda do poder e, ao serem derrotados tanto no referendun constituinte quanto na eleição que escolheu seus membros, decidiram fomentar um confronto entre a Assembleia e o Congresso Nacional. Por outro lado, o governo contribuiu para acirrar ainda mais os ânimos quando incentivou a Assembleia a suspender parcialmente as funções do Congresso, mediante a instituição da Emergência Legislativa. Tal atitude foi encarada como autoritária pela oposição, embora soubessem que tal medida estava dentro da Lei e das atribuições da Constituinte. Porém, posteriormente houve um acordo com a mediação da Igreja Católica e o Congresso voltou a se reunir em 9 de setembro de 1999, desde que não votasse leis que pudessem restringir as atividades da Constituinte. Na prática, significava “[...] a aceitação pelo Congresso da limitação de suas funções a uma agenda legislativa definida em acordo com a Constituinte”²³.

Com toda a estrutura previamente montada, Chávez adiantou algumas das propostas, pois havia elaborado um projeto de Constituição que iria apresentar para que pudesse ter os trabalhos adiantados. Ele dizia que a nova Carta Magna deveria refletir um projeto e um momento político²⁴. Dessa maneira, ele justificava a legitimidade das mudanças institucionais feitas naquele momento, consideradas até certo ponto radicais para uma estrutura montada na década de 1960 e que havia sido pouco reformada desde aquela época. Por isso, em um prazo considerado recorde, os constituintes concluíram o processo de elaboração. A nova Carta Magna já estava pronta e foi aprovada mediante referendun por 71,2% dos votos no dia 15 de dezembro de 1999.

Todavia, as mudanças realizadas eram consideradas radicais e até mesmo o nome do país foi alterado para República Bolivariana da Venezuela. Para Botelho (2009) as transformações foram significativas e a primeira delas ampliou o mandato presidencial de cinco para seis anos com possibilidade de reeleição. No poder Legislativo o Senado foi abolido, tornando a Venezuela um país unicameral com uma Assembleia Nacional responsável por representar este poder. Outra mudança com

²² Miquilena também foi o responsável por convencer Chávez a desistir da ideia de tomar a presidência por um golpe de Estado, ao aproveitar-se da popularidade que angariou após fevereiro de 1992 para se eleger ao cargo democraticamente (JONES, 2008, p.185-213).

²³ *Constituinte e Congresso assinam acordo*. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 10 de setembro de 1999, p.15.

²⁴ *Discurso del Presidente de la República Bolivariana de Venezuela, Hugo Chávez Frías, con motivo de la instalación de la Asamblea Nacional Constituyente*. Palacio Federal Legislativo, Caracas. 5 de agosto de 1999, p.288.

repercussão polêmica foi que a nova Constituição instituiu cinco poderes. Além dos tradicionais três – Judiciário, Legislativo e Executivo – a Venezuela também iria contar com o Poder Eleitoral (responsável por organizar as eleições) e o Poder Popular (encarregado dos plebiscitos, referendums e gerir os órgãos de defesa popular como o Ministério Público, Defensoria do Povo e Controladoria Geral da República) (BOTELHO, 2009, p.341).

Para Barros (2007), os dois novos poderes praticamente anularam o Judiciário, pois suprimiram várias das funções que eram deste poder, principalmente no que se refere à supremacia em fiscalizar as contas do governo, defender os interesses públicos e organizar as eleições nacionais e locais (BARROS, 2007, p.92). Ademais, o Poder Eleitoral e o Popular contavam com forte influência do Executivo e na prática estavam subordinados a ele.

Portanto, com a Constituição de 1999, Chávez conseguiu o que desejava e o cargo de presidente da República ganhou poderes, tornando a estrutura política da Venezuela mais centralizada. Com mais atribuições concentradas nas mãos do presidente, ganhou autorização para promulgar leis por decreto por um período mais longo do que o vigente na Constituição anterior. Além disso, Chávez obteve sucesso em incluir na Constituição que as promoções militares seriam atribuições exclusivas do presidente da República, diferente do ocorrido anteriormente quando eram discutidas com lideranças partidárias representadas no Congresso. Os militares, por sua vez, passaram a ter direito a voto e a participar da vida política oficialmente, um desejo que vinha sendo reivindicado pelos mesmos nos últimos anos. Por outro lado, a Constituição sofreu críticas pelo seu perfil de concentração de poderes nas mãos do presidente, o que muitos consideravam um ranço autoritário. Pelas novas disposições, poderia até mesmo legislar por meio de uma Lei Habilitante no que tange qualquer matéria, mas que deveria ser discutida em comum acordo com a Assembleia Nacional (VILLA, 2005, p.162). Setores oposicionistas alegavam que Chávez estava dando um “golpe legal” por etapas no sistema político venezuelano para se perpetuar no poder²⁵.

Com a nova Constituição em vigor, as eleições gerais para escolha dos cargos eletivos já seguindo as disposições da Constituição de 1999 foram marcadas para Abril de 2000 e posteriormente transferidas para maio, porém a eleição presidencial somente aconteceu em julho de 2000. Chávez havia concluído institucionalmente parte de sua

²⁵ NATALI, João Batista. *Chávez executa, por etapas, um “golpe legal”*. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 16 de dezembro de 1999, p. 15.

revolução e de seu projeto político com grande enfrentamento, porém com vantagem eleitoral. Daí em diante seria pensar nas eleições para montar uma chapa forte, eleger o maior número de governadores, de membros da Assembleia Nacional e ser reconduzido a presidência. Enquanto isso, Chávez se ocupou de assuntos econômicos visando chegar à disputa presidencial com alta popularidade. Se possível, aumentando os salários dos funcionários públicos civis e militares e o salário mínimo em 20%, fazendo com que o setor privado arcasse com parte das despesas²⁶.

No início do governo, pouca atenção havia sido despendida nos assuntos econômicos fora do âmbito da Constituinte e a estratégia de Chávez seria elaborar uma política econômica na qual o Estado fosse o ator principal da economia, promotor dos investimentos e da geração de empregos. Por isso, os argumentos contra o neoliberalismo e a política econômica voltada aos parâmetros do Consenso de Washington eram fortemente endossados pela esquerda que apoiava Chávez e pelos militares nacionalistas que faziam parte de seu governo e o respaldavam nas Forças Armadas.

A presença de militares era estratégica, pois iria lançar o Plano Bolívar 2000 que seria implementado em três fases. A primeira delas envolvia as Forças Armadas porque consistia em enviá-las à prestação de serviços sociais no interior do país. Os militares ficariam encarregados de atender a população carente dos centros urbanos e principalmente do interior na área rural da Venezuela, realizando consultas médicas e odontológicas. A segunda etapa levaria os militares a trabalhar em conjunto com as comunidades na solução de alguns problemas práticos, tais como conserto de pontes, manutenção de estradas, construção de casas e atuar em situações de emergência ou tragédia pública. A terceira se ocuparia de gerar autossuficiência econômica à população carente, levando-a ao desenvolvimento sustentável e ao incentivo de formas produtivas de subsistência. Neste Plano Bolívar 2000 foram envolvidas mais de 40 mil pessoas, dentre soldados e voluntários (GOTT, 2004, p.228).

Apesar de todas as medidas de contenção econômica, o processo político continuava tenso. Mesmo com a Constituição pronta e em vigor o momento era de transição política porque as eleições gerais ainda não haviam sido realizadas, porém Chávez iria se candidatar novamente a presidência, mesmo ainda faltando mais de três anos para o fim de seu mandato.

²⁶ *Chávez sobe salários em mês eleitoral. Folha de São Paulo*, São Paulo, 30 de abril de 2000, p. 20.

Durante a campanha eleitoral, o enredo de seus discursos era aprofundar o processo revolucionário e avançar ainda mais no social, praticamente as mesmas promessas que haviam sido feitas na campanha eleitoral de 1998. Em um tom absolutamente pedagógico, o presidente fazia longos pronunciamentos, nos quais descrevia seu plano de governo para um mandato que iria até 2006. Dentre suas propostas, continuava a dizer que seria o presidente de todos os venezuelanos, mas principalmente dos pobres e das crianças. Embora fosse favorito, o que mais poderia desgastá-lo nas eleições não era a oposição e sua já conhecida tática de desestabilização, violência ou pela retórica embasada no medo da expropriação e do autoritarismo (em alguns casos até certo ponto justificáveis), mas sim denúncias de corrupção de pessoas próximas a Chávez, tais como o mentor Miquilena e o chanceler Jose Vicente Rangel. Devido a tais motivos e de divergências internas com Chávez, um de seus aliados mais antigos nas Forças Armadas e no levante militar de 1992, Francisco Árias Cárdenas, rompeu com o presidente e se lançou candidato. Cárdenas despontou como principal presidenciável contra Chávez e chegou até mesmo a subir rapidamente nas pesquisas, porém não o bastante para ameaçar a reeleição do presidente²⁷.

Cárdenas lançou sua candidatura poucos meses antes das eleições, não havendo tempo hábil para divulgar seu nome. Além disso, não contava com o apoio da oposição, que se recusava a confiar em alguém que meses antes estava no gabinete de Chávez e também tinha um passado “golpista”²⁸. Por isso, Chávez dizia que venceria por “nocaute” e nem mesmo a dissidência de Árias Cárdenas, que o acusava de práticas de corrupção, o impediu de ganhar as eleições em 30 de julho de 2000 com 59,05% dos votos. “A campanha acabou, mas Chávez manteve o tom e a imagem do candidato ao aparecer ontem no Palácio de Miraflores com boina vermelha e a conchamar ‘a unidade de todos os venezuelanos’”²⁹.

A institucionalização do regime havia sido concluída, porém faltava implementar mudanças mais profundas na estrutura econômica da Venezuela, o que na prática significava retomar de vez o controle da exploração petrolífera, pois a Constituição já apresentava o perfil que Chávez desejava e ele havia sido reeleito para mais seis anos de mandato. A partir daí, seria apenas lançar mão dos dispositivos

²⁷ CANTANHÊDE, Eliane. *Chávez será reeleito, diz analista*. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 4 de abril de 2000, p.12.

²⁸ Não estavam totalmente errados, pois alguns anos após aquelas eleições, Cárdenas se reaproximou de Chávez e retornou ao seu grupo político, provando que nem de longe seria uma ameaça ao “chavismo”.

²⁹ CANTANHÊDE, Eliane. *Chávez anuncia investimentos em obras*. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 1 de agosto de 2000, p. 14.

constitucionais para recuperar de vez o comando da PDVSA, visando controlar o dinheiro vindo do petróleo para financiar os programas sociais que iriam legitimá-lo no poder, tal como se discute no próximo item.

2.2 – Das novas medidas econômicas às eleições presidenciais (2001-2006): a polarização do cenário político como vantagem ao presidente Chávez

Após institucionalizar os mecanismos necessários para reorganizar a estrutura do Estado, a Lei Habilitante tomou destaque na nova Constituição. Esse recurso já existia na Constituição anterior (1961), porém na Carta Magna bolivariana poderia atuar em mais matérias. Na prática, a Lei Habilitante servia como concentração de poderes nas mãos do presidente da República e acabava se tornando um recurso autoritário, pois permitia ao chefe do Executivo promulgar leis sem qualquer obrigação de submetê-la em discussão na Assembleia Nacional pelo prazo de um ano. Chávez tinha como objetivo rever as legislações que regulavam a extração, o refino e a venda do principal recurso natural venezuelano: o petróleo. Porém, desejava celeridade e se caso tivesse que submeter tais propostas ao Congresso sabia que poderia demorar.

Com o recurso da Lei Habilitante, o governo concluiu um conjunto de medidas e as promulgou em dezembro de 2001 com o nome de Plano de Desenvolvimento Econômico e Social da Nação 2001-2007, um pacote com 49 Decretos-lei também conhecido como “constituente econômica”. Desses, o que mais gerou reações foi a Lei de Hidrocarbonetos. Nela, havia a exigência de que o Estado fosse o acionista majoritário nas parcerias com as petrolíferas estrangeiras, inclusive as norte-americanas, historicamente privilegiadas pelos governos venezuelanos. Muitos consideravam a medida um retrocesso, pois a Venezuela não tinha capital suficiente para arcar com os gastos e fazer os investimentos em tecnologia, teoricamente atribuições de um acionista majoritário. Ademais, o governo exigiu um aumento nos *royalties* cobrados de cada barril extraído das jazidas venezuelanas, o que atingiria as corporações norte-americanas que teriam margem de lucro diminuída em longo prazo³⁰. O objetivo de Chávez seria deter o controle dos recursos do Estado, pois o governo necessitava de dinheiro para promover os programas sociais nas áreas de saúde, habitação, alimentação, alfabetização, profissionalização e etc., para manter o apoio dos setores pobres às mudanças institucionais que havia promovido.

³⁰ *Ley Orgánica de Hidrocarburos*. República Bolivariana de Venezuela. Ministerio del Poder Popular de Petróleo y Minería. Caracas. Decreto N° 1.510. Gaceta Oficial, N° 37,323 – 13 de Noviembre de 2001.

No entanto, Chávez começou a enfrentar uma oposição cada vez mais dura de setores da classe média, impacientes com os poucos sinais de recuperação econômica que teoricamente lhes devolveria o padrão de vida da década de 1970. Esta situação era preocupante, pois este segmento social tinha um relativo peso na sociedade venezuelana (VILLA, 2005, p.163) e governar sem seu respaldo era relativamente perigoso na Venezuela daquele período. Ademais, a classe média e a elite venezuelana não simpatizavam com as políticas sociais do presidente Chávez e tampouco concordavam com a finalidade pelas quais elas eram utilizadas, consideradas um instrumento eficaz para manter Chávez no poder. Como resultado, a sociedade venezuelana tornou-se cada vez mais polarizada entre aqueles favoráveis (em suma os pobres) e os contrários (a elite e grande parte da classe média) ao presidente. A situação piorou quando Chávez demitiu quase toda a diretoria da PDVSA em uma manhã de 7 de abril de 2002, quando longamente discursou em seu programa matinal *Alô Presidente*.

Os ânimos acirrados refletiam negativamente no sistema político venezuelano. Além de centralizado, também apresentava um processo de radicalização tanto dos discursos quanto das atitudes do governo e da oposição, sendo que ambos os lados passaram a adotar estratégias de enfrentamento, polarizando ainda mais o já tenso cenário político.

Entre dezembro de 2001 e abril de 2002 a oposição convocou inúmeros protestos e greves em âmbito nacional, exigindo a renúncia do presidente Chávez. Contavam com o apoio de grande parte da mídia e dos sindicatos CTV (Confederação de Trabalhadores da Venezuela) e *Fedecámaras* (Federação de Câmaras da Venezuela). Em contrapartida, Chávez afeiava o discurso dizendo que nenhuma “tática fascista” iria tirá-lo da presidência e deveriam lutar democraticamente por seus direitos. A postura intransigente de Chávez ao tratar do assunto não era unanimidade dentro de seu gabinete. Alguns de seus ministros discordavam do fato dele se recusar a negociar, a exemplo do na época ministro do interior, Luis Miquilena, que deixou o cargo por supostas divergências com Chávez no que tange o fato do presidente não querer reatar o diálogo com a oposição e rever alguns dos decretos editados em dezembro de 2001. Em uma quinta-feira, 11 de abril de 2002, a oposição e os partidários de Chávez se enfrentaram nas ruas de Caracas, pois o megaprotesto organizado pelos opositores sofreu o contraponto dos setores chavistas que também saíram às ruas. Em uma atitude rápida que visava “denunciar” ao país e ao mundo a tentativa da oposição de desestabilizar o regime, Chávez fez um pronunciamento à nação no canal estatal à tarde.

Apelou a Deus, a frases bíblicas e em tom duro criticou a oposição e os líderes do movimento, chamando-os de golpistas, sobretudo Pedro Carmona Estanga (presidente da *Fedecamaras*) e Carlos Ortega (presidente da CTV).

Sou o primeiro a chamar todos os habitantes da Venezuela, a todo o povo a não cair em provocações [...] mas se está incentivando a provocação, e o apoio das televisões privadas tem sido fundamental para gerar este problema porque, repito, não há razão, não há nenhuma razão de fundo³¹.

Visivelmente pressionado, Chávez adotou uma postura dúbia. De um lado pedia a seus partidários que não caíssem em provocações e àqueles que ainda permaneciam indiferentes não se “envenenassem” pelos argumentos da oposição. De outro lado dizia ser um soldado e havia sido treinado para guerra. Relembrava que desde os vinte e dois anos de idade portava um fuzil nas mãos e, por mais que não quisesse atirar, saberia fazer se necessário. Enquanto Chávez discursava, as emissoras privadas dividiram a tela e mostravam os conflitos ocorridos nas ruas de Caracas, os feridos e pessoas que os jornalistas afirmavam serem partidários do presidente Chávez atirando em civis desarmados. Esse episódio gerou uma “guerra de versões” sobre o fato que até os dias atuais não foi plenamente esclarecida, sendo que durante os conflitos de abril de 2002 “os dois lados sustentam versões diferentes para os acontecimentos, mas a mídia realizou uma cobertura bastante parcial dos eventos, criticada pelos profissionais da imprensa de todo o mundo” (NEVES, 2010, p.67). Todavia, a situação piorou quando o então comandante-geral do Exército, general Efraín Vázquez Velasco, falando em nome das Forças Armadas, decidiu anunciar na televisão que estava em rebelião contra Chávez.

As palavras do comandante-geral do Exército encantoaram ainda mais o presidente Chávez no palácio de Miraflores. Dentro de algumas horas, a Aeronáutica e a Marinha se pronunciariam oficialmente contra o governo, o que resultaria em todo o comando das Forças Armadas pedindo a renúncia de Chávez. A especulação sobre sua queda tornou-se ainda mais forte quando, às 10 horas da noite, a TV estatal foi invadida e fechada por oficiais insubordinados (UCHOA, 2003, p.47).

Às duas horas da madrugada de 12 de abril de 2002 um grupo de oficiais-generais chegou ao Palácio de Miraflores com a carta de renúncia para que Chávez a assinasse. Entretanto, o presidente se recusou a assiná-la e como consequência os

³¹. *Mensaje del Presidente de la República Bolivariana de Venezuela, Hugo Chávez Frías, con motivo de denunciar al país el plan insurreccional de la marcha opositora*. Palacio de Miraflores, Caracas. 11 de abril de 2002, p.259.

militares ameaçaram bombardear o Palácio. Desta forma, Chávez decidiu agir com outra estratégia. Ao invés de renunciar, iria se entregar aos militares para que evitasse a invasão ao Miraflores. O presidente foi escoltado pelos mesmos até um carro e levado em custódia ao Forte Tiuna. A partir daí, os meios de comunicação passaram a divulgar a notícia de que Chávez havia renunciado e estava pronto para seguir ao exílio em Cuba. Entretanto, grande parte da população permanecia reticente, pois não havia assistido o tradicional discurso de renúncia.

Na tarde de 12 de abril de 2002, Pedro Carmona Estanga³², um dos líderes das manifestações dos dias anteriores, tomou posse como presidente da Venezuela. Ele se autojuramentou presidente da República e vestiu a faixa presidencial em uma cerimônia restrita, realizada às pressas no Miraflores. Em seguida emitiu um Decreto anulando as demissões na PDVSA feitas por Chávez dias antes em seu programa na televisão.

Carmona aboliu a Constituição de 1999 e passou a governar por decretos em Estado de Sítio. Promoveu a destituição do Congresso Nacional, da Suprema Corte e de prefeitos e governadores ligados a Hugo Chávez. Em resumo, o governo de Pedro Carmona foi uma ditadura. Sem leis, ficou complicado convencer as Forças Armadas de que iria haver uma transição pacífica e o apoio que havia recebido de alguns setores sociais venezuelanos, do alto clero da Igreja Católica e principalmente de oficiais das Forças Armadas, logo foram retirados.

Ele também falhou em restabelecer a ordem pública, pois os partidários de Chávez se concentraram em frente ao Miraflores, ameaçando invadi-lo. Sendo assim, soldados da Guarda Presidencial retomaram o Palácio enquanto Carmona e sua equipe o deixavam rapidamente pela saída dos fundos, sinalizando que o governo Carmona havia terminado e Chávez retornou ao cargo na madrugada de domingo, 14 de abril de 2002, quando chegou de helicóptero no Palácio de Miraflores. “Chávez reassumiu o poder na madrugada de domingo, após ser resgatado de helicóptero por uma brigada leal de paraquedistas e levado ao palácio presidencial de Miraflores, em Caracas”³³. Para Chávez, seu retorno se devia ao povo e durante pronunciamento a nação aproveitou para pedir “calma” aos mesmos.

Eu faço um chamado a todos vocês compatriotas, voltem todos a suas casas, vamos para casa, vamos reordenar a casa, vamos

³²Pedro Carmona era economista e tinha 60 anos de idade. Havia militado no partido COPEI, com experiência em vários órgãos de comércio e participação em conselhos petroquímicos ligados à exploração petrolífera.

³³AITH, Marcio. *Reempossado, Chávez pede 'reconciliação'*. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 15 de abril de 2002, p.8.

refletir sobre a trajetória e continuar trabalhando. Assim peço a todos que cessem as ações que ainda podem ficar por aí em alguns pequenos focos de distúrbios nas últimas horas. [...] E aproveito para fazer um chamado àqueles que se opõem a mim, pois que se opõem, tratarei de fazê-los mudar, tomara. Mas vocês não podem se opor a esta Constituição [...] Tem que reconhecer. E sobretudo [...] não permitam que os envenenem com tantas coisas e com tantas mentiras [...]³⁴.

O malogro do golpe contra Chávez gerou duas consequências imediatas. Em primeiro lugar significou que seu projeto bolivariano, representado pela concentração de poderes nas mãos do presidente e decretos emitidos pela Lei Habilitante, realmente tinham respaldo não apenas de parte das forças armadas como também da maioria dos venezuelanos, permitindo-o refutar a ideia de seu governo ser ditatorial. Em segundo lugar, este respaldo simbolizado pela volta ao cargo significava ser desnecessário dialogar com a oposição, mantendo a política de enfrentamento com estes setores, fazendo com que os ânimos continuassem acirrados.

Por isso, a oposição desistiu de derrubar Chávez usando táticas de “quebras” institucionais e adotou a estratégia das greves no setor petrolífero. A intenção seria “sufocar” o governo mediante um “boicote econômico”, promovendo uma longa greve no setor petrolífero que durou de dezembro de 2002 a fevereiro de 2003, também chamado de “*paro*” petrolífero. Neste período houve sabotagens nos barcos que transportavam petróleo e o desligamento parcial do sistema de informática da PDVSA. A ideia era provocar um desabastecimento na Venezuela e atrasos na entrega de encomendas das exportações para prejudicar os contratos já estabelecidos.

Como reação, Chávez retomou o controle da PDVSA mediante táticas autoritárias, interceptou vários barcos petrolíferos por intermédio das Forças Armadas e militares foram operar o sistema da empresa. Esse fator foi determinante para que conseguisse “furar” a greve e retomar o controle da estatal petrolífera.

A retomada teve duas consequências. A primeira delas foi que Chávez pôde demitir todos os executivos daquela empresa, substituindo-os por pessoas nomeadas por ele. O segundo ponto e mais importante nesta análise foi que a retomada do controle da PDVSA permitiu ao governo dispor de mais recursos para desenvolver as políticas públicas de combate à pobreza e ao analfabetismo.

Na verdade, seja o governo ou a oposição, quem conseguisse tomar o controle da PDVSA estaria em vantagens, pois se tratava da maior fonte de recursos na Venezuela.

³⁴ *Mensaje del Presidente de la República Bolivariana de Venezuela, Hugo Chávez Frías, con motivo de la restitución de poderes*. Palacio de Miraflores, Caracas. 14 de abril de 2002, p.278-286.

Ademais, o governo venezuelano foi beneficiado pelas altas nos preços de petróleo intensificadas entre 2003 e 2006 que viabilizaram grande parte dos programas sociais implementados na gestão Chávez³⁵. Por isso, em 2003 o governo venezuelano iniciou as ações governamentais que ampliariam suas bases sociais, conhecidas pelo nome de *Misiones* (Missões), financiadas pelo Fundo para o Desenvolvimento Econômico e Social do País – FONDESPA, que inicialmente contou com uma injeção de recursos de US\$ 2 bilhões provenientes da PDVSA (BARROS, 2006, p.228).

O presidente Chávez não somente foi um dos incentivadores como também era quem melhor fazia a propaganda dos benefícios e dos resultados que as missões geravam à população. Como o mesmo chamava, seria a consolidação do processo revolucionário, pois naturalmente poderia garantir a manutenção de seu grupo no poder e a possibilidade de ampliar os espaços. A primeira destas missões foi a *Barrio Adentro* que buscou atender um dos grandes gargalos do sistema social daquele país: a saúde pública. “Foi assim que chegaram ao país, entre junho de 2003 e agosto de 2004, cerca de 20 mil profissionais cubanos, que recebiam um subsídio mensal da ilha, mais um complemento salarial do governo venezuelano, além de moradia, transporte e alimentação” (MARINGONI, 2009, p.154).

Ademais, o objetivo do governo seria solucionar problemas de saúde considerados simples, tais como pequenas cirurgias, exames oftalmológicos e ginecológicos, além de avaliações dentárias e distribuição de óculos. Esses eram alguns dos principais argumentos de Chávez e seus partidários para defender as missões, que eram tratadas como um instrumento estratégico do regime para enfrentar as pressões sociais provocadas pela desigualdade e pobreza. “*Con las misiones sociales se aspira a un proceso de adiestramiento productivo, la atención a la salud, alimentación, prestación de servicios básicos y en general a la creación de condiciones iniciales para la incorporación de toda la población a una función socialmente productiva*” (MERENTES, 2007, p.245). Entretanto, as missões relativas ao atendimento odontológico e principalmente médico apresentavam resultados mais significativos em situações simples. Se o paciente necessitasse realizar cirurgias mais complexas era encaminhado aos hospitais públicos venezuelanos, ainda em situação ruim, com equipamentos obsoletos, faltando profissionais especializados e materiais de trabalho. Todavia, em um sentido geral as missões funcionavam, sobretudo na Venezuela, onde não havia a base estrutural dos serviços públicos. “Com toda a precariedade de pessoal capacitado para

³⁵ Conforme demonstra a Tabela 4.3 no capítulo 4.

assumir funções de Estado e com uma cultura da desorganização e informalidades crônicas que marcam um país escassamente industrializado, não há como negar: as Missões funcionam” (MARINGONI, 2009, p.155).

Por isso, em meados de 2004 quando as Missões ainda apresentavam resultados parciais, já era possível perceber sua relativa eficácia e Chávez poderia retirar benefícios políticos deste êxito. Sendo assim, o presidente aceitou que se convocasse um referendun revogatório de seu mandato, uma reivindicação da oposição, que seria realizado em agosto de 2004. Também desejava utilizar o referendun daquele ano como uma “prévia” para as eleições de 2006. Portanto, “[...] sempre tenho sido um [...] defensor da figura do referendun revogatório [...] uma vez transcorrida a metade do mandato sempre me pareceu que o povo deve julgar seus governantes”³⁶. Na verdade, Chávez não temia o referendun revocatório, pois havia implantado as Missões e elaborado uma política mais eficaz de divulgação das ações governamentais, já que enfrentava dificuldades de inserção na mídia venezuelana. Isso fez dele um potencial vencedor daquele pleito revocatório.

Como a consulta seria para saber se Chávez deveria ou não sair da presidência, naturalmente a campanha do governo pedia votos ao NÃO³⁷. Chávez orientava seus partidários a não relaxarem e continuarem a fazer campanha pelo NÃO até os últimos segundos permitidos pelo Conselho Nacional Eleitoral (CNE). Já o papel de desqualificar os adversários ficava a cargo de Chávez que desempenhava com relativa eficiência. Aliava-os ao diabo, a especuladores internacionais e ao governo dos Estados Unidos. Ele dizia que o SIM pertencia a uma oligarquia “má”, que entregaria as riquezas venezuelanas ao capital internacional, porém não iriam atingir uma maioria suficiente para retirá-lo da presidência e afirmava que até mesmo Deus estava ao seu lado.

Na realidade, as pesquisas de intenções de voto – tanto do governo quanto da oposição – apontavam que a vitória do NÃO estaria praticamente sacramentada duas semanas antes da realização do referendun. Até mesmo o jornal *El Nacional*, crítico de Chávez e classificado pelo mesmo como um ‘laboratório de mentiras’, admitia esta

³⁶ *Discurso del Presidente de la República Bolivariana de Venezuela, Hugo Chávez Frías, en el cual acepta la realización del referéndum presidencial y convoca a la campaña de Santa Inés*. Despacho Presidencial, Palacio de Miraflores, Caracas. 3 de junio de 2004, p.300.

³⁷ A pergunta submetida foi a seguinte: *¿Está usted de acuerdo con dejar sin efecto el mandato popular, otorgado mediante elecciones democráticas legítimas al ciudadano Hugo Rafael Chávez Frías, como presidente de la República Bolivariana de Venezuela para el actual periodo presidencial?*. Disponível em: <http://www.cne.gob.ve/referendum_presidencial2004/> (acessado em 8/11/2012).

tendência. “Na pesquisa apontada pelo jornal opositorista ‘*El Nacional*’, 45% dos venezuelanos votariam a favor da permanência de Chávez. Já os que querem removê-lo somariam 34% do eleitorado”³⁸. Sendo assim, o referendun aconteceu em 16 de agosto de 2004 e praticamente o dia inteiro o presidente Chávez foi acusado de fraudar os resultados e de dominar o Conselho Nacional Eleitoral. Todavia, no fim da tarde, parte da oposição passou a admitir a derrota e os números finais foram divulgados na madrugada do dia posterior. O NÃO obteve 59,1% dos votos contra 40% do SIM (VILLA, 2005, p.165).

A partir daí, Chávez transformou-se indiscutivelmente em um fenômeno eleitoral, o que conseqüentemente tornava o sistema político venezuelano ainda mais centralizado em torno de sua figura. Controlava o petróleo, venceu todas as eleições e consultas populares a que havia sido submetido e os candidatos apoiados por ele também despontavam como favoritos nas eleições locais. Logo após o referendun, em outubro de 2004, houve eleições para governadores e prefeitos na Venezuela e Chávez conseguiu eleger seus partidários em 22 dos 24 governos estaduais e em 80% das prefeituras. “A fortuna parece acompanhar a gestão do presidente Chávez, posto que o financiamento das chamadas *Misiones* depende fundamentalmente do petróleo [...]” (VILLA, 2005, p.166).

Mediante uma interpretação própria do que seria uma verdadeira democracia (visto que defendia a democracia participativa simbolizada pelos plebiscitos e referendun que realizava e rejeitava a democracia representativa que tinha como principal modelo os Estados Unidos), Chávez formava uma estrutura de poder na qual sobrava pouco espaço para seus críticos atuarem. Ademais, o rechaço da oposição aos programas sociais do governo a colocava em desvantagem perante os mais pobres que preferiam votar em Chávez e em seus indicados. Isso inviabilizava os candidatos opositoristas a ganharem eleições na maior parte do país, por mais que os programas sociais de Chávez, tais como as Missões, apresentassem um perfil de medidas paliativas.

O presidente era popular principalmente entre os mais pobres, que o entendiam como alguém que lhes dava esperança de obter uma vida melhor e de estudar, principalmente quando lançou as missões Robinson e Mercal. A primeira tinha como função alfabetizar adultos, jovens e pessoas idosas, já a segunda montava postos de

³⁸ *Chávez vence, diz pesquisa de jornal opositor. Folha de São Paulo*, São Paulo, 31 de julho de 2004, p.12.

distribuição de alimentos a preços subsidiados. O presidente até mesmo prometia que em 2005 investiria mais de US\$ 4 bilhões nos programas sociais de seu governo. A retórica de Chávez, somada à facilidade com que se dirigia às massas, e principalmente os investimentos em programas sociais intensificados nos anos 2003-2004, contribuiu de forma explícita para que ampliasse ainda mais a presença de seu grupo político e diminuísse o espaço dos opositoristas, que antes agregados na Coordenadoria Democrática, a partir daquele momento a esvaziaram sem outra estratégia pré-definida. Chávez estava com tanta força no cenário político que no início de 2005 já antevia a vitória de seu grupo nas eleições legislativas que ocorreriam no fim do ano e nas eleições presidenciais que somente aconteceriam no final de 2006.

Apesar disso, o clima político na Venezuela era de grande enfrentamento entre partidários do governo e a oposição, porém com uma larga vantagem dos governistas que tinham não somente a máquina administrativa ao seu favor, como também a possibilidade de recursos da PDVSA. Ademais, o carisma de Chávez era muito importante devido à facilidade com que se dirigia aos mais pobres, dos quais a grande maioria se sentia plenamente representada por ele e era receptiva a seu carisma. Por isso, em uma pesquisa realizada pelo *Datanálisis* em maio de 2005 na Venezuela, aparecia com uma aprovação de 70,5%, muito acima dos 59,2% apresentados durante o referendun de 2004. “A alta aprovação ao governo Chávez se baseia em três elementos, na avaliação de Léon [Luis Vicente Léon]: ação social, apelo emocional e falta de uma ação opositora”³⁹. Além dessas, havia a própria percepção de Hugo Chávez de que era possível instituir um regime centralizado e dependente do presidente da República, diminuindo a importância de instituições sólidas e regras jurídicas impessoais.

Portanto, a Venezuela chegou às eleições legislativas de 2005 em um clima de enfrentamento e de constante preponderância dos candidatos governistas em detrimento da oposição. Durante a era Chávez, que em 2005 havia completado seis anos de exercício na presidência, a oposição havia adotado diversas táticas para enfraquecê-lo, todas sem resultados concretos. Nos anos 1999 e 2000, a estratégia consistia em criticá-lo se posicionando contra a nova Constituição e por respeito às leis anteriores à ascensão do mesmo à presidência. Nos anos 2001, 2002 e 2003, o clima de enfrentamento se acirrou e os setores opositoristas decidiram intervir diretamente ao promoverem a desestabilização do regime, protestos nas ruas, a deposição temporária

³⁹VILA-NOVA, Carolina. *70,5% dos venezuelanos aprovam Chávez*. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 3 de maio de 2005, p.13.

do presidente e o boicote econômico na PDVSA. Em 2004, forçaram a convocação de um referendun para revogar o mandato de Hugo Chávez. Em todos esses eventos ele conseguiu se manter no cargo, saiu ainda mais fortalecido e a oposição se dividia cada vez mais, obrigando-a a rever constantemente sua estratégia.

A partir daí, os opositoristas decidiram mais uma vez modificar sua postura. Agora iriam boicotar as eleições legislativas para tentar deslegitimar o processo e desmoralizar o Conselho Nacional Eleitoral perante a sociedade venezuelana e, principalmente, visando chamar atenção da comunidade internacional para o domínio que o Poder Executivo exercia no sistema político venezuelano. Todavia, o boicote às eleições de 2005 transcorreu de maneira gradual e não foi consenso entre os partidos que faziam parte do bloco opositorista, pois nem todos eram simpáticos a tal tática. Alguns deles, como os tradicionais Ação Democrática e COPEI, além do Primeiro Justiça (PJ) e do Projeto Venezuela (PV), foram os primeiros a retirarem seus candidatos. Teoricamente, a saída dos candidatos da oposição era vista como positiva ao governo, porém suas consequências não. Isto porque a vantagem eleitoral do grupo chavista nas eleições para a Assembleia Nacional era grande e nítida. Ou seja, para o presidente era importante que a oposição participasse das eleições. Como seu grupo político iria fazer uma maioria numericamente considerada tranquila, se a oposição participasse do pleito e elegeisse alguns parlamentares, o processo eleitoral seria consequentemente legitimado perante a comunidade internacional e a opinião pública venezuelana. Já com o boicote, Chávez faria uma maioria quase unânime e lhe seria mais complicado justificar a legitimidade das eleições, porém totalmente útil para manter o sistema político centralizado em torno de sua pessoa.

Embora fosse conhecida a rispidez com que se dirigia a oposição, Chávez decidiu amenizar um pouco e pediu aos candidatos opositoristas que acreditassem na democracia e não aderissem ao boicote eleitoral promovido por alguns partidos⁴⁰. Porém, ao perceber que a retirada dos candidatos não oficialistas seria inevitável, Chávez decidiu ir ao palanque para valorizar os seus. Dizia que o país estava avançando política, econômica e socialmente e que o ato eleitoral de dezembro de 2005 aprofundaria ainda mais esse processo. Já à oposição, sobraram as mais duras críticas, acusou-os de estarem mancomunados com a grande mídia e com a Casa Branca, dizendo que a estratégia deles seria a desestabilização moral e institucional da

⁴⁰ *Discurso del Presidente de la República Bolivariana de Venezuela, Hugo Chávez Frías, al finalizar la marcha en apoyo a la política latinoamericana y caribeña contra el imperialismo. Avenida Urdaneta, Palacio de Miraflores, Caracas. 19 de noviembre de 2005, p.632.*

Venezuela, afirmando que estas pessoas correspondiam a uma minoria insignificante de lacaios⁴¹.

Desta forma, as eleições somente confirmaram uma tendência que ficou cada vez mais visível após a retirada da oposição, isto é, os partidários de Chávez ficaram com as 167 vagas na Assembleia Nacional. O fim das eleições significou o início das conversas sobre a corrida presidencial que ocorreria no fim de 2006 e muitos já apontavam Chávez como vencedor. Porém, até as eleições deste ano ainda havia um tempo e o presidente iria governar por aproximadamente um ano com a Assembleia Nacional totalmente favorável. Já na abertura dos trabalhos buscou enfatizar a “perfeição” do novo sistema político venezuelano, afirmando ser o melhor de toda a história política do país. Não havia razão para comparar se realmente era ou não o melhor da história, entretanto sem dúvida seria o melhor cenário possível para aprofundar as reformas sociais e institucionais que ainda desejava fazer, centralizar mais as funções do Estado no Poder Executivo e concluir o processo de domínio total do setor petrolífero.

O grande interesse do governo era aprofundar ainda mais a presença do Estado na economia e tornar os assuntos relativos ao petróleo algo exclusivamente de competência do presidente da República. Os críticos, por outro lado, afirmavam que as empresas estatais e, sobretudo as petrolíferas, haviam se transformado em “joguetes” nas mãos de Chávez que gastou muito dinheiro oriundo das mesmas em programas sociais durante os anos de 2003-2006. “Afortunadamente a pobreza na Venezuela está começando a cair. [...] o crescimento do Produto Interno Bruto real terminou 2005 em 9,4% e com isso marca nove trimestres consecutivos de crescimento econômico sustentável e isto em vários âmbitos”⁴². Diferente de quando Chávez assumiu em 1999 – quando o preço do barril de petróleo estava aproximadamente em US\$ 10 – nos últimos anos os preços haviam disparado e naquela época já marcavam US\$ 50, o que permitiu a Venezuela aumentar suas reservas internacionais (chagando a US\$ 30 bilhões) e ampliar os programas sociais chamados Missões, além da expansão do microcrédito e segurar a inflação em patamares razoáveis. Ademais, até aquele

⁴¹*Discurso del Presidente de la República Bolivariana de Venezuela, Hugo Chávez Frías, para denunciar a la nación el golpe electoral e invitar al pueblo de Venezuela a que ejerza su derecho al voto en las próximas elecciones parlamentarias.* Palacio de Miraflores, Caracas. 3 de diciembre de 2005, p.675-677.

⁴²*Discurso del Presidente de la República Bolivariana de Venezuela, Hugo Chávez Frías, con motivo del Mensaje Anual a la Asamblea Nacional.* Palacio Federal Legislativo, Caracas. 13 de enero de 2006, p.53-61.

momento, Chávez havia vencido todas as consultas que submeteu a aprovação popular, inclusive a Constituição em 1999 e o referendun sobre seu mandato em 2004.

Todos estes eventos ocorreram em um espaço de tempo de sete anos. Após Chávez ascender ao Miraflores os acontecimentos na política venezuelana ficaram cada vez mais intensos devido ao clima de polarização e enfrentamento provocado pelas transformações estruturais empregadas durante sua gestão. Nos discursos, o presidente fazia comparações entre a Venezuela daquele momento com a de sete anos antes, não economizando em palavras e tampouco nos números. Afirmava que o país estava passando por um segundo processo revolucionário depois da Independência que fincaria bases “para sempre”.

Contudo, Chávez ainda não havia jogado sua última “carta” antes de ir à reeleição em dezembro de 2006. Desta forma, um mês antes do pleito, em plena acirrada campanha eleitoral, lançou o que disse ser uma “revolução energética”. Anunciou investimentos no setor, principalmente na substituição das velhas linhas de transmissão que de tão ultrapassadas não era incomum provocarem *blackout* em várias cidades do país e que a Venezuela começaria a investir em fontes sustentáveis e alternativas de geração de energia, tais como a solar e a eólica⁴³. Após anunciar estes investimentos, Chávez fez mais discursos inflamados contra a oposição, dizendo que a mesma estava a serviço do imperialismo dos Estados Unidos e que o povo venezuelano poderia evitar isto somente votando nele, o único capaz de continuar a revolução. A partir desse momento, já falava abertamente em modificar a Constituição para que pudesse disputar a presidência quantas vezes desejasse através da conhecida manobra da reeleição indefinida. O presidente ironizou as críticas que vinha recebendo pela proposta e disse que nos regimes parlamentaristas europeus isso era permitido, ou encarado com normalidade e nem por isso as pessoas faziam o “estardalhaço” que estavam fazendo com ele. Por fim, também dizia que não colocaria na Constituição que ‘Chávez irá ser presidente até que morra’, pois ele não se considerava rei.

No entanto, a proposta da reeleição sem limites foi utilizada pelos seus adversários para criticá-lo, enfatizando o perfil autoritário do regime chavista. Manuel Rosales, candidato a presidente pela coalizão opositora afirmava que a passos largos a Venezuela estava consolidando uma ditadura “*a la cubana*”.

⁴³ *Discurso del Presidente de la República Bolivariana de Venezuela, Hugo Chávez Frías, con motivo del lanzamiento de la Revolución Energética*. Comunidad Espinal, Municipio Antonio Díaz, Estado Nueva Esparta. 17 de noviembre de 2006, p.616.

É neste clima de polarização extrema que 16 milhões de eleitores serão chamados a ir as urnas depois de amanhã, escolher entre a continuidade da revolução bolivariana de Hugo Chávez ou a plataforma mais liberal de Manuel Rosales, governador do Estado de Zulia, rico em petróleo, que conta com a simpatia de Washington⁴⁴.

Portanto, a radicalização encontrava espaço suficiente para proliferar no cenário político venezuelano, ganhando o combustível necessário durante as eleições. Chávez convocava seus partidários para irem votar e sabia que era o franco favorito naquele pleito e somente algo inusitado ou trágico poderia lhe retirar a vitória. Entretanto, ainda havia a possibilidade de um número considerável de abstenções, o que provocou uma atitude considerada inusitada por parte do presidente: ele também convocava os eleitores de seu adversário, Manuel Rosales, a votarem no dia das eleições, porque dizia ser tão democrático que também desejava ver os “descontentes” manifestando sua vontade. Na verdade, esse fato até certo ponto inusitado significava o imenso domínio de Hugo Chávez nas eleições e no sistema político da Venezuela, naquela época já com a maior parte das estruturas consolidadas em torno de seu projeto de poder. Ele tinha os recursos do petróleo, carisma com os mais pobres, apoio total no Legislativo, nas prefeituras e nos governos regionais, além do incondicional respaldo das Forças Armadas. Portanto, não foi surpreendente que durante as eleições de 2006 ele dissesse que de qualquer maneira iria se reeleger.

Apesar disso, dias antes das eleições o candidato Manuel Rosales passou a radicalizar seu discurso. Na grande mídia venezuelana e principalmente na presença de jornalistas estrangeiros afirmava que a democracia da Venezuela estava doente e fortemente militarizada e, se eleito, reveria todas as medidas de Chávez no que se refere à alçada petrolífera e na postura internacional. No entanto, em 3 dezembro de 2006 Chávez se elegeu novamente presidente da Venezuela e mesmo antes do Conselho Nacional Eleitoral (CNE) divulgar os primeiros resultados oficiais, ele já aparecia no Balcão do Povo do Palácio de Miraflores para comemorar. “[...] os venezuelanos votaram, não por Chávez, mas sim por um projeto que tem nome: o socialismo venezuelano, o socialismo bolivariano”⁴⁵. Portanto, Chávez foi reeleito presidente da

⁴⁴ *Entre denúncias de fraude ou golpe, polarização explode. Folha de São Paulo*, São Paulo, 1º de dezembro de 2006, p.14.

⁴⁵ *Discurso del Presidente de la República Bolivariana de Venezuela, Hugo Chávez Frías, luego de conocido el primer boletín del Consejo Nacional Electoral con resultados de las Elecciones Presidenciales*. Balcón del Pueblo, Palacio de Miraflores, Caracas. 3 de diciembre de 2006, p.688.

Venezuela para um mandato de seis anos com 62,84% dos votos, contra 36,9% de seu opositor Manuel Rosales e as abstenções ficaram em 25,3%⁴⁶.

Como era de se esperar, a euforia foi grande, os partidários de Chávez saíram às ruas soltando rojões e gritando viva a Bolívar e ao presidente. Sua equipe, ao mesmo tempo em que comemorava a vitória eleitoral, já preparava mais um pacote de medidas contendo leis segundo as quais implantaria definitivamente o Socialismo do Século XXI na Venezuela. Após aquele momento, este “Socialismo” passaria a fazer parte cada vez mais constante da retórica presidencial e seria repetido pelo presidente em diversas ocasiões. Porém, pouco se sabia sobre esse Socialismo do Século XXI que em tese seria materializado mediante um pacote de leis previsto para ir à votação em 2007.

Naquele momento, Chávez parecia quase “invencível” nas urnas e a sensação era de que qualquer proposta que fizesse seria aclamada pela maioria que ele insistia em formar mediante uma tática de enfrentamento com os setores sociais da antiga oligarquia. Também passava a imagem de que qualquer candidato que apoiasse, seja à Assembleia Nacional ou aos governos locais, se elegeria. Porém, para o presidente Chávez, apenas seria mais um passo para que se intensificassem os projetos defendidos pelo mesmo e tudo indicava que a Venezuela logo passaria por outro plebiscito. Portanto, os efeitos causados pela centralização do sistema político venezuelano permitiram a Chávez implementar uma política externa assertiva, o que viabilizou o projeto de integração com os países latino-americanos e viabilizou a adesão da Venezuela ao MERCOSUL. Sem dúvida, atitudes empregadas no âmbito interno influenciaram na política externa da Venezuela entre 1999 e 2006, tal como demonstra o próximo item.

2.3 – Desdobramentos da política externa da Venezuela na era Chávez (1999-2006): a postura assertiva para uma reafirmação ideológica

A política externa dos países pode operar sob um aspecto muitas vezes diferenciado do âmbito interno. Em alguns casos, pode-se afirmar que sofre pouca influência, principalmente se determinada nação apresentar uma linha de atuação internacional pragmática e historicamente bem definida. Porém, este não foi o caso da Venezuela na gestão Chávez entre 1999 e 2006. Ao contrário, as transformações empregadas pelo mesmo no âmbito interno rumo a um sistema político centralizado na figura do presidente da República, bem como dependente dele, interferiram e refletiram

⁴⁶ *Resultado de la Elección Presidencial – 3 de diciembre de 2006. Consejo Nacional Electoral de la República Bolivariana de Venezuela.*

em sua postura no cenário internacional, por lhe permitir implantar uma política externa mais assertiva. A concentração de atribuições diplomáticas e o foco da política externa na figura de Chávez, principalmente depois de promulgada a Constituição de 1999, puderam ser sentidos no nível de autonomia (ou falta dela) da corporação diplomática pertencente à Casa Amarela e dos ministros de Relações Exteriores que ele nomeou. “[...] há pouca ou nenhuma autonomia dos ministros de Relações Exteriores e da instituição em si com relação ao presidente” (VILLA, 2007, p.8). Tais atitudes tiveram duas consequências importantes para esta análise. A primeira delas foi a deterioração nas relações com os Estados Unidos, o principal comprador do petróleo venezuelano em 1999 quando Chávez tomou posse. O segundo foi a priorização das relações com a América Latina, visando principalmente os países sul-americanos que culminou com a adesão da Venezuela ao Mercado Comum do Sul (MERCOSUL). O primeiro motivo foi decisivo para que houvesse o segundo como uma maneira do presidente Chávez atenuar – ainda que com dificuldades – os problemas com os Estados Unidos provocados pelas medidas que estava implantando na Venezuela. Mesmo assim, o petróleo continuou a ocupar um espaço central na política externa venezuelana, representado pelo esforço do presidente em recuperar os preços do barril mediante viagens realizadas no ano 2000, política que surtiu resultados pelo incremento nos preços do produto, principalmente a partir de 2003.

Sem dúvida, após 1999 houve uma ruptura de política externa em relação ao que historicamente os governos venezuelanos vinham definindo como as “linhas gerais” de sua política exterior, principalmente entre 1958 e 1998. Os problemas com os norte-americanos tiveram início quando Chávez era presidente eleito, em dezembro de 1998. Os Estados Unidos diziam enxergar o ex-militar como potencial ameaça à democracia, principalmente pelo passado golpista e pela ligação com movimentos de esquerda venezuelanos. “O Departamento de Estado dos EUA, que negara visto a Chávez por causa de sua tentativa de golpe em 1992, afirmou estar preparado para iniciar o processo de concessão de visto, caso o documento seja requerido”⁴⁷. Na realidade, os norte-americanos não estavam interessados se Chávez ameaçava ou não a democracia, mas sim se os interesses econômicos e geopolíticos dos norte-americanos seriam preservados em seu governo, principalmente os investimentos no setor petrolífero. As

⁴⁷ MALBERGIER, Sérgio. *EUA admite conceder visto a Chávez*. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 8 de dezembro de 1998, p.12.

nacionalizações promovidas na PDVSA provaram que as preocupações de Washington poderiam ser justificáveis.

Portanto, quando o presidente da Venezuela planejou sua primeira viagem aos Estados Unidos em fevereiro de 1999, cancelou-a rapidamente por não ter conseguido agendar uma reunião com o presidente Bill Clinton (1993-2000). Por outro lado, Chávez sabia que deveria ampliar a inserção venezuelana no cenário internacional, melhorando a atuação de sua política externa no âmbito regional. Logo quando assumiu, em fevereiro de 1999, definiu como prioridades de sua inserção na América Latina três faixas: caribenha, amazônica e andina. Muitas das propostas já haviam sido defendidas por seus antecessores, porém, diferente deles, Chávez tinha como propósito aprofundar as negociações entre a Comunidade Andina de Nações e o MERCOSUL, tornando esses dois blocos de integração prioritários e não mais os Estados Unidos, tal como vinha acontecendo desde o início do século XX, quando começou a exploração petrolífera neste país. Por outro lado, tinha consciência que não poderia atrapalhar o comércio com os norte-americanos, ainda compradores de 80% do petróleo venezuelano. Ademais, os norte-americanos prezavam pela manutenção de sua política energética, da qual o petróleo era a principal fonte e colocavam as reservas petrolíferas venezuelanas como estratégicas aos interesses norte-americanos, pois se localizam fora do Oriente Médio. Por isso, qualquer atitude desse novo governo, pelo qual Washington pensasse estar “extrapolando” a retórica diplomática, poderia ter consequências mais graves do que uma simples troca de acusações (VALENTE, 2010, p.4).

Mesmo assim, Chávez optou por uma postura crítica e combativa frente aos países desenvolvidos, à globalização e ao neoliberalismo, todos esses projetos de nação muito populares no fim da década de 1990 e início dos anos 2000. O presidente venezuelano preferia convocar as nações em desenvolvimento a se unirem. Defendia essa tese como única forma de solucionar o problema da dívida externa bem como de superar a crise mundial daquele período que havia impactado os países asiáticos e na América Latina afetou o México, o Brasil e a Argentina. “Para os países mais pobres altamente endividados, a crise já tem sido intolerável o que por muitos anos tem sido uma difícil situação [...]”⁴⁸. Ademais, também culpava as nações desenvolvidas pelo malogro da Rodada do Milênio na Organização Mundial do Comércio (OMC), realizada em dezembro de 1999. Neste arcabouço, às organizações internacionais, a exemplo da

⁴⁸ *Discurso del Presidente de la República Bolivariana de Venezuela, Hugo Chávez Frías, con motivo de la sesión inaugural de la IX Reunión Cumbre de Jefes de Estado y de Gobierno del Grupo de los 15. Montego Bay, Jamaica. 10 al 12 de febrero de 1999, p.52.*

Organização das Nações Unidas (ONU), não eram poupadas de críticas. Por outro lado, o presidente da Venezuela adotava a estratégia de se portar como vítima de uma “campanha externa” promovida por jornais norte-americanos que o estavam “difamando” nos editoriais, tais como o *The New York Times* e o *The Washington Post*, acusando-os de serem os responsáveis por prejudicá-lo na relação com os EUA.

Em realidade, o governo norte-americano acompanhava com atenção o que acontecia internamente e demonstraram desagrado pela maneira como Chávez estava conduzindo o processo de elaboração da Constituição, principalmente quando o Congresso Nacional venezuelano foi obrigado a encerrar temporariamente suas atividades por determinação da Assembleia Constituinte, dominada por partidários de Chávez. A *Central Intelligence Agency* (CIA) passou a emitir documentos afirmando que Chávez realmente tinha intenções de “exportar” sua revolução. Após a manifestação dos norte-americanos, o governo venezuelano decidiu amenizar levemente o tom dos discursos, chegando a classificar a preocupação dos Estados Unidos como “normal”⁴⁹, pois uma imagem externa negativa poderia atrapalhar as trocas comerciais e agravar a difícil situação financeira do país durante os primeiros anos de governo. Isso pôde ser entendido pelo fato de naquele momento o presidente Chávez estar em uma situação delicada, pois as instituições que teoricamente sustentariam o regime ainda não haviam sido institucionalizadas e a centralização do sistema político em torno do Poder Executivo não havia sido concluída. Por isso, em discurso realizado em fevereiro de 2000 diante de diplomatas estrangeiros que serviam em Caracas, o presidente da Venezuela fez questão de enfatizar o caráter pacífico de sua revolução e que tinha logrado êxito sem derramar sangue e nem perseguir seus adversários, aproveitando para rotular os governos que o antecederam de ditatoriais, visando desviar o foco do perfil centralizador de suas reformas constitucionais.

Aproveito para ratificar diante de todos vocês e peço, ao mesmo tempo, que levem esta mensagem a seus governos, a seus países, a seus povos, esta mensagem de reorientação de nossa política exterior, soberana, aberta, plena, integracionista, uma política em defesa da integração dos povos, uma política em defesa a fundo dos direitos humanos fundamentais do homem, em defesa da paz⁵⁰.

Chávez utilizava a política externa como uma maneira de difundir a revolução bolivariana, embora seus discursos variassem entre o desejo de exportá-la e a

⁴⁹ *EUA dizem estar muito preocupados. Folha de São Paulo*, São Paulo, 27 de agosto de 1999, p. 12.

⁵⁰ *Discurso del Presidente de la República Bolivariana de Venezuela, Hugo Chávez Frías, con motivo del acto de salutación del año nuevo del cuerpo diplomático acreditado en Venezuela*. Casa Amarilla, Caracas. 11 de enero de 2000, p.17.

possibilidade de mantê-la apenas na Venezuela. Em realidade, utilizava o discurso revolucionário para atenuar a imagem de presidente não-democrático.

Não obstante, após ser reeleito em julho de 2000, Chávez se lançou em uma série de dez viagens aos países petrolíferos membros da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP). Ele via no fortalecimento do cartel a saída viável para manter o preço do produto a níveis competitivos, não o permitindo estar sujeito a quedas bruscas. Chávez propôs estabelecer um acordo com os países produtores que criassem um mecanismo de autocorreção dos preços do petróleo entre US\$ 22 e US\$ 28, mediante o aumento ou diminuição da produção em 500 mil barris cru diariamente (SILVA, 2004, p.13). A Venezuela continuava uma nação dependente das rendas desta *commodity*, o que a tornava vulnerável aos rompantes do mercado internacional. Ademais, Caracas desejava sediar a II Cúpula de Chefes de Estado e de Governo dos países membros da OPEP que contaria com a presença de reis, príncipes, imperadores, presidentes e demais mandatários. Algo dentro da normalidade se não fosse o fato de Chávez ter incluído em seu roteiro visitar nações e governantes que desagradaram os Estados Unidos, tais como a Líbia de Muammar Kadafi, o Irã de Mouhammad Khatami e o Iraque de Saddam Hussein, três países considerados “patrocinadores do terrorismo” pelo Departamento de Estado dos EUA.

A visita a Saddam Hussein foi a que mais desagradou os norte-americanos, pois se disseram incomodados pelo fato do primeiro chefe de Estado a se encontrar com o líder iraquiano desde o fim da Guerra do Golfo (1991) ser um democraticamente eleito. Eles descreveram a visita como uma “bofetada na cara” dos Estados Unidos. Por outro lado, o chanceler venezuelano José Vicente Rangel respondeu que Chávez não estava contrariando resoluções da ONU e tampouco se sentiam “envergonhados” em serem vistos ao lado de Saddam. Em sua visão, os norte-americanos deveriam se “sentir mal” pelo fato de terem apoiado ditadores como Pinochet (Chile) e Somoza (Nicarágua), bem como financiado as ditaduras militares na América do Sul nas décadas de 1960 e 1970 e as guerras sujas na América Central na década de 1980⁵¹.

Enquanto o governo venezuelano tentava reorganizar o cartel da OPEP, na América Latina a palavra que movia a atuação de Chávez era a integração. O presidente venezuelano cobrava dos demais países latino-americanos uma postura mais ativa e crítica no cenário internacional, que comportasse as transformações ocorridas até aquele

⁵¹FARHA, Paulo Daniel. *Chávez rompe o isolamento de Saddam*. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 10 de agosto de 2000, p. 17.

momento no cenário mundial, advertindo aos tecnocratas. “Podemos dizer que a integração é algo muito sério para deixá-la apenas no âmbito econômico ou somente no âmbito técnico”⁵². Na verdade o projeto da integração continental não correspondeu a uma transformação de intenções, mas sim uma mudança de atitude, pois a Venezuela passou a adotar um novo estilo e uma intensidade maior, pois o que poderia ser entendido a partir da postura do presidente seria que os “novos tempos” não comportavam o neoliberalismo e a hegemonia dos Estados Unidos. Em sua visão, a consolidação de democracias fortes na América Latina dependeria de duas variantes: a primeira delas era aprofundar o processo de integração entre países, principalmente em seu sentido político ao criar instituições conjuntas a serem gerenciadas tanto no setor financeiro quanto no político e até mesmo no militar. O segundo ponto seria aprofundar os canais de participação popular e de intervenção do eleitorado nas decisões dos governos. Estes dois fatores eram considerados essenciais na construção de uma democracia em seu sentido “bolivariano”, embora negasse o desejo de “exportar” sua revolução.

Todavia, ao menos aparentemente havia uma incompatibilidade de pensamento e propósitos entre os países do continente que ficava cada vez mais nítida naquele momento. Na Cúpula das Américas ocorrida em abril de 2001 na cidade de Quebec no Canadá, o governo venezuelano adotou uma postura crítica manifestada na declaração conjunta dos países, firmada após o término das negociações entre eles. Nela, a Venezuela expôs suas reservas ao longo do texto principalmente no que dizia respeito ao fortalecimento da democracia representativa, a defesa deste modelo e na decisão hipotética de finalizar as negociações envolvendo a Área de Livre Comércio das Américas (ALCA) no prazo máximo de dezembro de 2005. Caracas desejava a suspensão imediata das negociações e a recusa do acordo. Neste documento, o tom não sintonizado com a política externa da Venezuela era perceptível e em uma das partes os países diziam, evasivamente: “Não recusamos a globalização, nem estamos seduzidos por seu fascínio”⁵³.

No entanto, ainda havia espaço para as relações Caracas-Washington se deteriorarem mais. Quando terroristas lançaram aviões contra as torres do *The World*

⁵² *Discurso del Presidente de la República Bolivariana de Venezuela, Hugo Chávez Frías, con motivo de la reunión del Sistema Andino de Integración*. Banco Central de Venezuela, Caracas. 18 de agosto de 2000, p.386.

⁵³ *Declaração da Cidade de Quebec, abril de 2001*. In. (Anexo III) CARDIM, Carlos Henrique & GUIMARÃES, Samuel Pinheiro (orgs). **VENEZUELA: Visões Brasileiras**. Brasília: Fundação Alexandre Gusmão, 2003, p.346-353.

Trade Center na cidade de Nova Iorque em 11 de setembro de 2001, a comunidade internacional ficou sensibilizada com o fato e o presidente Bush logrou respaldo interno e externo na invasão do Afeganistão. Chávez se intrometeu na contenda e criticou a invasão daquele país dizendo que não poderiam combater o terror provocando mais terror. O presidente venezuelano mostrou na televisão fotos de crianças possivelmente mortas nos bombardeios. O governo dos Estados Unidos não gostou da atitude e convocou a embaixadora norte-americana em Caracas, Donna Hrinak, para “consultas”. “O incidente diplomático foi apenas o mais recente de uma série de atritos entre a Casa Branca e Chávez, visto com suspeitas pelos EUA devido ao seu discurso nacionalista e seus contatos com Cuba”⁵⁴.

Por trás da aparente postura ideológica do presidente venezuelano que tanto irritava os norte-americanos e trazia intranquilidade ao comércio bilateral petrolífero, estavam posturas objetivas da Venezuela com o intuito de diversificar compradores de seu pesado petróleo, como consequência de uma política externa mais assertiva devido ao processo de concentração de poderes diplomáticos como atribuições do presidente da República. Isso foi demonstrado nas visitas que Chávez fez a Rússia e a China. Com estas duas nações os objetivos eram diferenciados. Dos russos, buscava cooperação tecnológica e um mercado propício para comprar armamentos. Dos chineses, esperava se beneficiar do acelerado crescimento econômico daquele país, grande consumidor de petróleo. Também era considerada estratégica a aproximação com os países do MERCOSUL, com intenções de firmar compromissos no setor do petróleo e conseguir investimentos brasileiros na Venezuela, dois pontos que viabilizaram a entrada venezuelana naquele bloco, melhor discutido no capítulo 4.

Portanto, o discurso do presidente venezuelano convocando o Brasil e os demais países sul-americanos a se unirem tinha um fundamento objetivo de um governante que desejava ter parceiros regionais e, ao mesmo tempo, diminuir a influência do capital norte-americano na região, ainda que fosse um esforço que não havia apresentado resultados concretos naquele momento, pois os Estados Unidos estavam envolvidos em sua política antiterrorismo com a invasão do Afeganistão. Isso fez com que a chancelaria venezuelana se esforçasse até patamares que extrapolavam o peso da Venezuela no continente e Chávez elogiasse atitudes de seus colegas latino-americanos muitas vezes sem uma reflexão mais abrangente sobre o assunto, a exemplo do elogio

⁵⁴ *Bush chama embaixadora em Caracas. Folha de São Paulo*, São Paulo, 2 de novembro de 2001, p.19.

feito por Chávez à política de reforma agrária do governo Fernando Henrique Cardoso, no Brasil.

Portanto, o ativismo presidencial e a condução do presidente nas escolhas que a política externa da Venezuela fez foi visível após Chávez assumir o poder e tomou proporções ainda maiores quando institucionalizou seu regime e controlou a PDVSA. No entanto, internamente Chávez estava sendo cada vez mais pressionado pelo acirramento das divergências com a oposição. Os Estados Unidos usavam o descontentamento dos opositores para incentivá-los, mediante táticas não oficialmente reconhecidas, a desestabilizar o governo local. Quando surgiu a onda de protestos da Venezuela em 2002 e os quartéis começaram a se agitar, alguns militares venezuelanos sondaram diplomatas norte-americanos sobre como Washington reagiria em um possível golpe de Estado, mas os Estados Unidos não demonstravam simpatias a respeito. Entretanto, pouco tempo depois o Departamento de Estado reviu sua posição e o levante contra Chávez – que o retirou a presidência por 72 horas – contou com o respaldo de Washington. Durante o governo Carmona, os Estados Unidos e a Espanha rapidamente o apoiaram. Na América Latina as reações foram variadas, mas a maioria das nações, inclusive o Brasil e demais países do MERCOSUL, não reconheceram o governo de Pedro Carmona. Embora o presidente brasileiro Fernando Henrique Cardoso tenha dito que a Venezuela “precisava de eleições”, a chancelaria brasileira condenou o golpe⁵⁵.

Com o malogro na destituição e Chávez já reconduzido ao poder, os países latino-americanos, em sua maioria, se apressaram em alertá-lo estarem contra uma possível “caça as bruxas”, sempre lembrando que deveria respeitar a democracia. Já os EUA disseram que o levante tinha sido uma maneira de “dar uma lição” a Chávez, bem como pronunciou a então Conselheira de Segurança Nacional do governo Bush, Condoleezza Rice. “Os Estados Unidos, que não condenaram o golpe militar contra o presidente venezuelano [...] disseram ontem, após seu retorno ao poder, que suas políticas não estavam funcionando e que ele deveria ouvir mais a população do país”⁵⁶. Paul Krugman, colunista do jornal norte-americano *The New York Times* afirmou que a atitude dos Estados Unidos havia sido “tola” e apesar de Hugo Chávez estar longe de

⁵⁵ Apesar do tom cauteloso de Cardoso, poucas horas antes de Chávez ser destituído ele ligou para Fernando Henrique e lhe descreveu a situação, admitindo a possibilidade de enfrentamento armado entre o governo e a oposição e, em contrapartida, queria o apoio do brasileiro a sua permanência (JONES, 2008, p.345).

⁵⁶ Para EUA, Chávez deve ‘aprender lição’. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 15 de abril de 2002, p.10.

ser o presidente que a Venezuela precisava foi o escolhido pelo povo daquele país. “É por isso que todos os países democráticos do hemisfério ocidental [...] criticaram o golpe contra ele”⁵⁷. Embora negassem, os EUA haviam dado respaldo ao movimento que retirou Chávez do poder. Os norte-americanos festejavam a queda dele porque teria impacto nos preços do petróleo, pois Carmona, como parte do acordo com diplomatas daquele país, pretendia promover uma maior abertura e, ao mesmo tempo, enfraqueceria o processo de reestruturação da OPEP, do qual Chávez estava se empenhando. Ademais, Washington não teria mais um presidente crítico a suas ações comandando uma nação petroleira e estratégica aos interesses dos Estados Unidos, pondo fim à “influência negativa” na região.

A OEA também condenou o golpe de Estado e reforçou seu apoio a Chávez, que recebeu a visita do Secretário Geral da Instituição, Cesar Gaviria, poucos dias após o movimento que culminou na temporária destituição do presidente. Apesar disso, a organização não via com bons olhos a massiva presença de militares ocupando cargos considerados estratégicos no governo. Porém, aquela instituição ignorava (ou fingia ignorar) o fato de justamente o apoio dos militares e sua presença em cargos estratégicos ser uma haste do regime chavista e extremamente útil quando a Constituição de 1999 lhes concedeu direito a voto. Em realidade, a tentativa de destituí-lo foi considerada desastrosa por grande parte da opinião pública mundial, inclusive entre aqueles simpáticos à destituição do líder venezuelano. Diversos segmentos sociais dos países da América Latina condenaram o golpe e inevitavelmente recordavam os golpes de Estado promovidos por militares com o apoio dos Estados Unidos nas décadas de 1960, 1970 e 1980, ainda assunto sensível para muitos setores sociais da sociedade latino-americana.

Chávez aproveitou para condenar ainda mais os Estados Unidos e reforçar a imagem dos norte-americanos perante o mundo de imperialistas e apoiadores de golpes de Estado. Como resultado, a OEA e o Centro Carter propuseram criar um grupo de conversa para mediar um entendimento, ainda que mínimo, entre Chávez e a oposição, o que não foi aceito pelos opositoristas. O presidente venezuelano utilizou a recusa para criticá-los em seus discursos que realizava no exterior. Com o acirramento da disputa entre Chávez e a oposição que havia organizado um “paro” petroleiro, que durou de dezembro de 2002 a fevereiro de 2003 praticamente paralisando a produção, a

⁵⁷KRUGMAN, Paul. *Atitude dos EUA foi tola*. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 17 de abril de 2002, p.14.

comunidade internacional passou a monitorar a situação venezuelana mais atentamente, salientando a necessidade de diálogo. Em que pese os movimentos tanto contrários quanto favoráveis a Chávez, naquele momento a Venezuela era o quinto maior produtor de petróleo do mundo e não havia muita alternativa, a não ser garantir o fornecimento do produto a seus compradores, em especial aos norte-americanos.

Por isso, Chávez “furava” a greve colocando militares para operar o sistema da PDVSA a fim de garantir o fornecimento de petróleo aos Estados Unidos, que importavam diariamente 1,5 milhões de barris da Venezuela. Naquele momento os EUA não poderiam ficar sem petróleo, pois invadiriam o Iraque para depor Saddam Hussein com a justificativa que o mesmo possuía armas de destruição em massa, acusação nunca comprovada. Chávez, por sua vez, criticava a invasão do Iraque e demonstrava simpatia por alguns candidatos à presidência nos países vizinhos, tal como Lula no Brasil.

Quando se elegeu, em plena crise petrolífera venezuelana, o líder brasileiro garantiu ajudar Chávez a atenuar os efeitos da greve e, em outro momento, a negociar com a oposição. Com os problemas nas refinarias, a Venezuela enfrentou desabastecimento, principalmente de combustíveis que foram em parte supridos pelo envio de 520 mil barris (aproximadamente 82 milhões de litros) de gasolina do Brasil entregue por um navio da Petróleo Brasileiro S/A (Petrobras), decisão tomada em comum acordo entre Lula e o presidente Fernando Henrique.

Embora não admitisse, Chávez não poderia comprometer o fornecimento de petróleo aos norte-americanos, deixando o abastecimento interno para ser suprido mediante o envio de gasolina do Brasil. Esse foi um dos primeiros atos demonstrado pelo presidente Lula de apoio ao governo Chávez, inclusive enviando seu assessor para assuntos internacionais, Marco Aurélio Garcia, no intuito de mediar a situação. No entanto, a oposição venezuelana criticava a atitude do governo brasileiro e o acusava de ingerência nos assuntos internos bem como de apoio a Chávez, retirando a imagem de neutralidade que a chancelaria brasileira queria mostrar. Como o Brasil vivia um momento de transição política, a garantia de apoio proporcionada por Lula a Chávez gerava desconfiança de setores sociais na América Latina de que se formaria uma parceria “anti-norte-americana”, apesar de Washington nunca ter se pronunciado publicamente a respeito disso e tal aliança nunca ter existido. Era uma tese, inclusive, muito difundida pelos adversários de Chávez que tentavam desqualificar o papel de mediador desempenhado pelo Brasil e demonstravam nítida preferência pela mediação norte-americana comandada por funcionários de Bush.

Com o problema do “paro” resolvido no início de 2003, o presidente da Venezuela voltou a falar sobre a criação de novos organismos internacionais voltados somente a ajudar os países em desenvolvimento. Em uma proposta relativamente polêmica, defendia junto às conferências internacionais a criação de um Fundo Humanitário Internacional alimentado com dinheiro apreendido do narcotráfico e de venezuelanos que segundo ele haviam se enriquecido pela corrupção na PDVSA e viviam em Miami. Na verdade, por trás da postura combativa escondia à intenção de demonstrar que o envolvimento do presidente na divulgação de sua política externa seria produto da ruptura em relação à orientação de seus antecessores, em alguns casos, maior do que realmente havia sido empregada. Com isso, Chávez desejava demonstrar que o sistema político da Venezuela não era totalmente controlado por ele e que a condução da política externa também contava com a participação ativa da Casa Amarela, o que não correspondia com a realidade. Para Romero (2010)

[...] encontramos-nos diante de um modelo político que se sustenta na construção de uma visão de mundo na qual o enfoque “amigo-inimigo” da política, o uso indiscriminado da tese sobre a “vontade da maioria” e o afã de promover um “pacote ideológico” radical mesclaram-se com tradições nacionais tais como o ativismo internacional e o presidencialismo, configurando uma oferta que contou com um verbo poderoso e uma capacidade de gasto público que contempla importantes programas sociais (ROMERO, 2010, p.2).

Em 2004, as pressões em torno da realização de um referendun revocatório de seu mandato geravam mais problemas a Chávez, que precisou de mediação internacional, embora demonstrasse constante intransigência em negociar com a oposição que no seu ponto de vista era ilegítima e golpista. Neste período também havia o interesse brasileiro de mediar o conflito venezuelano como parte de uma estratégia da diplomacia brasileira de se firmar como liderança regional no âmbito sul-americano.

Sendo assim, o Brasil e um grupo de países propuseram a criação do Grupo de Amigos da Venezuela. Essa iniciativa seria uma aliança entre governos encarregada de mediar as conversas entre Chávez e a oposição, visando pôr fim às hostilidades. Contudo, o processo de instituição do mesmo não transcorreu de forma tranquila e tampouco Chávez a aceitou com facilidade. Apesar disso, ficou estabelecido que seis países fizessem parte do Grupo de Amigos da Venezuela: Brasil, México, Portugal, Chile, Estados Unidos e Espanha. Entretanto, Chávez ficou descontente e discordava da formação do Grupo, principalmente por conter a participação de Estados Unidos e

Espanha. Segundo ele, os governos desses países apoiavam os opositores e respaldaram o golpe de Estado de abril de 2002. Ao invés deles, queria incluir Rússia, Cuba, China, Trinidad y Tobago e França. Porém, Lula não aceitava a proposta porque retardaria a formação do Grupo e inviabilizaria a iniciativa, o que poderia trazer um questionamento da capacidade de liderança brasileira na mediação do conflito venezuelano. Apesar disso, após conversar com Lula em Brasília, Chávez acabou aceitando a formação do Grupo de Amigos com seus respectivos membros⁵⁸.

Na verdade, a Venezuela necessitava com certa urgência de uma mediação internacional em seu conflito interno e apesar dos problemas gerados o entendimento entre os líderes brasileiro e venezuelano surtiu efeitos positivos em dois pontos. O primeiro deles foi o recuo de Chávez em sua oposição à presença espanhola e norte-americana no Grupo de Amigos. O segundo ponto estava ligado à anuência de Chávez com relação ao referendado revocatório de seu mandato, o que conseqüentemente também visava diminuir sua imagem de presidente antidemocrático e centralizador que em alguns momentos poderia atrapalhá-lo internacionalmente. Ademais, o objetivo do presidente não era apenas ganhar o apoio interno para vencer o referendado como também recuperar a péssima imagem que estava tendo no cenário internacional, usando como ferramenta o discurso de integração dos povos latino-americanos.

Por isso, um grupo de intelectuais, políticos e artistas brasileiros enviou um manifesto de apoio ao presidente Chávez. Dentre estas pessoas havia personalidades de reconhecido respeito na América Latina e no Brasil, tais como o arquiteto Oscar Niemayer, o economista Celso Furtado, o cantor e compositor Chico Buarque, dentre outros. Segundo o documento, os brasileiros apoiavam Chávez, principalmente em sua luta contra a manipulação dos monopólios de comunicação, em consonância com a Constituição da Venezuela, afirmando que “estamos certos de que no próximo dia 16 de agosto [2004], o povo venezuelano será vitorioso e construirá uma pátria livre e justa, a pátria com que sonhou Simón Bolívar”⁵⁹. Ademais, Hugo Chávez recebeu apoio de grande parte dos presidentes de países latino-americanos, inclusive os do MERCOSUL, em uma reunião realizada em julho de 2004, em *Puerto Iguazú*, na Argentina, aproximadamente um mês antes da realização do referendado.

⁵⁸ CANTANHEDÊ, Eliane & SOLIANI, André. *Chávez recua e diz aceitar Grupo de Amigos*. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 19 de janeiro de 2003, p.13.

⁵⁹ *Se eu fosse venezuelano votaria em Hugo Chávez. Manifesto de Apoio ao Presidente Hugo Chávez*. Caracas, 18 de julho de 2004. Disponível em: <<http://www.voltairenet.org/Intelectuais-e-politicos-do-Brasil>> (acessado em 9 de março de 2012).

Todavia, o presidente da Venezuela estava longe de ser unanimidade no cenário internacional, pois setores da sociedade civil dos países latino-americanos e principalmente a grande maioria dos venezuelanos residentes no exterior faziam campanha contra ele. Contavam com o apoio discreto dos Estados Unidos que operavam por intermédio de Organizações Não Governamentais (ONGs) a exemplo do *National Endowment for Democracy* (NED), criada durante a gestão Ronald Reagan (1980-1988) para financiar governos ou setores sociais favoráveis aos interesses dos EUA. A NED operava na Venezuela mediante a *Súmate*⁶⁰, responsável por coletar assinaturas da população favoráveis ao referendun bem como a saída imediata de Chávez do poder (MARINGONI, 2009, p.157). Para os norte-americanos, o venezuelano promovia um “paternalismo petrolífero” que distorcia a vida política da nação, pois provocava uma sensação de avanço econômico em troca da renúncia às liberdades individuais e coletivas já garantidas. Percebe-se que tanto Chávez quanto a oposição tinham apoiadores influentes no cenário internacional.

O referendun revocatório do mandato presidencial atingiu um patamar até certo ponto de ineditismo na época e os setores sociais favoráveis a Chávez fizeram questão de divulgar esse ponto de vista. Em realidade, o referendun revocatório proporcionou ainda mais visibilidade à Venezuela no cenário internacional e passou a dividir atenções com outros temas em voga naquele momento, tais como a reforma das Nações Unidas e a Guerra no Iraque, que Chávez tanto criticava em seus discursos. Até mesmo o conceituado historiador Eric Hobsbawm se envolveu no assunto e figurou entre as personalidades que assinaram o manifesto de apoio ao presidente da Venezuela, redigido por um grupo de intelectuais e artistas latino-americanos. Para Hobsbawm, o fiasco das políticas neoliberais adotadas pelos países em desenvolvimento produziu o que chamou de “fenômeno Chávez”. Em uma análise macro, o historiador britânico atribuía ao fracasso das políticas elaboradas pelo Consenso de Washington como os responsáveis por viabilizar os governos mais afinados com a esquerda na América Latina, salientando:

[...] não creio que Chávez seja uma “alternativa real” para a esquerda latino-americana. [...] Chávez é uma alternativa da

⁶⁰ A *Súmate* era comandada por María Corina Machado, conhecida opositora do presidente Chávez que mais tarde se encontraria com Bush na Casa Branca em agosto de 2005. Na ocasião, ela afirmou que “o mundo entendia mal” a Venezuela e principalmente seu desdobramento político interno, por isso ainda estavam apoiando Chávez e não pressionavam os Organismos Internacionais a não reconhecerem a Venezuela sob um regime democrático. Por outro lado, Corina Machado também respondia a processos na justiça venezuelana segundo os quais afirmavam que utilizava a *Súmate* para financiar “conspirações” contra o governo Chávez (MARINGONI, 2009, p.157).

esquerda venezuelana, e não a alternativa. Apesar disso, sem dúvida seu exemplo tem encorajado a esquerda em outros países⁶¹.

A vitória no referendun de agosto de 2004 aprofundou o distanciamenlo da Venezuela frente aos Estados Unidos e a aproximação com a América Latina, principalmente com o Brasil e demais membros do MERCOSUL. O presidente Lula, que por meios “não oficiais” apoiou Chávez o tempo inteiro, passou a alertá-lo sobre a necessidade de manter a “humildade” e a “responsabilidade”. Já os Estados Unidos, que “extraoficialmente” não apoiaram Chávez, demoraram a reconhecê-lo como vitorioso do pleito fazendo isso somente após dois dias do término da apuração. Para o governo Bush, os resultados “deram a entender” que Chávez obteve a maioria dos votos em favor de sua permanência no poder.

Aproveitando-se da vitória no pleito de 16 de agosto de 2004 e da alta nos preços do barril de petróleo, Chávez pôde se dedicar ainda mais à construção de sua política externa mais assertiva bem como intensificar o processo de condução pessoal da inserção venezuelana no cenário internacional, já fortemente controlado por ele. Em um dos primeiros encontros internacionais pós-referendun, sucedido em Manaus, Chávez voltou a defender com veemência uma integração sul-americana e propôs a criação da Alternativa Bolivariana para Nossa América (ALBA), como uma “alternativa patriótica de libertação” aos povos latino-americanos⁶².

Em discurso no Fórum Social de Porto Alegre, Brasil, em janeiro de 2005, Chávez voltou a criticar Bush e os Estados Unidos, dizendo se tratar de um “imperialismo diabólico”, ao mesmo tempo em que arrancava aplausos das pessoas presentes, a maioria delas pertencentes a movimentos sociais brasileiros, a exemplo do Movimento dos Sem Terra (MST) e Central Única dos Trabalhadores (CUT). Portanto, Chávez reivindicava a liderança no papel de principal crítico dos Estados Unidos na América Latina e, em parte, obtinha êxito nessa empreitada. Devido a tais atitudes, os Estados Unidos elaboraram um plano de contenção da influência do “chavismo” na região, principalmente entre os países com situação política instável, casos do Equador e da Bolívia. Isso porque a campanha norte-americana que contava com o apoio dos grandes meios de comunicações privados não estava surtindo o efeito desejado por Washington que seria neutralizar Chávez no âmbito regional. “Agora é oficial: os EUA

⁶¹HOBSBAWM, Eric (em entrevista). *Fiasco neoliberal produziu Chávez, diz Hobsbawm*. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 15 de agosto de 2004, p.28.

⁶²Melhor discutido no capítulo 4.

estão elaborando uma política de “contenção” do presidente da Venezuela [...] acusado de estar “subvertendo” os países mais instáveis da América Latina”⁶³.

Em 2005, Chávez iniciou um processo de sucessivas compras de materiais bélicos em uma soma considerada alta por alguns países vizinhos (Argentina e Colômbia) e pelos Estados Unidos. A maior parte delas vinha dos russos, de quem Chávez adquiriu 100 mil fuzis AK47, 50 caças do modelo Mig-29 STM e 40 helicópteros de patrulha. Dos espanhóis, firmou um acordo para comprar aviões militares em que o valor chegou a mais de €1 bilhão (VILLA, 2008, p.5-23). Os governos latino-americanos se preocupavam, pois acreditavam que as aquisições do governo bolivariano poderiam desencadear uma “corrida armamentista” na região. “Setores políticos colombianos também criticaram a venda de armas da Espanha a Venezuela”⁶⁴. A Argentina se justificava afirmando que uma soma elevada na compra de armamentos poderia gerar instabilidade na região sul-americana, o que atrapalharia a recuperação econômica dos países. Entretanto, essa “preocupação” argentina não poderia ser levada muito a sério, pois quando Chávez manifestou interesse em comprar um velho reator nuclear da Argentina, o governo Kirchner demonstrou pleno interesse no negócio para “se livrarem” do velho objeto e a intervenção de Washington foi determinante para que Chávez desistisse do negócio.

O Brasil não demonstrava uma preocupação aparente com as compras bélicas feitas por Chávez, pois os brasileiros tinham investimentos na Venezuela e sabiam que se ele não conseguisse comprar aviões dos espanhóis poderia recorrer ao Brasil junto a Empresa Brasileira de Aeronáutica (Embraer). Por isso, as relações de Chávez com a maioria dos países latino-americanos continuavam boas, sobretudo se comparadas as relações com os Estados Unidos. O governo Chávez havia projetado melhor a imagem da Venezuela no mundo e principalmente no continente, embora em vários momentos por motivos considerados negativos. Ao ser tratado por setores sociais latino-americanos como uma liderança combativa do poder hegemônico dos EUA, o presidente da Venezuela dava sinais de acreditar nisso. O fato de comandar uma nação petrolífera em um momento de alta nos preços contribuía para crer que poderia ser tratado como tal, além de lhe proporcionar um pouco mais de peso político do que outras nações do continente com o patamar econômico parecido ao da Venezuela.

⁶³ ROSSI, Clóvis. *EUA querem conter influência de Chávez*. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 15 de março de 2005, p.11.

⁶⁴ *Argentina adverte Chávez sobre armas*. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 1^o de abril de 2005, p.14.

Por isso, Chávez gostava que suas aparições nos Organismos Internacionais fossem comentadas e tivessem repercussões, em alguns casos sem exatamente medir as consequências. Em setembro de 2005, proferiu um discurso objetivo e rápido na ONU desqualificando o papel e a eficácia daquela instituição na solução dos problemas sociais e dos conflitos no mundo, dizendo que a mesma fazia parte de um modelo esgotado e desafiou a comunidade internacional a se empenhar na reforma deste Organismo Internacional. Criticou o exclusivismo e a força do Conselho de Segurança (CSNU) que na prática se sobressaía em relação à Assembleia Geral. Sua intenção era criticar os Estados Unidos pela invasão ao Iraque sem obter respaldo daquela instituição, dizendo que aquele país não seria digno de hospedar a sede de um organismo tão importante, defendendo a retirada da ONU dos Estados Unidos⁶⁵.

Neste clima, as tensões com os norte-americanos não iriam diminuir tão cedo. Chávez voltava a criticar a ALCA, mesmo sabendo que os países latino-americanos não estavam dispostos a apoiar tal iniciativa. Por outro lado, os EUA também tiravam vantagens dos problemas internos venezuelanos para semear o clima de tensão entre Chávez e a oposição. A Venezuela vivia um ambiente político complicado devido às eleições legislativas de dezembro de 2005 e pela ameaça de boicote da oposição ao pleito. Através disso, Washington enfatizava o caráter autoritário do governo Chávez. A situação não poderia ser ignorada principalmente pelo Brasil e o presidente Lula “advertiu” Bush quando o mesmo veio ao país em novembro de 2005. O líder brasileiro pediu a Bush que não “animasse” os opositoristas venezuelanos, pois correria o risco de “incendiar” a Venezuela, além de que este grupo político, na visão do brasileiro, não poderia ser considerado um exemplo de democratas. Apesar do pretense esforço, os Estados Unidos continuaram a incentivar o boicote da oposição venezuelana as eleições legislativas de dezembro de 2005. Isto fez com que Chávez elege-se um culpado pela retirada dos candidatos opositoristas nas eleições parlamentares que ocorreram em dezembro de 2005: George Bush. Porém, mesmo conturbado, o processo eleitoral contou com o apoio e o reconhecimento da OEA, dos países do MERCOSUL e da União Europeia.

Dessa forma, o pretense esforço diplomático brasileiro em melhorar a relação Caracas-Washington não contava com a cooperação de Chávez. Em discurso proferido na Marcha Contra o Imperialismo – organizada por seus partidários – o presidente disse

⁶⁵ *Discurso del Presidente de la República Bolivariana de Venezuela, Hugo Chávez Frías, con motivo de la LX Asamblea General de la Organización de las Naciones Unidas (ONU)*. Sede de la ONU, Nueva York, EEUU. 15 de septiembre de 2005, p.481.

que Bush era genocida, louco e bêbado, apelidando-o de *Mister Danger* (senhor perigo)⁶⁶. Chávez se dizia vítima da nova ofensiva dos Estados Unidos devido ao fracasso nas negociações da ALCA, pois afirmava que Bush o culpava pela derrota devido à campanha contrária feita pelo líder venezuelano à iniciativa. Também criticou a Secretária de Estado, Condoleezza Rice. Chamando-a de “condolência”, o venezuelano foi mais longe e chegou a insinuar que os problemas da Secretária de Estado estavam atrelados ao fato de ser solteira, lhe faltando uma “figura masculina” (JONES, 2008, p.444-445). Na verdade, Chávez estava irritado com os EUA por vários motivos, dentre os quais as críticas norte-americanas a maneira como ele vinha conduzindo a Venezuela. Além disso, as políticas implantadas na administração Chávez não estavam beneficiando os norte-americanos, ao contrário, privilegiavam a integração latino-americana e principalmente com os países do MERCOSUL.

Na Venezuela, o ano de 2006 já começava com uma Assembleia Nacional quase unanimemente a favor de Chávez e ele vivia, sem dúvida, um dos melhores momentos desde quando assumira a presidência em 1999. O petróleo estava em alta, os índices econômicos e sociais venezuelanos se recuperando, a oposição interna permanecia dividida e sem estratégia definida e as tentativas de Washington de neutralizá-lo não surtiam o efeito esperado pela Casa Branca. Sendo assim, o governo venezuelano anunciou oficialmente que iria elaborar um Protocolo de Adesão ao MERCOSUL, desejando se tornar um Estado-membro. Chávez entendia ser esse o “melhor” caminho para a nação aprofundar a revolução bolivariana e ainda contava com o respaldo dos membros do bloco na maioria de suas decisões no âmbito doméstico e internacional, o que não acontecia nas relações com os Estados Unidos.

Desta forma, o momento político permitiu a Chávez se envolver em contendas regionais e até mesmo a se exceder no que seria uma política externa assertiva, provocando ingerência nos assuntos internos dos países, principalmente por declarar apoio explícito a candidaturas presidenciais no México (ao preferir Lopez Obrador), na Bolívia (Evo Morales) e no Peru (apoiando Ollanta Humala). No caso peruano a situação atingiu um patamar de excepcionalidade, pois o venezuelano se transformou em uma das principais figuras na campanha eleitoral daquele país na derrota de Humala. Na verdade, as preferências dos presidentes vizinhos por determinado candidato existem, porém na quase totalidade dos casos elas não podem ser explicitadas. Contudo,

⁶⁶O presidente da Venezuela parafraseava um “personagem norte-americano de olhos azuis presente no clássico romance *Doña Bárbara*, de Rómulo Gallegos. No livro, o personagem apropria-se das terras de agricultores venezuelanos ingênuos” (JONES, 2008, p.445).

esta questão trazia em seu bojo uma contenda diplomática entre os países, que poderia prejudicar o pretense equilíbrio geopolítico na região andina. Tal fato desagradava ao Brasil que desejava se reafirmar no papel de líder da região sul-americana. Enquanto isso, Chávez centrava suas energias diplomáticas na consolidação da OPEP como “reguladora” dos preços do petróleo no mercado internacional e na integração sul-americana pela via da ALBA e do MERCOSUL, como estratégia para combater o modelo defendido pelos Estados Unidos.

Tem que fazer um chamado a reflexão aos que tem imposto este modelo ao mundo, e uma reflexão para todos nós, está demonstrado [...] o mundo ou assume a consciência plena [...] ou este mundo vai entrar em grandes desequilíbrios políticos, econômicos, ambientais, que ameaçam a sobrevivência da espécie humana neste planeta para os próximos séculos⁶⁷.

Chávez dizia estar começando a sair do campo das palavras e indo aos fatos e que a América Latina estava realmente avançando na integração, principalmente após a derrota da ALCA, a instituição da ALBA e a entrada venezuelana no MERCOSUL, ocorrida em junho de 2006.

[...] creio que pelo ingresso da Venezuela ao MERCOSUL [...] tomemos este dia em diante, nos propomos que a partir de 4 de julho de 2006, o MERCOSUL entrou em uma nova etapa. [...] É vital para o fortalecimento desta plataforma de integração, desta plataforma unitária, aprofundar os modelos democráticos⁶⁸.

Dias após anunciar-se como o mais novo membro do MERCOSUL, Chávez se lançou em viagens internacionais para firmar novos acordos nas áreas consideradas estratégicas por seu governo, a exemplo do petróleo e no setor militar. De passagem ao Irã, recebeu a Ordem da República Islâmica do Irã em seu primeiro grau do presidente Mahmoud Ahmadinejad. O venezuelano apoiou Ahmadinejad nas críticas às intervenções militares de Israel no Oriente Médio, principalmente na Palestina. Porém, Chávez foi cuidadoso e não pôs em dúvida a existência do holocausto, tal como fez o líder iraniano. Preferiu focar-se na crítica aos Estados Unidos, dizendo que este país era um império cínico e ao mesmo tempo em que falava de democracia, “atropelava” governos democraticamente eleitos, se fossem considerados desfavoráveis aos

⁶⁷ *Discurso del Presidente de la República Bolivariana de Venezuela, Hugo Chávez Frías, con motivo del acto de instalación de la 141ª Reunión Extraordinaria de la Conferencia Ministerial de la Opep. Salón Simón Bolívar, sede Menpet-PDVSA, La Campiña, Caracas. 1º de junio de 2006, p.323.*

⁶⁸ *Discurso del Presidente de la República Bolivariana de Venezuela, Hugo Chávez Frías, con motivo de la firma del Protocolo de Adhesión de la República Bolivariana de Venezuela al Mercado Común del Sur (MERCOSUR). Complejo Cultural Teresa Carreño, Caracas. 4 de julio de 2006, p.389.*

interesses de Washington. Ao ir à Rússia, Chávez firmou um acordo para comprar aviões militares no valor de US\$ 3 bilhões. “O governo russo anunciou ontem ter vendido para a Venezuela 24 aviões e 53 helicópteros, como parte de um pacote de contratos militares de longo prazo [...]”⁶⁹.

As consequências das viagens à Rússia e principalmente ao Irã não foram boas para a diplomacia venezuelana no âmbito internacional, principalmente perante os Estados Unidos. No segundo semestre de 2006 intensificaram as discussões sobre a possibilidade dos venezuelanos concorrerem a um assento não permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU). Porém, os Estados Unidos apoiavam a candidatura da Guatemala por verem com ressalvas a Venezuela fazer parte do Conselho de Segurança. Para tanto, Chávez foi a China (membro permanente do CSNU), firmou um acordo de fornecimento de petróleo três vezes maior do assinado anos antes que nas próximas décadas chegaria a mais de 1 milhão de barris por dia. Por outro lado, os Estados Unidos também se engajavam na campanha, porém contra Chávez e a favor da Guatemala. Irritado com a insistência de Washington, Chávez ameaçou desistir da vaga, desqualificando-a. Contudo, o clima de rivalidade piorou no chamado “discurso do diabo” proferido em setembro de 2006 quando Chávez praticamente “exorcizou” o presidente Bush em uma sessão da ONU.

Ontem estive o diabo aqui, neste mesmo lugar. Cheira a enxofre ainda esta mesa onde estou falando! [Chávez fez o sinal da cruz] Ontem, senhoras, senhores, desta mesma tribuna o senhor Presidente dos Estados Unidos, a quem chamo de “diabo”, veio aqui falando como dono do mundo, como dono do mundo. Um psiquiatra não seria mau para analisar o discurso de ontem do Presidente dos Estados Unidos⁷⁰.

Este discurso, embora também fosse emblemático, trouxe consequências para Chávez e sua diplomacia. Por um lado, foi explicitamente parabenizado pelos seus partidários e felicitado de maneira discreta por muitos países que gostariam de ter dito aquelas coisas a Bush e por várias razões não podiam dizer. Por outro, a maneira como Chávez se referiu a Bush sofreu pesadas críticas vindas de políticos norte-americanos. A intransigência do “discurso do diabo” ficou nítida quando lideranças dos partidos Republicano (de Bush) e Democrata (oposição) se uniram em solidariedade ao

⁶⁹ *Chávez compra US\$ 3bi da Rússia em aeronaves militares. Folha de São Paulo*, São Paulo, 28 de julho de 2006, p.16.

⁷⁰ *Discurso del Presidente de la República Bolivariana de Venezuela, Hugo Chávez Frías, con motivo de la LXI Asamblea General de la Organización de las Naciones Unidas. Sede de las Naciones Unidas. Nueva York, Estados Unidos. 20 de septiembre de 2006, p.469-470.*

presidente dos Estados Unidos. Até mesmo aqueles que defendiam um melhor diálogo com Chávez e que ainda viam “algo de democrático” no líder venezuelano ficaram desconfortáveis perante a opinião pública daquele país em não criticar o presidente Chávez por sua atitude. Esta postura foi mais negativa do que positiva à Venezuela, pois a imprensa enfatizou aquelas frases e não deu importância ao todo do discurso de Hugo Chávez, quando salientou a necessidade de construir uma ordem mundial multipolar, a defesa da integração latino-americana, pelo fim do bloqueio a Cuba e a reforma das Nações Unidas. Todos estes temas interessantes e relevantes para a discussão no âmbito da ONU ficaram ofuscados pela maneira como o venezuelano se referiu a Bush no início de seu pronunciamento.

Após o episódio, a eleição para a cadeira rotativa do Conselho de Segurança tomou outros rumos com a desistência tanto da Venezuela quanto da Guatemala. Essa foi a saída encontrada para que a América Latina pudesse indicar um “nome de consenso” e estando a Venezuela entre as candidatas os líderes latino-americanos acreditavam que ficaria mais difícil construí-lo. Desta forma, a diplomacia venezuelana também se desdobrava na região latino-americana, pois estava enfrentando o discurso “anti-Chávez” encabeçado pelo presidente peruano Alan García.

Apesar de algumas contendas regionais com Peru e Colômbia e internacionais com os Estados Unidos, Chávez enfrentava uma situação interna relativamente mais tranquila. Com uma oposição desmotivada e praticamente fora da Assembleia Nacional era o candidato favorito as eleições que ocorreriam em dezembro de 2006. Naquele pleito, os assuntos de política externa ganharam relativa visibilidade, embora em alguns momentos fossem “ofuscados” pela intensa polarização interna. O candidato adversário de Chávez, Manuel Rosales, criticou Lula durante a campanha e sempre quando estava diante de jornalistas estrangeiros dizia que, se fosse eleito, deixaria o MERCOSUL. Como Chávez venceu, o processo de entrada da Venezuela começou a tramitar entre os países membros e também no Parlamento do MERCOSUL, recém-instituído que ainda não contava com a participação de representantes venezuelanos.

Em realidade, o momento era de recuperação econômica e controle quase total das instituições e dos demais poderes da República pelo Poder Executivo. Isto poderia contribuir para aprofundar o processo de integração latino-americano, mediante duas frentes: a ALBA e o MERCOSUL. Todavia, este cenário estava longe de ser uma ciência exata, ainda faltavam os parlamentos nacionais dos países membros do MERCOSUL aprovarem a entrada do novo sócio. Naquele momento era quase certeza

que a adesão da Venezuela ao MERCOSUL provocaria resistência de alguns setores sociais dos países mercossulinos. Porém, mesmo assim, era uma oportunidade para o governo Chávez ter uma prova mais concreta se era ou não tão popular quanto dizia em alguns segmentos sociais dos países latino-americanos. Portanto, as transformações internas que deram o controle total do petróleo e do Estado para Chávez, foram determinantes para empregar uma política externa assertiva, que permitisse implantar reorientações e priorizar a integração sul-americana em detrimento da relação com os Estados Unidos, parceiro histórico da Venezuela que durante o governo Chávez (entre 1999 e 2006) somente foram se distanciando. Todavia, com os países latino-americanos houve um processo de aproximação que viabilizou a entrada da Venezuela no MERCOSUL. Conforme o demonstrado neste item, a política externa da Venezuela somente tomou o rumo descrito nesta análise devido ao perfil de Estado que a Venezuela se tornou após a Constituição de 1999 que deu mais poderes ao presidente da República.

Considerações

Os assuntos discutidos neste capítulo demonstram a complexidade dos rumos tomados pela Venezuela no primeiro mandato do presidente Hugo Chávez (1999-2006). Ademais, a Venezuela apostou na integração latino-americana como forma de “atenuar” os problemas provocados pela divergência com os Estados Unidos. Sendo assim, a entrada no MERCOSUL foi viabilizada pela conquista interna de Chávez em formar um Estado centralizado no Poder Executivo, lhe outorgando mais poder de decisão nos assuntos relativos à política externa. Entretanto, uma problematização menos cuidadosa pode levar a crer que o patamar de autonomia venezuelano em relação às pressões internacionais seria maior do que realmente era, principalmente considerando apenas as palavras do presidente Chávez. Os problemas surgidos devido à nova postura foram sentidos, em alguns momentos, pela intransigência do presidente em relação à oposição. A inflexibilidade ao negociar com os mesmos em vários momentos tornou a Venezuela um país cindido e receptivo a “teorias conspiratórias”, propagadas com mais facilidade do que em relação a outras nações do continente.

A própria ideia defendida por Chávez da impossibilidade de negociar com a oposição demonstra como o quadro político venezuelano, em alguns momentos, se tornou um complicador na América Latina. A leitura feita pelos opositores estava, muitas vezes, sustentada pelos argumentos daqueles que desejavam reforçar duas

características do governo bolivariano com efeitos relativamente negativos: a primeira delas seria o ranço autoritário do presidente Chávez devido a sua origem militar que chegou a desacreditá-lo até mesmo entre setores da esquerda venezuelana e latino-americana. O segundo seria a fraqueza das instituições venezuelanas e o nível elevadíssimo de personalismo na relação Estado-sociedade civil. Ademais, havia as críticas aos programas sociais do governo, a exemplo das Missões, que indiscutivelmente melhoraram os indicadores sociais do país, embora tivessem uma finalidade paliativa e eram, explicitamente, utilizadas para legitimar a concentração de poderes nas mãos de Chávez. Mesmo assim, em alguns momentos, a dureza com que o governo agiu foi determinante no malogro das táticas utilizadas pela oposição a fim de desestabilizar o governo, muitas delas não concatenadas com princípios democráticos, a exemplo do golpe de abril de 2002 e da greve do setor petrolífero.

Soma-se a isso uma política externa considerada mais assertiva, buscando aliar o pragmatismo da “lógica do possível” com a afirmação do bolivarianismo, representado pela complicada relação de Chávez com os Estados Unidos e com a proximidade “ideológica” e de “irmandade” com Cuba. Estes dois “extremos” também trouxeram problemas a Chávez, principalmente pela campanha encabeçada pelos EUA de neutralizá-lo, se esforçando em propagar uma imagem negativa do líder venezuelano na opinião pública norte-americana, onde algumas pessoas passaram a defender abertamente o assassinato do presidente da Venezuela, por naquele momento entenderem ser difícil vencê-lo através de eleições. Dessa forma, a integração foi usada como uma maneira de tanto expandir mercados consumidores para o petróleo quanto respaldar as transformações internas, acabaram por fazer de Chávez uma referência a alguns setores sociais na América Latina e liderança da esquerda na região.

Entretanto, seria prudente mencionar que a aposta da Venezuela na integração latino-americana foi viabilizada devido ao nível elevadíssimo de concentração de poderes nas mãos do presidente da República, sobretudo nos assuntos de política externa. Apesar disso, naquele momento a nova postura venezuelana trouxe à América Latina discussões que haviam sido “ofuscadas”, ou amainadas, após a queda do Muro de Berlim (1989) e pela introdução de ideias oriundas do Consenso de Washington, devido à crise financeira que afetou os países latino-americanos nas décadas de 1980 e 1990. Tais turbulências também viabilizaram transformações nos blocos de integração que já existiam, a exemplo do MERCOSUL, contribuindo para que o tornasse importante aos interesses venezuelanos na região, assunto do próximo capítulo.

CAPÍTULO 3 – Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) (1991-2006): do processo bilateral Brasil-Argentina a adesão da Venezuela

Contextualização

Este capítulo pretende demonstrar que não apenas a Venezuela se tornou atraente ao MERCOSUL – no sentido político e econômico – como também o Mercado Comum do Sul se transformou ao longo dos anos se tornando interessante e viável aos interesses venezuelanos bem como a sua inserção diplomática no âmbito sul-americano.

O MERCOSUL foi instituído em 1991, resultado do processo de aproximação entre Brasil e Argentina, iniciado em 1979 com a assinatura do Acordo Tripartite Itaipu-Corpus. Na década de 1980, ganhou impulso com as mudanças políticas ocorridas nesses países, a exemplo da redemocratização. Na década de 1990 e começo dos anos 2000 houve crises que abalaram a credibilidade do bloco, a exemplo dos problemas políticos no Paraguai e as *débâcles* econômico-financeiras de Brasil (1999), Argentina (2001) e Uruguai (2002).

Desta forma, as três fases pela qual o bloco passou durante o período analisado (1991-2006) viabilizaram mudanças que provocaram a aproximação entre os países mercossulinos e o governo Chávez, sobretudo se comparado ao cenário político das décadas de 1980 e 1990, quando tal hipótese nem era cogitada e os objetivos dos países do MERCOSUL e dos governos venezuelanos destoavam, embora praticamente toda a América Latina estivesse enfrentando problemas econômicos semelhantes, a exemplo da inflação, dívida externa e recessão.

3.1 – Redemocratização e crise econômica (1979-1991): a integração como saída a “década perdida”

É difícil compreender o surgimento do MERCOSUL enquanto um bloco de integração regional sem levar em consideração o processo de reaproximação entre Brasil e Argentina iniciado em 1979, quando ambos os governos e o Paraguai assinaram o Acordo Tripartite Itaipu-Corpus. Os desdobramentos na economia e na política desses países no período mencionado foram determinantes para que o Tratado de Assunção de 26 de março de 1991 fosse viabilizado e Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai oficializassem a formação de um mercado comum.

Em 1979, o Brasil e a Argentina governados pelos generais João Figueiredo (1979-1985) e Jorge Rafael Videla (1976-1981), respectivamente, eram regimes que

demonstravam enfraquecimento e no caso brasileiro já havia sinalizado rumo à abertura democrática. No caso do Paraguai, a longeva ditadura de Alfredo Stroessner (1954-1989) não estava conseguindo repetir o bom momento econômico da década de 1960 e do início da década de 1970, quando as obras das usinas de Itaipu e Yacyretá mantinham os índices de desemprego a níveis baixos. Neste sentido, o Acordo Tripartite (1979) amenizou as rivalidades entre Brasília e Buenos Aires por estabelecer regras mais objetivas na exploração do potencial hidroelétrico da Bacia do Prata.

Porém, um processo de integração que apresentasse resultados suficientes para formar um mercado comum iria demorar e a relação entre os dois países passou por revezes. As rivalidades entre brasileiros e argentinos na região haviam se tornado nítidas no processo de negociação para a construção da hidroelétrica de Itaipu na parceria Brasil-Paraguai, em 1973. Na ocasião, a Argentina demonstrou suas ressalvas e apresentou vários impedimentos, desde o risco de impactos ambientais até uma epidemia de esquistossomose.

Contudo, as preocupações argentinas e brasileiras giravam em torno de garantir cada um a própria influência na região e viabilizar a navegação fluvial. Para os paraguaios, o interesse estava em lucrar com a rivalidade entre brasileiros e argentinos, principal marca da política externa do governo Stroessner com seus vizinhos, além de conseguir uma fonte de energia elétrica no intuito de pôr fim aos apagões que a cidade de Assunção vivia no momento.

Portanto, apesar de Brasil, Argentina e Paraguai demonstrarem preocupação com o meio-ambiente, a principal finalidade do Acordo Tripartite Itaipu-Corpus, que o tornava estratégico aos três governos, foi instituir mecanismos com regras sobre níveis de água e quantidades de geradores nas usinas hidroelétricas instaladas na região⁷¹.

Apesar disso, a principal consequência do Acordo Tripartite foi reaproximar Brasil e Argentina e se em 1979 os resultados positivos desse adensamento não foram tão nítidos, na década de 1980 eles apareceram. Em linhas gerais, essa década foi difícil no aspecto político e econômico, pois a crise que atingiu os países da América Latina tornou o processo de redemocratização ainda mais complicado. Ademais, as ditaduras militares haviam deixado às sociedades desses países mais “sensíveis” as negativas consequências de uma crise econômica e, sem dúvida, a formação do MERCOSUL foi

⁷¹. *Acordo Tripartite entre o Brasil, o Paraguai e a Argentina sobre a cooperação técnico-operativa entre os aproveitamentos hidroelétricos de Itaipu e Corpus, concluído em Ciudad Presidente Stroessner, em 19 de outubro de 1979.* In: GARCIA, Eugenio Vargas. **Diplomacia Brasileira e Política Externa: documentos históricos** (1493-2008). Rio de Janeiro: Contraponto Editora, 2008, p.607-610.

produto de um processo que se desenvolveu historicamente e ganhou impulso devido ao momento vivido pelos países na conjuntura de recrudescimento das rivalidades entre os Estados Unidos e a União Soviética. Isso levou a destruição do chamado “mundo socialista”, contribuindo para produzir alterações no relacionamento dos Estados Unidos frente aos países latino-americanos. Na periférica realidade de Brasil e Argentina, acontecimentos no âmbito internacional refletiram nas escolhas realizadas no aspecto regional.

Contudo, mesmo com o Acordo de 1979 e os resultados relativamente positivos, o nível de desconfiança entre Brasília e Buenos Aires permanecia elevado. Nesse ponto, a guerra entre a Argentina e a Inglaterra pelo controle da soberania das Ilhas Falklands/Malvinas eclodido em 1982 teve efeito positivo ao Brasil, pois serviu para aproximá-lo da Argentina de maneira mais eficiente que pelo Acordo de 1979. Na ocasião, o Brasil apoiou a Argentina mediante manifestações favoráveis de membros importantes da chancelaria brasileira e tal atitude significou a diminuição considerável das rivalidades que haviam sido evidentes nas duas décadas anteriores. Vários países sul-americanos apoiaram a Argentina, a exceção do Chile por estar envolvido em contendas territoriais com os argentinos na região da Patagônia.

O massivo apoio das nações sul-americanas ocorreu por motivos específicos. Para os brasileiros, o apoio à Argentina era a oportunidade de aumentar sua influência política nesse país e na região do Prata. No caso da Venezuela, uma possível vitória argentina no conflito legitimaria os argumentos dos venezuelanos ao reivindicar parte do território da Guiana que segundo Caracas lhe havia sido tomado no século XIX quando o território guianense ainda era uma colônia inglesa. Sem dúvida, na década de 1980 a situação da Venezuela era politicamente distinta da argentina e brasileira no sentido de não haver um processo de redemocratização em andamento. Entretanto, tal como seus vizinhos sul-americanos, os caribenhos passavam por uma crise política que culminou no *Caracazo*, em 1989. Porém, no caso brasileiro, o envolvimento no conflito foi mais explícito, pois mediante canais considerados “não oficiais” o Brasil ajudou Buenos Aires fornecendo armas, postura que não poderia ser considerada neutra (EZPOSITO NETO, 2009, p.11). Desta forma, a primeira declaração sobre o conflito de Falklands/Malvinas do chanceler brasileiro Ramiro Saraiva Guerreiro não poderia ser menos favorável aos argentinos.

Desde 1833, a Argentina jamais cessou de reivindicar a soberania sobre as Malvinas. O Brasil sempre reconheceu o justo título dessa reivindicação. Em todos os momentos, favorecemos e continuamos

a favorecer uma solução política e diplomática para a questão, pois acreditamos que a controvérsia não pode ser sufocada pelas armas⁷².

No início do conflito o Itamaraty tentou manter uma postura de neutralidade com solidariedade aos argentinos, considerado um “país-irmão” pelo chanceler Saraiva Guerreiro. Porém, quando começou a defender os interesses de Buenos Aires perante outros governos após o embargo econômico imposto pela Comunidade Europeia e se prontificou em servir de intermediário na compra de armas por empresas brasileiras destinadas aos argentinos, tornou-se cada vez mais complicado manter a aparência de neutralidade. A situação da diplomacia brasileira se complicou perante a Inglaterra e sua postura foi muito questionada. Apesar disso, o que desejava o Brasil era apoiar seu vizinho vislumbrando o que viria depois do conflito. Com os argentinos derrotados e a crise política e econômica em seu auge, Brasília enxergava uma oportunidade de aumentar sua influência nesse país e “cobrar” o apoio ao conflito de 1982 tornando a Argentina local acessível aos produtos brasileiros.

A maneira como foi articulada e executada a derrota da Argentina e a implosão de seu regime militar reforçaram a percepção do governo e da diplomacia brasileira de que estava se processando uma rearticulação do sistema internacional fortemente negativa para a autonomia dos países de porte médio do Terceiro Mundo. Isso levou o Brasil a apoiar integralmente a Argentina, inclusive com a venda secreta de aviões de combate durante a guerra, o que solidificou a cooperação entre ambos, que continuou crescendo com o retorno da democracia no país vizinho (VIZENTINI, 2008, p.63).

Desta forma, o isolamento político e econômico imposto à Argentina após o conflito Falklands/Malvinas foi importante para acelerar o processo de integração com o Brasil, enxergado como a pouca (ou talvez única) oportunidade que havia sobrado aos argentinos após a derrota para os ingleses, ao enfrentarem a indiferença dos Estados Unidos e o bloqueio da Comunidade Europeia. Para piorar, se não bastasse às consequências negativas da guerra pela perda territorial e humana, Buenos Aires deveria administrar a crise econômica desencadeada após a alta nos preços do petróleo e aumento na dívida externa dos países periféricos, caso das nações latino-americanas. Os regimes ditatoriais de Brasil e Argentina tinham como sustentáculo a repressão e

⁷²Primeira declaração sobre a Guerra das Malvinas feita pelo Ministro das Relações Exteriores, Ramiro Saraiva Guerreiro, a jornalistas brasileiros em Nova York, em 2 de abril de 1982. In. GARCIA, Eugenio Vargas. **Diplomacia Brasileira e Política Externa: documentos históricos** (1493-2008). Rio de Janeiro: Contraponto Editora, 2008, p.618.

principalmente o apoio às políticas de investimento em infraestrutura e energia, consideradas bem-sucedidas na década de 1970 quando ainda podiam se endividar mediante empréstimos no exterior. Todavia, essa possibilidade não se repetiu na década de 1980, a crise econômica impulsionou a estagnação desses governos e, no caso argentino, o processo se precipitou pela derrota no conflito de 1982.

Conseqüentemente, no ano seguinte os militares deixaram o poder sendo substituídos por um governo de transição que impulsionaria as reformas rumo a instituições democráticas e eleições livres, comandado por Raul Ricardo Alfonsín. No governo Alfonsín (1983-1989) foram implementadas inevitáveis mudanças na política externa o que “significava buscar a cooperação internacional, não o confronto, seja com o Primeiro seja com o Terceiro Mundo, reforçando os princípios de não intervenção e autodeterminação [...]” (CERVO, 2000, p.23). Desta forma, em 1984, Brasil e Argentina, acompanhados por Colômbia e México (que havia acabado de decretar moratória em 1982) assinaram a Declaração Conjunta Sobre a Dívida Externa, na cidade de Cartagena, Colômbia⁷³. Nessa declaração, eles criticaram o aumento na taxa de juros dos Estados Unidos que havia provocado estrondoso salto na dívida externa dos países. Para fins desta análise, a declaração em protesto as taxas de juros norte-americanas significou mais um passo na relação Brasil-Argentina, ao destacarem que problemas comuns aos dois países deveriam ser enfrentados mediante soluções conjuntas. Ademais, demonstrava que havia uma integração entre Brasil e Argentina ao menos em alguns propósitos, tais como em enfrentar a crise econômica. No entanto, ainda não havia condições suficientes para propor um projeto de integração em seu sentido político, faltava aliar o discurso da recuperação econômica com a reabertura democrática e a formação de instituições livres. Esse momento chegou em 1985, quando o regime militar brasileiro oficialmente terminou após a posse do um governo de transição, eleito indiretamente e comandado por José Sarney depois que o titular da vaga, Tancredo Neves, faleceu.

Quando Brasil e Argentina passavam por governos de transição e abertura rumo a instituições democráticas, o Tratado de Iguazu foi assinado em novembro de 1985. Nesse documento, a preocupação com a crise econômica bem como em oferecer respostas consistentes a ela tornou-se evidente. O texto destacava a formação de

⁷³ *Declaração Conjunta dos Presidentes da Argentina, Brasil, Colômbia e México sobre o problema da dívida externa, divulgada em 19 de maio de 1984.* In. GARCIA, Eugenio Vargas. **Diplomacia Brasileira e Política Externa: documentos históricos** (1493-2008). Rio de Janeiro: Contraponto Editora, 2008, p.618.

políticas conjuntas para proteger as economias periféricas e combater à vulnerabilidade econômica das nações latino-americanas frente as medidas tomadas nos países desenvolvidos. Ademais, reafirmava a tese de que a integração latino-americana poderia ser uma saída viável para a crise e ambos os governos enxergavam o processo de integração como parte do processo de redemocratização, o que servia para legitimar a aproximação entre Brasil e Argentina, visando enfrentar as enormes resistências de industriais, comerciantes e agroexportadores a este tipo de iniciativa. Por isso, “[...] os presidentes José Sarney e Raúl Ricardo Alfonsín reafirmaram enfaticamente que o processo de democratização que vive o continente deverá conduzir a uma maior aproximação e integração entre os povos da região”⁷⁴.

Neste sentido, havia um aparente clima de sensibilidade às propostas de integração e nesse ponto algumas atitudes de ambos os governos pôde demonstrar simbolicamente que essa tese tinha seu relativo valor, a exemplo da inauguração da Ponte Tancredo Neves, em novembro de 1985, quando o presidente Sarney pronunciou as seguintes palavras:

Celebramos este encontro com o ânimo fortalecido pela consolidação da democracia em nossos países. Argentina e Brasil não faltaram ao mandato da História. Responderam com grandeza a seus desafios e às aspirações de seus povos. A democracia restituiu-nos a confiança e o otimismo. Percorremos um longo caminho de sacrifícios e privações, mas a determinação de nossos povos ajudou a encurtar distâncias⁷⁵.

Porém, o tom de otimismo nada mais era do que uma estratégia dos governos Sarney e Alfonsín, pois ambos vinham sendo questionados internamente por não apresentarem resultados econômicos satisfatórios para pôr fim – ou ao menos amenizar – os negativos efeitos da crise econômica. Neste sentido, o discurso da integração e de sua viabilidade, amizade e cooperação foram utilizados para atenuar as críticas sobre a situação econômica que ambos os governos vinham sofrendo de empresários e da imprensa. No caso brasileiro, entre 1985 e 1989 foram implantados aproximadamente cinco planos econômicos com o objetivo de atenuar a inflação e todos eles fracassaram. Sem contar com a moratória decretada em 1987 que declinou a credibilidade da

⁷⁴. *Declaração de Iguazu emitida pelo Presidente do Brasil José Sarney e pelo Presidente da Argentina, Raúl Alfonsín. Foz do Iguazu, 30 de novembro de 1985.* In. GARCIA, Eugenio Vargas. **Diplomacia Brasileira e Política Externa: documentos históricos** (1493-2008). Rio de Janeiro: Contraponto Editora, 2008, p.627-633.

⁷⁵. *Inauguração da Ponte Tancredo Neves. Fronteira Brasil-Argentina, 29 de novembro de 1985.* In. **Discursos Selecionados do Presidente José Sarney**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2008, p.35.

economia brasileira no mercado internacional. Na Argentina a situação não estava muito diferente, além da crise econômica havia instabilidade política pela maneira considerada “traumática” em que foram instituídas as Leis Ponto Final e Obediência Devida de 1987, pois na prática as mesmas anistiaram os militares responsáveis pelas torturas e desaparecimentos de opositores durante a ditadura argentina. Desta forma, entende-se o porquê da integração ter logrado destaque nas administrações Sarney e Alfonsín e ambos os presidentes terem se engajado ativamente nesse assunto.

Segundo Vizentini (2008), a cooperação no âmbito bilateral pela aproximação de Brasil e Argentina serviu como resposta ao crescente processo de marginalização que a América Latina estava sendo submetida no sistema internacional pela administração Reagan (1980-1988), buscando “[...] complementaridade comercial, a criação de fluxos de desvio de comércio e um esforço conjunto no campo tecnológico (particularmente nuclear) e de projetos específicos” (VIZENTINI, 2008, p.69-70). Na verdade, a Declaração de Iguazu (1985) continha propostas concatenadas com a recuperação de setores da economia e de instituições do Estado, além de integrar a indústria argentina com a brasileira, embora houvesse nítidas dificuldades pela resistência imposta por industriais de ambos os países que possuíam relativo “apego” a medidas protecionistas. Mesmo ciente das dificuldades e

Frente a esses novos desafios, o processo de aproximação entre Brasil e Argentina ganhava um novo impulso e significado, o da construção de uma agenda política e econômica comum, o de fortalecer a democracia em ambos os Estados e o de conquistar um espaço de maior autonomia ante os Estados Unidos (ESPÓSITO NETO, 2009, p.13).

Portanto, em 1988, Brasília e Buenos Aires assinaram o Tratado de Cooperação e Desenvolvimento entre o Brasil e a Argentina (1988), logrando continuidade ao processo de aproximação bilateral, ao destacar que tal iniciativa se tornaria mais viável caso dispusesse de instituições que garantissem continuidade e estabilidade ao processo de integração. Neste sentido, o Tratado de Cooperação teve um papel importante por estabelecer comissões técnicas e a aproximação dos parlamentos nacionais nas decisões tomadas com os governos dos países, criando bases mais visíveis a um processo de integração. Esse documento serviu indiretamente como sustentáculo ao Tratado de Assunção que seria instituído em 1991. Ademais, a ideia de estabelecer comissões conjuntas de empresários, parlamentares e ministros de Estado, os obrigava a marcarem

encontros anuais envolvendo agentes com poder de decisão no governo de ambos os países, o que incrementava relevância a iniciativa⁷⁶.

Este Tratado ganhou notoriedade em relação à política externa brasileira porque estava reforçado com o estabelecido na nova Constituição da República Federativa do Brasil que havia sido promulgada em outubro de 1988 e em seu Artigo 4º Parágrafo Único estabeleceu que o Brasil trabalhasse pela integração regional com o propósito de formar uma comunidade latino-americana de nações⁷⁷. Apesar do conteúdo desse artigo ser imensamente ambicioso, se comparado com os desafios inerentes a um projeto de integração no âmbito latino-americano, demonstrava que para o Brasil integrar-se com a Argentina já significava um começo. Isso porque até a assinatura do Tratado de Iguazu (1985) os mecanismos necessários à aproximação do Brasil com a Argentina que terminaria na assinatura do Tratado de Assunção em 1991 não haviam sido concluídos e o Tratado de 1988 representou outro passo importante. Ademais, em 1988 estava cada vez mais complicado para Brasil e Argentina “esconderem” esse tipo de discussão. O delicado período fez com que tanto os governos Sarney quanto o de Alfonsín tivessem sua importância na transição democrática. Porém, no caso argentino grande parte das atitudes desse presidente foram reprovadas pela maioria dos eleitores e o candidato Carlos Menem foi eleito em 1989 defendendo propostas de governo para uma economia mais aberta. Ele era um voraz defensor do livre-mercado e crítico de uma integração política, tal como Alfonsín vinha conduzindo. Neste mesmo período, no Brasil, Fernando Collor se elegeu presidente da República defendendo propostas semelhantes.

Desta forma, a década de 1990 já iniciava com mudanças na política de Brasil e Argentina que refletiram na política externa e, conseqüentemente, no processo de integração entre ambos. Embora os governos continuassem acreditando na necessidade (ou inevitabilidade) da integração Brasil-Argentina, houve uma nítida mudança de foco na qual a retórica de Sarney e Alfonsín pela integração concatenada com a democracia e uma aproximação política e institucional perdeu espaço para questões econômicas, em suma as relacionadas ao livre-mercado.

⁷⁶. *Tratado de Integração, Cooperação e Desenvolvimento entre o Brasil e a Argentina, celebrado em Buenos Aires, em 29 de novembro de 1988*. In. GARCIA, Eugenio Vargas. **Diplomacia Brasileira e Política Externa: documentos históricos** (1493-2008). Rio de Janeiro: Contraponto Editora, 2008, p. 639-642.

⁷⁷. *Trecho da Constituição da República Federativa do Brasil relativo aos princípios que regem as Relações Internacionais do Brasil*. Brasília, 5 de outubro de 1988. In. GARCIA, Eugenio Vargas. **Diplomacia Brasileira e Política Externa: documentos históricos** (1493-2008). Rio de Janeiro: Contraponto Editora, 2008, p. 638.

Os governos de Collor (1990-1992) e Menem (1989-1999) apresentaram durante suas gestões perfis semelhantes neste sentido e a plena abertura da economia passou a ser enxergada como positiva por setores sociais dos países e por muitos daqueles responsáveis em elaborar a política externa. Ademais, a estratégia de aproximação como maneira de diminuir a vulnerabilidade dos países latino-americanos frente aos Estados Unidos e das medidas econômicas tomadas em Washington, também perdeu força para uma aproximação considerada inevitável, conforme defendiam muitos políticos e *policy makers*. Para Cervo (2000) é possível afirmar que durante as gestões Collor e Menem houve um abandono da estratégia de integração definida na década de 1980 (CERVO, 2000, p.47).

Na realidade, os tratados assinados entre Brasil e Argentina nos governos Sarney e Alfonsín tiveram sua importância indiscutível no sentido de lançar a ideia de integração, porém a estrutura com que o bloco foi montado, ou seja, para ser uma união aduaneira, começou a ganhar forma nos governos de Collor e Menem. Neste sentido, em 1990, Brasil e Argentina assinaram a Ata de Buenos Aires que em seu texto demonstrava nitidamente que o momento não era de promover a aproximação política entre chancelarias, era de utilizar a integração a fim de modernizar a economia, melhorar a circulação de bens e capitais e, acima de tudo, permitir que ambos se inserissem na economia mundial em tempos de globalização, palavra que se tornou moda no início da década de 1990. Por isso, a Ata de Buenos Aires estabelecia que “dar-se-á especial ênfase a coordenação de políticas macroeconômicas e às reduções tarifárias generalizadas, lineares e automáticas, como principal metodologia para a conformação do Mercado Comum [...]”⁷⁸. O objetivo principal era que o intercâmbio de mercadorias promovesse a competitividade e, como consequência, o incremento de tecnologias a serem desenvolvidas para melhorar os produtos. Portanto, a menção que o texto da Ata de Buenos Aires faz dizendo manter os princípios do Tratado de Iguazu (1985) e de vários outros que versaram sobre democracia, direitos humanos e liberdade de expressão haviam se tornado retórica e na prática já eram tratados como obsoletos.

Nas gestões Collor e Menem os argumentos sobre a modernização da economia, expansão de produtos brasileiros e argentinos no exterior, principalmente abertura ao capital e investimentos internacionais eram muito populares. O principal propósito de ambos seria preparar a economia para a competição internacional cada vez mais

⁷⁸. *Ata de Buenos Aires, assinada pelos Presidentes Fernando Collor de Mello e Carlos Saúl Menem, 6 de julho de 1990*. In: GARCIA, Eugenio Vargas. **Diplomacia Brasileira e Política Externa: documentos históricos** (1493-2008). Rio de Janeiro: Contraponto Editora, 2008, p.648.

acirrada, combater a corrupção mediante uma política de “choque de mercado”, conforme estabelecia as políticas chamadas de neoliberais. Portanto, antes do Tratado de Assunção ser oficialmente assinado em 1991, Brasil e Argentina elaboraram em conjunto um projeto de integração seguindo parâmetros livre-comercialistas e com o propósito de formar um bloco econômico mediante uma união aduaneira entre Brasil e Argentina. Todavia, houve a necessidade de incluir o Paraguai e Uruguai neste projeto, devido ao grau de envolvimento (ou dependência) das economias paraguaia e uruguaia com Brasil e Argentina.

Após 1990, a ideia de formar uma área de livre comércio entre Brasil e Argentina por intermédio de uma união aduaneira tornou-se um dos principais objetivos de ambos os governos. Neste sentido, o propósito de Brasília e Buenos Aires era incorporar o Chile, pois sua economia era considerada mais competitiva e apta a um perfil de regionalismo aberto. Entretanto, paradoxalmente, foi justamente pelo nível de abertura econômica chilena e pelas relações próximas com o mercado norte-americano que a iniciativa de incorporar o Chile ao MERCOSUL já no Tratado de Assunção não prosperou. Esse tipo de impedimento não haveria com Paraguai e Uruguai, pois ambos os países tinham suas economias relativamente integradas com Brasil e Argentina.

Os governos uruguaio e paraguaio entenderam na época que não aderir ao MERCOSUL lhes traria mais prejuízos do que ficar fora dele. Ademais, no caso paraguaio, em 1989 a ditadura de Alfredo Stroessner foi derrubada mediante um golpe de Estado orquestrado por militares e dirigentes do partido Colorado. Seu substituto, o general Andrés Rodríguez, estava promovendo uma abertura democrática que apesar de ser considerada conservadora por manter o predomínio do partido Colorado no poder, se comprometeu a realizar eleições e elas acabaram acontecendo em 1993. Desta forma, houve a possibilidade de aproximar Assunção de Brasília e Buenos Aires que durante as administrações Sarney e Alfonsín haviam ficado relativamente afastadas devido ao discurso de abertura democrática e direitos humanos. No caso uruguaio, o processo de abertura política já havia sido concluído em 1986 e no momento da assinatura do Tratado de Assunção o presidente Luis Alberto Lacalle (1990-1995) havia sido eleito defendendo uma plataforma econômica também condizente com os preceitos de abertura ao mercado regional e internacional, além da competição no âmbito internacional como uma maneira de incrementar tecnologia, assim como defendiam os presidentes Carlos Menem e Fernando Collor. De acordo com Barbosa (2010), estando

no MERCOSUL o Uruguai pretendia não sofrer um possível isolamento econômico nos mercados brasileiro e argentino (BARBOSA, 2010, p.23).

Portanto, no dia 26 de março de 1991, Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai assinaram o Tratado de Assunção (TA) que estabeleceu o Mercado Comum do Sul (MERCOSUL), instituindo “a livre circulação de bens, serviços e fatores produtivos entre os países, através [...] da eliminação dos diretos alfandegários, restrições não tarifárias à circulação de mercado de qualquer outra medida de efeito equivalente [...]”⁷⁹. O prazo estabelecido para a conclusão do livre-comércio mediante a plena vigência da Tarifa Externa Comum (TEC) seria de aproximadamente quatro anos, ou seja, o chamado programa de liberalização comercial deveria ser concluído até 31 de dezembro de 1994.

Como resultado, o MERCOSUL foi instituído, entrou em vigor oficialmente, porém continuou sendo uma união aduaneira incompleta, ou ao menos se pretendia permanecer desta forma até dezembro de 1994. Mesmo assim, a formação desse bloco foi encarada com relativo otimismo, sobretudo por reunir um mercado consumidor de aproximadamente 200 milhões de habitantes esperando ser devidamente explorado⁸⁰. Ademais, análises realizadas por alguns editoriais jornalísticos defendiam que o MERCOSUL ajudaria a modernizar as economias dos quatro países e as abriria ao livre-mercado, endossando o discurso oficial utilizado pelos governos na época, sobretudo o brasileiro e o argentino. “É verdade que a formação do MERCOSUL irá exigir grande empenho no sentido da modernização dos parques industriais dos países membros, bem como algumas importantes mudanças estruturais em seus perfis produtivos⁸¹”.

Portanto, o texto do Tratado de Assunção continuou a enfatizar que a coordenação das políticas macroeconômicas deveria ser realizada pelos Estados Partes bem como as reformas nos respectivos sistemas jurídicos, visando melhorar a competitividade, embora o ritmo das economias de Paraguai e Uruguai fosse diferente de Brasil e Argentina. Em linhas gerais, o Tratado de Assunção falava quase nada de política e praticamente tudo de economia. O MERCOSUL havia sido formado, porém em 1991 ele tinha propostas consideradas politicamente menos ambiciosas e visava em

⁷⁹ *Tratado para a constituição de um Mercado Comum entre a República Argentina, a República Federativa do Brasil, a República do Paraguai e a República Oriental do Uruguai, firmado em Assunção, em 26 de março de 1991.* In: GARCIA, Eugenio Vargas. **Diplomacia Brasileira e Política Externa: documentos históricos** (1493-2008). Rio de Janeiro: Contraponto Editora, 2008, p.650.

⁸⁰ CHIARETI, Marco. *Tratado de Assunção prevê mercado comum.* **Folha de São Paulo**, São Paulo, 27 de março de 1991, p.11.

⁸¹ *Mercosul* (editorial). **Folha de São Paulo**, São Paulo, 27 de março de 1991, p.2.

primeiro plano atender as necessidades dos países do Cone Sul e, mais tarde, envolver o Chile e a Bolívia.

Outro ponto a destacar foi que o TA havia deixado brechas para outros membros ingressarem no MERCOSUL futuramente, porém o postulante deveria seguir algumas exigências, tais como ser membro da Associação Latino-Americana de Integração (ALADI) e ser aprovado por unanimidade. Entretanto, naquele momento os países considerados os mais próximos do MERCOSUL seriam o Chile e a Bolívia. A aproximação com outros membros da Comunidade Andina de Nações (CAN) parecia uma realidade distante. Neste sentido, quando o MERCOSUL foi pensado e principalmente instituído, a Venezuela, ou o ingresso deste país ao bloco, nem era cogitado. Naquele momento, os venezuelanos priorizavam sua inserção internacional pela Comunidade Andina e, acima de tudo, via os Estados Unidos. Seus dois maiores parceiros comerciais eram os norte-americanos, a quem fornecia petróleo desde o início do século XX, e a Colômbia que tinha um histórico tenso de problemas fronteiriços com a Venezuela, porém de proximidade nas relações comerciais.

Portanto, a formação do MERCOSUL foi o resultado de um processo de aproximação que se desenhou desde 1979 com o Tratado Tripartite, responsável por atenuar as rivalidades entre Brasil e Argentina. Mais tarde, ganhou impulso pela derrota dos argentinos no conflito Falklands/Malvinas em que o Brasil apoiou seu vizinho. A partir daí, logrou legitimidade pelo momento de transição política rumo à democracia após a queda das ditaduras militares em ambos os países, até se tornar economicamente relevante nos governos Collor e Menem, pensado como instrumento na modernização da economia.

Neste sentido, o MERCOSUL se tornaria um processo de integração economicamente viável, mas que ainda apresentava nítidas carências, tal como demonstra o próximo item.

3.2 – O MERCOSUL como ideia de livre-comércio (1991-1994): avanços econômicos com carências institucionais

O período compreendido entre 1991 e 1994 é conhecido como a primeira fase do MERCOSUL, momento de transição e adaptação. Esse bloco havia sido instituído com uma estrutura institucional superficial em torno de dois órgãos principais: o Conselho do Mercado Comum (CMC); e o Grupo do Mercado Comum (GMC). O primeiro era composto pelos ministros de Relações Exteriores de cada um dos Estados Partes e sua responsabilidade girava em torno de conduzir o MERCOSUL politicamente

e tomar as decisões. Por isso, seus membros eram ministros de Estado que poderiam dispor de relativo poder de decisão e algumas de suas reuniões contava com a participação dos presidentes das Repúblicas mercossulinas, pois funcionava como a instância mais alta do bloco. O segundo órgão, o Grupo de Mercado Comum, ficou responsável por garantir o cumprimento do Tratado de Assunção, propondo medidas para adequar as políticas macroeconômicas dos quatro países, negociar acordos com terceiros (seja com outros blocos ou países não membros do MERCOSUL), dentre outras atribuições⁸².

Desde o início, tal estrutura demonstrou sua debilidade, pois havia sido instituída em bases frágeis, principalmente se fossem exigidas em alguma contenda envolvendo seus membros. Apesar disso, ela foi considerada viável, pois nos primeiros anos do MERCOSUL “[...] a preocupação imediata dos negociadores governamentais dos quatro países foi com a remoção de barreiras protecionistas e anti-integracionistas construídas ao longo de décadas de industrialização substitutiva” (BARBOSA, 2010, p.25). Nos governos Collor e Menem, a preocupação com iniciativas que visavam ganhos econômicos e o incremento no comércio eram nítidas e prioritárias na política externa de ambos. Mesmo assim, os países optaram por um perfil considerado intergovernamental e de decisões consensuais levando em consideração que o bloco tinha apenas quatro membros, número considerado pequeno se fosse comparado com a União Europeia. No entanto, o objetivo de aumentar o intercâmbio comercial intrabloco foi relativamente atingido e houve incontestáveis avanços no comércio entre os quatro Estados Partes, beneficiando principalmente o Brasil, devido a maior inserção de produtos industrializados brasileiros. Esse país se aproveitou da abertura dos mercados argentino, paraguaio e uruguaio a fim de aumentar sua presença nesses locais.

Por outro lado, o setor industrial argentino se viu em desagrado com o aumento da presença de produtos brasileiros nesse país e constantemente pressionava seu governo a adotar medidas restritivas aos manufaturados vindos do Brasil, anseios que não condiziam com os compromissos estabelecidos em torno de um mercado comum. Apesar disso, os argentinos não poderiam se considerar descontentes com o MERCOSUL, em especial no setor agrícola, pois aumentou a presença desses produtos

⁸². *Tratado para a constituição de um Mercado Comum entre a República Argentina, a República Federativa do Brasil, a República do Paraguai e a República Oriental do Uruguai, firmado em Assunção, em 26 de março de 1991. Capítulo II – Estrutura Orgânica. In. GARCIA, Eugenio Vargas. Diplomacia Brasileira e Política Externa: documentos históricos (1493-2008). Rio de Janeiro: Contraponto Editora, 2008, p.652-653.*

nos países mercossulinos. Conseguiu inserir seu trigo no mercado brasileiro, tendo em vista que em momentos anteriores esse produto havia sofrido restrições por parte do Brasil. Portanto, “o comércio da Argentina com seus parceiros do Mercosul cresceu a uma taxa anual média próxima dos 30% na primeira metade dos anos 90 [1990]. Passou de 2,7 para 13,7 bilhões de dólares entre 1989 e 1996” (CERVO, 2000, p.48), incentivado principalmente pelos produtos agrícolas.

Para o Paraguai, a abertura econômica promovida pelo MERCOSUL entre 1991 e 1994 não produziu um efeito de “novidade” na economia desse país, pois antes das práticas neoliberais terem se tornado moda na América Latina, a economia paraguaia já poderia ser considerada mais aberta que a de Brasil e Argentina. Portanto, nesses primeiros anos de mercado comum, o Paraguai apresentou altos índices de importações não registradas, provocando enorme informalidade e desrespeito às regras de patentes e/ou direitos autorais sobre os produtos, o que na prática desestimulava investimentos estrangeiros nesse país (KFURI & LAMAS, 2007, p.10).

Mesmo assim, o MERCOSUL foi útil ao país no propósito de não ficar isolado no âmbito platino e continuar com sua histórica política de se beneficiar das rivalidades envolvendo argentinos e brasileiros, embora Assunção tenha enfrentado muita resistência à ideia de se tornar um membro do MERCOSUL. No entanto, aderindo a esse bloco os paraguaios combatiam o isolamento e o retorno ao processo de “clausura” das décadas anteriores e pôde adquirir produtos manufaturados de Brasil e Argentina a preços mais vantajosos. Por outro lado, vendia seus produtos agrícolas sem tantas restrições de seus vizinhos.

Para os uruguaios, o combate ao provável isolamento econômico e a busca por mais espaços a seus produtos primários pôde ser considerado um bom motivo para Montevideu visualizar o MERCOSUL como uma oportunidade viável naquele período, embora boa parte da opinião pública uruguaia não fosse tão simpática ao bloco e seus ganhos econômicos muito questionáveis.

Sendo assim, o MERCOSUL ainda não havia sido capaz de impulsionar crescimento econômico ao Paraguai e ao Uruguai, mediante investimentos brasileiros e argentinos nesses países, alguns dos objetivos estabelecidos no processo de negociação do bloco. Iniciativas dessa natureza encontravam resistências nos parlamentos de Brasil e Argentina, principalmente se esses recursos saíssem do governo em um momento em que a crise ainda rondava as economias de ambos.

A aparente convergência de propósitos entre os membros do MERCOSUL nem de longe se repetia na prática e isso ficou visível quando, em maio de 1991, Buenos Aires adotou um plano de conversibilidade monetária sustentada pela perigosa estratégia da paridade entre o Peso (moeda da Argentina) e o Dólar. Enquanto isso, o Brasil do presidente Collor não conseguia estabilizar sua política monetária, fazendo isso apenas em 1994 com o Plano Real, já no governo de Itamar Franco (1992-1994). Em linhas gerais, faltava convergência de atitudes, embora o discurso ainda estivesse afinado.

Portanto, aos paraguaios e uruguaios os resultados dos primeiros anos do MERCOSUL (1991-1994) não foram tão vantajosos tal como para Brasil e Argentina. Além disso, o Tratado de Assunção (1991) havia optado pela estratégia da reciprocidade comercial. Na prática, essa medida ignorava as assimetrias econômicas e principalmente o distinto nível de competitividade do setor produtivo paraguaio e uruaio em relação ao de Brasil e Argentina. A estratégia da reciprocidade comercial agiu como um impedimento na aceleração do processo de adequação econômica para que o mercado comum fosse efetivamente instituído, pois não havia mecanismos jurídicos nessa primeira fase no intuito de promover a adaptação, ou ao menos garantir uma “proteção” mínima aos parceiros comerciais menores. A incipiência de instrumentos jurídico-administrativos no MERCOSUL tornou-se nítida quando em dezembro de 1991 os Estados Partes se apressaram em estabelecer o Protocolo de Brasília (1991) que em seu texto tratava da solução de controvérsias, visando criar regras mínimas para resolver contendas comerciais. Esse protocolo também permitia ao Estado denunciante recorrer à arbitragem desde que comunicasse a Secretaria Administrativa do MERCOSUL (SAM) sobre tal intenção e por isso estabeleceu regras para escolha dos árbitros⁸³. Mesmo assim, o Sistema de Solução de Controvérsias do bloco continuou ineficiente, embora entre 1991 e 1994 não tenha surgido nenhuma contenda que exigisse mecanismos mais eficazes.

Apesar disso, os resultados apresentados pelas economias das nações mercossulinas estavam em conformidade com as diretrizes do próprio Tratado de Assunção (1991), que havia estabelecido como principal meta justamente a formação do mercado comum. Porém, o processo que implementou a União Aduaneira foi concluído apenas em 1994 e nitidamente o MERCOSUL falhou na missão de adequar as políticas

⁸³. *Protocolo de Brasília para a Solução de Controvérsias*. Brasília, 16 de dezembro de 1991. In. **Divisão de Atos Internacionais** (DAI). Ministério das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil, p.1-7.

macroeconômicas, fiscais e monetárias dos quatro Estados Partes. Sem dúvida, encontrar consenso e um caminho que agradasse a todos os governos não era tarefa das mais fáceis. A **Tabela 3.1** demonstra como a instituição do mercado comum incidiu positivamente ao Brasil no aspecto comercial. Conforme a mesma, entre 1991 e 1994 os brasileiros foram os grandes beneficiados com o MERCOSUL, pois antes do Tratado de Assunção (1991), o saldo comercial brasileiro com estes países era desfavorável ao Brasil e tornou-se favorável bem como vantajoso a esse país.

Tabela 3.1

Intercâmbio comercial Brasil-MERCOSUL entre 1990-1994 (em milhões de US\$)

Anos	Exportações	Importações	Saldo
1990	1.320,244	2.311,826	-991,582
1991	2.309,352	2.242,704	66,648
1992	4.097,469	2.228,563	1.868,905
1993	5.386,909	3.378,254	2.008,655
1994	5.921,475	4.583,270	1.338,205

Fonte: SECEX – Secretaria de Comércio Exterior. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio. República Federativa do Brasil.

Em 1990, ou seja, antes da oficialização do MERCOSUL, o intercâmbio comercial entre o Brasil e estes países era deficitário em US\$ 991,58 milhões. No primeiro ano de mercado comum o quadro se inverteu e o saldo passou a ser superavitário aos brasileiros em US\$ 66,64 milhões, chegando ao patamar mais alto em 1993 quando atingiu mais de US\$ 2 bilhões. Isso refletia não apenas a preponderância da indústria brasileira em relação aos parceiros do MERCOSUL, como também a necessidade de se criarem mecanismos de proteção às economias menores. Em outras palavras, de 1990 a 1994 o saldo se tornou favorável devido ao incremento das exportações brasileiras que aumentaram em cinco vezes nesse período, isto é, de US\$ 1,3 bilhão (1990) atingiu US\$ 5,9 bilhões (1994). Ademais, tratava-se de produtos com relativo valor agregado, tais como calçados e automóveis. Já as importações apenas dobraram, de US\$ 2,3 bilhões saltou para US\$ 4,5 bilhões, incentivados principalmente pelo trigo argentino e seu impacto foi menor se comparado com as exportações brasileiras.

Sendo assim, o intercâmbio comercial intrabloco foi incentivado pelo ritmo da indústria brasileira e por sua competitividade frente a seus vizinhos com setor industrial incipiente, a exemplo de Paraguai e Uruguai, e até mesmo em relação à Argentina. Esse

país estava enfrentando dificuldades devido à política do governo Carlos Menem de não beneficiar a indústria nacional e promover a entrada maciça de produtos estrangeiros, principalmente norte-americanos e em menor medida brasileiros. Por outro lado, estes números positivos ao Brasil eram encarados como negativos por grupos pertencentes aos parlamentos dos demais países mercossulinos, sobretudo Paraguai e Uruguai. A **Tabela 3.2** demonstra de maneira mais detalhada como o comércio brasileiro se beneficiou com o MERCOSUL. Em 1991, o saldo comercial entre Argentina e Brasil era favorável aos argentinos em US\$ 133,12 milhões. Porém, no ano seguinte houve uma grande “virada” em favor do Brasil e passou ao patamar desfavorável em mais de US\$ 1,3 bilhão, demonstrando um quadro altamente oscilante, mas mantendo o saldo desfavorável aos argentinos. O intercâmbio em favor do Brasil foi incentivado pelo aumento das importações de produtos brasileiros que de US\$ 645,13 milhões chegou a US\$ 4,1 bilhões em 1994, um incremento significativo em favor do Brasil. As exportações argentinas também cresceram, de US\$ 1,3 bilhão em 1990 para US\$ 3,6 bilhões em 1994. Trata-se de um bom aumento, porém insuficiente para equilibrar a balança comercial.

Tabela 3.2

Intercâmbio comercial Argentina-Brasil entre 1990-1994 (em milhões de US\$)

Anos	Exportações	Importações	Saldo
1990	1.399,719	645,139	754,579
1991	1.609,295	1.476,170	133,124
1992	1.731,625	3.039,983	-1.308,358
1993	2.717,266	3.658,779	-941,512
1994	3.661,966	4.135,864	-473,898

Fonte: SECEX – Secretaria de Comércio Exterior. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio. República Federativa do Brasil.

Com relação ao Paraguai e ao Uruguai, Brasil e Argentina ampliaram sua presença nesses países e aqueles também tiveram proveitos econômicos no sentido de obterem produtos argentinos e brasileiros mais facilmente. Neste caso, antes do Tratado de Assunção (1991) a taxa de intercâmbio do Brasil com Paraguai e Uruguai já era favorável e somente manteve a tendência vigente na época após a formação do mercado comum, isto é, a economia que produzia bens de maior valor agregado poderia obter as maiores vantagens. Embora se tratasse de um mercado comum, não estava entre as propostas do MERCOSUL prejudicar o setor produtivo dos países mediante concorrência considerada “desleal”. Nesse ponto de vista, entendia-se o porquê de

industriais argentinos pressionarem Buenos Aires a fim de impor medidas restritivas e até mesmo promover uma desaceleração no processo de integração mercossulino.

Sendo assim, compreende-se que nem tudo havia saído como o planejado e entre 1991 e 1994 houve mudanças na política interna dos países que refletiram nas estratégias do bloco. Tais influências eram ainda maiores quando ocorriam no Brasil e na Argentina. Nesse último, as diretrizes de política externa implementadas no governo Menem foram motivos tanto de aproximação quanto de atrito com o Brasil e demais países do MERCOSUL.

Em 1991, a Argentina se retirou do enfraquecido Movimento dos Países Não Alinhados (MNOAL) que havia aderido na década de 1970. Essa atitude significou a ruptura completa com a política externa de seu passado ditatorial, consolidando a estratégia de aproximação com os países da região Cone Sul (através do MERCOSUL) e principalmente com os Estados Unidos. O momento político que o mundo vivia de desaparecimento da União Soviética e reordenamento das forças no cenário internacional contribuíram para legitimar esse propósito. O governo argentino acreditava que as relações com os Estados Unidos eram inevitáveis, por isso o alinhamento com os mesmos deveria ser automático, ou de “*relaciones carnales*”, tal como disse Domingo Cavallo, então ministro das Relações Exteriores do governo Menem (CERVO, 2000, p.49). Essa estratégia revelava que a intenção do presidente Argentino de ingressar no “Primeiro Mundo” poderia não passar necessariamente pelo MERCOSUL. Portanto, a partir de 1992, a Argentina altera sua postura em relação ao bloco, intensificando a estratégia de se aproximar cada vez mais dos Estados Unidos e tais atitudes se tornariam mais explícitas a partir de 1995.

No caso brasileiro, o crescimento no comércio intrarregional “escondia” o complicado momento político e a situação piorava na medida em que os planos econômicos implantados na gestão Collor (1990-1992) não estavam sendo suficientes para manter a estabilidade monetária e conter a inflação. Além disso, o presidente vinha sendo duramente questionado, sofria denúncias de corrupção contra altos membros de seu governo e colaboradores de sua campanha, desencadeando no processo de *impeachment* que lhe retirou definitivamente da presidência em dezembro de 1992.

A destituição de Collor de Melo ocorreu dentro dos parâmetros constitucionais e ele foi substituído por Itamar Franco, o vice-presidente. O governo Itamar Franco (1992-1994), embora tenha sido apenas para concluir o mandato constitucional do antecessor, introduziu elementos na ação regional brasileira que reascenderam algumas

discussões que haviam sido levantadas durante a gestão de Sarney (1985-1989) e foram temporariamente “esquecidas” pelas diretrizes do governo Collor, a exemplo da integração infraestrutural dos países mercossulinos e da valorização da democracia. As transformações políticas ocorridas após o *impeachment* refletiram na política externa brasileira e conseqüentemente no MERCOSUL.

O Mercosul, nesse sentido, ganhou uma dimensão estratégica que até então não possuía. Durante o mandato de Itamar Franco, foram realizadas visitas aos países fronteiriços, e o Brasil foi visitado por seus líderes. Como a integração regional se converteu em realidade, a instalação efetiva do Mercosul resultou em aumento do comércio e das relações com os países vizinhos (VIZENTINI, 2008, p.86).

Portanto, devido a profundidade dessas alterações internas, tornou-se inevitável que as mesmas não refletissem no MERCOSUL. Na reunião de cúpula do Grupo do Rio, ocorrida em outubro de 1993 na cidade de Santiago no Chile, o presidente Itamar Franco afirmou que a relação de seu governo com os países da região seria pautada por dois parâmetros: a defesa da democracia com liberdades individuais; e a luta pela ordem internacional democrática. Em discurso, propôs uma inserção diferenciada de propósitos ao MERCOSUL, porém estava sendo ajudado pelo bom volume das exportações brasileiras que havia animado industriais desse país e o quadro econômico tenderia a se equilibrar quando a união aduaneira fosse plenamente implementada⁸⁴. O fato do Brasil ter passado por uma crise política que retirou Fernando Collor da presidência sem a necessidade que houvesse uma ruptura institucional ajudava a legitimar tal propósito.

Somado a esse ponto, em 1993 o Paraguai concluiu seu processo de transição democrática, iniciado em 1989 após a destituição do ditador Alfredo Stroessner. Em 1993, Juan Carlos Wasmosy se elegeu presidente da República e a partir daquela data todos os governos dos países do MERCOSUL foram escolhidos por eleições diretas, apesar da situação política paraguaia ainda ser considerada instável.

Tal realidade estava diretamente ligada ao pensamento do novo governo brasileiro de que a integração econômica deveria caminhar no mesmo ritmo da aproximação política e fortalecimento das instituições democráticas, destacando que o MERCOSUL já havia logrado resultados econômicos satisfatórios. Ou seja, havia

⁸⁴. *Discurso do Senhor Presidente da República, Itamar Franco, na Primeira Sessão de Trabalho, em Assuntos Políticos, durante a VIII Cúpula Presidencial do Grupo do Rio. Santiago do Chile, 15 de outubro de 1993. In. Discursos Selecionados do Presidente Itamar Franco. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2008, p.25-28.*

voltado o momento de se falar em política no âmbito do bloco e o discurso do presidente Itamar Franco deixava nítida tal intenção.

O Mercosul já exhibe expressivos resultados, com taxas de crescimento exponencial do comércio e com avançada construção de medidas integracionistas [...]. É um projeto de grande envergadura, não excludente, que sinaliza para a criação de vínculos crescentes com os demais países da América Latina e para a inserção competitiva dos quatro países na economia internacional⁸⁵.

Nesta época, a mudança de atitude na diplomacia brasileira reascendeu a possibilidade de ocorrerem transformações mais drásticas no bloco, visando suprir as carências institucionais que o mercado comum havia demonstrado desde 1991. Além disso, começou a se preocupar com os possíveis desníveis gerados pela concorrência entre economias desiguais no âmbito mercossulino e houve indiretamente o reconhecimento de que o Protocolo de Brasília (que tratava da solução de controversas) havia sido instituído com perfil incipiente. Em suma, faltavam órgãos administrativos que regulassem o MERCOSUL, garantindo permanência e sustentabilidade ao processo integracionista.

Portanto, o ano de 1994 pôde ser entendido como importantíssimo pelos acontecimentos desencadeados no âmbito mercossulino e pela diplomacia brasileira. No mesmo ano, o Brasil assinou com a Venezuela o Tratado de *la Guzmanía*, considerado um dos passos mais consistentes de aproximação da Venezuela com os países do MERCOSUL até aquele momento, embora tenha sido um acordo bilateral entre Brasília e Caracas. Nesse documento, os presidentes Itamar Franco e Rafael Caldeira reiteraram as potencialidades que Brasil e Venezuela possuem na região amazônica bem como a necessidade de explorá-las conjuntamente. Por isso, estavam “[...] conscientes da necessidade de aprofundar os vínculos de amizade, solidariedade, cooperação entre povos e países vizinhos”⁸⁶.

Indiscutivelmente havia muita expectativa em torno da aproximação do Brasil com a Venezuela. Historicamente, ambos os países haviam formado suas estruturas econômicas mediante bases dependentes e o passado colonial ajudava em grande medida a compreender tal característica (STEIN & STEIN, 1977, p.13-29). Apesar disso,

⁸⁵. Idem.

⁸⁶. *Protocolo de la Guzmanía*. Assinado pelo presidente da República Federativa do Brasil, Itamar Franco e pelo presidente da República da Venezuela, Rafael Caldeira. *La Guzmanía*, litoral da Venezuela, 4 de março de 1994. In. **Divisão de Atos Internacionais** (DAI). Ministério das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil, p.1-2.

Brasil e Venezuela permaneceram relativamente distantes. No século XX os brasileiros haviam se industrializado pelo método da substituição de importações, enquanto os venezuelanos apostaram nas rendas do petróleo e no completo desmonte de seu setor agrícola. Ademais, a partir de 1960 a elite da Venezuela havia sido impregnada pelo sentimento de superioridade em relação a seus vizinhos latino-americanos, o que colocava empecilhos ao processo de aproximação. Por isso, em 1994 a visita do presidente Itamar Franco a Venezuela e a tentativa de Caldeira em melhorar as relações entre ambos apostando na integração, não eram motivadas apenas por envolverem as indiscutíveis potencialidades que os dois países possuem na Amazônia. Havia um valor simbólico de uma reaproximação encarada como histórica pelo presidente Itamar Franco, por isso ele lembrou Simón Bolívar e a iniciativa desse personagem histórico em promover a integração no hemisfério sul.

As relações entre o Brasil e a Venezuela se beneficiam de uma conjuntura histórica favorável ao adensamento do diálogo e ao fortalecimento da cooperação. [...] No contexto proporcionado pela aceleração do processo integracionista em nossa parte (*sic*) do mundo, abrem-se, ademais, oportunidade de associação plurilateral que não podemos deixar de aproveitar, convictos como estamos de que os ideais do Libertador Simon Bolívar permanecem mais atuais do que nunca⁸⁷.

Além do significado simbólico atribuído a visita e a assinatura do Tratado de *La Guzmanía*, as palavras do presidente Itamar Franco também tinham como finalidade promover a proposta lançada pela diplomacia brasileira de formar uma área de livre comércio na América do Sul, levando em consideração o relativo sucesso no âmbito comercial apresentado pelo MERCOSUL até 1994. Todavia, o presidente do Brasil evitava entrar em detalhes no que dizia respeito a essa proposta a fim de não expor as divergências existentes entre os países sul-americanos de qual perfil deveria apresentar esse eventual bloco. Contudo, na realidade o Tratado de *La Guzmanía* não foi capaz de instituir um novo patamar nas relações entre a Venezuela e os países do MERCOSUL, no sentido de torná-la prioritária à Caracas. Pelo contrário, a venda de petróleo aos Estados Unidos continuava primordial a economia venezuelana. Apesar disso, o Tratado de *La Guzmanía* havia sido um “passo a mais” na aproximação entre Caracas e o MERCOSUL que se iniciou em 1992 quando o governo da Venezuela sofreu uma

⁸⁷.XIX Discurso do Senhor Presidente da República, Itamar Franco, por ocasião do almoço oferecido pelo Presidente da República da Venezuela, Dr. Rafael Caldeira. La Guaira, Venezuela, 4 de março de 1994. In. **Discursos Selecionados do Presidente Itamar Franco**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2008, p.54.

tentativa de golpe de Estado, rechaçada pelos países mercossulinos. Ainda nesse ano, o Brasil havia assinado com a Venezuela um acordo de cooperação na área de energia nuclear para fins pacíficos, seguindo uma diretriz implementada pela política externa do presidente Collor de desmantelamento de projetos nucleares para fins militares⁸⁸, tal como o Brasil também já havia assinado com a Argentina no mesmo ano.

Para a Venezuela, a aproximação com os brasileiros e o MERCOSUL era vista como uma das possibilidades no intuito de encontrar saídas para atenuar a difícil situação econômica vivida naquele período, pois Rafael Caldeira havia sido eleito com o compromisso de recuperar a economia e devolvê-la o padrão de vida da década de 1970. Somente desta maneira o presidente venezuelano acreditava que poderia atenuar os problemas políticos enfrentados pela Venezuela, demonstrado na tentativa de golpe de Estado em 1992 e pelo crescimento na popularidade do líder daquele movimento, o ex-tenente-coronel Hugo Chávez (JONES, 2008, p.190-191). Naquela época, Chávez havia sido libertado da prisão, já estava em campanha às eleições de 1998 e sua popularidade na Venezuela aumentava rapidamente (JONES, 2008, p.206-207).

Como consequência, as mudanças na política externa do Brasil, que produziram os efeitos acima citados, provocaram o surgimento de divergências com a Argentina no que se refere à intensidade do processo de integração mercossulino. De um lado, o Brasil desejava uma integração mais sólida e autônoma, voltando a defender com mais entusiasmo a formação de mecanismos institucionais capazes de garantir durabilidade ao MERCOSUL e também protegê-lo em momentos difíceis. O presidente Itamar Franco havia se pronunciado publicamente a respeito em uma reunião de Cúpula de Buenos Aires em agosto de 1994⁸⁹.

Por outro lado, tais posições geraram divergências com a Argentina que estava implementando uma ação internacional considerada subordinada e defendia abertamente a inevitabilidade das relações com os Estados Unidos, embora os argentinos concordassem com os brasileiros de que o MERCOSUL ainda necessitasse ser minimamente institucionalizado.

⁸⁸ *Decreto Nº422, de 14 de janeiro de 1992 que Promulga o Acordo de Cooperação na Área de Energia Nuclear para Fins Pacíficos, entre o governo da República Federativa do Brasil e o governo da República da Venezuela.* In. **Coleção Leis da República Federativa do Brasil.** Brasília, v.184, Nº 1, Janeiro de 1992, p.92-93.

⁸⁹ *Discurso do Senhor Presidente da República, Itamar Franco, por ocasião da VI Reunião do Conselho do Mercosul.* Buenos Aires, Argentina, 5 de agosto de 1994. In. **Discursos Selecionados do Presidente Itamar Franco.** Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2008, p.65-68.

Desta forma, tornou-se uma missão imprescindível ao MERCOSUL a formação de sólidos mecanismos que garantissem continuidade e solidez ao bloco. Com esse propósito, os países mercossulinos se reuniram na cidade de Ouro Preto, no Brasil, em 16 de dezembro de 1994 e o resultado dessa reunião de Cúpula foi à assinatura do Protocolo de Ouro Preto. Nesse documento, instituiu-se oficialmente a estrutura administrativa do bloco que passou a funcionar com seis órgãos principais, melhor detalhando a função de cada um deles. Ademais, também permitiu que outros órgãos fossem instituídos assim que surgisse alguma necessidade, pois os mesmos também poderiam ter caráter transitório. Nessa mesma reunião, ficou estabelecido que no ano de 1995 a Tarifa Externa Comum (TEC) entraria em vigor, embora tenha incluído vários produtos na lista de exceções (BARBOSA, 2010, p.29-30). Todavia, a principal novidade trazida pelo Protocolo de Ouro Preto foi que a partir daquela data o MERCOSUL teria Personalidade Jurídica de Direito Internacional. Na prática, isto lhe permitiria negociar multilateralmente com outros blocos de integração, a exemplo da União Europeia que naquele momento já cogitava a possibilidade de estabelecer um tratado multilateral com o MERCOSUL. Este preceito ficou estipulado nos Artigos 34, 35 e 36⁹⁰.

Com a assinatura do Protocolo de Ouro Preto, os governos dos Estados Partes do MERCOSUL esperavam que ele servisse como uma maneira de “coroar” o bloco com uma estrutura administrativa consistente e capaz de resolver os problemas normais existentes no comércio intrabloco, além de criar canais de negociação com terceiros países e/ou outros blocos. Naquele período, o comércio intrabloco e principalmente os produtos industrializados do Brasil viviam um bom momento e a estrutura institucional serviria como “mais um passo” rumo a formação plena da União Aduaneira. Ademais, no caso brasileiro, o bom momento coincidiu com o início do Plano Real, instituído meses antes (em julho de 1994) que havia proporcionado estabilidade monetária ao Brasil, após mais de uma década de planos econômicos fracassados.

Em linhas gerais, até 1994 ainda não se tinha uma ideia muito nítida de como o MERCOSUL reagiria aos problemas políticos em países conhecidos pela instabilidade de suas instituições democráticas, a exemplo do Paraguai, ou em menor medida, como lidaria com as crises financeiras nas economias maiores (Brasil e Argentina) que obrigaria os governos a utilizar com mais frequência táticas protecionistas. Em suma, o MERCOSUL ainda não havia sido realmente “testado” pelas turbulências econômicas.

⁹⁰*Protocolo Adicional ao Tratado de Assunção sobre a Estrutura Institucional do Mercosul – Protocolo de Ouro Preto*. Ouro Preto, Brasil, 16 de dezembro de 1994. In. **Divisão de Atos Internacionais** (DAI). Ministério das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil, p.13.

Se até o Protocolo de Ouro Preto (1994) o MERCOSUL vivia um momento promissor no aprofundamento da integração, isso não se repetiria nos anos posteriores quando se exigiu, frente aos desafios, um patamar de integração que o bloco não estava preparado, tal como demonstra o próximo item.

3.3 – Golpes de Estado e crise econômica (1995-2002): a iminente “morte” do MERCOSUL

O período entre 1995 e 2002 é compreendido como a segunda fase do MERCOSUL e se tratou de um conturbado momento na política e na economia dos países mercossulinos. No aspecto político, o bloco demonstrou suas debilidades institucionais devido às dificuldades em manter a ordem democrática nas frágeis democracias da região. Isso ficou evidente no Paraguai com as tentativas de desestabilização institucional ocorridas em 1996 e 1999. No plano econômico houve crises que impactaram fortemente as economias do Brasil em 1999, da Argentina em 2001 e do Uruguai em 2002.

Esses eventos pontuais, porém não isolados, provocaram um grande questionamento sobre a viabilidade ou não em manter um processo de integração entre esses quatro países. O MERCOSUL já não estava conseguindo repetir os resultados econômicos descritos no item anterior, desnudando suas frágeis estruturas. Por isso, o questionamento sobre a viabilidade ou não do MERCOSUL se tornou cada vez mais evidente, agravado por dois motivos: a ausência de uma política monetária comum; e as dificuldades em decidir conjuntamente sobre assuntos econômicos.

Apesar disso, entre 1995 e 1997 o MERCOSUL ainda conseguia manter o comércio intrabloco em níveis acelerados e a política de beneficiar a indústria brasileira se manteve até esse período (VIZENTINI, 2008, p.95-96). Porém, após 1998 o quadro começou a se alterar negativamente, intensificado pela crise brasileira de 1999 e Argentina de 2001. No entanto, é importante frisar que os problemas que atingiram essas economias não se originaram nesses países, por isso eles não foram fenômenos isolados.

Argentinos e brasileiros haviam sido impactados pelas crises ocorridas no leste asiático em 1997 e na Rússia em 1998⁹¹. Como consequência, houve grande fuga de capitais das economias em desenvolvimento, reflexo da própria volatilidade e

⁹¹Na América Latina, essa onda de crise econômica não atingiu apenas o Brasil e a Argentina. Em 1998, o México passou por problemas financeiros e em 1996 a Venezuela enfrentou uma crise bancária que se espalhou provocando a falência de vários bancos, aumentando a vulnerabilidade do governo de Rafael Caldeira, tal como destacado no Capítulo 1.

vulnerabilidade das mesmas frente ao capital especulativo. Ademais, o Brasil e principalmente a Argentina prezavam por uma política de convertibilidade monetária que se tornou um agravante e “o Mercosul [...] perdeu em 1998-1999 a dinâmica que o caracterizava até então. Esgotou-se a etapa de ganhos fáceis com a integração, típicos da fase inicial de expansão de comércio em decorrência da redução tarifária automática” (VIZENTINI, 2008, p.99).

As crises ocorridas no Brasil e na Argentina foram sentidas da pior maneira por Paraguai e Uruguai que já tinham suas economias fortemente integradas (ou dependentes) as de Brasil e Argentina. Se não bastassem os poucos ganhos econômicos, caso fossem comparados com os dois maiores países do MERCOSUL, paraguaios e uruguaios sofreram as consequências das crises na economia dos vizinhos. Desta forma, houve um aumento na expectativa em torno de uma possível “morte” ou esvaziamento do MERCOSUL, incentivado pelo desinteresse brasileiro e argentino em fomentá-lo, pois a partir daquela data, os dois países haviam estabelecido como prioridades colocarem fim as turbulências que lhes afligiam. Mesmo assim, isso não significou que Brasília e Buenos Aires abandonaram o bloco nesse período, por mais que o Paraguai e o Uruguai os acusassem disso. O desinteresse demonstrado por ambos ante o MERCOSUL ocorreu por motivos não totalmente controláveis por seus governos, a exemplo do fracasso das políticas neoliberais que gerou consequências negativas a ambas as economias; e as pressões exercidas pelo governo norte-americano em torno da proposta de formar a Área de Livre Comércio das Américas (ALCA), pois dependendo de como ela fosse instituída poderia inviabilizar o MERCOSUL.

Em 1995 poucos anteviam um quadro tão sombrio ao bloco, principalmente em um espaço de tempo tão curto. Isso porque esse ano começou com expectativas positivas as nações mercossulinas, simbolizado pela entrada em vigor da Tarifa Externa Comum (TEC) e das instituições administrativas elaboradas no Protocolo de Ouro Preto (1994).

No caso brasileiro, a estabilização monetária incidiu positivamente ao ministro da fazenda Fernando Henrique Cardoso (FHC). Decorrente ao sucesso desse Plano e articulação política hábil em uma conjuntura favorável, ele se elegeu presidente da República e tomou posse em 1º janeiro de 1995. A segunda fase do MERCOSUL coincidiu com a era Cardoso (1995-2002) na presidência do Brasil e em seu governo a política externa brasileira sofreu novas alterações rumo a uma ação mais centralizada na figura do presidente da República. Porém, isso não foi suficiente para o Brasil adotar

uma política externa que produzisse ganhos concretos na inserção brasileira no âmbito sul-americano e tampouco amenizou as divergências com os argentinos.

De acordo com Cervo (2002), o governo Cardoso foi marcado pela adoção acrítica e ideológica dos preceitos neoliberais que geraram efeitos negativos no Brasil e demais países latino-americanos, tais como frequentes empréstimos junto ao FMI, aumento da desigualdade social, desemprego e desindustrialização. Aos brasileiros, esses fatores culminaram na “[...] perda de poder de negociação de uma diplomacia atrofiada” (CERVO, 2002, p.11) e tais atitudes foram determinantes para que houvesse condições favoráveis no intuito de desencadear a crise financeira de 1999 que terminou com a desvalorização do Real.

Tais mudanças se refletiram no MERCOSUL e o governo brasileiro teve dificuldades em continuar priorizando o bloco entre 1995 e 2002, por mais que vários membros do governo mantivessem a retórica de valorização da integração regional, inclusive o presidente FHC que dizia estar “[...] convencido de que as políticas de integração regional têm de ser mecanismos decisivos de combate aos efeitos mais danosos da globalização”⁹².

Entretanto, no início de seu governo Cardoso adotou a estratégia de negociar preferencialmente no âmbito multilateral, o que logrou resultados ao bloco em firmar Acordos de Complementaridade comercial com a Bolívia⁹³ e o Chile em 1996⁹⁴, quando ambos se tornaram países-sócios do MERCOSUL. Os bolivianos tinham uma estratégia de inserção na América do Sul concatenada com a CAN e alimentavam pretensões de se aproveitar da disponibilidade brasileira em explorar o gás-natural existente naquele país. Os chilenos apresentavam uma inserção considerada “distante” dos países de seu entorno, preferia acordos e tratados no âmbito bilateral, principalmente com os Estados Unidos, mas o fato de Santiago ter se associado ao MERCOSUL foi encarado como uma forma de amenizar a recusa chilena em aderir ao bloco em 1991, tal como desejava

⁹² *Conferência do Excelentíssimo Senhor Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, sob o título “O impacto da globalização nos países em desenvolvimento”*; realizada no Colégio do México. Cidade do México, 20 de fevereiro de 1996. In. **Discursos Selecionados do Presidente Fernando Henrique Cardoso**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2009, p.31.

⁹³ *Acordo de Complementação Econômica Mercosul-Bolívia*. Fortaleza (Ceará), 17 de dezembro de 1996. In. **Divisão de Atos Internacionais (DAI)**. Ministério das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil, p.1-14.

⁹⁴ *Acordo de Complementação Econômica Chile-Mercosul*. Fortaleza (Ceará), 19 de dezembro de 1996. In. **Divisão de Atos Internacionais (DAI)**. Ministério das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/temas/america-do-sul-e-integracao-regional/aladi/mercosul-chile-ace-35> (acessado em 09/10/2012).

Brasil e Argentina. Ademais, naquele momento o Chile não fazia parte de nenhum bloco de integração na América do Sul, pois havia saído do Pacto Andino em 1976.

Todavia, é importante destacar que o momento não era oportuno a ganhos comerciais e tornou-se desfavorável a ampliação de espaços, demonstrado quando o MERCOSUL deu início ao processo de negociação multilateral com a União Europeia a fim de implementar um Tratado de Complementaridade. Porém, esse documento ficou inconcluso, pois esbarrou na delicada questão dos subsídios agrícolas que os governos europeus proporcionavam a seus agricultores (CERVO, 2002, p.18).

Ademais, as divergências de propósito entre Brasil e Argentina persistiam. Embora o governo brasileiro não admitisse, diversas atitudes empregadas na política externa do governo Menem “incomodavam” o Itamaraty. Sem dúvida, o Brasil também tinha uma inserção internacional que visava a cooperação e priorização das relações com Washington, mas nesse caso as divergências estavam na intensidade desse envolvimento, considerada a busca quase incondicional da Argentina em conquistar a “confiança” dos norte-americanos como excessiva pelos brasileiros. Para o Brasil, tal atitude comprometia a autonomia relativa que o MERCOSUL havia conquistado nos últimos anos. Na verdade, o presidente FHC enxergava no bloco uma oportunidade de garantir a liderança brasileira na região, por isso a manutenção dessa autonomia relativa era útil ao Brasil que já alimentava esperanças de obter um assento permanente no Conselho de Segurança da ONU. Sendo assim, algumas atitudes de Menem não eram bem vistas pelo Brasil, a exemplo de solicitar o ingresso argentino na Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), aliança militar dos tempos da Guerra Fria. Isso deixava nítido o desinteresse de Buenos Aires pelo bloco naquele momento.

Em dezembro de 1996 Carlos Menem visitou os Estados Unidos com o intuito de tranquilizar os investidores norte-americanos diante do afastamento do homem forte da economia argentina, Domingo Cavallo, em quem confiavam, mas ainda com vistas a resolver problemas práticos que emperravam os negócios bilaterais [...]. **Supondo-se conselheiro do príncipe, sugeriu Menem ao presidente Clinton a formação de uma aliança extra-OTAN que se ocuparia da luta contra o narcotráfico e o terrorismo**⁹⁵ (CERVO, 2000, p.54).

Se não bastasse a política de proximidade considerada excessiva pelo Brasil do governo Menem com os Estados Unidos, o MERCOSUL foi atingido pelos problemas políticos no Paraguai. O primeiro deles ocorreu em 1996, durante o governo de Juan

⁹⁵Grifo meu.

Carlos Wasmosy, pertencente ao partido Colorado e eleito em 1993⁹⁶. Como consequência, Wasmosy privilegiou na distribuição dos cargos pessoas que haviam desempenhado papéis importantes no levante de 1989, dentre eles o general Lino César Oviedo, que se tornou comandante do Exército. No entanto, essa relação não seria fácil, principalmente pela dificuldade de alguns militares paraguaios em se subordinarem a um presidente civil. Por isso, o entendimento entre Wasmosy e o general terminou em abril de 1996 quando o comandante do Exército se declarou oficialmente em desobediência com o Palácio Lopez (sede do governo paraguaio).

Como consequência, Wasmosy demitiu Oviedo e o pôs na reserva, visando que o descontentamento não comprometesse seu mandato. Os resultados foram negativos ao governo que enfrentou distúrbios e o aquartelamento de parte das tropas comandadas pelo general. Ademais, Lino Oviedo tinha influências no Senado que passou a pressionar o presidente a renunciar, provocando a primeira crise política após o restabelecimento da democracia paraguaia. Esse episódio desencadeou uma crise nas Forças Armadas. Grande parte do Exército aderiu à insubordinação contra Wasmosy, porém a Marinha, a Aeronáutica e a Política Nacional permaneceram ao lado do presidente (HOFFMANN, 2005, p.86-89).

Nesse momento, o rechaço dos países mercossulinos ao golpe de Estado foi essencial, pois eles condenaram a tentativa de destituição do presidente da República (LEMGRUBER, 2007, p.251-252). “Apoiado pelos governos dos Estados Unidos, Brasil e Argentina, pelos partidos de oposição e por demonstrações populares, Wasmosy resistiu, embora tenha passado a noite na Embaixada dos Estados Unidos, tecnicamente, em exílio” (HOFFMAN, 2005, p.86). O apoio regional e internacional mais a incipiência do movimento golpista garantiram Wasmosy no cargo até 1998 quando entregou a faixa presidencial a seu sucessor, Raul Cubas. Todavia, o presidente Wasmosy saiu politicamente derrotado em relação à Oviedo, pois fez um acordo com os insurgentes nomeando esse general ministro da Defesa, o que acalmou os ânimos e a ordem se restabeleceu. Porém, na época a derrota de Wasmosy foi nítida. “Proposta e contraproposta indicam, claramente, que Oviedo ganhou o cabo de guerra com o presidente”⁹⁷.

⁹⁶ Wasmosy foi o primeiro civil a assumir a presidência do Paraguai depois de várias décadas sendo comandado por militares em regimes ditatoriais, sendo que a última delas, do general Alfredo Stroessner, durou 35 anos.

⁹⁷ ROSSI, Clóvis. *Solução acentua ânimo para aprovar impeachment*. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 24 de abril de 1996, p.16.

Este episódio ascendeu alerta nos demais países do MERCOSUL em relação à necessidade de se criarem mecanismos capazes de punir os Estados que promovessem rupturas institucionais ou golpes de Estado, não reconhecendo governos instituídos dessa maneira, suspendendo-o, ou até mesmo o excluindo do bloco. Além disso, uma norma deste tipo visava desencorajar setores sociais ou grupo de militares a optarem por táticas consideradas golpistas e/ou autoritárias, a exemplo do ocorrido no Paraguai em 1996.

Desta forma, em 1998 os países mercossulinos assinaram o Protocolo de Ushuaia que instituiu uma cláusula democrática no MERCOSUL. Nesse documento, ficou estabelecido que a vigência de instituições democráticas fosse condição *sine qua non* ao desenvolvimento do processo de integração, impondo sanções aos países que desrespeitassem esse preceito, podendo provocar a suspensão ou exclusão do bloco⁹⁸. O Protocolo de Ushuaia também foi assinado pelos dois países-sócios do MERCOSUL, Chile e Bolívia, esse último conhecido pela instabilidade política.

Mesmo assim, isto não impediu ao Paraguai de novamente enfrentar distúrbios, aumentando o ceticismo em relação ao MERCOSUL. Em fevereiro 1999, outra tentativa de desestabilização exigiu firmeza do bloco no cumprimento da Clausula Democrática. Durante a escolha do candidato colorado, Lino Oviedo detinha grande chance de ser o indicado, o que praticamente lhe faria presidente da República. Todavia, a Suprema Corte de Justiça decidiu condená-lo a 10 anos de prisão pela tentativa de golpe de Estado de 1996, impossibilitando sua indicação. Mesmo assim, o escolhido do partido Colorado foi Raúl Cubas Grau que tinha um acordo com esse general de soltá-lo assim que tomasse posse. Cubas cumpriu a promessa, porém a Suprema Corte exigiu o retorno de Oviedo à prisão, desencadeando uma crise entre os poderes e a abertura pelo Congresso de um processo de *impeachment* contra Cubas por abuso de poder (HOFFMAN, 2005, p.87).

A situação política já estava complicada quando em março de 1999 o vice-presidente Luiz María Argaña foi assassinado, desencadeando uma onda de protestos. O presidente Cubas e o general Oviedo (que fugiu para a Argentina) foram considerados os responsáveis pela morte de Argaña. A situação tornou-se insustentável ao presidente e a única saída a fim de manter a ordem democrática seria sua renúncia (LEMGRUBER, 2007, p.253), o que realmente aconteceu não sem antes produzir uma crise de

⁹⁸ Protocolo de Ushuaia sobre o Compromisso Democrático no Mercosul, Bolívia e Chile, adotado em 24 de julho de 1998. In. GARCIA, Eugenio Vargas. **Diplomacia Brasileira e Política Externa: documentos históricos** (1493-2008). Rio de Janeiro: Contraponto Editora, 2008, p.671-673.

legitimidade no governo paraguaio. O presidente brasileiro, Fernando Henrique Cardoso, falou com Cubas por telefone e lhe cobrou o cumprimento do Protocolo de Ushuaia. Na prática, isso significava sua renúncia e a posse do presidente do Senado, o colorado Luiz Gonzalez Macchi, tal como ordenava a Constituição do Paraguai. Macchi assumiu o poder e governou até 2003, porém durante seu governo também teve problemas para permanecer no cargo, pois enfrentou um processo de impedimento no Congresso Nacional, além de tentativa de desestabilização mediante a ação de guerrilhas no interior do país. Devido a tais acontecimentos, o Paraguai chegou a ser considerado um “Estado-problema” no âmbito mercossulino (SOARES, 2008, p.75), sendo que alguns militares e parte dos políticos paraguaios contribuíam para reforçar esse pensamento.

Sem dúvida, a partir de 1998, a Cláusula Democrática do MERCOSUL se tornou um dos principais instrumentos de garantia da estabilidade política no Paraguai. Mesmo antes, em 1996, o bloco já exercia pressão sobre Assunção evitando que novas tentativas de desestabilizar o governo reconhecido fossem empregadas, a exemplo do que havia sido corriqueiro na história paraguaia. Nessas duas situações, os problemas giraram em torno de disputas políticas existentes entre setores do partido Colorado em cumplicidade com membros das Forças Armadas a fim de derrubar dois presidentes que haviam sido democraticamente eleitos. Apesar disso, a intervenção dos países mercossulinos em favor da manutenção da ordem democrática foi fundamental no intuito de malograr as tentativas de rompimento e instalação de um regime ditatorial. No entanto, os problemas políticos estavam acompanhados das dificuldades econômicas e o questionamento sobre a viabilidade do bloco passou a ser uma constante.

Desde a redemocratização, o Paraguai tem enfrentado baixos índices de crescimento econômico e desenvolvimento humano, o que serviu para aumentar o descrédito nas frágeis instituições democráticas e os resultados da política econômica após 1989 têm sido parciais e descontínuos (BORDA, 2007, p.165).

Portanto, o ano de 1999 começou com dificuldades aos países latino-americanos devido à crise econômica e algumas mudanças políticas que geravam desconfiança, a exemplo da ascensão de Hugo Chávez na presidência da Venezuela e a volta das turbulências políticas no Paraguai, além da crise econômica que atingiu o Brasil. Em janeiro de 1999, o presidente brasileiro Fernando Henrique Cardoso, que havia sido reeleito em 1998 para mais quatro anos de mandato, foi obrigado a desvalorizar o Real. Porém, ele não consultou os demais países mercossulinos que foram não somente

surpreendidos com a decisão como fortemente impactados por ela. O governo argentino demonstrou desagrado com a medida brasileira, pois estando o Real 35% mais desvalorizado que o Peso o mercado desse país iria ser inundado ainda mais por produtos brasileiros. Além disso, dois outros fatores contribuíram no aumento da pressão em torno do governo argentino a adotar medidas protecionistas em relação aos produtos brasileiros: a pressão exercida por industriais e agricultores desse país; e o aumento na taxa de desemprego em um momento de recessão econômica (CAMARGO, 2006, p.67). Invariavelmente, tais atitudes iriam contra o estabelecido no mercado comum que em tese privilegiaria a “livre” circulação de mercadorias. Mas, na prática isso não acontecia, pois a competitividade dos produtos argentinos nesse período estava sendo mantida pela artificial paridade do Peso argentino frente ao Dólar.

A crise brasileira foi relativamente controlada ainda no ano de 1999 através de medidas consideradas duras do governo brasileiro, tais como redução nos gastos públicos. Nesse mesmo ano, o período de Carlos Menem no governo da Argentina chegou ao fim em um momento economicamente complicado. Seu sucessor, Fernando De La Rúa pertencente à União Cívica Radical (UCR), era considerado um opositor de Menem, porém deu continuidade a política econômica do antecessor, não rompendo com esse modelo que já demonstrava sinais de enfraquecimento. Como consequência, De La Rúa teve que enfrentar umas das piores crises econômicas da história argentina, desencadeando em protestos, piquetes e filas nas instituições bancárias. A solução imediata encontrada pelo presidente argentino foi chamar o ex-ministro Domingo Cavallo para ocupar o ministério da Economia, lhe outorgando poderes para tomar as medidas necessárias visando conter a crise, ou seja, medidas impopulares que limitavam a retirada de capitais, conhecida como *corralito*.

No ano de 2001, em plena bancarrota financeira, o presidente decretou a moratória da dívida externa, seguido pelo bloqueio aos bancos (EPSTEYN & JATOBÁ, 2007, p.40-44). No entanto, isso não foi suficiente no intuito de estancar a crise, os protestos se intensificaram e Fernando De La Rúa renunciou ao cargo em 20 de dezembro de 2001. Ele deixou a Argentina em uma difícil situação financeira que desencadeou uma crise de legitimidade dos poderes da República. As atitudes de De La Rúa no comando do país foram muitas questionadas e os resultados provaram os erros cometidos em sua gestão, principalmente por não ter rompido com a política econômica menemista e “o resultado social da aplicação desse programa econômico [...] foi verdadeiramente catastrófico” (GONÇALVES, 2008, p.100). Ademais, importante detalhe

na análise da crise argentina de 2001 foi que a mesma havia atingido justamente a “pedra angular” da política econômica do país durante uma década: a paridade entre Peso e Dólar.

A economia argentina não suportou mantê-la e, sem dúvida, o péssimo momento vivido por Buenos Aires afetou todos os países do bloco, principalmente o Uruguai pelo nível de envolvimento das duas economias e proximidade comercial. Nesse país, em 2000 tomou posse na presidência Jorge Battle, político que durante a campanha eleitoral havia apresentado um discurso crítico ao MERCOSUL e simpático ao aprofundamento das relações com os Estados Unidos. Como esperado, o governo Battle (2000-2005) voltou-se menos ao MERCOSUL e mais as relações com os norte-americanos. As crises (política e econômica) enfrentadas no âmbito mercossulino contribuíram em grande medida para que optasse pelo relativo afastamento.

Como parte do acordo e da proximidade com Washington, Montevidéu conseguiu negociar empréstimos frente ao FMI no valor de US\$ 1,5 bilhão (no intuito de enfrentar a crise econômica) de maneira mais rápida do que a Argentina. Nesse momento, parecia cada vez mais próximo um acordo de livre comércio entre o Uruguai e os Estados Unidos, contrariando as regras mercossulinas que privilegiava negociações desse tipo em conjunto. “O esforço de Battle em se aproximar dos Estados Unidos o levou a anunciar claramente sua insatisfação com a demora, brasileira e argentina, em estabelecer um cronograma de negociações para a criação da Área de Livre-Comércio das Américas (ALCA)” (ERTHAL & VILLANO, 2007, p.324). No entanto, por mais que tenha havido um esforço de aproximação com Washington durante o governo Battle, a cooperação com os Estados Unidos foi relativamente limitada e se restringiu ao aspecto econômico, embora Montevidéu não admitisse isso.

Devido as enormes dificuldades descritas acima, entre 1995 e 2002 tornou-se inevitável ao MERCOSUL não ser afetado ou enfraquecido pelos malogros na política econômica de alguns países mercossulinos. Com o Brasil fortemente impactado pela crise de 1999, a Argentina em bancarrota financeira, o Uruguai igualmente em crise econômica e descontente com o bloco e o Paraguai enfrentando tentativas de desestabilização, acreditar na plena recuperação mercossulina se transformou em algo temerário, sendo que membros dos governos e da imprensa contribuíam na difusão desse pensamento. Para além da indiscutível crise vivida pelo MERCOSUL, o que estava realmente esgotado era o modelo de mercado comum e de integração implantado

em 1991. Ele demonstrou ser ineficaz nos momentos de dificuldades econômicas e queda nas exportações, tal como ocorreu no início dos anos 2000.

Contudo, mesmo enfrentando problemas a exemplo dos destacados acima, o MERCOSUL despertava interesse de outros países, a exemplo da Venezuela, pois o bloco tinha um mercado consumidor que não poderia ser desprezado. Após a ascensão de Hugo Chávez a presidência da Venezuela em 1999, voltou-se a cogitar a hipótese de um acordo multilateral entre o MERCOSUL e a Comunidade Andina de Nações (CAN), ainda que os venezuelanos estivessem naquele momento passando por drásticas mudanças institucionais representadas pela Constituição de 1999. Nesse período, a Venezuela ainda não cogitava a hipótese de se lançar ao MERCOSUL bilateralmente, pensava que isso pudesse ser uma estratégia a se realizar conjuntamente com a CAN, alternativa abandonada após 2002. Em uma das primeiras reuniões entre Chávez e FHC, o venezuelano já se mostrou disposto a entrar no MERCOSUL⁹⁹, mesmo esse bloco estando em um momento desfavorável. Além disso, cabe destacar o papel ocupado pelos Estados Unidos na crise do MERCOSUL. Como país estratégico nas relações dos países latino-americanos, durante esse período os norte-americanos relegaram a América Latina a uma posição ainda menos estratégica em sua política externa, agravado após os atentados terroristas de 11 de setembro de 2001, quando o combate ao terrorismo se tornou a prioridade máxima de sua diplomacia e força militar.

Em linhas gerais, entre 1995 e 2002, o MERCOSUL enfrentou uma crise de legitimidade frente aos desafios colocados, sem apresentar o preparo necessário para lidar com a instabilidade política e a crise econômica. Conforme o descrito ao longo deste item, o MERCOSUL passou a ser cada vez mais questionado e sua morte anunciada várias vezes. No entanto, o governo brasileiro não parecia disposto a deixar o bloco no “esquecimento” e um esforço de recuperação foi iniciado ainda em 2002 e intensificado em 2003 com a posse de Luiz Inácio Lula da Silva na presidência do Brasil. Atitudes tomadas no governo Lula (2003-2006) foram consideradas primordiais na recuperação da credibilidade mercossulina, com vistas a recuperar seu respaldo pela via de um processo de integração político visando ganhos econômicos. Como consequência, o bloco se tornou ainda mais atraente as pretensões venezuelanas de inserção no âmbito sul-americano, assunto discutido no próximo item.

⁹⁹ *Presidente eleito se reúne com FHC. Folha de São Paulo*, São Paulo, 15 de dezembro de 1998, p.16.

3.4 – A recuperação do MERCOSUL e a adesão da Venezuela (2003-2006): o papel dos governos Lula, Kirchner e Chávez

Entre 2003 e 2006, o MERCOSUL iniciou um processo de mudanças em suas estruturas que o transformou em um projeto de integração político, mas sem deixar de almejar ganhos econômicos. Essas transformações foram visíveis principalmente na postura dos presidentes mercossulinos em relação ao bloco, pois os quatro Estados Partes apoiaram a transformação do MERCOSUL em um projeto de integração político e duas situações podem ser consideradas determinantes nessa análise. A primeira delas foi o esforço brasileiro durante o primeiro mandato do presidente Lula (2003-2006) em reestruturar o bloco rumo a um projeto de integração capaz de estabelecer relações políticas mais próximas, ou seja, o Brasil voltou a exercer seu papel de liderança no bloco, atitude primordial para o êxito da recuperação. O segundo foi a possibilidade de uma aliança entre Brasil e Argentina durante os governos Lula e Kirchner (2003-2007) em torno da ideia de um MERCOSUL político, o que contribuía para viabilizar a reestruturação do bloco, pois permitia atenuar as rivalidades envolvendo ambos os países. A partir de uma relação política mais consistente, convencer o Uruguai e o Paraguai a apoiar este projeto se tornou uma tarefa menos complicada, tendo em vista que ambos os países haviam sido prejudicados na fase anterior e estavam descontentes com os resultados apresentados pelo bloco até aquele momento.

Portanto, entre 2003 e 2006 foram despendidos muitos esforços no campo político, econômico e diplomático pelos governos mercossulinos para recuperar o bloco após o tortuoso momento descrito no item anterior. Tais reorientações se tornaram possíveis quando ocorrerem mudanças políticas de relativo impacto na Argentina e no Brasil. Ao longo dos anos, alterações de posturas a partir de Brasília e Buenos Aires haviam causado mais impactos no MERCOSUL do que as ocorridas em Assunção e Montevideú. No caso específico desse bloco, o processo de integração acabou em um curto espaço de tempo (2003-2006) se tornando cada vez mais um empreendimento viável a Venezuela, pois estava em consonância com a maneira pela qual o governo Chávez entendia ser o caminho para a integração regional, ou seja, aprofundar os laços políticos a fim de formar uma união de repúblicas sul-americanas, semelhante ao que havia sido idealizado por Simón Bolívar no século XIX. Neste sentido, a chancelaria venezuelana entendeu que o MERCOSUL seria o caminho mais plausível para atingir esse objetivo, ainda que defendesse a superação definitiva do projeto de mercado comum elaborado pelo MERCOSUL na década 1990.

O início do processo de superação da crise mercossulina ocorreu em 1º de janeiro de 2003, quando Fernando Henrique Cardoso entregou o cargo a Luiz Inácio Lula da Silva, pois sua posse significou um passo importante rumo à revitalização mercossulina.

Durante a campanha eleitoral, o novo presidente havia se comprometido a recuperar o bloco, entendido pelo mesmo como fundamental no projeto de liderança brasileira no âmbito regional. Inaugurou-se, a partir desse momento, a terceira fase do MERCOSUL que coincidiu com o primeiro mandato de Lula na presidência (2003-2006). Diferente de seu antecessor, ele dispôs de condições mais favoráveis durante sua gestão. Optou por não refutar a ALCA publicamente, porém a combateu utilizando o discurso de fortalecimento do MERCOSUL, caminho considerado mais eficaz para robustecer a liderança brasileira na América do Sul (VIZENTINI, 2008, p.104-108).

Por isso, a partir de 2003, Lula se esforçou diplomaticamente na recuperação da imagem mercossulina bem como de sua viabilidade, aproveitando-se da recuperação econômica que os países do bloco começaram a apresentar devido ao aumento nas exportações das *commodities* latino-americanas ao promissor mercado chinês. Sem dúvida uma visão estratégica e no caso específico do MERCOSUL a nova postura adotada por Lula priorizou as relações com países sul-americanos. Isso significou um “divisor de águas” nos rumos que o processo de integração tomaria daquele momento em diante. Conforme disse em sua posse, a liderança brasileira na América do Sul deveria ser plenamente exercida e nesse aspecto o MERCOSUL era entendido como um projeto político que necessitava de urgente recuperação. Ademais, Lula reafirmou que a difícil situação vivida por seus vizinhos naquele momento exigiam um bloco forte e o Brasil deveria estar munido de instrumentos capazes a ajudá-los a permanecerem estáveis e democráticos¹⁰⁰, preceitos que haviam sido ameaçados na década de 1990.

O interesse do governo brasileiro na revalorização do MERCOSUL era incentivado por enxergar o bloco como instrumento de difusão do discurso da democratização das relações internacionais e da multipolarização do cenário internacional, principais argumentos dos países que desejam reformas nas organizações internacionais – tais como a ONU – onde o Brasil desde a década de 1990 vinha se comportando como obstinado candidato a obter um assento permanente no CSNU.

¹⁰⁰ *Discurso na Sessão de Posse, no Congresso Nacional*. Brasília, 1º de janeiro de 2003. In. **Discursos Selecionados do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2008, p.7-18.

Na prática, os governos mercossulinos começaram a abandonar a estratégia que havia vigorado durante quase toda a década de 1990, isto é, enxergar o MERCOSUL apenas como um instrumento de adequação tarifária e livre circulação de mercadorias. Nessa missão, o Brasil foi ajudado pelas mudanças ocorridas na Argentina, onde a disposição do líder brasileiro em recuperar o MERCOSUL foi vista com certa expectativa pelo presidente Eduardo Duhalde, primeiro chefe de Estado a fazer uma visita oficial a Lula em janeiro de 2003. Na gestão Duhalde (2002-2003), a situação argentina ainda exigia cuidados, pois comandava um governo de transição em um momento delicado, enfrentando dificuldades em manter a ordem pública. Buenos Aires ainda convivía com protestos nas ruas contra as austeras medidas econômicas que o governo foi obrigado a tomar para conter a crise, obrigando o presidente a antecipar as eleições (EPSTEYN & JATOBÁ, 2007, p.42). A receptividade de Duhalde era importante para Lula, pois assim disporia de mais respaldo ao projeto de reestruturar o bloco que sem dúvida exigiria um nível de união entre os países que o MERCOSUL não possuía naquele momento. Por isso, quando ambos os presidentes lançaram as propostas de formar um Parlamento e uma moeda única no MERCOSUL, tal como a Europa havia feito, ela foi rapidamente rechaçada pelo governo do Uruguai e grupos empresariais brasileiros e argentinos¹⁰¹.

Este primeiro contato entre os presidentes pôde ser encarado como o “relançamento” oficial do bloco, ou seja, a partir daquela data para os governos brasileiro e argentino um novo MERCOSUL havia sido instituído. Apesar disso, os problemas do antigo ainda persistiam e não havia um consenso mínimo dos rumos que o MERCOSUL deveria tomar a partir daquela data. Esse tom aparentemente otimista não foi capaz de esconder que a estratégia de tratar o MERCOSUL como um processo de integração político não era um desejo unânime. Entre 2003 e 2006, os governos mercossulinos (principalmente Brasil e Argentina) tentaram difundir a imagem de que havia uma grande unidade de propósitos no bloco, porém desmentida pelas controvérsias e por aqueles que se recusavam em enxergar o MERCOSUL como um bloco político, despertando desconfiança em setores empresariais dos países do MERCOSUL, sobretudo após Brasil e Argentina cogitarem a hipótese de adotar uma moeda única, considerada equivocada e perigosa ao Brasil (BARBOSA, 2010, p.117).

¹⁰¹ SOLIANI, André. *Lula e Duhalde planejam criar 'moeda do Mercosul'*. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 15 de janeiro de 2003, p.5.

Apesar disso, a proximidade entre Brasil e Argentina em torno do propósito de transformar o MERCOSUL em um processo de integração político continuou. Em maio de 2003, Duhalde entregou o governo a Néstor Kirchner um dos indicados do Partido Justicialista (PJ), apresentado durante a campanha como candidato do presidente Duhalde e “inimigo” do ex-presidente Carlos Menem, a quem Kirchner atribuía a culpa pela crise econômica. Antes de Kirchner ser declarado o vencedor das eleições, Lula demonstrou publicamente seu apoio a ele contra o oponente, o ex-presidente Carlos Menem, que renunciou a disputa durante o segundo turno. Néstor Kirchner foi declarado vencedor com apenas 22% dos votos¹⁰². Na gestão Kirchner (2003-2007), a política externa argentina sofreu significativas modificações que privilegiaram a aproximação com o MERCOSUL, sendo tratada como prioritária a inserção argentina na América do Sul, semelhante ao que havia acontecido durante a gestão Alfonsín na década de 1980. Outra mudança visível na política externa de Kirchner foi a relação com o governo dos Estados Unidos, do qual manteve uma postura de equidistância com a Casa Branca, muito diferente dos tempos de “*relaciones carnales*” da era Menem.

Embora as bases da recuperação argentina tenham sido estruturadas no curto governo Duhalde (2002-2003), foi na gestão Kirchner que os resultados mais visíveis começaram a aparecer, sobretudo uma política externa voltada a integração regional. Devido a tais atitudes, o presidente argentino passou a ser alvo de críticas, considerado um líder anti-norte-americanista, autoritário e nacionalista (GONÇALVES, 2008, p.106). Mas, Kirchner dispôs de apoio político para implementar sua política econômica que recuperou a indústria nacional, além de ter feito alterações institucionais cabíveis ao aprofundamento de seu projeto de poder. Como consequência, pôs fim aos distúrbios sociais e protestos que seus antecessores vinham sofrendo desde a crise de 2001. Apesar de Kirchner ter sido alvo de muitas críticas, os desdobramentos na política argentina e sul-americana entre 2003 e 2006 demonstraram haver condições políticas, econômicas e diplomáticas promissoras aos países mercossulinos.

Ainda em 2003, os primeiros resultados da aproximação foram selados em um encontro entre ambos os presidentes em Buenos Aires, onde firmaram uma declaração conjunta. Nesse documento, também chamado de Consenso de Buenos Aires, ficou

¹⁰² Declarar apoio a um candidato em uma eleição de outro país é considerado uma “quebra” do protocolo diplomático e uma “gafe” na visão dos opositores. Lula havia sido um crítico das políticas defendidas e implementadas por Menem em sua gestão da década de 1990 e talvez isso explique seu apoio explícito a Kirchner. Apesar disso, Lula foi criticado tanto no Brasil quanto na Argentina por tal atitude, porém como o candidato que apoiou saiu vencedor os impactos foram atenuados.

estabelecido que Brasil e Argentina devessem apresentar visões conjuntas sobre a negociação da dívida externa, além de consolidar a visão de que o desenvolvimento econômico seria viável apenas se fosse capaz de combater a pobreza, gerar riquezas e fomentar a educação e a saúde. Foi nesse documento que Lula e Kirchner estabeleceram uma posição conjunta sobre a ALCA, defendendo alterações na proposta o suficiente para beneficiar os países latino-americanos, a exemplo dos subsídios agrícolas. Ademais, o Brasil reafirmou seu apoio a Argentina na questão envolvendo a soberania das Falklands/Malvinas¹⁰³.

Em seguida, ambos os governos assinaram outro conjunto de propostas intitulado “Objetivos 2006”. Nesse documento, eles foram mais ousados e estipularam algumas metas a serem alcançadas até esse respectivo ano, tais como investir na integração cultural, aumentar o intercâmbio entre universidades e consolidarem a União Aduaneira, propósitos que não foram atingidos até 2006 e as “rusgas” entre os países pela adoção de tarifas protecionistas continuaram. Por fim, pleiteava a valorização do social e o incentivo as políticas de combate a pobreza¹⁰⁴, tal como os governos Lula e Kirchner estavam implementando. Grande parte desses objetivos tinha uma finalidade política e nitidamente havia uma preocupação com a integração em seu sentido cultural e o combate a pobreza, ainda que seus resultados não tenham sido tão satisfatórios tal como as metas haviam estipulado.

Na Venezuela, Chávez também alimentava uma retórica voltada ao social que estava começando a ser difundida entre 2003 e 2004 e se tornou amplamente conhecida entre 2005 e 2006, pois utilizava as rendas do petróleo para financiá-las. Para fins dessa análise, as transformações implantadas entre 2003 e 2006 que tornaram o MERCOSUL um processo de integração político o fez viável aos interesses venezuelanos, incentivando esse país a iniciar sua adesão ao bloco. Nesse sentido, as transformações estruturais iniciadas nessa terceira fase viabilizaram que não apenas a Venezuela se tornasse interessante ao bloco, como também o MERCOSUL fosse considerado adequado aos interesses venezuelanos na região. Portanto, as transformações ocorridas

¹⁰³. *Declaração Conjunta dos Senhores Presidentes da República Federativa do Brasil [Luiz Inácio Lula da Silva] e da República da Argentina [Néstor Kirchner]*. Buenos Aires, 16 de outubro de 2003. In: **Divisão de Atos Internacionais** (DAI). Ministério das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/sala-de-imprensa/notas-a-imprensa/2003/10/16/declaracao-conjunta-dos-senhores-presidentes-da/?searchterm=Consenso%20de%20Buenos%20Aires%202003> (acesso em 12/10/2012).

¹⁰⁴. *Programa para la Consolidación de la Unión Aduanera y para el lanzamiento del Mercado Común “Objetivo 2006”* p.1-13. Disponível em: <http://www.cscs.org/documentos-cscs/participaci%C3%B3n-en-el-mercosur/6/49-recomendacion-0103-objetivo-2006?format=pdf> (acesso em 21/10/2012).

no MERCOSUL nesses quatro anos foram determinantes para que a Venezuela iniciasse seu processo de adesão e tal análise não pode apenas se restringir as mudanças ocorridas na Venezuela e na política externa desse país.

Nesta terceira fase do MERCOSUL os Estados Partes demonstraram uma capacidade de superação considerada relativamente exitosa. Apesar do discurso empregado por Brasil e Argentina do MERCOSUL ser um bloco de expansão política, sua recuperação foi incentivada pelo retorno dos ganhos econômicos que o caracterizaram em sua fase inicial entre 1991 e 1994. Conforme divulgou a Comissão Econômica para América Latina e Caribe (Cepal), todas as economias mercossulinas e a Venezuela cresceram nesse período, principalmente nos dois últimos anos analisados. Em 2005 e 2006 o Brasil cresceu 2,9% e 3,7%; Argentina 9,2% e 8,5%; Paraguai 2,9% e 4,3%; Uruguai 6,6 % e 7%; e a postulante Venezuela ostentou uma taxa de 10,3% nos dois anos mencionados¹⁰⁵. Ademais, eles recuperaram o superávit na balança comercial em relação ao comércio mundial, utilizando o artifício da desvalorização cambial (IZERROUGENE, 2007, p.136). Neste sentido, a China teve uma participação importante como um dos destinos mais viáveis aos produtos vindos dos países mercossulinos, sem dúvida uma grande diferença em relação ao período de recessão vivido nas décadas de 1980 e 1990.

Ao menos retoricamente, a chancelaria brasileira em conjunto com os demais países mercossulinos despenderam considerável empenho em revitalizar o bloco e a opção por fortalecê-lo em seu sentido social e cultural foi a estratégia utilizada e defendida pelo Brasil, ainda que seus resultados não tenham sido tão expressivos como o presidente Lula costumava anunciar. Para Lula, “o fortalecimento interno do MERCOSUL é imprescindível para levar adiante as negociações com outros países e blocos. Será assim garantida uma presença influente da América do Sul no mundo”¹⁰⁶. Por outro lado, ele admitiu haver dificuldades em convencer o setor produtivo dos quatro países de que o MERCOSUL era um empreendimento viável e não mais uma fonte de burocracia e entraves ao desenvolvimento¹⁰⁷.

Apesar de todos os avanços descritos entre 2003 e 2006, o descontentamento de Paraguai e Uruguai demorou a ser atenuado, pois eles ainda se consideravam

¹⁰⁵. *Balance preliminar de las economías de América Latina y el Caribe*. Comisión para América Latina y el Caribe – CEPAL. Nueva York: Publicación de las Naciones Unidas, 2007, p.71-102.

¹⁰⁶. *Discurso na XXIV Reunião de Cúpula do Mercosul*. Assunção, 18 de julho de 2003. In. **Discursos Selecionados do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2008, p.30.

¹⁰⁷. *Idem*.

prejudicados por Brasil e Argentina. Todavia, o cenário político em Assunção e Montevideu não permaneceu inalterado entre 2003 e 2006. Ao contrário, ambos os países passaram por transformações na economia e na política que contribuíram para beneficiar o MERCOSUL e foram importantes para diminuir a descrença com o bloco.

Depois de ser considerado um “Estado-problema” no âmbito mercossulino durante toda a década de 1990, o Paraguai recuperou parte de sua credibilidade frente aos países do MERCOSUL por ter respeitado as normas constitucionais na transição presidencial de agosto de 2003, quando o presidente Luiz Gonzáles Macchi entregou o cargo a Nicanor Duarte Frutos. A terceira fase do MERCOSUL ocorreu durante a gestão Duarte Frutos (2003-2008) na presidência do Paraguai. Em seu discurso de posse, agradeceu Brasil e Argentina por criticar as políticas liberalizantes adotadas por seus antecessores que diminuía a presença do Estado na economia, justamente o defendido pelos governos brasileiro, argentino e principalmente a Venezuela, cada um com uma intensidade e maneira distinta. Em relação ao MERCOSUL, Duarte Frutos passou a reivindicar políticas que reduzissem as assimetrias entre os países do bloco, utilizando o argumento do Paraguai ser economicamente prejudicado por seus vizinhos. Isso exigiu do governo paraguaio uma política externa visando diversificar o número de países com os quais mantinha relações diplomático-comerciais. Por isso, no governo Duarte Frutos “[...] qualquer negociação passou a ser permeada pelo pressuposto de que o Paraguai necessita de recursos externos para aumentar seu nível de competitividade e alcançar uma melhor inserção no bloco” (KFURI & LAMAS, 2007, p.11). Sem dúvida, isso seria uma tarefa complicada pelo baixo peso de sua economia no âmbito regional e internacional, além de se tratar de um país mediterrâneo. Assunção dizia estar apenas se “defendendo” das assimetrias existentes em relação às economias de Brasil e Argentina.

Na verdade, Duarte Frutos lidava com uma situação desfavorável a seu país. Historicamente, o Paraguai vinha adotando uma estratégia de política externa pendular em relação a Brasil e Argentina, visando obter vantagens pela rivalidade existente entre ambos. Entretanto, naquele momento essa estratégia estava inviabilizada pelo entendimento dos governos Lula e Kirchner em favor da reestruturação do MERCOSUL sobre bases políticas, o que diminuiu significativamente a rivalidade entre ambos. Como alternativa, o Paraguai iniciou uma estratégia de política pendular entre o MERCOSUL e os Estados Unidos. Por isso, Assunção difundia tese que suas fronteiras poderiam abrigar células de grupos guerrilheiros e/ou terroristas, visando chamar atenção do governo Bush. Estes rumores cresceram quando se cogitou a hipótese da

participação de membros das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC) no sequestro de Cecília Cubas¹⁰⁸, filha do ex-presidente paraguaio Raúl Cubas Grau, ocorrido entre 2004 e 2005. O trágico desfecho do caso respaldou Duarte Frutos em propor um plano de segurança com o apoio dos Estados Unidos, visando recuperar a confiança nas instituições do Estado e modernizar a Polícia Nacional¹⁰⁹. Posteriormente, o vice-presidente da República, Luiz Alberto Castiglioni, foi a Washington se reunir com o secretário de Defesa dos Estados Unidos, Donald Rumsfeld. Como consequência, o Paraguai autorizou o Exército norte-americano a realizar treinamento em seu território e o primeiro grupo de militares desembarcou em solo paraguaio ainda em 2005, dispondo de imunidade. Ademais, nesse momento cogitou-se a hipótese de se construir um escritório do FBI em Assunção (LEMGRUBER, 2007, p.259-268).

Com tais atitudes, o presidente do Paraguai desejava provocar o desagrado dos demais membros do MERCOSUL (principalmente o Brasil), pois sabia que a presença norte-americana seria interpretada pelo governo brasileiro como uma ameaça a seu projeto de liderança na região. Essa estratégia nitidamente surtiu efeitos vantajosos aos paraguaios e foi considerada relativamente exitosa, pois em 2006 o MERCOSUL instituiu o Fundo de Convergência Estrutural do MERCOSUL (FOCEM) por iniciativa brasileira. Esse Fundo, financiado quase em sua totalidade por Brasil e Argentina, tinha como propósito investir na correção dos problemas de infraestrutura dos países menores, principalmente o Paraguai que apresentava os déficits mais visíveis. Ademais, os paraguaios também conseguiram que o presidente Lula se comprometesse em discutir a questão dos preços pagos ao excedente energético da Usina de Itaipu, assunto sensível nas relações bilaterais Brasil-Paraguai (BARBOSA, 2010, p.186-188) e que desagradava o Congresso Nacional do Brasil, por envolver um provável aumento na conta de energia elétrica dos brasileiros. No entanto, até dezembro de 2006, isso continuava uma promessa.

Por outro lado, a tentativa do presidente Duarte Frutos em formar um Tratado de Livre-comércio com os Estados Unidos foi descartada por resistências que esse tipo de

¹⁰⁸.O sequestro de Cecília Cubas terminou em fevereiro de 2005 quando ela foi encontrada morta em uma casa na periferia de Assunção, seu corpo estava em um buraco de aproximadamente 3 metros de profundidade utilizado como fossa séptica. Esse episódio causou comoção na sociedade paraguaia, pois foi amplamente explorado pela mídia.

¹⁰⁹. *Proyecto de Fortalecimiento y Modernización del Sistema de Seguridad Pública*. Gobierno de la República del Paraguay. N° del Proyecto: Atlas – 00039223. Presentado al Programa de Desarrollo de las Naciones Unidas, Mayo de 2005. Disponible em: <http://pdba.georgetown.edu/Security/citizenssecurity/paraguay/documentos/pnud.pdf> (Acessado em 21/10/2012).

acordo encontrava no Senado norte-americano, responsável por aprovar tal matéria. Ademais, nos anos de 2003 a 2006 os Estados Unidos estavam focados em seus interesses no Oriente Médio e nas guerras existentes nessa região, demonstrando pouco interesse em despender recursos com os países latino-americanos. Como consequência, em 2006, Assunção começou a se “desiludir” com o governo Bush e a política pendular entre MERCOSUL e os Estados Unidos rapidamente se tornou ineficaz. Logo, a política externa do presidente Duarte Frutos passou a ser fortemente questionada no Congresso Nacional do Paraguai. Todavia, o presidente paraguaio não demonstrou preocupação com as críticas no Congresso, pois começou a elogiar publicamente o presidente Hugo Chávez, enfatizando a quantidade de eleições, referendos e plebiscitos que havia vencido na Venezuela (KFURI & LAMAS, 2007, p.16-18). Para Duarte Frutos, Chávez era realmente democrático e por isso defendeu publicamente que a Venezuela devesse entrar no MERCOSUL e firmou acordo energético com esse governo¹¹⁰. Todavia, o presidente venezuelano era um personagem que despertava controvérsias no Paraguai e elogiá-lo aumentou as críticas a Duarte Frutos no Congresso Nacional¹¹¹.

Portanto, entre 2003 e 2006 não se pode afirmar que o descontentamento do Paraguai com o MERCOSUL acabou. Ele apenas diminuiu a ponto de ser o suficiente para Duarte Frutos apoiar o projeto de transformar o bloco em um processo de integração político. Ademais, em fevereiro de 2006 o MERCOSUL adotou o Mecanismo de Adaptação Competitiva (MAC) que privilegiava Brasil e Argentina por lhes permitir adotar salvaguardas comerciais a fim de proteger seus produtos, aumentando o protecionismo.

O governo paraguaio ficou descontente com essa medida, porém continuou apoiando as novas diretrizes do MERCOSUL e preferiu concentrar seu desagrado impondo resistência a formação de um Parlamento do MERCOSUL, pois discordava da composição numérica desse órgão em que a posposta original garantiria a representação proporcional ao peso econômico e populacional de cada país. Na prática, a maioria dos representantes desse parlamento seria de argentinos e brasileiros¹¹².

¹¹⁰ Assunto discutido com mais detalhes no capítulo 4.

¹¹¹ Essa instância legislativa estava se colocando como um potencial foco de resistência quando tivesse de aprovar a entrada venezuelana no MERCOSUL, tal como ocorreu em 2010 quando a proposta chegou ao legislativo paraguaio.

¹¹² Em outubro de 2005, a proposta paraguaia de representação paritária no PARLASUL acabou sendo aceita e se estabeleceu dezoito membros para cada Estado Parte. Porém, na visão dos brasileiros isso havia sido uma “concessão” para atenuar o desagrado de Assunção com a proposta.

No caso do Uruguai, entre 2003 e 2004 a descrença em relação ao MERCOSUL ainda persistia no governo do presidente Battle (2000-2005) que mantinha como principais propósitos de sua política externa se aproximar de Washington como alternativa para enfrentar a crise financeira. De acordo com este presidente, os tempos eram difíceis e a economia uruguaia não poderia desperdiçar a oportunidade de chamar a atenção do governo Bush, mesmo esse estando focado na guerra do Iraque. Sendo assim, o bloco sul-americano continuou sendo secundário aos uruguaio que impuseram resistência as propostas de alterar as estruturas mercossulinas com a finalidade política, a exemplo das propostas do Parlamento do MERCOSUL e da moeda única. Também enxergavam com desconfiança a aproximação entre Lula e Kirchner, iniciada em 2003. No entanto, como foi mencionado acima, o cenário político uruguaio não permaneceu inalterado na terceira fase do MERCOSUL e após 2005 a política externa desse pequeno país sofreu mudanças após a eleição de Tabaré Vázquez a presidência da República. Pertencente a Frente Ampla (FA), partido considerado de centro-esquerda, o fato de Tabaré Vázquez chegar a este cargo teve um grande valor simbólico, pois foi a primeira vez que um político pertencente a Frente Ampla se tornava o presidente da República e rompia com a histórica hegemonia dos partidos Blanco e Colorado (ERTHAL & VILLANO, 2007, p.317), em um sistema político que poderia ser considerado nitidamente bipartidário.

O governo Vázquez (2005-2010) alterou a postura da política externa uruguaia. Frente ao MERCOSUL a mudança foi perceptível, pois juntamente com o Paraguai, pressionou Brasil e Argentina a reconhecerem a existência de largas assimetrias no bloco e a necessidade de criarem iniciativas para investimentos nos países menores, a exemplo do já mencionado FOCEM. Por isso, em 2005 o governo uruguaio voltou a apostar no MERCOSUL, sinalizando acreditar que esse bloco fosse capaz de impulsionar o crescimento econômico dos países mercossulinos, além de pensá-lo como um processo político. Como consequência, Vázquez apoiou a entrada da Venezuela ao MERCOSUL devido à aproximação bilateral que promoveu com o governo Chávez e passou a colocar empecilhos na proposta de formar a ALCA. Mesmo assim, os uruguaio ainda desconfiavam da suposta “sinergia” entre Lula e Kirchner e que ambos tivessem planos de impor uma “submissão” aos países menores no âmbito mercossulino.

Devido a tais “suspeitas”, nesse período o governo uruguaio demonstrava o desejo em continuar no MERCOSUL, porém sem descartar a hipótese de um TLC com

os norte-americanos. Isso ocorria porque tanto o MERCOSUL quanto o TLC com os norte-americanos era um assunto controverso no próprio gabinete do presidente Vázquez, pois dentre seus principais colaboradores, alguns preferiam o TLC enquanto outros desejavam continuar o processo de aproximação com o MERCOSUL. O presidente do Uruguai estava sendo pressionado, pois tentava evitar uma fissura em seu gabinete. Por isso, postergou ao máximo adotar uma postura mais nítida em que escolhesse o MERCOSUL ou o TLC e manteve o discurso em defesa da soberania do país em buscar parceiros comerciais fora do âmbito mercossulino como “válvula de escape” as crescentes pressões de seus ministros, do partido Frente Ampla, além de Brasília e Buenos Aires. Caso Montevideu se entendesse com Washington em favor do Tratado de Livre Comércio, deveria abandonar o MERCOSUL, tal como exigiam Brasil e Argentina (CHASQUETI, 2007, p.253-254) contribuindo para aumentar as incertezas.

Contudo, o governo Uruguaio acabou optando em priorizar o MERCOSUL e firmou alguns tratados energéticos com a Venezuela¹¹³. Neste sentido, a aproximação com os venezuelanos pôde ser considerada essencial para que Montevideu voltasse a se animar com o bloco, tendo em vista que internamente os governos uruguaio sempre enfrentaram oposição em relação a presença do país no MERCOSUL. Todavia, a partir de 2006, Vázquez começou a se afastar dos norte-americanos por dois motivos: o malogro na concessão do TLC pela resistência no Senado dos Estados Unidos; e a recusa do presidente uruguaio em autorizar a concessão de imunidades a soldados norte-americanos no Uruguai como um dos requisitos que ajudariam a “convencer” os senadores norte-americanos em favor do TLC, pois Montevideu evitou repetir a experiência paraguaia que demonstrou não ser proveitosa.

Apesar disso, entre 2005 e 2006 o Uruguai se encontrava em atritos diplomáticos com a Argentina que se tornou uma questão séria e principal motivo de “envenenamento” na relação bilateral entre ambos os países. O conhecido conflito das *papeleras* sem dúvida estremeceu a relação a tal ponto que muitos políticos uruguaio acusaram Kirchner de ser nacionalista e autoritário. A contenda teve início em maio de 2005 quando o governo uruguaio autorizou que a empresa de capital finlandês Ence & Botna instalasse uma fábrica de papel de celulose próximo ao Rio Uruguai. No início, a Argentina reclamou que a fábrica traria danos ambientais e que os uruguaio estavam

¹¹³. Assunto melhor discutido no Capítulo 4.

violando o Estatuto de Navegação sobre o Rio Uruguai (1975)¹¹⁴, do qual ambos são partes. Em 2006, ambientalistas argentinos bloquearam a ponte que liga os dois países, insuflados pelo governo Kirchner que acusava Vázquez de estar “refém” de empresas estrangeiras. Desta forma, “*la diplomacia uruguaya demandó a Argentina ante el Tribunal Arbitral del Mercosur, consiguiendo un fallo positivo que dictaminaba que Argentina había sido omisa en garantizar la libre circulación como lo exige el Tratado de Asunción*” (CHARQUETI, 2007, p.252).

A Argentina reagiu com desagrado a essa decisão e buscou a mediação do Rei da Espanha, o que demonstrou nitidamente as deficiências dos mecanismos mercossulinos para a solução de controvérsias. Ademais, a postura brasileira frente ao conflito foi duramente questionada e considerada omissa, agravado pela falta de mecanismos jurídicos eficazes para lidar com este tipo de problema. Até o fim de 2006 ainda não havia sido encontrada uma solução plausível ao problema, nem ao menos havia decidido sobre quem arbitraria sobre o assunto. Já o Brasil preferia continuar “ignorando” a existência da controvérsia, enquanto o presidente Vázquez chegou a evitar se encontrar com Kirchner, ou conversar com o mesmo em encontros multilaterais.

A situação não estava tranquila tanto que Montevideú e Buenos Aires chegaram a retirar momentaneamente seus embaixadores dos respectivos países. A partir deste momento, o conflito das *papeleras* se tornou o principal pomo de discórdia entre o Uruguai e o MERCOSUL. “*El conflicto de las papeleras envenena el proceso de integración y Uruguay se siente decepcionado ante lo que entiende como una postura omisa por parte de Brasil. La crisis pone en manifiesto las debilidades y los vacíos institucionales del Mercosur*” (PALERMO, 2007, p.6)¹¹⁵.

É inegável que os problemas envolvendo Argentina e Uruguai em torno das *papeleras* atrapalhou a relação entre os países do MERCOSUL. Porém, ainda assim os uruguaios apoiaram a estratégia liderada pelo Brasil de transformar o bloco em um processo de integração político, embora constantemente fizessem duras críticas a Brasil e Argentina. Apesar das reclamações e da desconfiança, o Paraguai e o Uruguai

¹¹⁴. *Estatuto del Rio Uruguay*. Hecho en la ciudad de Salto, República Oriental del Uruguay, 26 de febrero de 1975. Disponível em: <http://tratados.cancilleria.gob.ar/busqueda.php?consulta=si&modo=c> (acesso em 29/10/2012).

¹¹⁵. Em outubro de 2011, Tabaré Vázquez, já ex-presidente da República, admitiu a seriedade das divergências envolvendo as *pepeleras* naquele momento, afirmando que Uruguai e Argentina quase entraram em guerra como consequência do não entendimento diplomático entre ambos, causando reações entre políticos e na imprensa argentina. In. *Ex-presidente diz que cogitou guerra com a Argentina*. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 13 de outubro de 2011, p.15.

apoiaram a reestruturação do MERCOSUL que o tornou um bloco de integração político, sendo favorável a adesão da Venezuela ao bloco, ainda que Vázquez e Duarte Frutos enfrentassem enormes resistências em seus parlamentos e entre membros de seus gabinetes. Ambos demonstraram um senso de pragmatismo, talvez maior que dos governos brasileiro e argentino.

Para fins desta análise, os rumos tomados pelo MERCOSUL a partir das mudanças ocorridas nos governos Lula (2003-2006) e Néstor Kirchner (2003-2007) que transformaram o MERCOSUL em um processo de integração mais político que econômico, significaram que não apenas a Venezuela repensou sua atuação no âmbito regional, como também o MERCOSUL se transformou o bastante para se tornar atraente a Venezuela e politicamente estratégico a seus interesses na América do Sul.

Neste ponto, as experiências das fases anteriores e o processo de negociação implementado na década de 1980, contribuíram para que o bloco tomasse esses rumos, tornando-o um processo de integração político. Dentro desse processo, sem dúvida o engajamento pessoal em favor do MERCOSUL dos presidentes Lula, Kirchner e indiretamente Hugo Chávez foi fundamental para que o bloco fosse reestruturado com relativo êxito e levasse os venezuelanos a aderirem. Com nítidas limitações e problemas, os três conseguiram de maneira relativamente exitosa convencer seus gabinetes e parte do setor empresarial que era possível um processo de integração político lograr ganhos econômicos.

Considerações

Entre 1999 e 2006 o Mercado Comum do Sul se transformou a ponto de viabilizar o processo de recuperação do bloco. Das experiências anteriores haviam ficado as lições dos anos de estagnação provocadas pelas crises (econômica e política) sofridas por seus membros. Essa grande “virada” começou a partir de 2003 quando ocorreram mudanças políticas no Brasil e na Argentina após as eleições de Lula e Kirchner, pois em suas plataformas de atuação demonstravam interesse em aprofundar os laços com os vizinhos, bem como apostar na integração sul-americana através do MERCOSUL. O papel fundamental exercido por Lula e Kirchner na nova integração mercossulina não poderia ser desprezada nessa análise, principalmente pelo nível de dependência do MERCOSUL em relação às economias brasileira e argentina, responsáveis por mover o intercâmbio comercial e robustecer politicamente o bloco. Neste sentido, as mudanças foram visíveis a ponto de despertar o interesse de Caracas

pelo MERCOSUL que historicamente havia se focalizado na região platina e sempre almejou a adesão do Chile e não dos países pertencentes à órbita andina, salvo mediante uma aproximação multilateral entre os dois processos de integração. Isso significou uma mudança de pensamento e objetivos de alguns governos dos países sul-americanos. Ademais, surgiram novas oportunidades as economias da região a exemplo do mercado chinês, por isso na década de 2000 o cenário político regional e internacional apresentou novas exigências que necessitavam de respostas consideradas inovadoras.

Contudo, o interesse de Chávez pelo MERCOSUL não ocorreu apenas porque a Venezuela ao longo dos anos foi se transformando e adequando seus interesses aos do bloco, mas o abandono pelo MERCOSUL de seu perfil livre-comercialista que o caracterizou nas duas primeiras fases também desempenhou um papel importante. Tal como o governo Chávez, os mercossulinos passaram a acreditar que uma melhor proximidade política viabilizaria ganhos econômicos aos países, facilitando a integração regional. Todavia, o nível desse envolvimento político entendido pelo governo Chávez não era o mesmo dos países mercossulinos.

Nesse aspecto, o Brasil atingiu um papel considerado fundamental ao repensar sua atuação de maneira considerável e começar a utilizar uma estratégia de inserção que não se limitava a instalação de empresas brasileiras, também incentivava a inserção de músicas e outros elementos de sua cultura (uma espécie de *soft power*) que foram se tornando parte da realidade dos demais países do MERCOSUL e da Venezuela. A reestruturação mercossulina após 2003 exigiu, acima de tudo, uma mudança na postura de Brasil e Argentina em relação ao próprio processo de integração e a seus parceiros de economias menores como Uruguai e Paraguai. A Venezuela se interessou pelo MERCOSUL porque enxergou nele oportunidades e não apenas pelas afinidades ideológicas que Chávez tanto apreciava enfatizar em seus discursos, além de insistir que o projeto de integração mercossulino instituído na década de 1990 não prosperaria.

Desta forma, o papel exercido pelo Brasil de liderança na região se destacou como importantíssimo, ainda que erroneamente a chancelaria brasileira tenha se absterido de enfrentar os problemas das fábricas de papel e celulose (*las papeleras*) que envolveu a Argentina e o Uruguai em 2006. Neste sentido, as debilidades que o MERCOSUL apresentou e a falta de mecanismos capazes de promover o processo de integração sem depender dos rompantes ou humores dos governos nacionais ainda permanecia um desafio ao bloco. Em linhas gerais, as alterações propostas até 2006 já foram suficientes para que Caracas enxergasse viabilidade no bloco e propusesse sua adesão. Por outro

lado, a entrada da venezuelana ao MERCOSUL foi motivada, em sua maioria, por fatores pertence à própria Venezuela, representado pelas escolhas realizadas na gestão Hugo Chávez ante a conjuntura política regional, tal como destaca o próximo capítulo.

CAPÍTULO 4 – A política externa da Venezuela e o MERCOSUL (1999-2006): determinantes econômicos e políticos da adesão venezuelana no bloco

Contextualização

Este capítulo problematiza sobre os motivos econômicos e políticos que levaram a Venezuela a optar pelo MERCOSUL. Entre 1999 e 2006, o governo Chávez implementou uma política externa mais ativa no âmbito regional e na prática priorizou as relações com os países latino-americanos, porém sem abandonar o pragmatismo de buscar ganhos econômicos através de mercados para seu petróleo e oportunidades de comprar produtos agrícolas e manufaturados nos países vizinhos (principalmente do Brasil), embora Chávez defendesse em seus discursos uma integração política. Desta forma, o petróleo continuou sendo um elemento importante na política externa da Venezuela, pois se tornou um agregador dos interesses de quem gostaria de vendê-lo (Venezuela) com aqueles que desejavam comprá-lo (Argentina, Paraguai e Uruguai).

Desta forma, as afinidades ideológicas entre Chávez e os governos mercossulinos eram elementos importantes na compreensão da proximidade entre ambos, mas sozinhas não foram suficientes para impulsionar a integração regional. Por outro lado, algumas atitudes da diplomacia venezuelana, sobretudo a tensa relação com os Estados Unidos, aliado a subida nos preços do petróleo, viabilizou algumas iniciativas que nas décadas de 1980 e 1990 não prosperariam, a exemplo de aderir ao MERCOSUL e deixar de priorizar a relação bilateral com os norte-americanos.

4.1 – Petróleo e Venezuela: uma relação dependente

Relatos bíblicos traziam informações sobre afloramentos de um líquido viscoso preto na região atualmente chamada de Oriente Médio, sendo mencionado no Velho Testamento. Tratava-se de uma substância pastosa ainda na forma betuminosa, usada na pavimentação de vias pública e como laxante. Entretanto, a humanidade ainda demorou vários séculos para transformar a pasta betuminosa no que ficaria conhecido como petróleo (YERGIN, 2010, p.19-36).

Tais afloramentos também existiam no território onde se localizaria a Venezuela e os indígenas utilizavam tal substância que jorrava nos arredores do Lago de Maracaíbo para fazer calefação em pequenas embarcações. Devido ao conteúdo inflamável era chamado por eles de “esterco do diabo” (NEVES, 2010, p.53). Na Venezuela do início do século XX foi notável o papel exercido pelo petróleo na

formação de uma sociedade diferente daquela rural e de ocupação rarefeita do século XIX. Durante o governo dos presidentes Cipriano Castro (1899-1908) e principalmente na longa ditadura de Juan Vicente Gómez (1908-1935), a indústria petrolífera encontrou condições favoráveis para se instalar e o petróleo venezuelano desempenhou um importante papel no comércio mundial desse produto, principalmente por atender ao consumo interno dos Estados Unidos e lhes permitir fazerem reservas com seu petróleo. Após a Primeira Guerra Mundial, a demanda no mercado internacional aumentou de forma proporcional a presença norte-americana na Venezuela.

Em 1921, a Venezuela produzia 1,4 milhão de barris. Em 1929, já produzia 137 milhões e se tornara o segundo produtor mundial, superado apenas pelos Estados Unidos na produção total. Naquele ano, o petróleo gerou 76% das receitas de exportação venezuelanas e metade das receitas do governo. O país tinha se tornado a maior região produtora da *Royal Dutch-Shell* e já em 1932 era o maior fornecedor da Grã-Bretanha [...]. Em menos de uma década, a Venezuela tinha se tornado definitivamente um país petrolífero (YERGIN, 2010, p.264-265).

No entanto, na década de 1940 a relação entre os países petrolíferos e as grandes companhias exploradoras foi marcada pelo desentendimento. As multinacionais do setor eram vistas como insensíveis aos problemas sociais dos países onde exploravam petróleo e desrespeitadoras do meio-ambiente. Neste sentido, não havia como ser diferente, pois as companhias visavam o lucro e na maioria dos países onde operavam não havia leis consistentes que regulassem a exploração. Os contratos realizados nas décadas anteriores haviam sido assinados com parâmetros desfavoráveis aos países, visando beneficiar com as rendas geradas pelos *royalties* grupos da elite. Após a Segunda Guerra Mundial a demanda por energia aumentou e o petróleo já havia se tornado a principal fonte energética da humanidade, colocando-o em uma posição estratégica na economia e na política externa dos Estados Unidos e países da Europa Ocidental. Na década de 1950, o automóvel se tornou um símbolo de *status* e meio de transporte indispensável para muitas famílias, período conhecido como Era do Hidrocarboneto. Por isso, os países considerados prejudicados pelas companhias petrolíferas tiveram que reivindicar seus direitos e se organizarem para conseguir tal objetivo.

O caso venezuelano não foi diferente e os assuntos relativos às renegociações dos preços do petróleo contaram com a participação de dois personagens importantes daquela época. O primeiro deles foi Rómulo Betancourt, líder da Ação Democrática que

utilizou sua posição para respaldar a luta por uma partilha considerada mais favorável aos venezuelanos junto às companhias estrangeiras. Sua passagem pela presidência no período do triênio (1945-1948) foi determinante para assegurar o *fifty-fifty*, princípio que garantia metade dos lucros as companhias e outra metade aos países produtores (YERGIN, 2010, p.491). Outro personagem era Juan Pablo Pérez Alfonso, ministro do Desenvolvimento do governo Betancourt e responsável por instituir e comandar o Ministério de Minas e Energia após 1958.

Betancourt proporcionou relativa autonomia a Pérez Alfonso que passou a defender mudanças ainda mais drásticas na relação da Venezuela com as companhias petrolíferas, ou seja, a nacionalização do petróleo venezuelano. Por isso, se aliou aos demais produtores mundiais do produto, tais como Egito, Arábia Saudita, Irã, Iraque e outros, na formulação de políticas comuns. Entendiam que somente desta maneira seriam capazes de enfrentar a força das companhias europeias e norte-americanas. Alfonso argumentava que os baixos preços do petróleo não eram ruins somente aos países produtores, mas também aos consumidores que utilizariam seus derivados indiscriminadamente, podendo gerar um rápido esgotamento do produto. Todavia, o que estava por trás da aparente preocupação venezuelana era garantir mais recursos e poder na regulação da produção, exercendo total controle por parte do Estado a um recurso cada vez mais relevante estrategicamente. Sendo assim, a proposta dos países produtores – inclusive a Venezuela – seria estipular uma cota e formar um “cartel” responsável por estipulá-la, fazendo com que os preços não ficassem nem tão altos e tampouco baixos. Dessa iniciativa surgiu a Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP), em 1960.

Entretanto, os governos venezuelanos do período de *Punto Fijo* (1958-1998) frequentemente desrespeitavam as cotas da OPEP por pressão dos norte-americanos, na época compradores de 90% do petróleo produzido no país. Isso denotava a imensa dependência venezuelana das rendas oriundas desse produto para sustentar o crescimento econômico durante as décadas de 1960 e 1970, se tornando o principal sustentáculo na manutenção do regime democrático venezuelano e na coesão social interna desse período. Por isso, a nacionalização do setor petrolífero venezuelano, realizada pelo presidente Carlos Andrés Pérez em 1976, ocorreu muito mais pelo momento econômico desfavorável vivido pelos Estados Unidos e países da Europa Ocidental que por autonomia gerencial da indústria petrolífera da Venezuela. Ademais, havia interesses de diversos segmentos desse país, inclusive muitos deles ligados a Ação

Democrática e a Pérez Alfonso, que objetivavam a nacionalização como a única maneira de se verem livres das imposições feitas pelas companhias estrangeiras, ainda que fosse limitada.

Na Venezuela a nacionalização deu autonomia ao governo em vários aspectos, mas não resolveu todos os problemas, visto que a tecnologia de transporte ficou nas mãos das grandes companhias multinacionais, que continuavam a deter grande poder sobre a produção local, criando verdadeiros cartéis de compra do produto (NEVES, 2010, p.57).

Na década de 1970 havia condições propícias a nacionalizações devido aos atraentes preços do barril, principalmente após as divergências dos países árabes com os Estados Unidos pelo apoio à política expansionista de Israel no Oriente Médio. Nessa região o momento era das guerras de Yom Kippur e do escândalo de Watergate nos Estados Unidos que gangrenava a popularidade do presidente Richard Nixon. Porém, o desenvolvimento venezuelano chamava a atenção de especialistas em economias ditas dependentes ou subdesenvolvidas, a exemplo de Celso Furtado. Isso porque a Venezuela atingia um patamar de excepcionalidade, pois seu crescimento estava acima da média dos países latino-americanos, além de apresentar uma capacidade de absorção e consumo maior que os demais, incentivada pela injeção dos petrodólares.

A nacionalização não poderia ofuscar os problemas que a dependência do petróleo poderia causar a economia venezuelana. Acreditava-se naquele momento em uma tese propagada pelos governos de que as rendas poderiam impulsionar a industrialização e promover o crescimento sustentável. Entretanto, isso não aconteceu. A Venezuela passou a sofrer da chamada “doença holandesa”, ou seja, quando a exportação de hidrocarbonetos favorece uma sobrevalorização da taxa de câmbio, incentivando a importação de bens de consumo duráveis e não duráveis a países abarrotados de petrodólares. Como consequência, o desenvolvimento do setor produtivo interno se tornava inviável, pois não compesava pagar os custos, pois importar, inclusive alimentos, era infinitamente mais atraente. A Venezuela perdia bastante com isso porque não incentivava a indústria e estagnava a produção interna de alimentos, encarecendo a cesta básica (AHMED, 2008, p.157-169).

Este quadro colocava as economias petroleiras em vulnerabilidade quando ocorresse quedas bruscas nos preços, tal como nas décadas de 1980 e 1990, pois enquanto os preços do barril permanecessem altos a Venezuela não sentiria os efeitos, porém quando caíssem seria drasticamente afetada. Portanto, a crise da dívida externa

após o fim da paridade US\$/Ouro pelas novas diretrizes econômicas adotadas durante a administração Ronald Reagel (1980-1988), deterioraram a situação econômica dos países subdesenvolvidos, provocando um aumento no déficit das contas públicas. Sendo assim, a economia venezuelana entrou em uma grave crise econômica, contribuindo para rapidamente deteriorar seu sistema político. “[...] os preços do petróleo desabaram e a Venezuela não ficou imune à crise da dívida que atropelou qualquer tentativa de desenvolvimento de quase todos os países da América Latina” (BARROS, 2006, p.213).

Por isso, o segundo governo de Carlos Andrés Pérez (1988-1993) buscou incentivar a entrada de capitais privados, política conhecida como *Apertura Petrolera*, e praticamente desfez o processo de nacionalização que tinha realizado com êxito eleitoral e muita pompa midiática em sua primeira gestão. Portanto, a Venezuela teve de romper descaradamente com os compromissos assumidos no âmbito da OPEP, quase neutralizando a influência do cartel na PDVSA. Ademais, também foi necessário que o governo diminuísse a participação nos *royalties* (de 10% para 1%), o que seria uma estratégia arriscada caso os preços continuassem baixos e a produção se mantivesse sob os mesmos patamares. Por isso, a situação do setor petrolífero era de crise quando Chávez assumiu a presidência em 1999 e a saída encontrada por ele foi modificar a relação da Venezuela com o petróleo, por isso sua finalidade nas relações exteriores venezuelanas sofreu transformações durante o governo Chávez (1999-2006). Dos Estados Unidos, o petróleo venezuelano começa a diversificar seus destinos, a exemplo dos MERCOSUL, discutido no próximo item.

4.2 – Petróleo venezuelano e o MERCOSUL: a integração energético-estratégica do governo Chávez

Quando Hugo Chávez Frías assumiu a presidência em 1999 a indústria petrolífera venezuelana vivia um momento desfavorável. As políticas equivocadas de seus antecessores haviam colocado a Venezuela em uma posição de vulnerabilidade, piorando a situação das contas públicas. Por isso, durante as eleições o candidato Chávez atribuía à política de *Apertura Petrolera* a culpa pelo preço do barril estar US\$ 10¹¹⁶, resultando em caos nas contas públicas e recessão econômica. Entretanto, o recém-eleito presidente parecia estar ciente das dificuldades nas relações com os Estados Unidos, tendo em vista sinais de desconfiança emitidos por Washington. Desta forma, Chávez justificava sua decisão circunstancial de concentrar esforço diplomático

¹¹⁶Ver, **Tabela 4.3** neste item.

na Ásia, leste europeu e, principalmente, na América Latina e Caribe. Essa inserção foi motivada pela busca de novas relações consideradas estratégicas com a finalidade de vender petróleo a cada vez mais países em diferentes partes do mundo, ou seja, uma política de diversificação de parceiros, porém não suficiente para retirar o país da situação de dependência do petróleo. Naquele momento, as exportações de combustíveis vindos da Venezuela representavam 3,7% das exportações mundiais no setor e “dada a dependência da pauta exportadora venezuelana do setor de combustíveis – cerca de 75% – é sinalizada a importância dos esforços para a diversificação da oferta exportadora” (PEREIRA, 2003, p.222).

No entanto, a diplomacia do petróleo venezuelana continuava com as mesmas limitações e em posição periférica ante o cenário internacional do momento, igual aos demais países latino-americanos. Por isso, a estratégia de conseguir novos mercados obteria êxito apenas se os preços no mercado internacional subissem o quanto antes, o que acabou ocorrendo de forma significativa e contínua a partir de 2003. Nesse sentido, os discursos do presidente Chávez defendendo a construção de um mundo multipolar e crítico à globalização, ao neoliberalismo, a ordem bipolar e unipolar nas relações internacionais, eram úteis para criar canais de interconexão para vendas petrolíferas a um país em posição periférica. A Venezuela sabia de sua capacidade de produção e acreditava que avanços no sentido político-estratégico poderiam abrir espaço para grandes ganhos econômicos. No âmbito latino-americano, o isolamento de décadas anteriores ainda dificultava a aproximação com estas nações, em especial as do MERCOSUL. Setores sociais desses países e da Venezuela sempre criticaram iniciativas de proximidade, ainda mais que envolvessem projetos políticos e uma visão considerada estratégica.

Chávez chegou à presidência em 1999 com a intenção de modificar tal postura e precisava fazer isso, caso quisesse diminuir a dependência em relação ao mercado norte-americano. Portanto, os baixos preços eram vistos como entraves e promover um ativismo na OPEP poderia ajudar a recuperá-los, ainda que fosse parcialmente¹¹⁷. Todavia, a alta nos preço do barril ocorreu por fatores exógenos à Venezuela, tais como as tensões no Oriente Médio e as invasões norte-americanas ao Afeganistão (2001) e ao

¹¹⁷ Assunto discutido no Capítulo 2 quando se tratou das incursões nos países membros da OPEP, junto às repercussões na comunidade internacional e o desagrado dos Estados Unidos.

Iraque (2003). Dos US\$ 10 quando Chávez se elege, chega a US\$ 27,60 no ano 2000, US\$ 28,10 em 2003 até atingir US\$ 61,08 em 2006¹¹⁸.

Porém, os primeiros anos de governo foram complicados para Chávez em relação ao petróleo e as possibilidades de ampliar mercados com o MERCOSUL eram bem menores do que após 2003, quando dois fatores contribuíram para melhorá-la. O primeiro foi a “retomada” da PDVSA pelo governo venezuelano após as demissões realizadas com o fim do “*paro*” de 2002-2003. O segundo correspondeu a mudanças ocorridas na política interna dos países mercossulinos, em especial no Brasil com a eleição de Lula em 2003, na Argentina com Kirchner no mesmo ano e no Uruguai com Tabaré Vázquez em 2005. Esses países elegeram governos que começaram a enxergar a Venezuela como um parceiro realmente estratégico na América do Sul e, por outro lado, Chávez dizia que a própria condição geográfica venezuelana não a permitia ignorar seus vizinhos latino-americanos e caribenhos como potenciais destinos de sua *commodity*. Desta forma, o petróleo desempenhou um papel importante na entrada da Venezuela ao MERCOSUL, produto dos desdobramentos ocorridos entre 1999 e 2006 quando Chávez firmou vários acordos com os quatro Estados Partes, a maioria deles no âmbito bilateral (DUPAS & OLIVEIRA, 2008, p.244), representados pelas adesões de Paraguai e Uruguai ao *Acuerdo de Caracas* para fornecimento de petróleo venezuelano a esses países, além de acordos bilaterais de transferência de tecnologias assinados com Argentina e Brasil.

Estes acordos eram tratados pelo governo Chávez como “alavancas” a empreendimentos mais ambiciosos, a exemplo da construção de uma estatal petrolífera do MERCOSUL (Petrosul) e do Anel Energético. Por isso, “os acordos bilaterais constituem os primeiros passos para a concretização da Petrosul e do Anel Energético, projetos impulsionados também pelos governos da Argentina e do Brasil” (LEITE & FLORES, 2007, p.363). Apesar de todo esse aparente otimismo, o caminho a percorrer seria longo, principalmente analisando em seu sentido numérico o volume exportado de petróleo da Venezuela aos países mercossulinos, em comparação com o mercado norte-americano. Neste sentido, a **Tabela 4.1** demonstra isso numericamente ao expor o volume das exportações de petróleo venezuelano entre 2000 e 2006 aos países do MERCOSUL. Conforme o observado, havia uma desproporcionalidade, pois o volume exportado a estes países do principal produto venezuelano não pôde ser considerado alto, caso fosse realizada em comparação com a **Tabela 4.2** que traz as exportações da Venezuela aos Estados Unidos, ambas em milhões de Dólares (US\$).

¹¹⁸. Ver: **Tabela 4.3**.

Tabela 4.1
Exportação no setor petrolífero da Venezuela aos países do MERCOSUL, 2000-2006
(em milhões de US\$)

País/Ano	Argentina	Brasil	Paraguai	Uruguai
2000	7,720	911,581	0	149,808
2001	0,471	478,256	0	160,821
2002	3,936	374,929	0	66,312
2003	2,490	147,354	0	0
2004	4,373	80,541	0	0,35
2005	597,748	75,303	0	0,142
2006	22,372	405,682	20,152	584,428
Média	91,30	353,37	2,87	137,40

Fonte: Bancoex – Banco de Comércio Exterior. República Bolivariana da Venezuela

Tabela 4.2
Exportações e Importações da Venezuela aos Estados Unidos, 1998-2006 (em milhões de US\$)

Anos	Exportações	Importações	Saldo da Balança Comercial	Petróleo (exportações)
2000	2.225,878	5.481,076	-3.615,198	1.559,573
2001	2.352,694	5.548,923	-3.196,229	1.195,428
2002	1.757,941	3.800,114	-2.042,173	1.084,568
2003	1.788,738	2.735,882	-947,144	1.126,160
2004	2.414,781	4.854,796	-2.440,015	1.576,116
2005	2.204,615	6.661,613	-4.456,998	2.062,901
2006	2.365,310	9.058,501	-7.322,545	2.365,310

Fonte: Servicio Nacional Integrado de Administración Aduanera y Tributaria, SENIAT. Procesado por el Instituto Nacional de Estadística, INE. Bancoex – Banco de Comercio Exterior. República Bolivariana de Venezuela. PODE – Petróleo y otros datos, Ministerio del Poder Popular para la Energía y Petróleo.

Tabela 4.3
Preço do barril de petróleo no mercado internacional de 1998 a 2006 (em US\$)

Ano	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006
Preço	10,00	17,48	27,60	23,12	24,36	28,10	36,05	50,64	61,08

Fonte: Organização dos Países Exportadores de Petróleo – OPEP.

Embora não pudessem ser suficientes para superar as vendas ao mercado norte-americano durante esse período, conforme demonstram os números nas tabelas acima, havia potencialidades e, no caso do Paraguai, retirou os números do zero, principalmente após firmarem acordos bilaterais que contribuiriam para a adesão da Venezuela ao MERCOSUL. Somente com base nos números, o mercado norte-americano ainda permanecia mais atraente do que seus vizinhos sul-americanos, apesar da crescente hostilidade entre Washington e Caracas, agravadas pelas péssimas relações

políticas de Chávez com o governo Bush, em pleno auge no ano de 2006. Ademais, deve-se considerar que os preços do petróleo no mercado internacional subiram significativamente entre 1998 e 2006, conforme apresenta a **Tabela 4.3**. Isso contribuiu para que a diminuição nas exportações da Venezuela pudesse ser compensada pelo incremento nos preços, tornando o petróleo um negócio novamente atraente as economias que dele dependiam, nesse caso a venezuelana. Portanto, dentre os membros do MERCOSUL, a Venezuela estabeleceu relações diferenciadas obedecendo às especificidades de cada um.

Nos casos de Paraguai e Uruguai, foram estabelecidos acordos no âmbito bilateral responsáveis por instituir um comércio petrolífero da Venezuela com estes países a patamares razoáveis. O Paraguai mantinha uma política energética voltada à energia hidrelétrica, possuindo duas usinas deste tipo no seu território em parcerias com Brasil (Itaipu) e Argentina (Yacyretá). Apesar de não esconder priorizar o setor hidroelétrico, Assunção aderiu ao *Acuerdo de Caracas* em novembro de 2004, entrando em vigor em junho de 2005, durante o governo do presidente Nicanor Duarte Frutos (2003-2008). Segundo o acordo, a PDVSA forneceria aos paraguaios uma quantidade que poderia chegar a 10 mil barris diariamente, tanto de petróleo cru quanto de refinado e na forma de GLP (gás de cozinha). Ademais, a Venezuela flexibilizou os pagamentos e dispôs de melhores preços em relação ao mercado internacional. Porém, não concedeu preços tão vantajosos ou considerados subsidiados tal como havia oferecido aos países caribenhos, tal como Cuba. Contudo, o Paraguai não poderia reclamar do acordo, pois nele havia sido garantido que “*la facturación de las ventas realizadas a los entes públicos designados por la República del Paraguay, se hará con base a precios referenciados al mercado internacional*”¹¹⁹. Na prática, isso significava que ao adquirirem petróleo venezuelano a preços diferenciados, os paraguaios não seriam obrigados a repeti-los quando fosse vendê-los no mercado interno ou a terceiros, o que lhes proporcionava margem de lucro na transação.

Esta foi uma das saídas encontradas para convencer o governo de Duarte Frutos a estabelecer laços econômicos mais próximos com a Venezuela, conforme estipulado pelo MERCOSUL. Por outro lado, o governo Chávez também se interessava pelo

¹¹⁹ *Acuerdo de Cooperación Energética de Caracas*. Firmado entre los presidente Nicanor Duarte Frutos (Paraguay) y Hugo Rafael Chávez Frías (Venezuela). Caracas, República Bolivariana de Venezuela, 18 de noviembre de 2004. In. **Ley N° 2616/2005 que aprueba el acuerdo de cooperación energética de Caracas, entre el gobierno de la República del Paraguay y el gobierno de la República Bolivariana de Venezuela**. Asunción, Paraguay, 10 de junio de 2005.

mercado paraguaio e sinalizava que esse país deveria consumir mais petróleo venezuelano, ao invés de importar de outros países, inclusive da Argentina e do Brasil. Conforme a **Tabela 4.1**, no início do governo Chávez o Paraguai não comprava petróleo da Venezuela, passando a adquiri-lo em 2006 o volume de aproximadamente US\$ 20 milhões, uma média de US\$ 2 milhões durante o período analisado. Sem dúvida, a adesão ao *Acuerdo de Caracas* foi determinante para que os números saíssem do zero, mas a sustentabilidade e continuidade dos mesmos nos anos subsequentes não estavam garantidas. A parceria permanecia bastante vulnerável a algumas especificidades, a exemplo de rompantes no mercado internacional, a frágil institucionalidade paraguaia e as ineficiências do MERCOSUL em resolver qualquer tipo de dissídio entre seus membros¹²⁰. Portanto, dos quatro países mercossulinos, o Paraguai era o mercado menos atraente ao petróleo vendido por Caracas, apesar dos esforços conjuntos – bi e multilaterais – implementados por ambos, simbolizado pela adesão paraguaia ao *Acuerdo de Caracas* e posteriormente pela entrada da Venezuela no MERCOSUL.

As relações com o Uruguai no setor petrolífero também não eram consideradas pujantes e tampouco relevantes a Balança Comercial da Venezuela quando Chávez iniciou sua administração, em 1999. Apenas em momentos de crise energética, a exemplo dos anos 2000/2001, o volume de divisas angariado pelo comércio petrolífero da Venezuela com o Uruguai esteve a patamares acima de US\$ 100 milhões, em alguns casos considerado relativamente interessante. Todavia, em 2003, quando a produção petroleira venezuelana praticamente parou devido à greve dos executivos da PDVSA, o comércio bilateral petrolífero foi nulo e nos dois anos seguintes (2004-2005) pouco se alterou, não demonstrando recuperação. Porém, a situação mudou quando os uruguaios aderiram ao *Acuerdo de Cooperación Energética de Caracas*, firmado entre ambos os governos no dia 2 de março de 2005¹²¹. O estreitamento de laços políticos com o Uruguai resultou em mais divisas para a Venezuela, caso comparado ao comércio petrolífero com o Paraguai. Na prática, os acordos estabelecidos com Caracas pelos uruguaios demonstraram ser um trunfo para Chávez ampliar sua política de fornecer petróleo a preços diferenciados em troca de apoio político. Desde os primeiros anos de

¹²⁰ Em junho de 2012, a Venezuela suspendeu o envio de petróleo a Assunção em retaliação a destituição de Fernando Lugo da presidência do Paraguai, após processo político impetrado no Congresso Nacional do país, comprovando a vulnerabilidade da parceria. Entretanto, no período analisado (1999-2006) não ocorreram problemas e o envio foi garantido.

¹²¹ *Acuerdo de Cooperación Energética de Caracas*. Firmado por los presidentes Tabaré Vázquez (Uruguay) y Hugo Rafael Chávez Frías (Venezuela). Montevideo, República Oriental del Uruguay. 2 de Marzo de 2005, p.1-5.

governo, o presidente da Venezuela já fomentava esse tipo de iniciativa, porém em sua maioria com países da América Central, tais como Nicarágua, Panamá, Guatemala e principalmente com Cuba.

Porém, com os uruguaios, o acordo foi estabelecido com parâmetros distintos. Ao invés de enfatizar os subsídios nos preços, a Venezuela deixou mais “flexível” a forma de pagamento e os prazos mais longos, pois em 2005 o preço do barril no mercado internacional estava em US\$ 50,64, bem diferente dos US\$ 27,50 no ano 2000. Porém, naquele acordo ficou estabelecido que a Venezuela destinasse uma quantidade diária de petróleo cru, produtos refinados e GLP ao Uruguai, podendo chegar até 4.800 barris/dia. Porém, essa estimativa poderia ser alterada para mais ou menos em favor da disponibilidade venezuelana e necessidade uruguiaia. Ademais, segundo o acordo, a Venezuela também poderia financiar petróleo ao Uruguai com uma taxa de juros de 2%¹²². Após a assinatura do *Acuerdo de Caracas*, o comércio petrolífero entre Venezuela e Uruguai se incrementou significativamente, se comparado com anos anteriores quando oscilava entre 0 e pouco mais de US\$ 100 mil. Em 2006, ou seja, um ano após o acordo bilateral entrar em vigor, o comércio entre ambos chegou a US\$ 584,428 milhões, conforme expôs a **Tabela 4.1**. Trata-se de um incremento significativo, também demonstrando que nesse caso uma maior proximidade política poderia gerar ganhos econômicos e contribuir no processo de diversificar os compradores do petróleo venezuelano, tal como defendia Chávez em seus discursos. A média do comércio petrolífero Venezuela/Uruguai foi de US\$ 137,40 milhões neste período, a segunda melhor entre os membros do MERCOSUL, perdendo somente para o Brasil.

No caso da Argentina, o comércio petrolífero com a Venezuela oscilou no período analisado, fazendo com que em longo prazo o volume de dinheiro angariado junto aos argentinos tivesse rentabilidade questionável. A instabilidade nesta relação comercial pôde ser vislumbrada analisando o ano 2000 em comparação com os subsequentes. Naquele ano, o volume de divisas geradas pela exportação de petróleo aos argentinos ultrapassou os US\$ 7 milhões, porém rapidamente caiu a patamares abaixo de US\$ 1 milhão no ano seguinte (2001), apresentando fraca recuperação nos três anos posteriores. Se não bastassem os problemas internos venezuelanos no setor petrolífero conforme já destacado, a Argentina também contribuiu para os números considerados desanimadores. A crise econômica enfrentada pelo país entre 2000 e 2003 havia

¹²² Idem.

reduzido o volume de suas compras, inclusive de petróleo venezuelano. Entretanto, esse quadro mudou quando o governo da Venezuela adquiriu Títulos da Dívida Pública Argentina, no valor de US\$ 4,2 bilhões, considerados pouco confiáveis no mercado internacional após a moratória de 2001. Em troca, Buenos Aires aceitou assinar parcerias energéticas com Caracas visando à formação de um projeto comum entre ambos os governos nas áreas de hidrocarbonetos, como parte do acordo bilateral envolvendo a PDVSA e a Enarsa¹²³. Todas estas iniciativas foram incentivadas após a assinatura de um acordo para construir um terminal binacional para regaseificar o gás-natural argentino oriundo da cidade de Bahia Blanca, projeto estimado em US\$ 400 milhões. “Esta obra faz parte do grande Gasoduto do Sul e significará a extensão do gasoduto diretamente à Argentina como destino final, deixando de fazer a rota do litoral e passando pelo interior do Brasil” (DUPAS & OLIVEIRA, 2008, p.245).

Conforme a **Tabela 4.1**, o volume de petróleo exportado à Argentina demonstrou ter potencial suficiente para crescer mais do que vinha ocorrendo em anos anteriores, chegando à soma de US\$ 597,748 milhões. Porém, mesmo após o acordo bilateral Chávez-Kirchner, o incremento na exportação de petróleo venezuelano não pôde ser considerado pujante, tendo em vista a aposta da diplomacia da Venezuela de que a aproximação com a Argentina poderia não somente abrir a possibilidade de novos mercados, como também a oportunidade de angariar apoio a sua entrada no MERCOSUL. Ademais, os bons índices não se repetiram nos anos subsequentes quando o volume despencou a parcos US\$ 22,372 milhões, demonstrando que o nível de exportação de petróleo da Venezuela a Argentina oscilou bastante no período mencionado. Se em 2005 chegou próximo aos US\$ 600 milhões, em 2006 a redução foi drástica e ficou em US\$ 22,372 milhões. Portanto, a média de exportação petrolífera da Venezuela a Argentina girou em torno de US\$ 91 milhões no período analisado, abaixo do Uruguai e superando somente o Paraguai dentre os membros do MERCOSUL, dos quais a exportação de petróleo da Venezuela ao Brasil ainda era economicamente a mais viável, segundo os números apresentados.

Ainda de acordo com a **Tabela 4.1**, o Brasil comprou cerca de US\$ 911,581 milhões no ano 2000, porém apresentou quedas significativas até chegar ao irrisório patamar de US\$ 80,541 milhões em 2004. A partir desse ano, ocorreu um incremento chegando a US\$ 405,682 milhões em 2006. Apesar disso, dentre os membros do

¹²³ *Documentos Suscritos entre la República Argentina y la República Bolivariana de Venezuela*. Buenos Aires, 31 de Enero al 2 de Febrero de 2005. Disponível em: <http://www.amersur.org.ar/Integ/CCArVe.htm> (acessado em 13/11/2012).

MERCOSUL, o Brasil apresentou a melhor média considerando os seis anos analisados, cerca de US\$ 353,370 milhões. Ademais, o volume de barris enviados anualmente da Venezuela ao Brasil também diminuiu ao longo dos anos. Dos 565,063 milhões de barris enviados em 2000 foi gradativamente diminuindo para 445.225 em 2002; 437,203 milhões em 2004 até chegar aos 387,248 milhões de barris em 2006¹²⁴. Entretanto, o volume de divisas começou a aumentar após 2005 e no ano seguinte atingiu o volume de US\$ 405,682 milhões¹²⁵. Todavia, mesmo que o envio de barris anualmente tenha diminuído, esse volume ascendente era provocado pelo aumento nos preços do petróleo. Isso fez com que atenuasse as quedas nos envios com o incremento dos preços no mercado internacional, tal como demonstra a **Tabela 4.3**. Entre 1999 e 2006, os preços do petróleo subiram significativamente, o que pôde ser caracterizado como outro *choque* nos preços do produto, tal como ocorreu na década de 1970¹²⁶.

Apesar dos dados estatísticos demonstrarem a viabilidade do comércio bilateral petrolífero, ambos os países vinham demonstrando uma vontade de aproximação política desde início da década de 1990, porém atrapalhada pelas crises que enfrentaram neste período, conforme demonstrado nos capítulos anteriores. Por isso, quando Chávez tomou posse em 1999 à chancelaria brasileira emitiu sinais de que desejaria aprofundar as relações com o país vizinho, havendo potencial para isso no campo energético. Apesar disso, o envio de petróleo aos brasileiros vinha diminuindo, legitimando a tese defendida por Chávez que haveria a necessidade de elaborar políticas mais consistentes entre ambos os governos. Ademais, dentre os membros do MERCOSUL, o Brasil é o único a fazer fronteira com a Venezuela. Esse detalhe geográfico era percebido como possibilidade de formar políticas energéticas comuns entre localidades venezuelanas e brasileiras, a exemplo do estado de Roraima. A proposta seria firmar parcerias para atender a esse estado da federação com um sistema de transmissão direto da Venezuela. Devido ao isolamento geográfico daquela unidade federativa era complicado construir uma linha de transmissão vinda de Manaus. Contudo, naquele momento as obras estavam atrasadas no lado venezuelano e a construção das linhas de transmissão afetaria comunidades indígenas que se posicionavam contra a iniciativa. Para eles, a mesma

¹²⁴. *Petróleo y Otros Datos Estadísticos* – PODE, 2006. Cuadragésima Novena Edición. **Ministerio del Poder Popular para la Energía y Petróleo**. Caracas, Noviembre de 2008, p.217.

¹²⁵. Idem.

¹²⁶. Nos anos seguintes (2007-2012) os preços continuaram subindo. Em 2007 ficou em US\$ 69,08, estabilizando nos anos posteriores abaixo de US\$ 100. No entanto, após 2011 começou a disparar atingindo US\$ 107 nesse respectivo ano. **Fonte**. *OPEC Basket Price*. Disponível em: http://www.opec.org/opec_web/en/data_graphs/40.htm (acessado em 14/11/2012).

causaria impactos ambientais irreversíveis e a ministra do meio ambiente do governo Chávez, Atalá Pocaterra (que era indígena), se posicionou contra as obras. No entanto, as linhas de transmissão foram construídas e os presidentes Fernando Henrique e Hugo Chávez, em companhia do presidente cubano Fidel Castro, as inauguraram em agosto de 2001.

Porém, o Brasil desejava avançar mais no campo do refino de petróleo e para os brasileiros uma parceria entre a PDVSA e a Petrobras seria indispensável neste processo, pontuando que o relacionamento entre ambos os países poderia avançar além de uma simples compra e venda de petróleo, ou seja, deveria se aprofundar estrategicamente até a formação de atividades conjuntas em pesquisa na exploração do petróleo venezuelano e em atividades de distribuição, conhecidas como “*joint-ventures*”¹²⁷. Sem dúvida uma proposta ambiciosa, porém o potencial de ambos os países no campo energético-petrolífero justificava tais expectativas. “Foram identificadas oportunidades integradas no seguimento de gás-natural, desde sua produção até sua comercialização, bem como nas áreas de exploração e produção de petróleo em campos venezuelanos”¹²⁸.

Entretanto, no caso brasileiro havia outra variável a ser considerada em relação aos demais membros do MERCOSUL: o Brasil já era um produtor de petróleo em volume considerável. Além disso, após o ano 2000 este país fez investimentos em sua estatal petrolífera (Petrobras) que incrementou a produção interna do produto, sem contar os rumores propalados na época que o Brasil possuía uma camada – conhecida como pré-sal – no fundo do mar com enorme potencial energético, o que poderia levá-lo a autossuficiência no setor. Apesar dos desafios e expectativas muitas vezes além da capacidade logística de ambos os países bem como do “apetite” integracionista no setor petrolífero, as relações com a Venezuela entre 1999 e 2006 continuavam sendo tratadas como interessantes por ambos os governos. Por outro lado, os venezuelanos elaboraram e propuseram inúmeras sugestões, tais como a criação do Gasoduto do Sul, do Anel Energético e de uma refinaria binacional no estado de Pernambuco que se chamaria Abreu e Lima. “Argumentando que a América do Sul seria ‘um dínamo energético’, o

¹²⁷. *Documentos relativos às visitas oficiais do presidente da República da Venezuela, Hugo Rafael Chávez Frias, ao Brasil, quando foram discutidas as relações bilaterais entre os dois países, o comércio bilateral, a integração energética e a cooperação amazônica, entre outros assuntos*. Ministério das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil. **LFL MRE II 99.05.06/1**. Brasília – DF, 6-8 de maio de 1999, 115 páginas. Centro de Documentação (CPDOC) – Fundação Getúlio Vargas (FGV).

¹²⁸. *Relacionamento Brasil / Venezuela na área de energia*. Ministério das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil. **LFL MRE II 1999.05.06/1**. Brasília – DF, 2 de setembro de 1999, p.2. Centro de Documentação (CPDOC) – Fundação Getúlio Vargas (FGV).

presidente [Chávez] ainda lançou [...] a ideia de um gasoduto de 10 mil quilômetros de extensão [...]. O custo alcançaria US\$ 17 bilhões” (MARINGONI, 2009, p.160-161). Ademais, os brasileiros se interessavam em desenvolver tecnologia capaz de aproveitar energeticamente a Orimulsion¹²⁹, concentrada na região do Orinoco que exigiria grandes investimentos e capacidade tecnológica.

Todavia, a Venezuela exigia mais celeridade nas parcerias petrolíferas por dois motivos. O primeiro deles girava em torno do perfil econômico desse país, petroleiro e dependente de suas rendas que historicamente desenvolveu sua estrutura econômica de uma forma que a tornou dependente do petróleo. O segundo foi provocado pelo ativismo do presidente Chávez. Ao personalizar uma ação externa considerada mais assertiva acabava por, conseqüentemente, exercer pressões em torno de um objetivo do qual o outro país ainda demonstrava não estar convencido. Contudo, a realidade era que o intercâmbio petrolífero – seja com o Brasil ou com os demais países mercossulinos – apresentava leituras diversas e poderia ser analisado por parâmetros distintos, tanto entre os que o enxergavam de forma negativa quanto positivamente. Se por um lado os números sinalizavam que era um intercâmbio fraco em divisas ao se comparar com os volumes angariados pelo comércio com os Estados Unidos, de outro o aprofundamento de relações políticas poderia gerar novas oportunidades de mercado bem como de apoio político integracionista. Por isso, no que tange a exportação de petróleo aos países do MERCOSUL, para a Venezuela as expectativas pareciam serem mais atraentes do que os números destacados entre 1999 e 2006, pois demonstravam que algo não estava apresentando os resultados outrora esperados. Em linhas gerais, os números demonstravam que o potencial de vendas da Venezuela não seria significativo e que de concreto a ser recebido em curto prazo seria somente apoio político a algumas iniciativas venezuelanas no cenário internacional e também pelos problemas enfrentados naquele período no âmbito da Comunidade Andina de Nações.

Todavia, para além dos números, o baixo volume exportado aos países mercossulinos pôde demonstrar não apenas que o volume de petróleo comprado por estes países era baixo, como também o mercado consumidor destas nações poderiam se

¹²⁹“[...] nome comercial de emulsão aquosa, constituída de petróleo extrapesado, originário das jazidas do Orinoco, Venezuela, na proporção 70% óleo/30% água, mantida estável através de aditivos, utilizada como combustível de forma assemelhada ao óleo combustível comum. [...] O produto, porém, apresenta dificuldades a nível ambiental, como alto teor de enxofre, grande volume de cinzas, elevada emissão de particulados e presença de Vanádio, que podem ser superadas através de investimentos em instalações de proteção ambiental adequada”. In. **Relacionamento Brasil / Venezuela na área de energia**. Ministério das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil, 1999, p.3.

tornar compradores do petróleo venezuelano. Ademais, a integração também poderia ser vislumbrada como uma maneira de incrementar laços econômicos, fazendo com que em seu sentido comercial fosse mais uma aposta do que uma realidade concreta. Na visão do governo Chávez, parecia que tudo dependia de ajustes políticos para melhorar a integração regional que era atrapalhada pelas incursões da diplomacia norte-americana. Entretanto, a hostilidade com Washington contribuiu na diminuição do volume de barris enviado aos norte-americanos, sinalizando uma diferença em relação a 1999 quando Chávez assumiu, pois nesse momento as exportações de petróleo aos Estados Unidos correspondiam a 55%. Já a dependência que os norte-americanos tinham do combustível venezuelano era bem menor, aproximadamente 12,8% (PEREIRA, 2003, p.223). Sendo assim, a nação petrolífera teve que buscar novos compradores por necessidade.

Porém, a Venezuela recebeu ajuda do MERCOSUL devido à recuperação econômica do Brasil e principalmente da Argentina, fundamentais neste processo. Os argentinos, ao se recuperarem economicamente – ainda que sem apresentar a robustez de décadas anteriores – puderam estabelecer novos objetivos em sua política externa, embora sempre tendo como sombra os malogros anteriores. Ademais, as novas diretrizes implantadas exclusivamente na gestão Kirchner (2003-2007) tiveram como consequência uma aproximação com o governo Chávez, ao firmar vários acordos no âmbito bilateral, inclusive sendo a Argentina a grande incentivadora da entrada venezuelana ao MERCOSUL. Nas relações com o Uruguai, o cenário foi semelhante. Durante o governo de Tabaré Vázquez os resultados no setor energético/petrolífero foram relativamente animadores. Portanto, a entrada Venezuela ao MERCOSUL teve uma conotação estratégica nas áreas de energia e petróleo, sobretudo por ter sido o principal produto utilizado como “moeda de troca” pela diplomacia de Caracas na busca de apoio político em um período de tensão entre a Venezuela, os Estados Unidos e alguns países da Comunidade Andina de Nações. Para Romero & Curiel (2009),

Es por ello [petróleo] que el mercado de rentas venezolano (favores, donaciones, traspasos, pagos a terceros, ayuda directa, condonaciones, financiamientos e inversiones sin tasa de retorno, etc.) se traslada al espacio global y es aprovechado por actores que manipulan la ayuda venezolana (renta geopolítica) para capturarla y tener acceso a ella (fundamentalmente las de carácter energética y financiera) y no por las vías comerciales (intercambio) y económicas (valor agregado) (ROMERO & CURIEL, 2009, p.49).

Entretanto, o perfil autocrático e centralizador do governo venezuelano, em alguns casos utilizando de medidas autoritárias para manter o controle estatal sobre o petróleo, prejudicou a integração mesmo entre os países do MERCOSUL. Apesar das questões envolvendo integração energética e petróleo terem um indiscutível peso nesta análise, as relações entre eles não viviam somente deste produto, ou do que ele poderia gerar. Também havia a possibilidade de melhorar a integração no sentido político-estratégico para permitir ao longo dos anos o incremento no intercâmbio com outros produtos, sejam eles primários, serviços ou manufaturados, simbolizados pela aproximação cada vez maior com o Brasil, tal como se discute o próximo item.

4.3 – A estratégica integração com o mercado brasileiro: o grande interesse da Venezuela no MERCOSUL

Desde meados da década de 1990 a Venezuela passou a se interessar cada vez mais pelo Brasil, como consequência da política de diversificação de parceiros e busca de uma nova inserção regional, visando oportunidades em seu mercado interno. A dependência em relação aos Estados Unidos vinha sendo cada vez mais questionada, aumentando durante a administração Chávez. Ademais, Caracas precisava reverter os efeitos da crise econômica que já durava quase duas décadas e sem dúvida a dimensão territorial brasileira, junto a seu mercado consumidor, estimulavam os “sonhos” do recém-empossado Hugo Chávez. Entretanto, em 1999, frequentemente era levantada a incompatibilidade do discurso integracionista do presidente com sua retórica nacionalista, mais compatível com uma visão econômica protecionista, apoiada em um pensamento construído no interior das Forças Armadas. Porém, pragmaticamente analisando, as maiores resistências vinham do empresariado venezuelano, dependentes do Estado e de seus recursos. Por outro lado, havia um histórico de “relações cordiais” entre Brasil e Venezuela¹³⁰, alimentando os partidários da integração, principalmente entre empresários brasileiros e membros da chancelaria. Embora houvesse certa dose de desconfiança, desde o início de seu governo Chávez se mostrou receptivo aos investimentos estrangeiros na Venezuela, apesar de manter um discurso crítico ao capitalismo e a globalização.

Na verdade, a urgência em amenizar a crise econômica em 1999 proporcionava poucas opções à diplomacia venezuelana, havia uma crise econômica que precisava ser combatida e a apatia do empresariado nacional necessitava ser debelada. Com isso, o

¹³⁰ Salvo nos governos Costa e Silva e Médici (1967-1974) durante o regime militar brasileiro.

Brasil passou a ser interessante aos venezuelanos visando à capacidade do vizinho em produzir gêneros alimentícios, sobretudo após o governo venezuelano incentivar a política de distribuição de alimentos pertencentes à cesta básica a preços subsidiados, batizada de Missão Mercal¹³¹. A Venezuela ainda sofria os negativos efeitos da política de exclusivismo no petróleo, não se preocupando durante anos em fortalecer uma indústria nacional e tampouco em manter uma produção agrícola interna razoavelmente capaz de atender aos produtos da cesta básica. Mesmo assim, não era somente o petróleo que movia tais interesses, embora a maioria dos governantes ou pessoas envolvidas na construção de um novo patamar de relação integracionista pensasse nele direta ou indiretamente.

4.3.1 – Venezuela no MERCOSUL via Brasil: aspectos políticos

Durante a gestão Chávez, a relação Venezuela-MERCOSUL teve no mercado brasileiro o indiscutível interesse da diplomacia venezuelana. O propósito girava em torno de melhorar as relações políticas visando ganhos econômicos, pois os investimentos brasileiros na Venezuela estavam em expansão em 1999 devido às obras realizadas por empreiteiras e a instalação de cervejarias brasileiras. Neste sentido, a relação da Venezuela com os países do MERCOSUL vinha se incrementando lentamente antes da ascensão de Chávez, porém inegavelmente necessitava de iniciativas que pudessem acelerar o processo de integração. As mudanças ocorreram em ambos os lados, pois a partir de 1999 os brasileiros modificam sua estratégia, deixando de apostar na negociação multilateral com a Comunidade Andina de Nações, ao optar por negociar bilateralmente com estes países. Esse momento coincidiu com a entrada de Chávez na presidência e encontrou receptividade na compra de produtos agrícolas brasileiros. Portanto, “as principais mudanças na política de comércio exterior da Venezuela foi o seu processo de abertura comercial” (PEREIRA, 2003, p.235-237). Contudo, os brasileiros administravam os efeitos da crise econômica, responsáveis por atrapalhar grandes investimentos em integração, por exigirem dinheiro disponível para tal finalidade. O comércio bilateral em 1998 girava em torno de US\$ 1,4 bilhão e a Venezuela já se apresentava como a segunda maior fornecedora de petróleo ao Brasil naquela época¹³².

¹³¹. Discutidas no capítulo 2.

¹³². *Comércio Bilateral*. In. Ministério das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil. **LFL MRE II 1999.05.06/1**. Brasília – DF, 2 de setembro de 1999, p.9. Centro de Documentação (CPDOC) – Fundação Getúlio Vargas (FGV).

Entretanto, a questão do aproveitamento logístico também interessava ao governo FHC, principalmente envolvendo uma integração portuária em Manaus para aproveitar o potencial hidroviário dos rios da região. Para o Brasil, as relações com a Venezuela eram importantes para ajudar o norte brasileiro na integração dessa região com o centro-sul, devido a razões de distância geográfica em um país de dimensões continentais. “A Venezuela tem potencial para se tornar um mercado atraente para a economia amazônica. Os portos venezuelanos estão muito mais próximos do que Santos para a entrada de insumos para a Zona Franca de Manaus”¹³³. Cervejarias brasileiras, a exemplo das pertencentes ao grupo Ambev, já investiam na Venezuela um montante de US\$ 600 milhões, visando aumentar cada vez mais sua presença no mercado local, sem contar com a inserção de músicas de cantores brasileiros, aumentando a interação cultural deste país com os venezuelanos por meio de um *soft power*. Por isso, Chávez esteve no Brasil antes de tomar posse para se reunir com o presidente Fernando Henrique em dezembro de 1998, quando foi discutida pela primeira vez a hipótese da Venezuela entrar no MERCOSUL. “O ex-golpista afirmou ontem em Caracas que conversará sobre o processo de integração da Venezuela com o MERCOSUL”¹³⁴. Entretanto, no Brasil ainda havia muita expectativa com o novo governo venezuelano, pois muitos empresários encaravam a Venezuela como um local viável para formar uma parceria estratégica, porém com consciência de que precisavam trabalhar mais e melhor a fim de aproveitar as potencialidades naturais já existentes, conforme demonstrou alguns relatórios produzidos no âmbito da chancelaria brasileira.

Brasil e Venezuela compartilham, além de uma extensa fronteira, interesses e aspirações nos contextos amazônico, sul-americano e latino-americano. A Venezuela é um importante fornecedor de insumos energéticos e o Brasil um mercado de grande potencial para os produtos venezuelanos¹³⁵.

Portanto, o processo de aproximação continuou e no ano 2000 o presidente do Brasil, Fernando Henrique Cardoso, esteve na Venezuela e assinou com Chávez a

¹³³ MALBERGIER, Sérgio. *Relacionamento com o Brasil vive momento de “explosão”*. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 5 de dezembro de 1998, p. 8.

¹³⁴ *Presidente eleito se reúne com FHC*. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 15 de dezembro de 1998, p.16.

¹³⁵ *Avaliação das Relações Bilaterais*. In. Ministério das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil. **LFL MRE II 1999.05.06/1**. Brasília – DF, 2 de setembro de 1999, p.7. Centro de Documentação (CPDOC) – Fundação Getúlio Vargas (FGV).

Declaração de Caracas¹³⁶. Nesse documento, enfatizaram a importância da relação bilateral e o reconhecimento de projetos conjuntos relacionados à infraestrutura na fronteira amazônica, além da conexão fluvial entre as bacias dos Rios Amazonas e Orinoco. Ademais, cogitaram a hipótese de formar um conselho empresarial binacional e intercâmbio de docentes de universidades de ambos os países. Entretanto, o mais enfatizado no documento foi “constatar que a Venezuela propicia inter-relações crescentes com o MERCOSUL, favorecendo a perspectiva de um entendimento privilegiado com este esquema de integração, tanto no plano individual quanto no coletivo, no âmbito da CAN”¹³⁷. Embora não admitissem, ambos os governos estavam se distanciando da ideia de aproximação entre MERCOSUL e CAN, desmentindo parte do escrito na Declaração de Caracas, pois o nível de proximidade entre Venezuela e Brasil era maior do que em relação aos demais países mercossulinos, demonstrando nitidamente um “desinteresse” pelo eixo CAN-MERCOSUL. Chávez apostava alto na relação com os brasileiros, pois no âmbito interno vinha enfrentando problemas nos anos 1999, 2000 e 2001 com o crescente descontentamento da oposição e na América Latina enfrentava a indiferença de alguns governos, tais como o colombiano, além das críticas dos Estados Unidos. Desta forma, o Brasil começou a ser visto como uma das alternativas a fim de obter “respaldo” as mudanças constitucionais que vinha realizando, conforme disse Chávez em discurso.

[A] Venezuela está apostando duro no Brasil e no sul. [...] Comentava com Cardoso navegando o rio Orinoco onde selamos um acordo para interconectar o Orinoco ao Amazonas [...] A Cruz do Sul, esse é o nosso rumo. [...] Não queremos um pólo no mundo, a Cruz do Sul sinaliza um rumo distinto, muito mais diverso, sinaliza um mundo pluripolar¹³⁸.

As políticas de cooperação na região amazônica eram viáveis, porém dispendiosas. Havia algumas iniciativas que ajudavam na integração, a exemplo do intercâmbio feito por ambos os países em ecoturismo, sem contar com a cooperação no Sistema de Vigilância da Amazônia (SIVAM) e a participação venezuelana, junto com o Brasil e outros países da região, no Tratado de Cooperação Amazônica, assinado em

¹³⁶. *Declaração Presidencial de Caracas*. Caracas, 6 de abril de 2000. In. **Divisão de Atos Internacionais** – DAI. Ministério das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil. Disponível em: http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/2000/b_23/ (acesso em 19/05/2012).

¹³⁷. *Idem*.

¹³⁸. *Discurso del Presidente de la República Bolivariana de Venezuela, Hugo Chávez Frías, con motivo de su intervención en la Cumbre de los 77*. La Habana – Cuba. 13 de abril de 2000, p.261.

1978¹³⁹. Ademais, os brasileiros se interessaram em promover uma integração física entre a rodovia do MERCOSUL – como ficou conhecida a BR-364 – e a hidrovia do Rio Madeira¹⁴⁰. Portanto, as relações dos venezuelanos com o Brasil apresentavam um patamar diferenciado em comparação aos demais membros mercossulinos, ainda mais nítidos do que na alçada petrolífera. Para Chávez, a Venezuela contribuía modestamente para a integração regional ao se referir à parceria firmada para abastecer a cidade de Boa Vista com energia elétrica vinda da Venezuela. Ademais, defendeu as concessões, subsídios e investimentos em políticas de fomento social – tanto interna quanto regionalmente – promovidas pelo governo venezuelano durante todo o período analisado, em alguns momentos com mais ou menos intensidade, pregando o discurso da união sul-americana. “Ou nos unimos ou nos afundamos, e não podemos afundar, porque são milhões os que dependem de nós, da vontade política que estamos colocando na integração”¹⁴¹. Para Chávez, devido à dimensão territorial brasileira os habitantes da região norte e nordeste do país ficavam “deslocados” do MERCOSUL e os venezuelanos poderiam agir como um “elo” para que recebesse investimentos em energia vindos da Venezuela, ao aproveitar-se da construção de um porto em Fortaleza como importante entreposto de saída e despacho de produtos entre a região norte do Brasil e a Venezuela. “Vinte milhões de habitantes tem Brasil em sua parte Norte e Nordeste e eles necessitam, querem cruzar investimentos e projetos conosco”¹⁴².

Contudo, o ritmo do avanço na relação bilateral era considerado lento por Chávez. Em discurso para estudantes brasileiros na Universidade de Pernambuco, continuou elogiando as ideias e propostas envolvendo integração no âmbito bilateral e multilateral, porém passou a dizer sistematicamente que não poderiam ficar apenas nas declarações, reclamando da lentidão com que desenrolava o processo de integração. No fundo, Chávez estava emitindo sucessivos recados defendendo que para avançar sustentavelmente os investimentos deveriam se tornar realidade e não apenas promessas

¹³⁹. *Tratado de Cooperação Amazônica*. Brasília, 3 de julho de 1978. In. GARCIA, Eugenio Vargas. **Diplomacia Brasileira e Política Externa: documentos históricos** (1493-2008). Rio de Janeiro: Contraponto Editora, 2008, p.600-606.

¹⁴⁰. *Integração Física*. Ministério das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil **LFL MRE II 1999.05.06/1**. Brasília – DF, 2 de setembro de 1999, p.13. Centro de Documentação (CPDOC) – Fundação Getúlio Vargas (FGV).

¹⁴¹. *Discurso del Presidente de la República Bolivariana de Venezuela, Hugo Chávez Frías, con motivo del acto de inauguración de la interconexión hidroeléctrica entre Brasil y Venezuela*. Santa Elena de Uáiren, estado Bolívar. 13 de agosto de 2001, p.269.

¹⁴². *Discurso del Presidente de la República Bolivariana de Venezuela, Hugo Chávez Frías, con motivo de informar al país sobre el viaje a los países de la Opep*. Caracas. 16 de agosto de 2000, p.348.

e estimativas¹⁴³. Apesar disso, a Venezuela vivia um momento de transição de um modelo que estava em crise a outro que ainda não havia sido definitivamente implantado. Por isso, o Brasil acompanhava com interesse os desdobramentos na política interna da Venezuela desencadeados por Chávez, principalmente os problemas no setor petrolífero, visando se aproveitar da situação, principalmente das rivalidades com os Estados Unidos. Chávez buscava “legitimidade” internacional em vista da campanha feita pelos diferentes meios de comunicação (da Venezuela e de outros países) contra suas propostas de mudanças estruturais, criticando-o pelos mutirões do plano Bolívar 2000 e as Missões. Sempre que viajava ao Brasil suas atitudes ganhavam relevo na mídia e em uma destas ocasiões setores da imprensa diziam que ele tinha vindo para “explicar” sua revolução ao presidente Fernando Henrique¹⁴⁴, justamente alguém conhecido no meio acadêmico como um destacado sociólogo.

Porém, havia motivos para o presidente venezuelano acreditar que realmente contava com o apoio brasileiro em sua revolução interna e convivência na formação de um aparato institucional que concentrasse poderes nas mãos do presidente da República. No entanto, o Brasil não concordava com a maneira como o governo Chávez entendia a democracia e tampouco os discursos incisivos do venezuelano ao se referir aos países europeus e aos norte-americanos. Em ocasião da Cúpula do Rio de junho de 1999 o presidente FHC, visando dirimir a tensão propagada pelos discursos de Chávez criticando a democracia representativa, ironizou dizendo que alguns tocavam violino, outros flauta, pandeiro ou instrumentos mais ruidosos¹⁴⁵.

Mesmo assim, as oportunidades de investimentos no setor petrolífero e de empresas brasileiras na Venezuela falavam mais alto, pois na época as estimativas poderiam chegar a US\$ 1 bilhão, a maior parte do montante financiado pelo BNDES. “[...] Brasil e Venezuela estão aumentando o fluxo comercial com os vizinhos da América Latina, e a Venezuela tenta reduzir suas amarras históricas com os EUA voltando-se para o sul”¹⁴⁶. Sem contar com a expectativa de conclusão da Linha 4 do metro de Caracas com investimentos da empreiteira brasileira Odebrecht. Na ocasião, o

¹⁴³. *Discurso del Presidente de la República Bolivariana de Venezuela, Hugo Chávez Frías, con motivo de su visita a la Universidad de Pernambuco*. Universidad de Pernambuco, Recife, Brasil. 2 de Septiembre de 2000, p.451.

¹⁴⁴. ANDRADE, Patrícia. *Chávez explica sua ‘revolução’ a FHC*. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 5 de setembro de 1999, p. 13.

¹⁴⁵. LINS E SILVA, Carlos Eduardo. *Chávez e Fidel roubam a cena durante encontro*. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 29 de junho de 1999, p.6.

¹⁴⁶. CANTANHÊDE, Eliane. *Diplomacia brasileira torce por Chávez*. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 27 de julho de 2000, p. 16.

governo venezuelano havia emitindo nota se justificando pela demora no cumprimento de sua parte na construção da Linha 4 do metrô. Por outro lado, a chancelaria brasileira tratou de justificar a medida e aproveitou o ensejo para legitimar a plena capacidade da empresa brasileira para construir a obra.

Cabe reiterar [...] a expectativa legítima do consórcio liderado pela Odebrecht de que, no processo de reavaliação e decisão final sobre a concorrência, sejam levados em especial consideração todos os antecedentes do longo caminho decisório até o momento, o qual incluiu dispensa de licitação para fornecimento por empresa francesa de equipamento ferroviário, cuja tecnologia está disponível no Brasil e foi igualmente oferecida por aquele consórcio. Pode-se ressaltar a perfeita capacitação da empresa brasileira para a execução de obras do gênero¹⁴⁷.

Ainda neste documento, o Brasil depositava expectativas positivas na Lei Habilitante, exigida por Chávez na Constituição de 1999 que poderia acelerar o processo e melhor enfrentar à resistência de empresários venezuelanos com a presença de empresas brasileiras no país. Os críticos atribuíram tais reticências a falta de endosso do setor privado venezuelano ao capital brasileiro e isso era visto como negativo pelo Brasil. Neste sentido, sem o apoio incondicional da chancelaria brasileira, mais a anuência crescente do governo Chávez, os empresários brasileiros logo se desestimulariam e retirariam seus investimentos nesse país. Levando em consideração esse fator, uma aproximação política entre Brasil e Venezuela tornava-se cada vez mais valiosa e primordial para lograr êxitos na visão do governo brasileiro.

O incremento nas relações levou o Brasil a protestar no âmbito internacional durante o golpe de Estado sofrido por Chávez em abril 2002. Conforme já destacado, o Brasil rechaçou o governo de Pedro Carmona com o argumento de que deveriam respeitar a democracia, além de ter sido um dos primeiros países a reconhecerem ter havido um golpe de Estado. Isso contrariou as posições de outros países de peso no cenário internacional, a exemplo de Estados Unidos e Espanha. Nesse episódio, o governo brasileiro e a oposição liderada pelo Partido dos Trabalhadores (PT) ficaram do mesmo lado, embora tivessem interpretações e níveis de entendimento distintos sobre o ocorrido. Isso porque o retorno de Chávez ao poder significava a “garantia” dos investimentos brasileiros que poderiam ser revistos ou ter seus contratos refeitos caso Carmona continuasse governando.

¹⁴⁷ *Relações Empresariais*. Ministério das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil. **MRE II 1999.05.06/1**. Brasília – DF, 2 de setembro de 1999, p.1A1. Centro de Documentação (CPDOC) – Fundação Getúlio Vargas (FGV).

Os problemas internos enfrentados por Chávez coincidiu com o processo de transição política brasileira entre as administrações Cardoso e Lula. Neste período, o então chanceler Celso Amorim garantiu a Chávez que o governo brasileiro continuaria rechaçando qualquer hipótese de ruptura política na Venezuela. Outros funcionários do governo Lula também refutaram a proposta de antecipar as eleições dizendo que promover ingerência na Venezuela, ou agir sem o consentimento de Chávez, poderia levar o país a guerra civil, o que seria altamente negativo aos investimentos e a influência brasileira na Venezuela. Por isso, a solução negociada era tão defendida pelos altos funcionários do governo Lula no momento em que os ânimos estavam cada vez mais acirrados. Por outro lado, o primeiro acordo assinado entre Lula e Chávez foi a Ata do Recife (2003), na qual firmaram compromisso que o BNDES investiria na Venezuela mais de US\$ 1 bilhão nos anos 2003/2004.

O BNDES aprovou uma linha de crédito emergencial de US\$ 50 milhões para a compra de medicamentos e alimentos produzidos no Brasil, com vistas a fazer frente à escassez desses gêneros de primeira necessidade, até a normalização da situação cambial na Venezuela¹⁴⁸.

Em contrapartida, Chávez apoiou os brasileiros no argumento de que a ONU devesse ser reformada e o Brasil contemplado com um assento permanente no Conselho de Segurança daquela instituição, atendendo a um dos principais pontos na agenda de política externa do governo Lula. Para Lima & Kfuri (2007), não havia dúvida de que a relação entre ambos estava em um patamar distinto caso comparado com os demais países do MERCOSUL, pois havia melhor nível de coordenação construído entre ambos. Argumentou, citando a articulação entre brasileiros e venezuelanos na ONU entre 1999 e 2006 em votações na Assembleia Geral, onde as duas chancelarias coincidiram em mais de 80% dos votos nas matérias discutidas (LIMA & KFURI, 2007, p.8-9). Portanto, o presidente Lula se empenhava consideravelmente em respaldar a democracia venezuelana, sobretudo lhe apoiando nos desdobramentos posteriores que levaram ao referendun de agosto de 2004, vencido por Chávez. Ao menos aparentemente, em seus discursos Lula rebatia as críticas dos ranços autoritários do ex-militar, afirmando que na Venezuela havia “excesso de democracia” pelo número de

¹⁴⁸. *Ata do Recife. Reunião dos Presidentes da República Federativa do Brasil, Luis Inácio Lula da Silva, e da República Bolivariana da Venezuela, Hugo Rafael Chávez Frías*. Recife, 25 de abril de 2003. In. Ministério das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/sala-de-imprensa/notas-a-imprensa/2003/04/25/reuniao-dos-presidentes-da-republica-federativa-do/?searchterm=Ata%20do%20Recife%202003>> (acessado em 25/05/2012).

referendum, plebiscitos de demais consultas populares ocorridas desde 1999, todas elas vencidas por Chávez. Também minimizava os problemas que a postura intransigente do presidente da Venezuela às vezes provocava com seus vizinhos mais próximos por acirrar as rivalidades, a exemplo da Colômbia¹⁴⁹. Todavia, isso não significava ausência de diferenças entre ambos, tal como destacado acima sobre o entendimento do conceito de democracia. A grande questão era que as novas diretrizes da política externa venezuelana não afetavam negativamente o Brasil, salvo na contenda com a Bolívia, destacada mais adiante. Ao contrário, grande parte delas beneficiava os brasileiros e isso não se repetia com os Estados Unidos e a Colômbia. Para Villa (2007), a distinção estava no fato dos conflitos envolvendo Brasil e Venezuela ainda poderem ser resolvidos diplomaticamente.

[...] as causas substantivas das diferenças estão no binômio de identidades ideológicas e interesses que dominam hoje a elite no poder na Venezuela e a forma como esta enxerga seu papel na América do Sul, o que não coincide tanto nem com as ideias brasileiras ou que se sobrepõem, ou concorrem com os interesses brasileiros (VILLA, 2007, p.12).

Tais diferenças existiam e tampouco poderiam ser ignoradas, porém percebia-se que o Brasil não estava interessado se Chávez era ou não democrático ao estilo norte-americano ou europeu, mas sim se seu governo iria ser favorável à introdução de capital brasileiro proporcionando as devidas garantias estatais aos empresários. Portanto, “em síntese, as relações entre a Venezuela e o Brasil têm oscilado entre a cooperação e a concorrência ‘sutil’ na América Latina e no mundo” (ROMERO, 2010, p.12); pois ainda havia inúmeros temas a serem resolvidos, a exemplo da relação com os Estados Unidos e nos rumos que o MERCOSUL deveria tomar de 2006 em diante.

Além disso, havia a questão da ALBA que também gerava rivalidades com o Brasil em determinados pontos, a exemplo do discurso não-capitalista e contra-hegemônico. Nessa questão a Venezuela trabalhava com afinco no âmbito da ALBA, pois sua postura naquele momento era visivelmente dúbia e Caracas estava se recusando a emitir sinais se penderia para a Alternativa Bolivariana para a nossa América (ALBA) ou ao MERCOSUL. Caso escolhesse qualquer um destes, deveria lidar com as consequências disso, isto é, o desagrado tanto de um lado quanto de outro, além das questões estratégicas envolvendo o comércio petrolífero e a liderança política na

¹⁴⁹ CONSTANTINO, Luciana. *Em discurso, Lula faz defesa de Chávez*. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 30 de setembro de 2005, p.16.

América Latina, melhor discutido nos itens posteriores. Isso acirrou algumas rivalidades, contrastando com o discurso “amável” e de “amizade” que Chávez dirigia ao presidente Lula, argumentando as possíveis afinidades ideológicas entre ambos. A ideia de promover uma integração nos parâmetros nãocapitalistas, contrastava com a proposta brasileira de integração moderada e conciliatória entre o político e o econômico. Por isso, Urritia (2011) argumenta que o presidente do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva, desempenhava um papel importante nas relações com a Venezuela (URRITIA, 2011, p.5). Por outro lado, a postura do brasileiro era severamente criticada pelos setores de esquerda venezuelana que faziam oposição a Chávez, liderados por Teodoro Petkoff. Segundo eles, alguns “excessos” do chavismo ocorreram pela complacência de Brasília em relação ao governo venezuelano.

En ese mismo orden se cuestiona también el silencio cómplice y tolerante con Hugo Chávez cuyo incondicional respaldo contribuyó a darle mayor legitimidad internacional. [...] con mucha astucia, el presidente Lula cortejaba y alababa a Chávez, lo cual era percibido con disgusto por importantes sectores de la sociedad civil venezolana (URRITIA, 2011, p.5).

Ademais, ocorreram alguns eventos responsáveis por “testar” o nível de entendimento e confiança entre Brasil e Venezuela que desnudaram algumas “rusgas” que Lula e Chávez insistiam em esconder, a exemplo de quando o governo boliviano do recém-eleito presidente Evo Morales nacionalizou, em maio de 2006, refinarias de gás-natural construídas com investimento da Petrobras na Bolívia, causando prejuízos ao Brasil. Setores da sociedade civil brasileira e da imprensa protestaram pela postura considerada leniente do Itamaraty, sobretudo quando se tornou público que técnicos venezuelanos auxiliaram os bolivianos. Aquele momento foi considerado delicado, pois a Venezuela estava em processo de adesão no MERCOSUL e contava com o apoio brasileiro nesta iniciativa, ainda considerada uma relação vantajosa e estratégica. No primeiro encontro entre os líderes sul-americanos após o ocorrido, na Cúpula de Cochabamba realizada em dezembro de 2006, o desconforto era nítido. Ademais, Chávez também não escondia estar descontente e disse que a integração regional precisava de um “Viagra”, desagradando Lula com a comparação, pois a crítica do venezuelano atingia diretamente o Brasil, líder do processo de integração e responsável por movimentá-los com investimentos e financiamentos nos países menores. “[...] Chávez fez uma análise negativa da integração regional, cobrou uma ampla reforma do

MERCOSUL, ao qual a Venezuela havia sido recentemente incorporada, e fez duras críticas a CASA, a principal iniciativa diplomática brasileira na região”¹⁵⁰.

Por outro lado, Lula preferia “ignorar” as queixas e comentava sobre os avanços, citando a instituição da Comunidade Sul-Americana de Nações (CASA), do Parlamento do MERCOSUL (PARLASUL), além da adesão da Venezuela no MERCOSUL consolidada em julho de 2006. Lula dizia que, ao contrário das críticas dirigidas por Chávez, a atuação brasileira no âmbito regional havia criado um novo patamar de integração e governança na América do Sul, com independência e respeito. Para o líder brasileiro, a imagem sul-americana e do MERCOSUL no cenário internacional estava melhorando em vista de anos anteriores. Na verdade, Lula atribuía tal êxito a atuação mais assertiva do Brasil em coordenar ações políticas com os países do MERCOSUL e da América do Sul nos organismos internacionais, tais como ONU e OMC, ocorridas durante sua administração. Em realidade, o governo brasileiro estava tentando se justificar e se “isentar” dos dissídios existentes no MERCOSUL que pareciam não haver solução, tais como o conhecido problema de segurança na Colômbia e das fábricas de papel e celulose entre Uruguai e Argentina, muito destacadas naquele momento. Mesmo assim, durante o governo Chávez a integração política com o Brasil inegavelmente melhorou, sobretudo após a eleição de Lula na presidência do Brasil e pode-se afirmar que tanto ao governo venezuelano quanto ao brasileiro os acontecimentos ocorridos entre 1999 e 2006 foram animadores, porém sem minimizar totalmente os riscos, tal como destaca o próximo item.

4.3.2 – Venezuela no MERCOSUL via Brasil: aspecto econômico

A relação entre Brasil e Venezuela também apresentava um viés pragmático que poderia ser descrito como de problemática conciliação, a exemplo do número das trocas comerciais com o Brasil ser maior do que com os demais membros do MERCOSUL. Os números indicavam empiricamente aos *policy makers* a viabilidade da relação bilateral, embora eles ainda fossem considerados modestos em relação aos dois principais parceiros comerciais venezuelano do momento, os Estados Unidos e a Colômbia. Os números apresentados no comércio com os países do MERCOSUL durante o primeiro mandato de Chávez (1999 a 2006) indicavam que passou por problemas, altos e baixos, entretanto no geral houve um incremento significativo em um período permeado por

¹⁵⁰ MAISONNAVE, Fabiano. *Lula e Chávez trocam farpas na Bolívia*. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 10 de dezembro de 2006, p.29.

promessas e expectativas, porém complicado para a integração provocado pelos problemas institucionais venezuelanos. Ademais, numericamente se percebe que a relação com o Brasil apresentou os melhores resultados no comércio com a Venezuela. Não somente pelos acordos firmados, como também pela capacidade do capital brasileiro em fazer investimentos neste país. Apesar do indiscutível peso da integração energético-petrolífera na relação Venezuela-MERCOSUL, a **Tabela 4.4** demonstra que o volume importado pela Venezuela destes países aumentou entre 1999 e 2006.

Tabela 4.4
 Importações da Venezuela aos países do MERCOSUL entre 1998 e 2006
 (em milhões de US\$)

Países/Ano	Argentina	Brasil	Paraguai	Uruguai	Total entre os países do MERCOSUL
1998	324,544	620,176	23,305	32,321	1.000,346
1999	220,131	457,200	36,378	51,339	765,048
2000	232,226	835,498	40,448	45,693	1.154,135
2001	226,782	974,976	18,956	55,892	1.276,606
2002	137,893	703,343	36,106	33,178	910,52
2003	141,810	555,489	64,846	17,939	780,084
2004	315,306	1.226,493	85,717	30,576	1.658,092
2005	403,718	1.994,914	34,708	46,703	2.480,043
2006	651,451	2.976,486	82,428	74,265	3.748,63
Média	294,87	1.149,39	46,98	43,10	1.530,38

Fonte: Servicio Nacional Integrado de Administración Aduanera y Tributaria, SENIAT. Procesado por el Instituto Nacional de Estadística, INE. Bancoex – Banco de Comércio Exterior. República Bolivariana de Venezuela.

Neste caso, a **Tabela 4.4** comprova que as importações venezuelanas eram extremamente baixa no início do governo Chávez, em comparação com o ano de 2006. Sem dúvida, os venezuelanos passaram a comprar mais e três motivos puderam ser apontados para isso. O primeiro estava ligado à recuperação nos preços do petróleo, pois com mais recursos o país pôde empregar um *upgrade* em seu comércio exterior. O segundo motivo estava ligado à conhecida necessidade venezuelana em adquirir produtos alimentícios. O terceiro e, talvez o mais forte deles, foi à recuperação do comércio exterior tanto da Venezuela quanto do MERCOSUL, rumo a uma melhor abertura no âmbito sul-americano pela assinatura de vários acordos – seja bi ou multilaterais – que continham a intenção explícita de aprofundar laços políticos, mas o propósito implícito de formar novas oportunidades econômicas, a exemplo do que já foi discutido no item anterior. Portanto, o volume importado pela Venezuela destes países mais que dobrou e no caso brasileiro chegou a quase US\$ 3 bilhões. O volume

importado do Brasil em relação aos demais países do MERCOSUL foi evidentemente superior aos outros parceiros mercossulinos neste período, ajudando a compreender os motivos da chancelaria brasileira se preocupar em se aproximar dos venezuelanos, principalmente após Chávez ascender à presidência e sinalizar favoravelmente a integração no âmbito regional. Nos primeiros meses de governo, a Venezuela havia estipulado quatro “faixas” de atuação diplomática representados pela caribenha, andina, amazônica e atlântica. Dessas, o Brasil estava incluso em duas (amazônica e atlântica) que ganharam cada vez mais relevância quando os resultados foram aos poucos aparecendo.

Quando Chávez assumiu, a Venezuela importava do Brasil um volume de aproximadamente US\$ 620 milhões que reduziu para pouco mais de US\$ 457 milhões em 1999 no primeiro ano de governo. Como já destacado, a Venezuela se encontrava na terceira recessão econômica em cinco anos e enfrentando tensões devido ao clima de disputa que a Constituinte provocava. Contudo, nos dois anos seguintes o comércio se recuperou e em 2001 a Venezuela importou do Brasil um volume de aproximadamente US\$ 974 milhões. Isso foi incentivado pela política de Chávez de buscar votos nos setores sociais mais pobres, o que lhe forçava a adotar políticas de importação de alimentos, ponto em que a relação com o Brasil se tornava bastante estratégica. Porém, o comércio entre ambos sofre um novo revés nos anos seguintes, devido aos problemas institucionais ocorridos na Venezuela com a tentativa de golpe de Estado no ano de 2002 e principalmente a greve no setor petrolífero em 2003 quando praticamente zerou a produção, tal como já discutido. Por isso, em 2003 o volume importado chega ao número considerado baixo em relação ao ocorrido anos antes, US\$ 555 milhões, um dos menores índices do período analisado. Porém, a recuperação nos preços do petróleo no mercado internacional com tendências a sucessivas altas, aliado a política chavista de agregar ainda mais o apoio dos setores populares beneficiou o Brasil, pois os venezuelanos rapidamente voltam a importar grande quantidade de produtos brasileiros. Em 2004, o volume importado ultrapassa US\$ 1 bilhão e se mantém em constante alta no ano seguinte, US\$ 1,994 bilhão, até atingir o auge em 2006 com US\$ 2,976 bilhões em importações do Brasil. No total, o volume médio importado pela Venezuela do Brasil ultrapassa US\$ 1 bilhão, o único dentre os membros do MERCOSUL a atingirem tal média, conforme demonstra a **Tabela 4.4**.

Em comparação com a medida dos demais países mercossulinos a disparidade foi evidente e nenhum deles chegou a significar metade do volume importado pela

Venezuela do Brasil. Em linhas gerais, o volume importado dos dois sócios menores do MERCOSUL, Uruguai e Paraguai, foi baixo. Ambos os países, visivelmente descontentes pelos rumos que o MERCOSUL havia tomado desde sua instituição em 1991, aderiram ao *Acuerdo de Caracas* com o propósito de obter garantias em uma possível crise energética. No período analisado revela que as importações venezuelanas do Uruguai se mantiveram a patamares relativamente estáveis, com seus altos e baixos. Em 1998 o volume chegava a US\$ 23 milhões e subiu nos anos posteriores chegando a US\$ 40 milhões no ano 2000. Todavia, tal como a **Tabela 4.4** demonstra, ocorreu uma queda significativa nas importações atingindo ao redor de US\$ 19 milhões em 2001. Nos anos posteriores houve uma leve recuperação que se incrementou somente dois anos mais tarde atingindo US\$ 85 milhões em 2004, o melhor índice do período analisado. Em 2005 há uma nova queda seguida por leve recuperação em 2006 para pouco mais de US\$ 82 milhões. Portanto, no geral, houve um incremento no comércio bilateral entre Caracas-Montevideu que se beneficiou da aproximação política. Os venezuelanos passaram a importar principalmente derivados do leite, medicamentos para animais e humanos, carnes, dentre outros produtos¹⁵¹.

Com o Paraguai o comércio bilateral cresceu, porém manteve-se a níveis baixos, semelhante aos uruguaios. Sem dúvida, tal como no exemplo uruguaio, o aumento nas compras venezuelanas beneficiou o Paraguai que chegou a enviar aos venezuelanos um volume de mais de US\$ 40 milhões em 2000. A partir daí o comércio bilateral sofreu os revezes mencionados se recuperando somente anos mais tarde, quanto entre 2003 e 2004 registrou um volume de US\$ 64 e US\$ 85 milhões, respectivamente. Em 2006 o volume foi um dos maiores registrados no período analisado, mais de US\$ 82 milhões contribuindo para que a média paraguaia fosse pouco melhor que a do Uruguai, porém inferior a de Argentina e Brasil, ou seja, registrando cerca de US\$ 46 milhões de média no período discutido, tal como indica a **Tabela 4.4**. O principal produto agrícola produzido pelos paraguaios – a soja – liderava o *ranking* da exportação a Venezuela, além do algodão, açúcar e alguns derivados do leite, fumo, medicamentos, dentre outros produtos de menor expressão¹⁵². Portanto, o comércio no âmbito bilateral demonstrou que as potencialidades de ambos os países eram pouco exploradas e apesar de Assunção

¹⁵¹. *Importaciones venezolanas desde Uruguay, según Subpartidas del Arancel de Aduanas* (período – 2004-2009, expresado en Dólares. In. Bancoex – Banco de Comercio Exterior. Instituto Nacional de Estadística. República Bolivariana de Venezuela.

¹⁵². *Importaciones venezolanas desde Paraguay, según subpartidas del Arancel de Aduanas* (período – 2004-2009, expresado en Dólares. In. Bancoex – Banco de Comercio Exterior. Instituto Nacional de Estadística. República Bolivariana de Venezuela.

ter aderido ao *Acuerdo de Caracas*, os resultados econômicos não animaram o governo Chávez no que tange a alçada de produtos primários e/ou semimanufaturados, diminuindo o viés pragmático na adesão do governo de Duarte Frutos (2003-2008) a este acordo. Embora seu objetivo explícito e inicial fosse construir uma relação no setor energético-petrolífero, havia intenções comerciais mais ambiciosas e diversificadas, em alguns casos muito além da real capacidade comercial tanto da Venezuela quanto do Paraguai.

No caso argentino, a falta de pragmatismo foi sentida em comparação com a ambição e euforia inicial que não corresponderam aos resultados mais imediatos entre 1999 e 2006. Em que pese o conturbado momento de crises financeiras de ambos os lados e político-institucional na Venezuela, os acordos na alçada petrolífera e financeira, além da importação de gado argentino visando à recuperação do setor pecuário venezuelano, não significou um maior ganho na importação. Em 1998, o volume importado pela Venezuela girava em torno de US\$ 324 milhões, diminuindo no ano de 1999 para US\$ 220 milhões, devido à crise financeira no primeiro ano de governo Chávez. Entretanto, nos anos posteriores, diferente do ocorrido no Brasil, não apresentou recuperação. A subida nos preços do petróleo que aumentou o caixa venezuelano não se transformou em mais importações argentinas. De 1999 a 2003 o volume caiu chegando a US\$ 141 milhões neste ano. Daí em diante apresentou recuperação e o mercado venezuelano se abriu mais aos produtos argentinos, chegando ao melhor volume do período analisado em 2006, US\$ 651 milhões. Os principais produtos importado pelos venezuelanos dos argentinos dizem respeito ao setor primário, ou seja, agrário-exportador. A carne bovina lidera o *ranking*, seguido por derivados do leite, medicamentos, herbicidas, dentre outros produtos¹⁵³. Sem dúvida, era uma relação mais diversificada e com possibilidades mais ambiciosas de incremento comercial, todavia foi prejudicado tanto pela falta de pragmatismo dos dois lados quanto pelas dificuldades impostas no momento vivido pelas duas nações, apesar do inegável processo de aproximação político-diplomática com o governo Nestor Kirchner (2003-2007).

Portanto, havia uma nítida disparidade entre o Brasil e os demais membros do MERCOSUL em relação ao comércio com a Venezuela. Além disso, a capacidade brasileira em exportar e fazer investimentos nesse país eram melhores que de seus

¹⁵³ *Importaciones venezolanas desde Argentina, según subpartidas del Arancel de Aduanas* (período – 2004-2009, expresado en Dólares. In. Bancoex – Banco de Comercio Exterior. Instituto Nacional de Estadística. República Bolivariana de Venezuela.

sócios do MERCOSUL, fazendo com que o governo da Venezuela enxergasse o Brasil com um olhar diferenciado. Em números, a média de exportação brasileira a Venezuela no período analisado foi de US\$ 1,149 bilhão, único dos quatro a ultrapassar este patamar. Ademais, somando-se as médias de Argentina, Paraguai e Uruguai se chega a US\$ 384,9 milhões, aproximadamente 33,5% do volume importado pela Venezuela do Brasil, isto é, juntos esse três sócios do MERCOSUL não atingiram nem a metade do volume importado do Brasil.

No lado venezuelano, o volume exportado aos países do MERCOSUL no setor não petrolífero apresentou números considerados baixos naquele momento, a exemplo do que expõe a **Tabela 4.5**. A Venezuela era fraca e pouco competitiva no mercado comercial regional fora do setor petrolífero, influenciando no baixo percentual registrado no período. Isso impossibilitava aos países do MERCOSUL, principalmente Paraguai e Uruguai, de formarem políticas agrícolas conjuntas com a Venezuela a fim de se protegerem de possíveis problemas com perdas na produção. Como a Venezuela localiza-se geograficamente distante de Paraguai, Uruguai e Argentina, prováveis perdas decorrentes de fenômenos naturais poderiam ser supridas pela produção venezuelana, caso nesse país houvesse uma produção agrícola suficiente para tal garantia. Porém, no momento não havia e a Venezuela tentava ao poucos reverter o processo de estagnação no setor. Ademais, os venezuelanos não poderiam exportar manufaturas e demais produtos industrializados, devido aos sucessivos malogros dos governos deste país em impulsionar o surgimento de um parque industrial solidamente relevante e competitivo.

Tabela 4.5
Exportação no setor não petrolífero da Venezuela aos países do MERCOSUL, 2000-2006
(em milhões de US\$)

País/Ano	Argentina	Brasil	Paraguai	Uruguai
2000	16,216	159,662	2,536	1,002
2001	21,992	196,128	2,963	0,787
2002	10,558	162,095	3,711	1,341
2003	14,134	175,406	7,090	1,842
2004	17,597	167,832	1,633	1,885
2005	20,666	226,103	5,272	1,611
2006	10,379	155,826	0,722	2,402
Média	15,934	177,57	3,418	1,289

Fonte: Bancoex – Banco de Comércio Exterior. República Bolivariana da Venezuela

No caso das exportações ao Brasil, a **Tabela 4.5** revela no geral uma situação oscilante entre US\$ 100 e US\$ 200 milhões. No ano 2000, os brasileiros compraram cerca de US\$ 159 milhões dos venezuelanos e mantiveram a média ao longo dos anos, somente ultrapassando os US\$ 200 milhões em 2005, recuando novamente em 2006 para pouco mais de US\$ 155 milhões. Nos casos dos demais países o quadro era semelhante, demonstrando a necessidade da Venezuela não somente em construir um modelo econômico melhor preparado para as exigências daquele momento, como também a imprescindível necessidade de romper com o vigente. Isto porque se no mercado brasileiro as exportações não petrolíferas eram desanimadoras, na Argentina, Paraguai e Uruguai os números eram ainda mais pessimistas. Dos argentinos o volume registrado em 2000 de US\$ 16 milhões subiu no ano seguinte para US\$ 21 milhões e retrocedeu nos posteriores até chegar a US\$ 20 milhões em 2005 e novamente caiu para US\$ 10 milhões em 2006. Com Paraguai e Uruguai os números podem ser considerados ainda piores. Com os paraguaios a Venezuela não conseguiu neste período números melhores do que os US\$ 7 milhões registrados em 2003 e com os uruguaios o comércio exterior de Caracas não conseguiu levar a Montevideú nada acima dos US\$ 2,4 milhões registrados em 2006.

Sendo assim, a lógica do comércio entre Venezuela e MERCOSUL durante o primeiro mandato de Chávez não se alterou, pois o Brasil continuou o melhor destino as exportações da Venezuela, demonstrando que para o setor não petrolífero o mercado brasileiro era o mais atraente, embora os números no geral fossem considerados risíveis. A média de produtos exportados a este país (no setor não petrolífero) foi de US\$ 177, 57 milhões, cifras bem mais animadoras do que os US\$ 15 milhões da Argentina, os US\$ 3,4 do Paraguai e US\$ 1,2 do Uruguai. Isso significava que apesar dos números mais baixos o mercado brasileiro ainda era considerado o mais atraente a diplomacia venezuelana, caso fossem analisados os dados econômicos deste período. Ainda com o auxílio da **Tabela 4.5**, demonstrou-se que o volume médio exportado para Argentina, Paraguai e Uruguai correspondia ao ignóbil 11,62% da média exportada ao Brasil, ainda mais baixa que a importação venezuelana destes países representada na **Tabela 4.4**. Contudo, as relações entre MERCOSUL e Venezuela eram complexas e se localizavam além do comércio bilateral. A entrada da Venezuela neste bloco, apesar do indiscutível motivo relacionado às perspectivas econômicas, tinha objetivos políticos que começaram a ser visualizado através das mudanças ocorridas na política regional no âmbito sul-americano, assunto discutido no próximo item.

4.4 – O MERCOSUL como politicamente estratégico a diplomacia venezuelana: condicionantes políticos

A adesão da Venezuela no MERCOSUL foi produto de fatores ocorridos em um momento específico na história da América Latina e particularmente da Venezuela, marcado pela recuperação econômica desses países, bem como pelo desejo e necessidade de integrar-se no âmbito latino-americano. Apesar disso, o processo de aproximação venezuelana com o MERCOSUL já vinha sendo pensado nos governos anteriores a Chávez, principalmente na gestão de Rafael Caldeira (1994-1998). Todavia, tornou-se indiscutível que a vontade demonstrada pelo presidente Chávez em estipular tal meta como prioridade, aliado à crescente anuência dos países mercossulinos em aceitar a Venezuela no bloco, desempenharam papéis fundamentais. Seria correto pontuar que tais atitudes serviram para legitimar os processos de institucionalização do aparato chavista de governo, chamado por seus partidários de revolução bolivariana. Por outro lado, mudanças ocorridas nos países do MERCOSUL também foram fundamentais para que se viabilizasse a adesão venezuelana no bloco. Contudo, seria primordial diferenciar as transformações políticas de Argentina, Brasil, Uruguai e Paraguai dos eventos ocorridos na Venezuela. Naqueles países as transformações apresentaram metabolismos variados e não ocorreram com a intensidade e profundidade tal como na Venezuela, porém puderam ser sentidas ao longo do período analisado. Todavia, para fins desta análise, apontam-se três fatores políticos que desempenharam papéis considerados fundamentais na entrada da Venezuela no MERCOSUL. O primeiro deles foi à saída venezuelana da Comunidade Andina de Nações; segundo, a formação de um bloco “alternativo” de integração chamada de ALBA; e terceiro, a formação de uma Comunidade Sul-Americana de Nações. Todos esses três pontos podem ser abordados com seus avanços e problemáticas, visando agregar distintos interesses em um único bloco de integração, mas todos eles contribuíram para colocar a Venezuela diretamente na rota do MERCOSUL.

4.4.1 – A saída venezuelana da Comunidade Andina de Nações (CAN)

Nos dois primeiros anos de seu governo (1999 e 2000), Hugo Chávez manteve a estratégia de seus antecessores que propunham uma integração conjunta e multilateral entre a Comunidade Andina de Nações e o MERCOSUL. O objetivo seria aliar duas faixas estipuladas pela nova política externa previamente definida antes da posse. A CAN atenderia a faixa andina e o MERCOSUL a amazônica, com o Brasil

desempenhado um papel estratégico nesse processo. Contudo, ao longo do governo Chávez esta proposta foi se tornando inviável devido aos desdobramentos políticos na Venezuela e a frágil base com que foi assentada a relação de Caracas com os demais países da Comunidade Andina. O clima político no bloco piorou rapidamente e a Venezuela se tornou um incômodo a tal ponto que decidiu se retirar da CAN. Neste sentido, três fatores podem ser apontados como os principais influenciadores dessa saída venezuelana, problematizados ao longo desse item.

O primeiro deles foi a “guinada” do governo Chávez rumo a um discurso crítico do perfil marcadamente livre-comercialista dos principais blocos de integração vigentes na época, do qual a CAN não era diferente. Ademais, o discurso em nome de um “socialismo” e a “irmandade” com o presidente cubano Fidel Castro incomodavam países como Colômbia e Peru, pois estavam sendo governados por regimes aliados dos Estados Unidos que desde 1959 rechaçavam o governo da Ilha. Como resultado, Chávez provocava o constante questionamento sobre a viabilidade ou não do processo de integração no âmbito andino, aumentando o descrédito em relação ao bloco. Na verdade, a Comunidade Andina tinha problemas em se consolidar enquanto um bloco verdadeiramente de livre-comércio, pois permanecia com dificuldades em instituir a Tarifa Externa Comum (TEC). “Com as mudanças globais e após mais de 30 anos de integração andina, era evidente que os países-membros não tinham cumprido totalmente com os compromissos derivados dos programas de liberação econômica [...]” (ROMERO, 2008, p.44). Entre os demais países da CAN havia críticas ao modelo econômico adotado bem como um desejo de modificá-lo, abrindo espaço a discussões mais politizadas e com preocupações com o social (ROMERO, 2008, p.46), porém nada que pudesse chegar ao nível de desagrado apresentado pelo presidente venezuelano naquele momento.

Na gestão Chávez (1999-2006), a Venezuela se comportou como a principal partícipe na campanha de rechaço à iniciativa de uma Área de Livre-comércio das Américas, conhecida como ALCA. Alguns membros da CAN sentiam antipatia pela forma veemente como Chávez expressava seu desagrado com a proposta da ALCA, pois a comparava ao demônio. Os discursos incisivos do presidente venezuelano contra os Estados Unidos após as críticas feitas contra as invasões do Afeganistão e do Iraque, também contribuíram para que membros da Comunidade Andina nutrissem ainda mais ressalvas em relação ao governo de Chávez, pois defendiam um alinhamento substancial com os Estados Unidos, a exemplo da Colômbia que apoiou os norte-americanos em

ambas as guerras. Além disso, o golpe de Estado empregado contra Chávez com o apoio norte-americano foi seguido pela falta de iniciativa da CAN ante os fatos, contribuindo para piorar o descontentamento dos venezuelanos com esse bloco de integração.

O segundo ponto que contribuiu para o abandono venezuelano da CAN foi a deterioração da relação bilateral com a Colômbia, envolvendo disputas fronteiriças, a guerrilha, o Plano Colômbia e a presença norte-americana na região. Historicamente havia problemas entre ambos nas questões de fronteira que a Venezuela se considerava prejudicada pelas demarcações feitas no século XIX (CERVO, 2003, p.165). Entretanto, esse não era o principal ponto de discórdia ente Caracas e Bogotá. Quando o assunto era a guerrilha as divergências se afluavam ainda mais. Chávez criticava a maneira como o governo colombiano tratava as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC), o presidente da Venezuela oscilava seu posicionamento entre a defesa de uma solução negociada e o pensamento deste ser somente um problema colombiano. Todavia, “sua aproximação com as FARC tornou-se patente em pequenos gestos, como o convite feito a dois de seus membros para participar de debates na Venezuela” (CERVO, 2003, p.168) no ano 2000. Isso aconteceu após o próprio governo colombiano sinalizar a disposição de dialogar politicamente com a guerrilha, mas o nível de envolvimento e proximidade com que os venezuelanos tratavam os guerrilheiros incomodava o governo colombiano e não raras vezes acusavam Chávez de cooperar com os insurgentes, principalmente quando políticos colombianos elevaram o tom das críticas ao modo como Chávez conduzia a Venezuela internamente.

Hugo Chávez rechaçava o Plano Colômbia, um pacote de ajuda lançado no ano 2000 na administração de Bill Clinton, visando combater o tráfico de drogas na região mediante políticas de cooperação. No entanto, esse plano rapidamente se transformou em ajuda militar, pois era do conhecimento de todos que a guerrilha financiava suas atividades mediante o comércio de entorpecentes. A ideia do governo colombiano era promover atividades que desestimulassem os camponeses de cultivar a coca, não sendo prevista ajuda militar. Todavia, o governo dos Estados Unidos pensava justamente o contrário, pois desejava investir a maior parte dos recursos em material bélico e logística, inclusive construindo bases militares na Colômbia. Sendo assim, Chávez, acompanhado de outros países da América do Sul a exemplo do Brasil, se posicionou contrário a ideia e se tornou o principal opositor da iniciativa de construção de bases militares norte-americanas em solo colombiano. Apesar disso, durante o governo de Andrés Bello (1998-2002) havia espaço para cooperação e por mais que algumas

atitudes de Chávez desagradassem o governo colombiano, ainda havia margem para resolvê-los diplomaticamente. Todavia, isso não se repetiu com o sucessor Álvaro Uribe (2002-2010), cujo pai havia sido morto em 1983 em uma tentativa de sequestro em Antioquia. Portanto, como presidente da Colômbia, Uribe transformou nitidamente o combate aos guerrilheiros em uma questão pessoal.

Na esteira dos acontecimentos que sucederam o 11 de setembro, Uribe posicionou-se contrário ao diálogo para a paz promovido por Pestana e alinou-se ao discurso das lideranças dos Estados Unidos, passando a enquadrar os grupos insurgentes como terroristas, e não como resultado de um quadro socioeconômico e sociopolítico desfavorável (VILLA & VIANA, 2008, p.154).

As consequências e reorientações ocorridas na política externa norte-americana após os atentados de 11 de setembro tiveram efeitos na América do Sul rumo a políticas de combate e enfrentamento, em detrimento de negociações diplomáticas e diálogo. Sendo assim, somando os fatores terrorismo, Uribe e Chávez, as divergências se tornaram praticamente inevitáveis, pois o presidente colombiano também tratava as disputas com Chávez de maneira pessoal, que respondia da mesma forma. A tensa relação acirrou as rivalidades entre os dois presidentes, pois as mesmas desencadearam em ataques pessoais, em alguns momentos parecia não haver nenhum Estado Nacional envolvido na questão. De um lado, Uribe afirmava que Chávez era próximo a guerrilha bem como a ajudava na Venezuela e, de outro, Chávez dizia que Uribe era o encarregado dos Estados Unidos para tramar seu assassinato. Em realidade, a política de Uribe de ser incisivo com a guerrilha, somado ao apoio dos Estados Unidos, trouxeram novos elementos para ainda mais rivalidades, sobretudo com incursões do Exército Colombiano em território venezuelano e na prisão do “chanceler” das FARC (Rodrigo Granda) em Caracas no ano de 2005, ação realizada sem o prévio conhecimento de autoridades venezuelanas. Na ocasião, os Estados Unidos emitiram nota destinada aos países sul-americanos pedindo que eles pressionassem a Venezuela a retirar seu “apoio” a guerrilha¹⁵⁴. Após este episódio os ânimos se arrefeceram devido à mediação do Brasil que promoveu conversas entre Caracas e Bogotá, visando chegar a um consenso mínimo para evitar divergências que pudessem levar a situações mais sérias. Apesar disso, esse episódio teve um peso significativo na decisão venezuelana de deixar o bloco andino, do qual a Colômbia fazia parte.

¹⁵⁴ *Pedindo a nossos parceiros que pressionem a Venezuela sobre Granda e as Farc* (na íntegra). Departamento de Estado dos Estados Unidos. In. *Venezuela deve ser pressionada*. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 22 de janeiro de 2004, p.9.

O terceiro fator que desencadeou no processo de saída venezuelana da Comunidade Andina ocorreu pelo fato de alguns membros do bloco, a exemplo de Peru e Colômbia, estarem negociando bilateralmente Tratados de Livre Comércio (TLCs) com os Estados Unidos. O governo Bush havia os oferecido a alguns países do bloco prometendo acessibilidade no mercado norte-americano aos produtos agrícolas dos andinos. Washington prometia tais concessões que lhes permitiriam se inserirem nos Estados Unidos sem pagar as tarifas alfandegárias que os encareciam, tornando-os mais competitivos para enfrentar a concorrência com os produzidos em alguns estados norte-americanos que recebiam subsídios. Em troca, eles apoiariam as políticas intervencionistas norte-americanas no âmbito das organizações internacionais, tal como ONU e OEA. Com o Peru o processo estava adiantado, mas no caso colombiano as negociações estavam no início.

O governo norte-americano começou a propor os TLCs em resposta ao ocorrido em novembro de 2005, na Cumbre de Mar del Plata, quando o projeto de formar a ALCA foi definitivamente esvaziado por divergência entre os países latino-americanos e os Estados Unidos. Os latinos, liderados por Brasil, Venezuela e Argentina, exigiam o fim dos subsídios agrícolas concedidos aos produtores norte-americanos que o tornava mais competitivo no mercado daquele país. Entretanto, a iniciativa de formar um Tratado de Livre Comércio com qualquer país da América Latina encontrava resistências dentro do Senado norte-americano, sensível ao *lobby* dos produtores daquele país, pois os TLCs deveriam ser submetidos àquela instância legislativa. Mesmo assim, o momento estava favorável a disputas. Os problemas envolvendo Chávez e os Estados Unidos ganhavam propulsões maiores, sobretudo no rechaço do mesmo tanto ao presidente Bush quanto a ALCA. Ademais, em 2006 seu desagrado ganhou a contribuição do recém-eleito presidente da Bolívia, Evo Morales, que também não via positivamente a ideia, embora o boliviano não tenha abandonado a Comunidade Andina de Nações e tampouco na época manifestava desejo em tomar tal atitude.

[...] el Presidente Morales echó más leña al fuego al apuntar que algunos gobiernos de la CAN (alusión directa a Colombia y Perú) han hecho esfuerzos deliberados por debilitarla y llamó “traidor” al Presidente Toledo [Perú] por firmar TLC con EEUU. También dijo que no le extrañaba el respaldo del presidente Uribe al TLC, pues “todos sabemos de donde viene” (MALAMUD, 2006, p.2).

Alguns dias após anunciar sua saída da CAN, Chávez voltou a criticar os demais membros em reunião com Lula no Brasil. Ele propagava a tese de que os TLCs eram “alquitas”, planejadas pelo “diabo” Bush.

Al día siguiente, en un discurso en su visita a Brasil, Chávez señaló que los TLC entre EEUU con Colombia y Perú asesinaron a la CAN y provocaron su decisión de abandonarla, al convertirse en una suerte de Áreas de Libre Comercio para las Américas (ALCA) pequeños, o “alquitas”, que lesionaron la integración andina, contraviniendo disposiciones comerciales regionales (MALAMUD, 2006, p.3).

Devido a inúmeros fatores, dentre os quais os três acima destacados, Chávez decidiu “denunciar o tratado” em 19 de abril de 2006, atitude considerada radical por muitos países do bloco. Na prática, o exercício da “denúncia” significava a solicitação da saída venezuelana da CAN que foi encarada com surpresa por alguns setores sociais, parte da mídia e até mesmo por alguns funcionários da chancelaria da Venezuela que desconheciam qualquer tipo de prévia conversa a respeito. Para tumultuar ainda mais, quando fez o anúncio de saída, a Venezuela exercia a presidência *pro tempore* do bloco, provocando problemas jurídicos ante a situação. A renúncia justamente do membro que exercia a presidência difundia inevitavelmente a sensação que o bloco passava por profundas crises de legitimidade e eficácia. Todavia, com os sinais emitidos pelo governo venezuelano de descontentamento já era possível imaginar que isto poderia acontecer. No protocolo firmado logo após a saída, alguns pontos foram acordados entre o governo Chávez e os membros da CAN, estabelecidos a fim de evitar maiores problemas que não agravasse o desconforto gerado pela decisão venezuelana. A legislação da Comunidade Andina estabelecia que o membro que desejasse sair do bloco devesse manter as preferências comerciais firmadas no prazo de cinco anos. Por isso,

Igualmente, los Gobiernos de la República Bolivariana de Venezuela, por una parte, y los de Colombia y Ecuador, por otra, se comprometen a mantener en aplicación las disposiciones previstas en el Convenio de Complementación Industrial en el Sector Automotor y sus instrumentos derivados, cuya vigencia se sujetará a las disposiciones del propio Convenio”¹⁵⁵.

¹⁵⁵. *Memorando de entendimiento entre la Republica Bolivariana de Venezuela y los países miembros de la Comunidad Andina – Bolivia, Colombia, Ecuador y Peru.* In. **Decisión N° 641**: Aprobación del Memorando de Entendimiento suscrito entre los Países Miembros de la Comunidad Andina y la República Bolivariana de Venezuela. Lima – Perú, 8-9 de agosto de 2006. Disponível em << <http://www.comunidadandina.org/> >> (acessado em 30 de maio de 2012).

De acordo com Romero (2010)

Para Caracas, o apoio colombiano à ALCA e aos TLC, as consequências para as relações entre os dois países da eventual assinatura do Tratado Bilateral de Livre Comércio entre Colômbia e os Estados Unidos, a saída da Venezuela da Comunidade Andina de Nações, as diferenças entre os dois governos sobre a violência na Colômbia e o processo de pacificação neste país não ajudam a estabelecer uma relação estável e baseada na confiança bilateral (ROMERO, 2010, p.13).

Na verdade, a saída venezuelana da Comunidade Andina foi apenas o desfecho final de longos anos de descontentamento tanto da Venezuela com o bloco quando de vários países andinos com atitudes do governo de Caracas. Ademais, a diplomacia venezuelana demonstrava desinteresse em preservar o espaço adquirido em décadas anteriores no âmbito da CAN. Após a ascensão de Chávez, a nação petrolífera foi submetida a uma política de isolamento mútuo e havia dois fatores que mais contribuíam para esta atitude. Em primeiro lugar, a baixa receptividade das ideias bolivarianas bem como da revolução que Chávez estava empregando internamente, pois provocavam divergências que refletiam na aproximação (ou distanciamento) entre os países. A segunda questão era mais delicada, tratava-se das intervenções feitas pela diplomacia venezuelana em processos eleitorais de vários países do bloco andino, tal como na Bolívia, no Peru e no Equador. Hugo Chávez se recusava a cumprir “praxes” diplomáticas de se declarar “neutro”, preferindo explicitar publicamente preferências por determinados candidatos em eleições para presidente destes países. Diversos setores sociais da Venezuela ou dos países atingidos consideravam tais atitudes uma ingerência nos assuntos internos, principalmente em períodos eleitorais quando os ânimos estavam exaltados pela disputa. O presidente Chávez tinha receptividade em alguns setores sociais, porém em outros era rechaçado e combatido, sobretudo pela crítica a sua política de concentração de poderes e, principalmente, sua estratégia de se manter no poder mediante um canário político polarizado a tal ponto que governava em constante tensão social.

Contudo, os motivos que provocaram o desligamento venezuelano da Comunidade Andina de Nações não poderiam ser atribuídos apenas ao governo Chávez e sua vontade em deixá-la. A falta de iniciativas sólidas visando coordenar políticas e a constante presença dos Estados Unidos também alimentavam as discórdias entre eles e contribuíram significativamente para o distanciamento que desencadeou o processo de retirada da Venezuela deste bloco. Para tanto, a saída da CAN contribuiu de forma

significativa para que os venezuelanos optassem pelo MERCOSUL como estratégia para continuar integrada na América do Sul e, conseqüentemente, alinhada com um país de peso na região, o Brasil. Ao contrário do que muitos meios de comunicação e setores sociais propalavam na época, não se percebia que a estratégia do governo Chávez seria se isolar cada vez mais na América do Sul. Nem ao menos poderia afirmar que o governo da Venezuela desejava fazer isso, pois a integração era o principal meio de obtenção de reconhecimento para as polêmicas transformações internas que Chávez estava promovendo. Ao contrário disso, a Venezuela demonstrava pressa em se integrar, não raras vezes expressava a irritação de seu presidente pela morosidade dos processos de integração e na reformulação do MERCOSUL rumo a se tornar uma instituição mais política do que comercial. Não obstante, esse não foi o único motivo, pois neste mesmo período a Venezuela atuava em outra frente de integração, estruturada na já destacada estreita relação com Cuba, a Alternativa Bolivariana para os Povos de nossa América (ALBA), assunto tratado no próximo item.

4.4.2 – A formação da ALBA: um bloco alternativo de integração

Torna-se difícil o exercício de compreender a entrada da Venezuela no MERCOSUL sem discutir a atuação desse país no âmbito da Alternativa Bolivariana para os povos de nossa América (ALBA). A liderança exercida pela Venezuela nesse bloco entre 2004 e 2006, ou mesmo através da relação bilateral com Cuba nos primeiros cinco anos de governo Chávez (1999-2003), foi fundamental para que a Venezuela fosse aceita no MERCOSUL e se transformasse em um parceiro estratégico aos países mercossulinos a ponto de quererem os venezuelanos no bloco. Apesar das dificuldades, a atuação do governo Chávez no âmbito da ALBA contribuiu para aumentar sua influência na América Central e Caribe, sendo importante na inserção diplomática da Venezuela na América do Sul. Dois fatores principais viabilizaram a formação da ALBA: o contraponto a proposta da ALCA, promovida pela Venezuela através da crítica aos Estados Unidos e da imersão desse país na região latino-americana, pois o discurso anti-ALCA serviu como um agregador; e a próxima relação diplomática da Venezuela com Cuba durante a administração Chávez. Mas, as relações entre a pessoa de Hugo Chávez com os cubanos tiveram início antes dele se eleger presidente. Em 1994, o ex-tenente-coronel fez sua primeira viagem a Cuba logo após deixar a prisão. Ao discursar longamente na Universidade de Havana, criticou o neoliberalismo, a globalização e a tese de fim da história propagada por alguns cientistas políticos norte-

americanos, dentre eles Francis Fukuyama. Como contraponto, aproveitou o ensejo para expor seu projeto bolivariano e revolucionário, segundo ele o único capaz de recuperar a Venezuela da crise estrutural vivida naquele momento. Tais iniciativas se tornariam realidade quando chagasse a presidência, o que acabou ocorrendo em 1999.

Entretanto, embora buscasse semelhanças com Cuba, somente dois pontos ligavam o ex-militar aos cubanos em 1994: o rechaço ao bloqueio imposto a Ilha pelos norte-americanos; e a crítica a postura imperialista e hegemônica dos Estados Unidos na América Latina. O governo cubano havia mantido boas relações com os venezuelanos após os mesmos “abandonarem” a rígida Doutrina Betancourt na década de 1970. Durante a tentativa de golpe de Estado comanda por Chávez em 1992, Fidel Castro ficou ao lado do presidente Andrés Pérez e condenou os militares insurgentes. Todavia, o cenário político mudou rapidamente. O fracasso de sucessivos governos venezuelanos colocava Chávez em vantagem eleitoral e com chances de ganhar as eleições de 1998. Além disso, durante a prisão Chávez havia se aproximado de líderes da esquerda venezuelana, a exemplo de Luiz Miquilena. Desta forma, as afinidades foram se aforando e conseqüentemente o governo da Ilha passou a enxergar o ex-tenente-coronel com outros olhos, motivo pelo qual foi bem recebido em Havana em 1994.

Porém, quando tomou posse em 1999 sua relação com Cuba se tornou mais complexa, pois se transformou em algo de Estado com Estado e passou a incluir o papel estratégico de dois novos elementos que poderiam se combinar: o petróleo venezuelano e carência energética cubana. Portanto, na relação entre ambos os países também havia pragmatismo, embora houvesse uma indiscutível afinidade pessoal entre Chávez e Fidel Castro. Apesar de ambos não assumirem, a empreitada seria mais complicada se não houvesse o interesse cubano no petróleo da Venezuela e o desejo venezuelano de expandir sua influência na região caribenha. No ano 2000, Chávez estabeleceu com Havana um acordo bilateral que demonstrou nitidamente a importância exercida pelo petróleo no sucesso ou não da investida venezuelana rumo a Cuba, país que nas últimas décadas havia sido motivo de muitas controvérsias.

La República Bolivariana de Venezuela se compromete a proveer a la República de Cuba a solicitud de ésta y como parte de este Convenio Integral de Cooperación, bienes y servicios que comprenden asistencia y asesorías técnicas provenientes de entes públicos y privados, así como el suministro de crudos y derivados de petróleo, hasta por un total de cincuenta y tres mil (53.000) barriles diarios¹⁵⁶.

¹⁵⁶. *Acuerdo Bilateral Cuba-Venezuela. Firmado por el Comandante en Jefe Fidel Castro y el Presidente de Venezuela Hugo Rafael Chávez Frías. Dado en Caracas, a los 30 días del mes de octubre de*

Porém, Chávez foi criticado na Venezuela por aqueles que não viam com bons olhos a proximidade com os cubanos e, principalmente, o fornecimento de petróleo aos mesmos a preços abaixo dos níveis de mercado na época. Eles consideravam tal iniciativa um desperdício, pois poderiam vender mais petróleo aos Estados Unidos a níveis de mercado. Mesmo entre os militares, grupo conhecido pelo presidente Chávez, a aproximação com Cuba e principalmente a palavra socialismo despertava controvérsias. No âmbito regional, Chávez começou a ser visto com ressalvas devido à aproximação com os cubanos, a exemplo da Colômbia que já vinha entrando em atritos com Chávez, incomodado com a presença norte-americana na região fronteira. Essa tensão aumentou quando a ALBA foi instituída em dezembro de 2004. O acordo assinado na cidade de Havana que oficializou a Alternativa Bolivariana aos povos de nossa América significou a institucionalização da relação Venezuela-Cuba, tornando a Ilha oficialmente estratégica para Caracas. Desta forma, durante o governo Chávez, qualquer gesto que fizesse no sentido de defender a legitimidade do governo de Fidel Castro ganhava ressonância na Venezuela e na mídia dos demais países da América Latina e dos Estados Unidos. Isso foi demonstrado quando ambos promoveram uma partida de beisebol, realizada em um estádio de Havana em novembro de 1999. Esse jogo foi considerado uma “partida do século” e essencial para contrapor a imagem negativa de ambos os regimes. Sendo assim, Caracas e Havana não se distanciariam tão cedo e até 2006, quando a Venezuela entrou ao MERCOSUL, a parceria foi cada vez mais próxima e ganhou proporções de política de Estado.

A estratégia do governo Chávez, desde o início, seria beneficiar-se da mão de obra especializada cubana para fomentar os programas sociais. Isso porque no ano 2000 Chávez instituiu o Plano Bolívar 2000 e após 2003 as Missões sociais, conforme destacado em capítulos anteriores. Em ambas as situações o governo da Venezuela contou com a participação de médicos, professores de educação física e demais profissionais vindos de Cuba, considerados essenciais para o sucesso da iniciativa, visando combater a pobreza e o analfabetismo. Em troca, continuaria contando com o apoio dos setores sociais mais pobres as suas iniciativas nos plebiscitos, referendums e consultas populares que realizou entre 1999 e 2006. Por isso, a parceria com Cuba, na qual viabilizou a formação da ALBA e proporcionou a Venezuela exercer um papel de

año 2000. Disponível em <http://www.embajadacuba.com.ve/cuba-venezuela/convenio-colaboracion/> (acesso em 19/11/2012).

liderança nesse bloco, também era pragmática e apresentou resultados viáveis naquele período, embora não se pode desconsiderar o discurso ideológico e de afinidade entre Chávez e Fidel Castro. Segundo Dupas & Oliveira (2008), a retórica pró-ALBA do venezuelano tinha o objetivo de

[...] construir uma integração latino-americana solidária com ênfase na luta contra a pobreza e a exclusão social, enquanto as propostas da ALCA e os esquemas sub-regionais de pouca densidade apenas aprofundariam as dificuldades dos povos latino-americanos (DUPAS & OLIVEIRA, 2008, p.243).

Assim como o Brasil e os demais parceiros do MERCOSUL, Cuba apoiou as mudanças institucionais implementadas durante a administração Chávez e também rechaçou as tentativas da oposição de apeá-lo da presidência com a ajuda norte-americana. No entanto, no âmbito regional tanto Cuba quanto os membros do MERCOSUL apoiavam e defendiam o governo Chávez das acusações de sua gestão ser ditatorial. A diferença era que a defesa feita por Fidel Castro afluía as controvérsias com mais facilidade. Indiscutivelmente, Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai enxergavam importância nos venezuelanos, porém não repetiam o conteúdo dos discursos e tampouco adotavam em suas realidades locais medidas implantadas na Venezuela que ficaram conhecidas como o “pacote ideológico” de Chávez.

Não obstante, a ALBA rapidamente havia estabelecido como suas prioridades uma atuação contra-hegemônica ante os Estados Unidos e constantemente falava em socialismo, sem dúvida preceitos incompatíveis com os propósitos estabelecidos pelos países do MERCOSUL, que apesar de vislumbrarem uma atuação própria e não subordinada aos norte-americanos, não desejavam ir tão “longe” quanto a ALBA. Paradoxalmente, essa incompatibilidade entre a ALBA e o MERCOSUL serviu para incentivar a entrada da Venezuela no bloco mercossulino. Isso porque a impossibilidade de Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai entrarem na ALBA não anulou o interesse da Venezuela pelo MERCOSUL e entrando nesse bloco poderia estreitar relações com os mesmo, pois a hipótese deles entrarem na ALBA estava fora de cogitação no momento. Quando Venezuela e Cuba assinaram a Declaração de Havana em dezembro de 2004 que instituiu a ALBA, as diferenças se tornaram ainda mais notórias, pois Cuba e Venezuela estabeleceram como principais metas do novo bloco coordenar políticas culturais e educacionais, visando transformar a sociedade latino-americana em algo diferente do que era naquele momento.

[...] *We express that the ALBA is aimed at transforming the Latin-American societies, making them more just, educated, participatory and caring; and therefore, it is conceived as an integral process which ensures the elimination of de social inequalities and fosters quality of life and an effective participation of the peoples in the shaping of their destiny*¹⁵⁷.

Na visão de Rodríguez (2007), a ALBA era o único bloco de integração que se prontificava a atacar cinco dos principais problemas dos países da América Latina na visão de seus governos: pobreza; assimetria entre as economias; intercâmbio comercial desigual; dívida externa quase impagável; e imposição de políticas muito rígidas por parte do FMI e do BM que gangrenavam os investimentos internos (RODRÍGUEZ, 2007, p.234). Sem dúvida, se tratava de objetivos ambiciosos, pois visava combater e solucionar problemas latino-americanos estruturais, com raízes históricas antigas e complexas. Todavia, a proposta da ALBA estava totalmente concatenada com o discurso propagado por Chávez e Fidel, considerado radical pelos críticos e que ainda precisava demonstrar resultados mais concretos para comprovar sua real viabilidade. Nesse arcabouço, o Estado atingia um papel central de promotor do desenvolvimento econômico e social. *“Es un conjunto de criterios básicos para hacer de la solidaridad una bandera emblemática que nos sirva para defender el papel del Estado contra las leyes de la selva, en beneficio de nuestras soberanías, de nuestro desarrollo y de nuestra integración”* (RODRÍGUEZ, 2007, p.243). O presidente Chávez ia mais longe e sempre que defendia esse processo de integração em discursos públicos lhe outorgava um viés salvacionista, dizendo que o socialismo era o único caminho viável aos povos latino-americanos. Em linha gerias, para o presidente da Venezuela, parecia não haver “salvação” fora do socialismo.

Porque somente por esta via do socialismo alcançaremos a salvação do planeta e a união verdadeira, a justiça, a igualdade e a liberdade. [...] avança um novo modelo, muito flexível, de integração entre nossos povos [...] que deve colocar o social à frente, e está aí a grande diferença com o modelo neocolonialista chamado ultimamente ALCA, o que preferimos chamar *Al Ca... rajo!*¹⁵⁸.

¹⁵⁷. *Join Declaration Venezuela – Cuba*. I Summit – Havana, Cuba – December 14th 2004. In. **Building an Inter-polar World (2004 – 2010). Summits**. Translated by Daniel Mompoin. Edited by Anahis Hernández Communication and Information of the Executive Secretariat of the ALBA-TCP, p.6.

¹⁵⁸. *Discurso del Presidente de la República Bolivariana de Venezuela, Hugo Chávez Frías, con motivo de recibir el Premio Internacional de la Unesco “José Martí”*. Plaza de la Revolución, La Habana, Cuba. 3 de febrero de 2006, p.206.

Na verdade, Havana e Caracas continuaram utilizando o petróleo como um elemento pragmático de integração entre ambos, porém evitavam ao máximo mencionar questões econômicas, ou tratá-las enquanto tais em seus acordos ou declarações estabelecidas no âmbito da ALBA, tal como deixa nítido o discurso do presidente Chávez transcrito acima. Sendo assim, ambos os governos estabeleceram que a Venezuela enviasse estudantes a Cuba para se formarem em diversos cursos de graduação, dentre os quais medicina, podendo chegar a dois mil alunos anualmente¹⁵⁹. O interesse venezuelano estava em adotar os métodos e técnicas de ensino educacional implantados na Ilha ao longo de décadas de governo comunista. Seria, portanto, protocolos firmados entre dois processos revolucionários que denotavam uma estratégia de política externa por parte de Chávez mais profunda no sentido da implantação de sua ideologia bolivariana. Por outro lado, a Venezuela financiava tais iniciativas com o dinheiro do petróleo, pois entre 1999 e 2006 aumentou o número de transferências de pacientes venezuelanos para realizarem procedimentos cirúrgicos em Cuba. Aproximadamente 7 mil pessoas foram enviadas a Ilha para serem operadas e a maioria delas acompanhadas por familiares e/ou responsáveis¹⁶⁰, com as despesas pagas pelo governo de Chávez. Nesse sentido, Cuba se beneficiava porque a Venezuela ajudaria a financiar grande parte de seu sistema de saúde que enfrentava problemas com carência de investimentos no setor.

Até o início de 2006, a ALBA era composta pelos dois países que a fundaram bilateralmente: Cuba e Venezuela. Porém, neste mesmo ano havia recebido a adesão da Bolívia e nos anos posteriores de mais sete países¹⁶¹. No caso boliviano, a ascensão de Evo Morales a presidência da República foi primordial para adesão desse país a ALBA. Morales, o primeiro indígena a se tornar presidente e pertencente à etnia *uru-aimará*, modificou a política externa boliviana que tiveram duas consequências imediatas. A primeira delas foi à aproximação com Cuba e Venezuela, pois também coadunava com

¹⁵⁹. *Agreement between Venezuela and Cuba for the ALBA application*. I Summit – Havana, Cuba – December 14th, 2004, article 7th. In. **Building an Inter-polar World (2004 – 2010). Summits**. Translated by Daniel Mompoint. Edited by Anahis Hernández Communication and Information of the Executive Secretariat of the ALBA-TCP, p.10-14.

¹⁶⁰. *Final Declaration of the first meeting between Cuba and Venezuela for the application of the ALBA*. II Summit – Havana, Cuba – April 27 and 28, 2005. In. **Building an Inter-polar World (2004 – 2010). Summits**. Translated by Daniel Mompoint. Edited by Anahis Hernández Communication and Information of the Executive Secretariat of the ALBA-TCP, p.18.

¹⁶¹. A ALBA receberia a adesão de outros membros nos anos posteriores, a exemplo da Nicarágua (2007), Dominica (2008), Honduras, Equador (2009), São Vicente e Granadinas (2009) e Antigua e Barbuda (2009), totalizando nove países. Entretanto, Honduras deixou a ALBA em 2010 e o bloco possui atualmente 8 membros. In. <<http://www.alianzabolivariana.org/>> (acessado em 22/11/2012).

o discurso anticapitalista e contra-hegemônico. Assim como eles, também atribuía responsabilidade pela situação de pobreza na América Latina as políticas neoliberais e as imposições de órgãos financeiros internacionais, tais como o FMI. O segundo foi a mudança quase completa na política de hidrocarboneto que viabilizou a nacionalização das refinarias de gás-natural que operavam mediante investimentos da Petrobras. Na época, o Palácio do Planalto divulgou nota a imprensa reconhecendo o direito boliviano sobre os recursos de seu subsolo, tal como acontece no Brasil. Entretanto, também demonstrou irritação ao afirmar que

o governo brasileiro agirá com firmeza e tranquilidade em todos os foros, no sentido de preservar os interesses da Petrobras e levará adiante as negociações necessárias para garantir o relacionamento equilibrado e mutuamente proveitoso para os dois países¹⁶².

Nesse ponto, as rivalidades com o Brasil se afluavam, pois o governo do presidente Lula passou a ser questionado internamente para que tomasse medidas duras contra o governo boliviano e a Venezuela de Chávez que prestou auxílio no processo de nacionalização, quando as refinarias foram ocupadas pelo Exército da Bolívia em maio de 2006. Com isso, começou-se a cogitar a hipótese de que Morales seguiria os passos venezuelanos e também renunciaria a CAN, porém recuou e no momento decidiu não tomar tal atitude devido às pressões internas de setores simpáticos a atuação do país na Comunidade Andina, além do governo boliviano ter que demonstrar ser autônomo e soberano, por isso não poderia repetir tudo o que Chávez havia feito na Venezuela, ou que simbolizasse uma adesão ao “pacote ideológico” cubano-venezuelano. Ou seja, deveriam demonstrar pontos em concordância, mas cada um preservando sua soberania. Mesmo assim, havia muitas coisas em comum, pois quando a Bolívia se associou a ALBA em abril de 2006, isto é, um mês antes das nacionalizações de 1º de maio do mesmo ano, os governos reconheciam que o fracasso das políticas neoliberais havia sido a causa maior dos problemas sociais, políticos e econômicos enfrentados pelos países latino-americanos.

Convinced of the need to promote a real integration based on solidarity complementarily and humanity between our countries and peoples, on behalf of the Government of the Republic of Bolivia, we want to contribute to this process with the initiative of the Trade Treaties between the Peoples by endorsing the

¹⁶²Nota a Imprensa: nacionalização do Petróleo e do Gás na Bolívia. Presidência da República Federativa do Brasil. 2 de maio de 2006. In. GARCIA, Eugenio Vargas (org). **Diplomacia Brasileira e Política Externa: Documentos Históricos (1493-2008)**. Rio de Janeiro: Contraponto Editora, 2008, p.722.

*objectives, principles and conceptual basis of the Bolivarian Alternative for the Peoples of Our America [...]*¹⁶³.

Embora o governo de Morales se esforçasse para demonstrar autonomia em relação à Venezuela, o alinhamento entre La Paz e Caracas estava se transformando em tão estratégico à diplomacia venezuelana tal como o estabelecido com Cuba, por isso funcionários do governo Chávez participaram ativamente da nacionalização do gás, colocando a disposição dos bolivianos toda a experiência que possuíam com esse tipo de procedimento após Chávez ter feito praticamente o mesmo na PDVSA, mediante um pacote de decretos-lei promulgados pelo recurso da Lei Habilitante, assunto já discutido nesta análise.

O presidente da Venezuela não se conformava com o fato da Bolívia, um país rico em fontes energéticas, ter que importar combustível pela incapacidade de processar a matéria prima. Portanto, em sua visão, a nacionalização das refinarias era algo plenamente justificável em nome do desenvolvimento de uma tecnologia nacional para os bolivianos, preterindo o interesse e os investimentos brasileiros. Todavia, para além das boas intenções, a verdade era que o presidente da Venezuela enxergava o Brasil como uma nação estratégica, mas também potencialmente um rival em algumas questões na América do Sul, a exemplo das incursões nos países andinos e do gás boliviano. Esse motivo ajudaria a entender o porquê dos venezuelanos decidirem enfrentar o Brasil na questão do gás e mesmo assim os brasileiros continuaram defendendo a entrada da Venezuela no MERCOSUL.

No entanto, havia o outro lado da questão. Em 2006 a Bolívia se encontrava em contínuo distanciamento do MERCOSUL e a Venezuela entrando nesse bloco poderia agir como um mediador na reaproximação de La Paz com o bloco, apostando na proximidade político-ideológica entre Morales e Hugo Chávez. Contudo, a nacionalização surgiu como um elemento tumultuador nesse processo e retrocedeu iniciativas nesse sentido. Desta forma, a diplomacia brasileira não pôde se furtar das críticas e tampouco o governo Chávez de ser considerado intervencionista e fator de instabilidade na América do Sul, assim como defendiam os Estados Unidos, a Colômbia e o Peru.

Contudo, em linhas gerais, isso significava que no âmbito regional a atuação da Venezuela na ALBA também trazia novos elementos ao cenário político e para os

¹⁶³ *Accession of Bolivia to ALBA*. III Summit – Havana, Cuba – April 28th and 29th, 2006. In. **Building an Inter-polar World (2004 – 2010). Summits**. Translated by Daniel Mompoin. Edited by Anahis Hernández Communication and Information of the Executive Secretariat of the ALBA-TCP, p.20.

venezuelanos servia como “contrapeso” a possíveis problemas com o MERCOSUL. Caso o Brasil e a Argentina não conseguissem proporcionar continuidade ao processo de transformar o MERCOSUL em um bloco de integração político e principalmente se enfrentasse resistências internas a iniciativa de Caracas entrar no bloco, a ALBA serviria como uma saída viável para continuar integrada na América Latina, pois o governo Chávez já havia abandonado a CAN e devido às rivalidades com a Colômbia e os Estados Unidos não poderia ficar totalmente isolada. Ademais, quando entrou no MERCOSUL, Chávez tinha plena consciência que parte das ideias defendidas pela ALBA dificilmente encontraria receptividade nos países mercossulinos bem como não estaria de pleno acordo com as estratégias da política externa de Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai. Ou seja, sob um ponto de vista estratégico, era notável que no MERCOSUL o discurso anticapitalista, contra-hegemônico e de demonizar o presidente Bush dificilmente encontraria espaço, devido à enorme resistência que este tipo de concepções encontrava na sociedade civil destes países, principalmente entre a maior parte dos empresários e membros do poder legislativo.

O máximo que Chávez conseguiria com os quatro países no MERCOSUL naquele momento seria duas coisas: em primeiro lugar ajudar a reforçar a liderança brasileira no âmbito sul-americano; e segundo, contribuir na diminuição da influência dos Estados Unidos na região, porém sem combatê-la explicitamente e abandonando a retórica agressiva a Bush. Algumas posturas de Chávez naquele momento, a exemplo do “discurso do diabo” proferido na ONU em setembro de 2006, demonstravam que o venezuelano não tinha interesse nessa proposta. Além disso, a relação de Chávez com Fidel Castro, construída desde sua visita de 1994 e aprofundada entre 1999 e 2006 durante sua presidência, fazia com que sua imagem estivesse fortemente atrelada à de Cuba e principalmente ao “modelo cubano” no sentido econômico e político. Essa estreita relação que matinha com Fidel Castro ainda era vista com ressalvas por muitos países latino-americanos e considerada motivo para “afugentar” investimentos norte-americanos.

Portanto, os processos de integração e principalmente a controversa entrada venezuelana ao MERCOSUL ganhavam novos elementos de análise pela atuação deste país na ALBA. Isto agregava novos fatores, seja-os positivos ou negativos. Positivamente, esperava-se que a Venezuela atuando na ALBA e no MERCOSUL intermediaria a construção de um diálogo mais sólido entre a América do Sul e o Caribe. O ponto negativo estava no fato das rivalidades entre Brasil e Venezuela se

acentuarem, por mais que Lula e Chávez insistissem em manter a imagem de boa convivência. Porém, o ocorrido na Bolívia em maio de 2006 poderia ser uma prévia. Sem dúvida, entre 2005 e 2006 o MERCOSUL vivia um momento de reformulação, questionando o alinhamento automático com os Estados Unidos, mas a retórica de Chávez considerada “agressiva” aos norte-americanos causava incômodo a alguns setores sociais influentes nos países do MERCOSUL, a exemplo do empresariado. No entanto, pelo que os governos que firmaram a ALBA estavam propondo nos últimos anos em vários documentos emitidos por chancelarias, bem como em discursos públicos de seus presidentes nos quais falavam de socialismo, não poderia ser considerado uma atitude surpreendente se acabassem formando um processo de integração baseado nos princípios que lhes eram comuns. Principalmente a Venezuela que impôs reorientações drásticas (ou radicais) em sua política externa que passou a enxergar a integração de uma forma distinta após 1999 em relação à décadas anteriores.

Os mecanismos de integração são vistos pela Venezuela a partir de uma perspectiva global de mudança estrutural, tanto externa quanto internamente. Trata-se então de impulsionar um pacote ideológico nãoconvencional que contribua para fortalecer um ambiente global mais propício para os interesses venezuelanos e que está baseado em um discurso radical e no apoio a governos aliados (ROMERO, 2008, p.31).

Ademais, havia questões referentes à liderança que também eram determinantes no raciocínio feito pelos líderes e demais *policy makers* destes países. No MERCOSUL a Venezuela não encontraria margem para atuar como líder do bloco pela indiscutível superioridade econômica e política brasileira, além dos níveis elevados de assimetrias econômicas que a entrada da Venezuela ao bloco não seria suficiente para equilibrá-las. Os venezuelanos tinham consciência desta limitação e por isso atuavam em outras frentes, a exemplo da ALBA, obedecendo a uma estratégia previamente definida nas faixas de atuação diplomática estipuladas no início do governo Chávez, que também elegia a região caribenha como importante. Na ALBA, a Venezuela desempenhava um papel de liderança, principalmente por ser o maior detentor de petróleo, principal produto da “integração alternativa” defendida pela Venezuela.

Os projetos e ações de Caracas originam dois interessantes debates paralelos. Por um lado, o debate teórico sobre as questões do desenvolvimento e da democracia. Para o governo venezuelano existe uma oferta de desenvolvimento alternativo de cunho socialista [...] no âmbito de uma economia não baseada no mercado. Por outro lado, temos o debate político, sobre a capacidade de a Venezuela promover estas mudanças, sobre os limites de sua

participação nos assuntos internos de outros países e sobre o desafio à maioria dos governos da região para que adotem o modelo apresentado por Caracas [...] (ROMERO, 2008, p.32).

Em contrapartida, em 2006 a Venezuela não demonstrava explicitamente qual dos dois blocos de integração – MERCOSUL ou ALBA – era o mais prioritário em sua diplomacia, demonstrando aparentemente o mesmo interesse. No entanto, a própria existência da ALBA tornava cada vez mais nítida que havia duas propostas de integração diametralmente distintas. Uma delas a ALBA e outra o MERCOSUL, sem contar com a estratégia de alguns países andinos de se alinhar automaticamente com os Estados Unidos, um dos motivos da crise que culminou com a saída venezuelana da Comunidade Andina, discutido no item anterior. Com a atuação na ALBA, a Venezuela deixava transparecer que a proposta de integração defendida pelos países do MERCOSUL não era tão atraente como o Brasil queria transparecer com a entrada desse país no bloco. Mesmo assim, entre 1999 e 2006 houve na América do Sul uma “onda” integracionista em que diversos governos desejavam formar blocos político e econômico visando se “proteger” de rompantes no mercado internacional e de seus impactos negativos a suas economias, historicamente de perfis vulneráveis. Através disso, o subcontinente também apresentava a imersão de outra proposta brasileira, a formação de uma Comunidade Sul-Americana de Nações (CASA) que escancarava mais um ponto de discórdia entre o Brasil, demais países do MERCOSUL, Chile, nações andinas e a Venezuela, discutido no próximo item.

4.4.3 – A Comunidade Sul-americana de Nações (CASA): esvaziamento repentino

A Declaração de Cuzco¹⁶⁴, que oficializou a Comunidade Sul-americana de Nações (CASA) em dezembro de 2004¹⁶⁵, desempenhou um importante papel na integração sul-americana por ter sido uma das primeiras iniciativas dos governos da região em torno de um projeto de integração comum no século XXI e dois motivos aumentavam a importância dessa iniciativa: em primeiro lugar, a CASA englobou os doze países da região; segundo, e mais importante para a análise, esse bloco havia sido viabilizado depois de várias crises econômicas enfrentadas pelos países da América do Sul nas décadas anteriores.

¹⁶⁴ *Comunidade Sul-Americana de Nações* – Documentos. Cuzco, Peru. 8 de dezembro de 2004. In. GARCIA, Eugenio Vargas (org). **Diplomacia Brasileira e Política Externa: Documentos Históricos (1493-2008)**. Rio de Janeiro: Contraponto Editora, 2008, p.715-716.

¹⁶⁵ Mesmo mês que surgiu a ALBA.

Porém, a euforia inicial contrastou com a fraqueza do bloco em garantir durabilidade e continuidade ao processo de integração, provocando seu esvaziamento em 2006 e dissolução em 2008, além de não ter sido eficiente em amainar as disputas, rivalidades e intrigas entre os presidentes das Repúblicas. Ou seja, com apenas dois anos de existência a CASA já precisava de mudanças drásticas e suas políticas haviam demonstrado que não funcionaria plenamente, pois precisava decidir se seria um processo político ou mais um acordo de livre-comércio entre as doze nações do subcontinente. Para fins dessa análise, o governo da Venezuela encarou o malogro da mesma como uma oportunidade para sua diplomacia repensar a inserção no âmbito sul-americano, pois a atuação venezuelana nesse bloco e seu esvaziamento contribuíram para que Caracas decidisse entrar no MERCOSUL. A CASA era um elo entre a Venezuela e os países mercossulinos no âmbito multilateral que não estava avançando no aspecto político, por isso deixava de ser interessante ao governo Chávez. Como consequência, o MERCOSUL passou a ser cada vez mais visto como uma alternativa viável, razões pelas quais os venezuelanos decidiram iniciar seu processo de adesão no bloco em julho de 2006.

Todavia, os motivos que levaram ao repentino esvaziamento da Comunidade Sul-americana eram complexos, pois quando a mesma foi instituída em dezembro de 2004 o cenário político na região sul-americana era de incertezas pelo iminente malogro da ALCA, por isso a situação exigia respostas rápidas no sentido de buscar um melhor entendimento no âmbito multilateral. Desta forma, vários países, dentre os quais Brasil, Argentina, Venezuela e outros, entenderam que a formação de um bloco sul-americano de integração agiria neste sentido. No entanto, o caminho até construí-lo de forma coesa e capacitado a responder aos problemas políticos, econômicos e de segurança na região foi permeado por imensas dificuldades, principalmente pelo desinteresse de Peru e Colômbia na iniciativa liderada pelo Brasil, pois estavam negociando Tratados de Livre-comércio (TLCs) com os Estados Unidos, despertando ceticismo e desconfiança na diplomacia da Venezuela em torno de uma proposta de integração que também agregasse esses países. Na visão do presidente Chávez, um bloco com tal perfil seria incapaz de combater a presença hegemônica dos Estados Unidos na região e menos ainda de garantir crescimento econômico com desenvolvimento social, conforme defendiam os venezuelanos. Ao contrário, continuaria a “sombra” dos interesses de

Washington e a confluência entre os países não viria por mágica, havendo a necessidade de se investir dinheiro¹⁶⁶.

Apesar disso, Chávez depositava alguma esperança que a CASA pudesse “dar certo”, o que significava ser minimamente útil a seus interesses. Por isso, não a desprezou totalmente, subscrevendo-a mesmo sendo o presidente que mais a criticou durante a discussão da proposta e nas reuniões de cúpula que a precederam. Isso porque muitas das críticas feitas pelo presidente Hugo Chávez eram seguidas pelos demais países, inclusive pelo Brasil, embora não repetissem a maneira considerada “rípida” com que o venezuelano se dirigia a alguns governos da região, a exemplo do colombiano. Portanto, as nações que subscreveram a CASA reconheciam a necessidade de mais cooperação diplomática entre os países, na realidade um longo desafio estava diante deles, pois as políticas e ações diplomáticas conjuntas permaneciam a níveis incipientes, apesar de grande parte dos países sul-americanos já pertencerem a processos de integração instituídos há alguns anos, a exemplo de CAN e MERCOSUL. Era justamente nesse ponto que se encontrava o grande desafio para a CASA e invariavelmente o responsável por seu esvaziamento, ou seja, coordenar ações envolvendo a Comunidade Andina, o MERCOSUL, o Chile, o Suriname e a Guiana em torno de um único processo de integração político.

Formar parcerias políticas e estratégicas atendia ao defendido pelo governo Hugo Chávez de que uma melhor coordenação e aproximação política poderiam ser seguidas por ganhos econômicos, em parcerias consideradas estratégicas. No caso da Venezuela, também havia o desejo que suas propostas fossem levadas em consideração, a exemplo do Gasoduto do Sul, do Anel Energético e da formação de um Banco do Sul, proposta que não agradava a vários países da CASA, dentre eles ao Brasil. Por isso, o protocolo assinado entre os governos preferiu enfatizar um setor carente a praticamente todos os doze países: a infraestrutura.

A integração física e energética e de comunicações na América do Sul como base do aprofundamento das experiências bilaterais, regionais e sub-regionais existentes, com a consideração de mecanismos financeiros inovadores e as propostas setoriais em curso, que permitam uma melhor efetivação dos investimentos em infraestrutura física na região¹⁶⁷.

¹⁶⁶. *Discurso del Presidente de la República Bolivariana de Venezuela, Hugo Chávez Frías, con motivo de la XXVII Reunión del Consejo del Mercado Común del Sur (MERCOSUR)*. Oro Preto, Brasil. 17 de diciembre de 2004, p.702.

¹⁶⁷. *Comunidade Sul-Americana de Nações – Documentos*. Cuzco, Peru. 8 de dezembro de 2004. In. GARCIA, Eugenio Vargas (org). **Diplomacia Brasileira e Política Externa: Documentos Históricos (1493-2008)**. Rio de Janeiro: Contraponto Editora, 2008, p.715-716.

Apesar disso, o momento político estava mais favorável a discórdia do que ao entendimento. Na primeira reunião de Cúpula, ocorrida em Brasília em setembro de 2005, o risco de esvaziamento parecia notável. Alguns presidentes, a exemplo de Tabaré Vázquez (Uruguai) e Álvaro Uribe (Colômbia), não compareceram, somente enviando representantes. Na época, o Assessor para Assunto Internacionais do Brasil, Marco Aurélio Garcia, destacou alguns dos desafios da CASA, em sua visão três. “A CASA tem três grandes desafios imediatos: convergir às instituições de integração, unir os países fisicamente por meio de projetos de infraestrutura e resolver o problema de financiamento para esses projetos”¹⁶⁸. Certamente, se tratavam de três dos maiores entraves a integração, porém Garcia minimizava os desafios em fazê-los convergir em um único propósito, de preferência concatenados com o desejo brasileiro de robustecer sua liderança na região, pois ele havia destacado três pontos básicos que historicamente vinham malogrando os processos de integração. Porém, a CASA não demonstrava que estivesse lidando de maneira correta com eles.

Portanto, nesta primeira Cúpula, a sensação de esvaziamento era notada por alguns observadores, a exemplo de Seitenfus (2005), atribuindo a recusa de Chávez em aceitar que a CASA utilizasse a estrutura institucional já existente na CAN e no MERCOSUL e a resistência brasileira em agir como *paymaster* do processo de integração, como motivos para isso. O primeiro ponto logo foi percebido por quem acompanhava o evento, pois Chávez fez questão de demonstrar sua irritação diante da imprensa. Naquela ocasião, ele criticou o documento conjunto que iria ser publicado no final da reunião. O conteúdo lhe desagradava e ameaçava não assiná-lo, pois neste documento se estabeleceria que a CASA aproveitasse a estrutura institucional existente na CAN e no MERCOSUL. O venezuelano não aceitava tal situação, pois ia contra seu discurso defendido ao longo dos anos de “refundar” os processos de integração após a “onda neoliberal” dos anos anteriores. Ademais, naquele momento, a CASA dava sinais de apresentar uma baixa capacidade de coordenação entre os países na construção de consensos. Chávez também reclamava que historicamente isto tenha sido o motivo dos fracassos e esvaziamentos dos processos de integração tentados ao longo de décadas anteriores. Sendo assim, as críticas eram inevitavelmente para chancelaria brasileira que se recusava a considerar esse ponto com a mesma preocupação de Hugo Chávez.

¹⁶⁸ GARCIA, Marco Aurélio (em entrevista). *Cúpula sul-americana é esvaziada*. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 29 de setembro de 2005, p.13.

[...] a institucionalização não é, como reiteram constantemente todas as administrações brasileiras – inclusive a atual [Lula] – que se sucederam desde a criação do Mercosul, uma questão menor a interessar os acadêmicos ingênuos e os juristas, mas elemento primordial que concede consistência, profundidade, seriedade e irreversibilidade ao processo (SEITENFUS, 2005, p.79).

Já o outro ponto de discórdia, ou seja, a pretensa recusa brasileira em exercer o papel de *paymaster* do processo de integração, deixava um vácuo em quem iria financiar todas aquelas ideias aparentemente “bem intencionada” no papel, mas dispendiosas na prática. O Brasil era o país com mais recursos disponíveis para fazer investimentos em vários setores essenciais ao avanço do processo de integração na região, dentre os quais o petrolífero e o de infraestrutura. “A delicada questão do financiamento deve ser resolvida [...] com recursos financeiros da própria região. Ora, a maioria dos países não dispõe de capacidade de investimento” (SEITENFUS, 2005, p.79). Esse tipo de discussão muitas vezes era suplantado pelo argumento de que em sua essência a CASA tinha um perfil político. Porém, como se tratava de um bloco de integração, se necessitava de um entendimento mínimo para que não acabasse sendo rapidamente esvaziado, ou ficasse paralisado pelo “boicote” de alguns governos que enviavam às reuniões da CASA funcionários sem poder de decisão.

Porém, Chávez se atentava aos mínimos detalhes e colocava empecilho, principalmente após o Brasil sugerir ao bloco sul-americano adotar uma estrutura institucional semelhante a Comunidade Andina e ao MERCOSUL, considerados pelo governo da Venezuela como ultrapassados e inviáveis. Todavia, o presidente da Venezuela não escondia seus objetivos que seria formar uma União Sul-Americana de Nações (UNASUL) com perfil visivelmente político, o que acabou acontecendo em 2008 por motivos que fogem ao escopo dessa análise. Sendo assim, embora tenha assinado a Declaração de Cuzco, Chávez não escondia sua insatisfação com este processo de integração e na realidade a chancelaria venezuelana subscreveu a Declaração de Cuzco mais para não ficar isolada de seus colegas do MERCOSUL do que por julgá-la uma proposta interessante. Alguns dias após a reunião no Peru, Chávez voltou a demonstrar seu descontentamento com a integração sul-americana e principalmente com Comunidade Sul-americana de Nações.

Creio que devemos ir mais além e proponho que nós... Olhe a Comunidade Andina de Nações, este não é nosso projeto [...] Eu

proponho humildemente a União Sul-americana de Nações (UNASUL). Agora, vamos discutir isso¹⁶⁹.

Ainda segundo Chávez, tanto o MERCOSUL quanto a CAN não deveriam mais existir, pois desempenharam suas funções durante anos e os resultados não haviam sido significativos. Além disso, havia a questão do Caribe, região considerada estratégica aos países da América do Sul no momento e historicamente de influência norte-americana desde o século XIX. Para Chávez, deveria incluir essa região no planejamento estratégico multilateral, principalmente Cuba com quem o governo venezuelano vinha mantendo próximas relações e havia formado outro processo de integração de nome ALBA, discutido no item anterior, e um dos elementos responsáveis por colocar a Venezuela no caminho do Mercado Comum do Sul. O presidente venezuelano também criticava a “apatia” dos governantes sul-americanos em criar um Fundo para emergências sociais que pudesse ajudar países em situações de desastres. Também aproveitou o ensejo para criticar a falta de coordenação no setor militar entre os países sul-americanos.

Na verdade, Chávez usava tais críticas para se posicionar contra os exercícios conjuntos de muitos exércitos de países latino-americanos realizado com os Estados Unidos, a exemplo do que a Colômbia estava fazendo e o Paraguai que havia concedido imunidade a militares norte-americanos circularem em seu território. Ao invés disso, o governo da Venezuela sugeria que fizessem esse tipo de iniciativa com seus próprios vizinhos, visando melhorar o diálogo e resolver os problemas de segurança que lhes eram comuns, a exemplo do tráfico de drogas, de armas e de pessoas. No setor financeiro também lamentou que não houvesse um Banco do Sul, responsável em guardar as reservas cambiais dos países sul-americanos que segundo ele estavam depositadas nos “bancos do norte”. Portanto, apesar do presidente Chávez ser em vários momentos incisivo, indubitavelmente tocava em pontos que muitas vezes os países sul-americanos preferiam postergar a discussão para “outra” oportunidade, tal como o Brasil fazia para que sua liderança não fosse constantemente questionada.

[...] [Chávez] referiu um ponto essencial: a incapacidade da integração latino-americana de produzir uma institucionalidade que lhe confira permanência e eficiência, e viabilize estratégias comuns em benefício das sociedades latino-americanas. As palavras que ele referiu, fracasso e institucionalização, constituem dois tabus da dogmática integração latino-americana (SEITENFUS, 2005, p.83).

¹⁶⁹ *Discurso del Presidente de la República Bolivariana de Venezuela, Hugo Chávez Frías, con motivo de la XXVII Reunión del Consejo del Mercado Común del Sur (MERCOSUR)*. Oro Preto, Brasil. 17 de diciembre de 2004, p.702.

Devido às críticas feitas por Chávez no âmbito regional em várias oportunidades entre 1999 e 2006, intensificadas durante as discussões para formar a CASA, a adesão venezuelana ao MERCOSUL encontrou resistência no interior de alguns governos, dizendo que a presença de Chávez complicaria o bloco. Todavia, o venezuelano refutava essa tese dizendo que tinha a intenção de aderir ao MERCOSUL para apontar ideias e soluções. Em sua visão, as organizações internacionais e o próprio sistema econômico mundial precisavam se transformar, pois a maneira como o sistema financeiro internacional estava estruturado geraria apenas fome, miséria, guerras e manipulação das massas por parte da grande mídia. Por outro lado, aproveitava para fazer o que considerava o contraponto, representado pela estratégia de propagar a revolução bolivariana que anos mais tarde transporia para o socialismo do século XXI, ainda pouco conhecido naquele momento. “Neste processo de reflexão e evolução tenho me atrevido a propor aos venezuelanos [...] a necessidade de começar a discutir a perspectiva de construir o novo socialismo do século XXI e convido que façamos esta discussão: capitalismo ou socialismo”¹⁷⁰.

Contudo, ainda havia muita resistência a esse tipo de discussão na sociedade civil dos demais países sul-americanos, posto que o presidente da Venezuela pisava em solo movediço quando tocava nesse assunto e na maioria dos países sul-americanos falar de socialismo não estava tão popular quanto em décadas anteriores e a própria palavra gerava mal-estar para muitos membros de governos e militares da região. Porém, para Chávez, somente desta maneira seria possível fazer frente às imposições das potências europeias e dos norte-americanos, tal como Bolívar havia defendido durante o processo de independência. Com estas palavras, o presidente da Venezuela desmentia a si mesmo quando afirmava não ter intenções de “exportar” sua revolução, gerando descrédito e ceticismo nos setores sociais que abertamente apresentavam ressalvas a suas ideias, bem como a sua presença no MERCOSUL.

Por outro lado, Chávez atribuía à mídia internacional a responsabilidade por desvirtuar suas palavras e politizar o MERCOSUL e a CASA, motivo pelo qual a última havia sido esvaziada. Na verdade, Chávez defendia a politização destes dois blocos de integração, mas não concordava como setores da mídia tratavam o assunto, ou seja, lhe denotando uma conotação negativa. Esse ponto ia contra sua lógica de que as relações políticas antecedem aos ganhos econômicos, rechaçando a tendência de privatizações

¹⁷⁰ Idem.

das empresas e serviços públicos, pelo qual julgava que os blocos de integração na maior parte do mundo fazia, produto das ideias norte-americanas e da dominação imperialista. Indubitavelmente, Chávez reclamava que táticas economicistas não tinham planejamento estratégico e seria justamente nesse ponto a grande carência da CAN, do MERCOSUL e principalmente da CASA. As divergências entre os países, os problemas inerentes ao MERCOSUL, as dificuldades e rivalidades da CAN, todos estes fatores se encontravam na CASA, fazendo com que fosse difícil disfarçar o descontentamento.

Contudo, de acordo com Malamud (2006), a atuação considerada crítica e politizada da Venezuela poderia servir para reforçar a CASA. Por isso, esse autor discorda das análises mais pessimistas que se popularizaram quando Chávez deixou a CAN, defendendo que a saída venezuelana do bloco andino não significava uma crise institucional nos processo de integração, mas a oportunidade de reforçar a Comunidade Sul-Americana de Nações e, conseqüentemente, diminuir o poder de decisão brasileiro no âmbito regional e até mesmo o surgimento de uma rivalidade entre Caracas e Brasília. Todavia, a pretensa rivalidade construída naquele período não significava ausência de espaço para a cooperação, pois tudo estava dependendo da formação de mecanismos capazes de administrar as divergências e promover entendimentos para lograr ganhos econômicos, ou seja, tratava-se de uma matemática complicada de ser feita naquele momento, pois a integração regional estava longe de ser uma ciência exata. Portanto, o fato da Venezuela ter aderido a CASA, mesmo discordando abertamente de sua proposta inicial e também entrar no MERCOSUL mesmo sabendo da baixa estima dos países desse bloco as ideias não-capitalistas e contra-hegemônicas de Chávez, apresentou dois motivos de interesse para esta análise.

Em primeiro lugar, a CASA era uma iniciativa liderada pelo Brasil e nesse ponto já se tornava interessante à chancelaria venezuelana devido à busca que o governo Chávez empreendeu durante o período analisado de se aproximar dos brasileiros, conforme já discutido nos itens anteriores. Isso acontecia mesmo que neste bloco também contasse com a presença de países que tinham relações próximas com os Estados Unidos e difíceis com a Venezuela, tal como o Chile que mantinha relativa distância dos projetos de integração regional, pois deixou o Pacto Andino em 1977; o Peru, onde Chávez vinha enfrentando problemas devido ao fato do presidente Alan García ironizá-lo pela ingerência nas eleições de 2006; além da Colômbia, com quem tinham inúmeras desavenças. Mesmo assim, a Venezuela optou em aderir a este bloco de integração, principalmente porque nele também faziam parte os membros do

MERCOSUL, com os quais Chávez estava se aproximando rapidamente em 2004 e dois anos mais tarde, em 2006, tornou-se membro deste bloco e pôde continuar sua atuação na ALBA. Certamente, o fato de naquele momento o presidente Chávez ter assinando vários acordos bilaterais com estes países, já destacado em itens anteriores, alimentava a vontade venezuelana de estar mais próxima dos mesmos. Chávez conseguiu o apoio público do presidente do Paraguai, Nicanor Duarte Frutos, dos quatro presidentes quem menos vinha demonstrando entusiasmo pela adesão venezuelana ao bloco e divergia de Brasil e Argentina. Em 2006, Duarte Frutos passou a afirmar que na Venezuela havia uma “overdose de democracia” (KFURI & LAMAS, 2007, p.18) e aproveitou o ensejo para criticar o governo Bush devido ao protecionismo norte-americano em relação aos produtos agrícolas dos países em desenvolvimento, ganhando ainda mais a simpatia de Caracas, apesar desta atitude não significar em hipótese nenhuma a adoção do “pacote ideológico” de Chávez no Paraguai.

O segundo motivo estava ligado à adesão venezuelana a CASA e ao MERCOSUL. Mesmo discordando da maior parte dos preceitos defendidos por ambos os projetos, ainda era interessante a Chávez na função de reagir às pressões norte-americanas a seu governo. Ademais, o ano de 2006 ficou marcado como o “auge” das divergências entre Caracas e Washington, representado pelo “discurso do diabo”. De parceiro histórico, os Estados Unidos haviam se transformado em poucos anos no principal adversário venezuelano na região e também “bode-expiatório” – tanto de um lado quanto de outro – dos problemas políticos gerados na América Latina. Não era possível mensurar naquela época até quando o comércio petrolífero permaneceria distante da disputa política, havendo a possibilidade de que fosse afetado e, por isso, a chancelaria venezuelana precisava buscar saídas para um provável fim no comércio petrolífero com aquele país, do qual ainda era dependente.

Sendo assim, a diplomacia da Venezuela entendia que a aproximação com os países caribenhos através da ALBA, e sul-americanos mediante o MERCOSUL e a CASA eram “mais viáveis”, caso comparado com os EUA que estavam sendo tensionadas pela disputada cada vez mais hostil entre Chávez e Bush. Devido a todos estes fatores destacados, em Dezembro de 2004 a Venezuela subscreveu sua participação na CASA e em 4 de Julho de 2006, oficializou sua entrada no Mercado Comum do Sul, tornando-se um Estado-membro em vias de adesão, isto é, para o presidente da Venezuela o MERCOSUL era uma boa aposta, apesar das conhecidas ressalvas.

Mercosul é o caminho. Claro que terá que aprofundar [...] **Terá que lembrar que o Mercosul nasceu na era neoliberal, [...] e que nasceu como um simples tratado de livre comércio, ou com esta visão** [...] Mas não, mais que livre comércio – se aplicássemos livre comércio entre Brasil e Uruguai desaparece a pequena empresa uruguaia, desaparece de imediato, ou a paraguaia, ou inclusive a venezuelana –, se trata de comércio justo, porque isto é o que nós reclamamos ao mundo desenvolvido¹⁷¹.

Portanto, a Venezuela aderiu a CASA visando permanecer próxima dos países do MERCOSUL e quando ocorreu o esvaziamento do processo de integração sul-americano, a adesão no MERCOSUL pôde ser considerada parte de uma “resposta” ao malogro da CASA, bloco que Chávez jamais enxergou com muito entusiasmo. Sendo assim, a entrada da Venezuela no MERCOSUL contou com inúmeros determinantes e o próprio perfil da política externa da Venezuela na gestão Chávez (1999-2006), de estar concentrada na figura do presidente da República, aumentava as incertezas, mas também possibilitava a ação de posturas consideradas mais ousadas. Por isso, foi inegável que a adesão da Venezuela no MERCOSUL contou com vários fatores que viabilizaram tal atitude por parte de Caracas, bem como obtiveram anuência dos quatro integrantes do bloco.

Em seu sentido político, a saída da Comunidade Andina de Nações, a formação de um bloco de integração que mais correspondia aos objetivos políticos-ideológicos da Venezuela simbolizados na ALBA e a instituição de uma Comunidade Sul-Americana de Nações, contribuíram para “empurrar” a Venezuela no MERCOSUL. Neste raciocínio, as contradições se expuseram facilmente, pois seguindo a linha de política externa defendida pela Venezuela durante a era Chávez seria mais natural que os venezuelanos se abstivessem de participar da CASA e do MERCOSUL e ficassem somente na ALBA. Porém, a política externa da nação petrolífera neste período demonstrou não ser tão movida pelas escolhas ideológicas ao nível que Chávez e seu governo demonstravam, pois havia um mínimo de pragmatismo sem o qual a adesão da Venezuela no bloco mercossulino não se concretizaria.

Considerações

Conforme demonstrado neste capítulo, a Venezuela não aderiu ao MERCOSUL somente pelo motivo da escolha ideológica de um presidente da República que entre 1999 e 2006 provocou algumas polêmicas no âmbito regional e internacional, se

¹⁷¹. *Idem*. Grifo do autor.

colocando como um líder controverso devido às suas posições políticas peculiares e, em alguns casos, por atitudes classificadas de “inconsequentes”, a exemplo do “discurso do diabo”. Desta forma, faz-se necessário pontuar que houve um cenário político favorável à integração na América Latina durante o período analisado e a viabilidade da aproximação da Venezuela com o MERCOSUL pôde ser enxergada ao longo do período analisado. Ademais, o momento permitiu a Chávez alimentar as rivalidades com os Estados Unidos, pois em décadas anteriores tais atitudes causariam impactos mais negativos a economia venezuelana. Na realidade, havia alternativas à Venezuela para se inserir no cenário mundial que não necessariamente passavam pelos Estados Unidos, a exemplo do Oriente Médio, Ásia (em especial a China) e, neste caso, a América Latina (via membros do MERCOSUL).

Mesmo assim, a Venezuela continuava precisando de recursos para promover os programas sociais do governo Chávez que o mantiveram no poder bem como o sagraram vencedor em todos os plebiscitos, eleições e demais consultas populares realizadas na Venezuela entre 1999 e 2006. Portanto, a manutenção do respaldo dos setores sociais mais pobres ao governo dependia da continuidade dos programas sociais que se tornaram o principal pilar da revolução bolivariana. Por outro lado, o apoio de grande parte dos mais pobres a Chávez era instável e poderia se tornar cada vez mais volátil se a situação econômica continuasse ruim. Ademais, a capacidade comunicativa do presidente Chávez em discursos públicos e na televisão não pôde ser desconsiderada, principalmente como um elemento importante na compreensão do respaldo que parte da sociedade venezuelana lhe outorgou durante seu mandato, quando construiu uma maioria utilizando a estratégia da polarização do cenário político.

Desta forma, os determinantes que contribuíram para colocar a Venezuela na rota do MERCOSUL não puderam ser simplificados, porém há aqueles que atingiram mais influência em colocar a Venezuela no MERCOSUL, a exemplo do que foi apontado ao longo deste capítulo. Os países mercossulinos demonstraram receptividade com a Venezuela, mesmo após ocorrerem problemas com o Brasil na questão do gás boliviano, quando o governo Chávez apoiou Evo Morales nas nacionalizações. Nesse episódio, a chancelaria brasileira preferiu adotar a estratégia da negociação com os bolivianos, se abstendo de medidas consideradas mais duras que comprometeriam o processo de integração, construído durante anos com dificuldades e revés. Portanto, este capítulo demonstrou que desprovida dos acontecimentos levantados nessa análise, a Venezuela não encontraria espaço para aderir no MERCOSUL, continuaria dependendo

dos Estados Unidos e Chávez cederia as pressões de Washington caso desejasse continuar governando. Nesse aspecto, os venezuelanos se beneficiaram do apoio brasileiro as transformações institucionais rumo à concentração de poderes nas mãos do presidente da República, realizadas após a Constituição de 1999. Historicamente, o Brasil havia defendido o princípio da nãointervenção em assuntos internos e neste caso específico visava obter vantagens no então “protegido” mercado venezuelano as empresas brasileiras, a exemplo das construtoras e das cervejarias.

Em relação a seus antecessores, o presidente Chávez foi considerado muito favorável aos interesses brasileiros e dos demais países do MERCOSUL, a exemplo dos argentinos de quem comprou Títulos da Dívida. Apesar disso, a política externa venezuelana continuava inconstante e instável, o que gerava expectativas do bloco ficar a “mercê” dos problemas políticos e dos temas presentes na agenda da ALBA, ou seja, a busca pela integração socialista que a ALBA apresentava e Chávez defendia despertava desconfiança nos países mercossulinos de que a Venezuela pudesse apresentar o desejo de também agir dessa maneira em relação ao MERCOSUL. Embora o presidente da Venezuela tenha descartado tal hipótese, o exemplo da Bolívia era visto com bastante desconfiança, principalmente pelo Brasil.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo desta dissertação, demonstrou-se que durante a presidência de Hugo Chávez Frías (1999-2006) ocorreram mudanças estruturais na Venezuela e as mesmas provocaram uma ruptura em sua política externa em relação ao padrão estabelecido desde 1958. Deste modo, tais desdobramentos produziram duas consequências importantes para esta análise. A primeira delas foi a deterioração das relações com os Estados Unidos, historicamente o principal comprador do petróleo venezuelano. As hostilidades pessoais de Chávez em relação ao presidente norte-americano George Bush se tornaram corriqueiras durante o período analisado e o discurso proferido pelo venezuelano na ONU em setembro de 2006 (quando chamou Bush de diabo) representou a que níveis se encontravam as desavenças. A segunda consequência foi a busca pela integração latino-americana, por meio das novas diretrizes da política externa de Chávez, ao priorizar os países da América Latina na inserção regional e internacional da diplomacia venezuelana. Isso viabilizou a entrada da Venezuela no MERCOSUL, pois tais pontos se tornaram as principais características de uma ruptura durante o período analisado.

Quando se elegeu presidente da República em dezembro de 1998, Hugo Chávez era considerado um *outsider* em relação ao oligárquico sistema político vigente desde 1961 e sua eleição já significou uma drástica mudança política. Além disso, levou a presidência por intermédio de eleição direta alguém que anos antes (em 1992) havia tentado um golpe de Estado contra um presidente (Carlos Andrés Pérez) constitucionalmente eleito em 1989. Isso refletia a crise vivida pelo sistema político do país, situação que vinha se acentuando desde a década de 1980. Por outro lado, a crise estrutural daquele momento permitiu ao presidente da República dispor de forte apoio popular e erigir um novo sistema político com a Constituição de 1999. A partir disso, recuperou a economia venezuelana ao se aproveitar do aumento nos preços do petróleo no mercado internacional após 2003, lhe permitindo implementar as Missões sociais que aumentaram a popularidade de Chávez, porém sua administração não conseguiu retirar a Venezuela da dependência econômica do petróleo.

As mudanças desencadeadas no país entre 1999 e 2006 se toraram viáveis quando as instituições estatais e os partidos políticos estavam desacreditados perante uma opinião pública carente de alguém, ou uma referência, que pudesse resolver problemas práticos e imediatos. Chávez chegou para ser esse ator político, de presidente da República rapidamente se transformou em comandante de uma revolução (a

revolução bolivariana), controverso chefe de Estado ante os Estados Unidos e orador carismático e convincente para grande parcela da população venezuelana. Ele fez uso de uma retórica inflamável, ocupando constantemente os meios de comunicação onde era considerado um *showman*, sobretudo em seu programa *Alô Presidente*. Tais fatos foram elementos fundamentais para que saísse vitorioso em praticamente todos os plebiscitos, referendums e demais consultas populares que realizou entre 1999 e 2006.

Desta maneira, Chávez dispôs de condições favoráveis para formar um sistema político centralizado, no qual o presidente da República tivesse um acúmulo de atribuições, inclusive na alçada diplomática e petrolífera, que em alguns casos comprometeu o primordial equilíbrio entre os demais poderes. Em 2002, conforme já destacado, sofreu um golpe de Estado, porém conseguiu retomar o poder aproximadamente 72 horas após ser destituído e, sem dúvida, o fato de ser um líder com apoio popular contribuiu para que Pedro Carmona não conseguisse se sustentar no cargo para retirar Chávez do cenário político. Além disso, o malogro do movimento grevista na PDVSA durante o *paro* no setor petrolífero, que perdurou por vários meses entre 2002 e 2003, contribuiu para enfraquecer a oposição ao utilizar – durante todo o período analisado nesta dissertação – estratégias que demonstraram ser, na prática, inviáveis. Elas somente beneficiaram o presidente Hugo Chávez que aumentou sua popularidade, retomou o controle do petróleo e conseguiu sensibilizar a OEA, países europeus e da América Latina (sobretudo o Brasil) em favor de sua legitimidade na presidência, inclusive lhe apoiando explicitamente no referendums revocatório de agosto de 2004. Como consequência, Chávez colocou a oposição venezuelana em uma situação desconfortável perante vários governos da região, a exemplo do Brasil. Quando esse país recebeu a visita de George Bush em 2005, o norte-americano foi advertido pelo presidente Lula no sentido de não incentivar a oposição venezuelana que, segundo o brasileiro, não seria um exemplo para a democracia no continente.

Pode-se afirmar que o respaldo brasileiro a Chávez, seja na gestão Cardoso ou de Lula, foi fundamental para o venezuelano se sustentar no cargo. Em termos práticos, enviar gasolina a Venezuela durante a greve na PDVSA foi estratégico para Brasília que contribuiu para amenizar o desabastecimento em todo o país que, embora tenha praticamente paralisando o setor produtivo venezuelano, desestimulou os grevistas. Por outro lado, tais demonstrações de amizade traziam o implícito interesse do Brasil em aumentar sua influência na Venezuela e o fato de Chávez estar sofrendo pressões de

Washington, devido a sua estratégia de enfrentamento com Bush, tornava a tarefa brasileira menos complicada.

Sendo assim, durante o governo Chávez a Venezuela se tornou um Estado voltado à integração (política e econômica), sobretudo no âmbito da América Latina. Isso influenciou diretamente na adesão de Caracas no MERCOSUL, ponto fulcral nessa pesquisa. Na administração Chávez, se popularizou o pensamento de que a integração latino-americana era uma excelente oportunidade para conquistar novos mercados a seu petróleo, no qual historicamente teve os Estados Unidos como principal (e quase único) destino, se tornando dependente do mesmo. Além disso, o apoio de vários países latino-americanos as controversas mudanças políticas promovidas por Chávez durante seu governo, foi-lhe útil em suportar as pressões internacionais, pois a maioria dos governos latino-americanos, a exemplo de Brasil, Argentina, Bolívia, Equador, dentre outros, consideravam o governo da Venezuela realmente democrático. Enquanto isso, os Estados Unidos acusavam Chávez de perseguir opositores e censurar a imprensa. Como resultado, entre 1999 e 2006 houve uma intensa “guerra de versões”, alimentada pela imprensa norte-americana e venezuelana, de um lado, e pelo próprio presidente Chávez, de outro, um crítico das políticas intervencionistas dos Estados Unidos na América Latina e das invasões do Afeganistão (2001) e do Iraque (2003).

Todavia, ocorreram transformações no cenário político regional e internacional entre 1999 e 2006 que também ajudam a compreender o grau de continuidade e rupturas na política externa da Venezuela e até que ponto sua entrada no Mercado Comum do Sul foi realmente inovadora. A ideia de se integrar com os países latino-americanos, no geral, e sul-americanos, especificamente, não se tratou de uma exclusividade do governo Chávez. Mas, a proposta de aderir ao MERCOSUL foi considerada inovadora e responsável por promover uma “ruptura” com o padrão estabelecido. A Venezuela vislumbrava se inserir no âmbito da Comunidade Andina de Nações, porém ficou impossibilitada após as divergências que a levaram a deixar esse bloco. Mesmo assim, seria importante frisar que a adesão da Venezuela ao MERCOSUL não foi uma atitude momentânea, apressada e sem pragmatismo, principalmente por ter sido uma decisão pouco discutida pela sociedade civil da Venezuela e dos demais países mercossulinos. Tratou-se, portanto, de uma decisão diplomática estabelecida entre governos. Apesar disso, ela foi calculada e apresentava viabilidade aos venezuelanos e aos demais países do MERCOSUL naquele momento.

Neste período, a integração regional também foi beneficiada pela voracidade do mercado chinês em obter produtos agrícolas vindos dos países latino-americanos e, no caso venezuelano, a China era um bom destino para seu petróleo, pois durante o governo Chávez foram assinados com Pequim dois acordos no setor, sendo o último deles em 2006 visando obter apoio político a uma vaga rotativa no Conselho de Segurança da ONU, tal como foi abordado. Como resultado da recuperação econômica, promover a integração tornou-se uma tarefa menos complicada, principalmente se comparado com a situação econômica nas décadas de 1980 e 1990 quando as crises atravancavam iniciativas integracionistas mais ambiciosas. Com isso, houve a melhora nas relações entre Brasil e Argentina nas administrações Lula e Kirchner, entendimento considerado primordial para avançar qualquer proposta nesse sentido. Ao compreender que seria melhor promover uma parceria estratégica mais viável e segura do que alimentar uma rivalidade incerta e perigosa, Brasília e Buenos Aires contribuíram para retirar o MERCOSUL da situação de descrédito em que se encontrava em 2003, ao despenderem esforços no sentido de recuperarem o bloco. Em 2006, três anos depois de iniciado os esforços em favor da integração na América do Sul, Caracas adere ao bloco e se torna um membro em vias de adesão, favorecida por ter instituído a ALBA (exercendo influência na região caribenha) e pelo esvaziamento da CASA.

A partir de tais acontecimentos, inicia a tramitação para a entrada venezuelana no MERCOSUL, não sem antes ocorrerem percalços no próprio cenário regional, a exemplo da nacionalização do gás-natural boliviano, realizado em maio de 2006 pelo governo de Evo Morales. Nesse procedimento, o novo mandatário da Bolívia desconsiderou investimentos da estatal brasileira Petrobrás e a nacionalização do gás boliviano contou com o auxílio de técnicos venezuelanos. Nesse mesmo ano, La Paz aderiu a Alternativa Bolivariana para os povos de nossa América (ALBA), processo de integração não-capitalista e contra-hegemônico liderado por Chávez e que teve como sustentáculo a parceira estratégico-petroleira com o governo cubano de Fidel Castro. Neste sentido, os desdobramentos da política externa da Venezuela entre 1999 e 2006 foram marcados pela complexidade em meio a uma “guerra de versões” entre Chávez, os Estados Unidos e aqueles contrários às mudanças estruturais que o presidente da Venezuela promovia no país e, principalmente, na maneira como conduzia a política externa.

Também não houve como desconsiderar a péssima relação do governo Chávez com a Colômbia durante a gestão de Álvaro Uribe (2002-2010). Bogotá havia sido um

parceiro histórico da Venezuela e os laços entre as duas nações vinham desde o tempo da Gran Colômbia, no século XIX. Entretanto, entre 1999 e 2006 o tema das guerrilhas provocou hostilidade entre ambos os governos. A política de enfrentamento com as FARC intensificada por Uribe após 2003 com o aval dos Estados Unidos era encarada com desgosto pelo presidente Chávez e o venezuelano fazia questão de demonstrar sua insatisfação publicamente. Os ataques pessoais entre ambos os presidentes fizeram com que a relação entre Venezuela e Colômbia (historicamente próximas pelas razões explicitadas acima) conhecesse um momento de distanciamento e tensões, pois as mesmas serviram como principal justificativa para Chávez deixar a Comunidade Andina de Nações, enfraquecendo-a e contribuindo para que a entrada da Venezuela no MERCOSUL fosse cada vez mais cogitada pela diplomacia venezuelana.

Desta forma, as dificuldades entre Chávez e Uribe não se repetiam com a mesma intensidade com Kirchner e Lula, pois a convergência entre os presidentes argentino e brasileiro foi primordial para que a adesão da Venezuela no MERCOSUL pudesse ser concretizada, ao menos em seu sentido estratégico. Nesse ponto, Kirchner desempenhou um papel fundamental por enxergar a parceria com os venezuelanos como algo concreto, se prontificando a enfrentar a resistência de setores do empresariado argentino que não apresentavam o mesmo otimismo em relação à integração latino-americana. A diplomacia argentina também atuou com tal propósito a fim de tentar amenizar a preponderância brasileira dentro do MERCOSUL e diminuir as assimetrias. Por isso, a opção da Venezuela pelo MERCOSUL representou uma significativa transformação no padrão de integração que historicamente os venezuelanos vinham se inserindo nas últimas décadas, principalmente durante o período de *Punto Fijo* (1958-1998), quando a estratégia bilateral era mais aceita pelos setores sociais venezuelanos responsáveis em elaborar e influenciar a política externa.

Em meio a todos estes acontecimentos, não há como esgotar o assunto, porém já apresenta uma noção de como a Venezuela chegou a um bloco de integração que pouco tempo antes nem ao menos cogitava sua adesão, demonstrando a volatilidade e a nova dinâmica do cenário internacional no século XXI. Devido a tais fatores, a Venezuela foi um ator importante no cenário regional no sentido político e geopolítico da região sul-americana. Não apenas pelo indiscutível peso político-diplomático de seu petróleo, como também pelas escolhas realizadas por seu presidente (Chávez) que transformaram a Venezuela em uma nação integracionista e relativamente importante no cenário político da América Central e Caribe, onde historicamente os Estados Unidos vinham

atuando desde 1823, por intermédio da conhecida Doutrina Monroe. Desta forma, os países do MERCOSUL, em especial o Brasil que se prontifica a desempenhar um papel de liderança na América Latina, perceberam que seria interessante levar em consideração o que pensava Caracas e isso justificou, em certa medida, o apoio brasileiro e dos demais parceiros mercossulinos a adesão venezuelana no Mercado Comum do Sul e, acima de tudo, o respaldo as medidas implementadas por Chávez na Venezuela que concentraram atribuições e conseqüentemente poderes no presidente da República.

Em linhas gerais, a própria entrada da Venezuela no MERCOSUL já representou um avanço na integração regional, principalmente no sentido de viabilizar um processo de união, no sentido político, econômico, social e cultural, entre os países e os povos latino-americanos. Embora as dificuldades ainda fossem muitas, a entrada da Venezuela no MERCOSUL atendeu, por um lado, ao desejo brasileiro de robustecer sua liderança na América do Sul e, por outro, a busca venezuelana em obter respaldo a revolução bolivariana e mercados a seu petróleo. Apesar das imperfeições, tal iniciativa foi exclusivamente empregada durante o governo de Hugo Chávez e seu apoio primordial ao êxito da difícil e complexa empreitada.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Documentos Diplomáticos

Estatuto del Rio Uruguay. Hecho em la ciudad de Salto, República Oriental del Uruguay, 26 de febrero de 1975. Disponível em: <http://tratados.cancilleria.gob.ar/busqueda.php?consulta=si&modo=c> (acesso em 29/10/2012).

Tratado de Cooperação Amazônica. Brasília, 3 de julho de 1978. In. GARCIA, Eugenio Vargas. **Diplomacia Brasileira e Política Externa: documentos históricos** (1493-2008). Rio de Janeiro: Contraponto Editora, 2008, p.600-606.

Acordo Tripartite entre o Brasil, o Paraguai e a Argentina sobre a cooperação técnico-operativa entre os aproveitamentos hidroelétricos de Itaipu e Corpus, concluído em Ciudad Presidente Stroessner, em 19 de outubro de 1979. In. GARCIA, Eugenio Vargas. **Diplomacia Brasileira e Política Externa: documentos históricos** (1493-2008). Rio de Janeiro: Contraponto Editora, 2008, p.607-610.

Primeira declaração sobre a Guerra das Malvinas feita pelo Ministro das Relações Exteriores, Ramiro Saraiva Guerreiro, a jornalistas brasileiros em Nova York, em 2 de abril de 1982. In. GARCIA, Eugenio Vargas. **Diplomacia Brasileira e Política Externa: documentos históricos** (1493-2008). Rio de Janeiro: Contraponto Editora, 2008, p.618.

Declaração Conjunta dos Presidentes da Argentina, Brasil, Colômbia e México sobre o problema da dívida externa, divulgada em 19 de maio de 1984. In. GARCIA, Eugenio Vargas. **Diplomacia Brasileira e Política Externa: documentos históricos** (1493-2008). Rio de Janeiro: Contraponto Editora, 2008, p.618.

Declaração de Iguazu emitida pelo Presidente do Brasil José Sarney e pelo Presidente da Argentina, Raúl Alfonsín. Foz do Iguazu, 30 de novembro de 1985. In. GARCIA, Eugenio Vargas. **Diplomacia Brasileira e Política Externa: documentos históricos** (1493-2008). Rio de Janeiro: Contraponto Editora, 2008, p.627-633.

Trecho da Constituição da República Federativa do Brasil relativo aos princípios que regem as relações internacionais do Brasil. Brasília, 5 de outubro de 1988. In. GARCIA, Eugenio Vargas. **Diplomacia Brasileira e Política Externa: documentos históricos** (1493-2008). Rio de Janeiro: Contraponto Editora, 2008, p. 638.

Tratado de Integração, Cooperação e Desenvolvimento entre o Brasil e a Argentina, celebrado em Buenos Aires, em 29 de novembro de 1988. In. GARCIA, Eugenio Vargas. **Diplomacia Brasileira e Política Externa: documentos históricos** (1493-2008). Rio de Janeiro: Contraponto Editora, 2008, p. 639-642.

Ata de Buenos Aires, assinada pelos Presidentes Fernando Collor de Mello e Carlos Saúl Menem, 6 de julho de 1990. In. GARCIA, Eugenio Vargas. **Diplomacia Brasileira e Política Externa: documentos históricos** (1493-2008). Rio de Janeiro: Contraponto Editora, 2008, p.648.

Tratado para a constituição de um Mercado Comum entre a República Argentina, a República Federativa do Brasil, a República do Paraguai e a República Oriental do Uruguai, firmado em Assunção, em 26 de março de 1991. In. GARCIA, Eugenio Vargas. **Diplomacia Brasileira e Política Externa: documentos históricos** (1493-2008). Rio de Janeiro: Contraponto Editora, 2008, p.650.

Protocolo de Brasília para a Solução de Controvérsias. Brasília, 16 de dezembro de 1991. In. Divisão de Atos Internacionais (DAI). Ministério das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil, p.1-7.

Decreto Nº 422, de 14 de janeiro de 1992 que Promulga o Acordo de Cooperação na Área de Energia Nuclear para Fins Pacíficos, entre o governo da República Federativa do Brasil e o governo da República da Venezuela. In. Coleção Leis da República Federativa do Brasil. Brasília, v.184, Nº 1, Janeiro de 1992, p.92-93.

Protocolo de la Guzmanía. Assinado pelo presidente da República Federativa do Brasil, Itamar Franco e pelo presidente da República da Venezuela, Rafael Caldeira. La Guzmanía, litoral da Venezuela, 4 de março de 1994. In. Divisão de Atos Internacionais (DAI). Ministério das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil, p.1-2.

Protocolo Adicional ao Tratado de Assunção sobre a Estrutura Institucional do Mercosul – Protocolo de Ouro Preto. Ouro Preto, Brasil, 16 de dezembro de 1994. Ministério das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil. Divisão de Atos Internacionais (DAI), p.13.

Acordo de Complementação Econômica Mercosul-Bolívia. Fortaleza (Ceará), 17 de dezembro de 1996. In. Ministério das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil. Divisão de Atos Internacionais (DAI), p.1-14.

Acordo de Complementação Econômica Chile-Mercosul. Fortaleza (Ceará), 19 de dezembro de 1996. In. Ministério das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil. Divisão de Atos Internacionais (DAI). Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/temas/america-do-sul-e-integracao-regional/aladi/mercocul-chile-ace-35> (acessado em 09/10/2012).

Protocolo de Ushuaia sobre o Compromisso Democrático no Mercosul, Bolívia e Chile, adotado em 24 de julho de 1998. In. GARCIA, Eugenio Vargas. Diplomacia Brasileira e Política Externa: documentos históricos (1493-2008). Rio de Janeiro: Contraponto Editora, 2008, p.671-673.

Documentos relativos às visitas oficiais do presidente da República da Venezuela, Hugo Rafael Chávez Frías, ao Brasil, quando foram discutidas as relações bilaterais entre os dois países, o comércio bilateral, a integração energética e a cooperação amazônica, entre outros assuntos. LFL MRE II 99.05.06/1. Brasília – DF, 6-8 de maio de 1999, 115 páginas. Centro de Documentação (CPDOC) – Fundação Getúlio Vargas (FGV).

Relacionamento Brasil / Venezuela na área de energia. Ministério das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil. LFL MRE II 1999.05.06/1. Brasília – DF, 2 de setembro de 1999, p.2. Centro de Documentação (CPDOC) – Fundação Getúlio Vargas (FGV).

Avaliação das Relações Bilaterais. Ministério das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil. LFL MRE II 1999.05.06/1. Brasília – DF, 2 de setembro de 1999, p.7. Centro de Documentação (CPDOC) – Fundação Getúlio Vargas (FGV).

Integração Física. Ministério das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil. LFL MRE II 1999.05.06/1. Brasília – DF, 2 de setembro de 1999, p.13. Centro de Documentação (CPDOC) – Fundação Getúlio Vargas (FGV).

Comércio Bilateral. In. Ministério das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil. LFL MRE II 1999.05.06/1. Brasília – DF, 2 de setembro de 1999, p.9. Centro de Documentação (CPDOC) – Fundação Getúlio Vargas (FGV).

Relações Empresariais. Ministério das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil. **MRE II 1999.05.06/1**. Brasília – DF, 2 de setembro de 1999, p.1A1. Centro de Documentação (CPDOC) – Fundação Getúlio Vargas (FGV).

Declaração Presidencial de Caracas. Caracas, 6 de abril de 2000. In. SIC – Sistema de Consulta Integrado (Sistema de Atos Internacionais). Ministério das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil. Disponível em: http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/2000/b_23/ (acesso em 19/05/2012).

Acuerdo Bilateral Cuba-Venezuela. Firmado por el Comandante en Jefe Fidel Castro y el Presidente de Venezuela Hugo Rafael Chávez Frías. Dado en Caracas, a los 30 días del mes de octubre de año 2000. Disponível em <http://www.embajadacuba.com.ve/cuba-venezuela/convenio-colaboracion/> (acesso em 19/11/2012).

Declaração da Cidade de Quebec, abril de 2001. In. (Anexo III) CARDIM, Carlos Henrique & GUIMARÃES, Samuel Pinheiro (orgs). **VENEZUELA: Visões Brasileiras**. Brasília: Fundação Alexandre Gusmão, 2003, p.346-353.

Ley Orgánica de Hidrocarburos. República Bolivariana de Venezuela. Ministerio del Poder Popular de Petróleo y Minería. Caracas, Decreto N° 1.510. Gaceta Oficial, N° 37,323 – 13 de noviembre de 2001.

Ata do Recife. Reunião dos Presidentes da República Federativa do Brasil, Luis Inácio Lula da Silva, e da República Bolivariana da Venezuela, Hugo Rafael Chávez Frías. Recife, 25 de abril de 2003. In. Ministério das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/sala-de-imprensa/notas-a-imprensa/2003/04/25/reuniao-dos-presidentes-da-republica-federativa-do/?searchterm=Ata%20do%20Recife%202003>> (acessado em 25/05/2012).

Declaração Conjunta dos Senhores Presidentes da República Federativa do Brasil [Luiz Inácio Lula da Silva] e da República da Argentina [Néstor Kirchner]. Buenos Aires, 16 de outubro de 2003. Ministério das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil. **Divisão de Atos Internacionais** (DAI). Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/sala-de-imprensa/notas-a-imprensa/2003/10/16/declaracao-conjunta-dos-senhores-residentesda/?searchterm=Consenso%20de%20Buenos%20Aires%202003> (acesso em 12/10/2012).

Programa para la Consolidación de la Unión Aduanera y para el lanzamiento del Mercado Común “Objetivo 2006” p.1-13. Disponível em: <http://www.cscs.org/documentos-ccscs/participaci%C3%B3n-en-el-mercosur/6/49-recomendacion-0103-objetivo-2006?format=pdf> (acesso em 21/10/2012).

Se eu fosse venezuelano votaria em Hugo Chávez. Manifesto de Apoio ao Presidente Hugo Chávez. Caracas, 18 de julho de 2004. Disponível em: <<http://www.voltairenet.org/Intelectuais-e-politicos-do-Brasil>> (acessado em 9 de março de 2012).

Pedindo a nossos parceiros que pressionem a Venezuela sobre Granda e as Farc (na íntegra). Departamento de Estado dos Estados Unidos. In. *Venezuela deve ser pressionada. Folha de São Paulo*, São Paulo, 22 de janeiro de 2004, p.9, N° 27.688.

Acuerdo de Cooperación Energética de Caracas. Firmado entre los Presidente Nicanor Duarte Frutos (Paraguay) y Hugo Rafael Chávez Frías (Venezuela). Caracas, República Bolivariana de Venezuela, 18 de noviembre de 2004. In. **Ley N° 2616/2005 que aprueba el acuerdo de cooperación energética de Caracas, entre el gobierno de la República del Paraguay y el**

gobierno de la República Bolivariana de Venezuela. Asunción, Paraguay, 10 de junio de 2005.

Join Declaration Venezuela – Cuba. I Summit – Havana, Cuba – December 14th 2004. In. **Building an Inter-polar World (2004 – 2010). Summits.** Translated by Daniel Mompoin. Edited by Anahis Hernández Communication and Information of the Executive Secretariat of the ALBA-TCP, p.6-9.

Agreement between Venezuela and Cuba for the ALBA application. I Summit – Havana, Cuba – Decembre 14th, 2004, article 7th. In. **Building an Inter-polar World (2004 – 2010). Summits.** Translated by Daniel Mompoin. Edited by Anahis Hernández Communication and Information of the Executive Secretariat of the ALBA-TCP, p.10-14.

Acuerdo de Cooperación Energética de Caracas. Firmado por los Presidentes Tabaré Vázquez (Uruguay) y Hugo Rafael Chávez Frías (Venezuela). Montevideo, República Oriental del Uruguay. 2 de Marzo de 2005, p.1-5.

Final Declaration of the first meeting between Cuba and Venezuela for the application of the ALBA. II Summit – Havana, Cuba – April 27 and 28, 2005. In. **Building an Inter-polar World (2004 – 2010). Summits.** Translated by Daniel Mompoin. Edited by Anahis Hernández Communication and Information of the Executive Secretariat of the ALBA-TCP, p.18.

Projeto de Fortalecimento y Modernización del Sistema de Seguridad Pública. Gobierno de la República del Paraguay. **Nº del Proyecto: Atlas – 00039223.** Presentado al Programa de Desarrollo de las Naciones Unidas, Mayo de 2005. Disponível em: <http://pdba.georgetown.edu/Security/citizenssecurity/paraguay/documentos/pnud.pdf> (Acesso em 21/10/2012).

Comunidade Sul-Americana de Nações – Documentos. Cuzco, Peru. 8 de dezembro de 2004. In. GARCIA, Eugenio Vargas (org). **Diplomacia Brasileira e Política Externa: Documentos Históricos (1493-2008).** Rio de Janeiro: Contraponto Editora, 2008, p.715-716.

Documentos Suscritos entre la República Argentina y la República Bolivariana de Venezuela. Buenos Aires, 31 de Enero al 2 de Febrero de 2005. Disponível em: <http://www.amersur.org.ar/Integ/CCArVe.htm> (acesso em 13/11/2012).

Accession of Bolivia to ALBA. III Summit – Havana, Cuba – April 28th and 29th, 2006. In. **Building an Inter-polar World (2004 – 2010). Summits.** Translated by Daniel Mompoin. Edited by Anahis Hernández Communication and Information of the Executive Secretariat of the ALBA-TCP, p.20.

Nota a Imprensa: nacionalização do Petróleo e do Gás na Bolívia. Presidência da República Federativa do Brasil. 2 de maio de 2006. In. GARCIA, Eugenio Vargas (org). **Diplomacia Brasileira e Política Externa: Documentos Históricos (1493-2008).** Rio de Janeiro: Contraponto Editora, 2008, p.722.

Protocolo de Adesão da República Bolivariana da Venezuela ao MERCOSUL. Feito na cidade de Caracas, República Bolivariana da Venezuela, aos quatro dias do mês de julho de dois mil e seis, nos idiomas português e espanhol, sendo ambos os textos igualmente autênticos. In. **Divisão de Atos Internacionais (DAI).** Ministério das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil, p.4.

Memorando de entendimiento entre la Republica Bolivariana de Venezuela y los países miembros de la Comunidad Andina –Bolivia, Colombia, Ecuador y Peru. In. **Decisión N° 641:**

Aprobación del Memorando de Entendimiento suscrito entre los Países Miembros de la Comunidad Andina y la República Bolivariana de Venezuela. Lima – Perú, 8-9 de agosto de 2006. Disponível em << <http://www.comunidadandina.org/> >> (acessado em 30 de maio de 2012).

Resultado de la Elección Presidencial – 3 de diciembre de 2006. Consejo Nacional Electoral de la República Bolivariana de Venezuela.

Petróleo y Otros Datos Estadísticos – PODE, 2006. Cuadragésima Novena Edición. **Ministerio del Poder Popular para la Energía y Petróleo**. Caracas, Noviembre de 2008, p.217

Balance preliminar de las economías de América Latina y el Caribe. Comisión para América Latina y el Caribe – CEPAL. Nueva York: Publicación de las Naciones Unidas, 2007, p.71-102.

Discursos Presidenciais

Presidente José Sarney

Inauguração da Ponte Tancredo Neves. Fronteira Brasil-Argentina, 29 de novembro de 1985. In. **Discursos Seleccionados do Presidente José Sarney**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2008, p.35.

Presidente Carlos Andrés Pérez

Pronunciamento do Presidente da Venezuela, Carlos Andrés Pérez, em cadeia nacional. Caracas, 4 de Fevereiro de 1992.

Presidente Itamar Franco

Discurso do Senhor Presidente da República, Itamar Franco, na Primeira Sessão de Trabalho, em Assuntos Políticos, durante a VIII Cúpula Presidencial do Grupo do Rio. Santiago do Chile, 15 de outubro de 1993. In. **Discursos Seleccionados do Presidente Itamar Franco**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2008, p.25-28.

XIX Discurso do Senhor Presidente da República, Itamar Franco, por ocasião do almoço oferecido pelo Presidente da República da Venezuela, Dr. Rafael Caldeira. La Guaira, Venezuela, 4 de março de 1994. In. **Discursos Seleccionados do Presidente Itamar Franco**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2008, p.54.

Discurso do Senhor Presidente da República, Itamar Franco, por ocasião da VI Reunião do Conselho do Mercosul. Buenos Aires, Argentina, 5 de agosto de 1994. In. **Discursos Seleccionados do Presidente Itamar Franco**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2008, p.65-68.

Presidente Fernando Henrique Cardoso

Conferência do Excelentíssimo Senhor Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, sob o título “O impacto da globalização nos países em desenvolvimento”; realizada no Colégio do México. Cidade do México, 20 de fevereiro de 1996. In. **Discursos Seleccionados do Presidente Fernando Henrique Cardoso**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2009, p.31.

Presidente Luiz Inácio Lula da Silva

Discurso na Sessão de Posse, no Congresso Nacional. Brasília, 1º de janeiro de 2003. In. **Discursos Seleccionados do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva.** Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2008, p.7-18.

Discurso na XXIV Reunião de Cúpula do Mercosul. Assunção, 18 de julho de 2003. In. **Discursos Seleccionados do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva.** Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2008, p.30.

Presidente Hugo Rafael Chávez Frías

Breve discurso do tenente-coronel Hugo Rafael Chávez Frías em cadeia nacional. Caracas, 4 de Fevereiro de 1992.

Discurso del Presidente de la República Bolivariana de Venezuela, Hugo Chávez Frías, con motivo de la sesión inaugural de la IX Reunión Cumbre de Jefes de Estado y de Gobierno del Grupo de los 15. Montego Bay, Jamaica, 10 al 12 de febrero de 1999. In. 1999: **“Año de la refundación de la República”**. Selección de Discursos del Presidente de la República Bolivariana de Venezuela, Hugo Chávez Frías. Caracas: Ediciones de la Presidencia de la República, p.47-53.

Discurso del Presidente de la República Bolivariana de Venezuela, Hugo Chávez Frías, con motivo del Referéndum para convocar una Asamblea Nacional Constituyente. Palacio de Miraflores. Caracas, 24 de abril de 1999. In. 1999: **“Año de la refundación de la República”**. Selección de Discursos del Presidente de la República Bolivariana de Venezuela, Hugo Chávez Frías. Caracas: Ediciones de la Presidencia de la República, p.139-187.

Discurso del Presidente de la República Bolivariana de Venezuela, Hugo Chávez Frías, con motivo de la instalación de la Asamblea Nacional Constituyente. Palacio Federal Legislativo. Caracas. 5 de agosto de 1999. In. 1999: **“Año de la refundación de la República”**. Selección de Discursos del Presidente de la República Bolivariana de Venezuela, Hugo Chávez Frías. Caracas: Ediciones de la Presidencia de la República, p.273-310.

Discurso del Presidente de la República Bolivariana de Venezuela, Hugo Chávez Frías, con motivo del acto de salutación del año nuevo del cuerpo diplomático acreditado en Venezuela. Casa Amarilla. Caracas, 11 de enero de 2000. In. 2000: **“Año de la relegitimación de los poderes”**. Selección de Discursos del Presidente de la República Bolivariana de Venezuela, Hugo Chávez Frías. Caracas: Ediciones de la Presidencia de la República, p.13-18.

Discurso del Presidente de la República Bolivariana de Venezuela, Hugo Chávez Frías, con motivo del acto de participación de la instalación de la Comisión Legislativa Nacional. Palacio de Miraflores. Caracas. 1 de febrero de 2000. In. 2000: **“Año de la relegitimación de los poderes”**. Selección de Discursos del Presidente de la República Bolivariana de Venezuela, Hugo Chávez Frías. Caracas: Ediciones de la Presidencia de la República, p.35-42.

Discurso del Presidente de la República Bolivariana de Venezuela, Hugo Chávez Frías, con motivo de su intervención en la Cumbre de los 77. La Habana – Cuba. 13 de abril de 2000. In. 2000: **“Año de la relegitimación de los poderes”**. Selección de Discursos del Presidente de la República Bolivariana de Venezuela, Hugo Chávez Frías. Caracas: Ediciones de la Presidencia de la República, p.253-261.

Discurso del Presidente de la República Bolivariana de Venezuela, Hugo Chávez Frías, con motivo de informar al país sobre el viaje a los países de la Opep. Caracas, 16 de agosto de 2000. In. 2000: **“Año de la relegitimación de los poderes”**. Selección de Discursos del

Presidente de la República Bolivariana de Venezuela, Hugo Chávez Frías. Caracas: Ediciones de la Presidencia de la República, p.345-379.

Discurso del Presidente de la República Bolivariana de Venezuela, Hugo Chávez Frías, con motivo de la reunión del Sistema Andino de Integración. Banco Central de Venezuela. Caracas, 18 de agosto de 2000. In. 2000: “Año de la relegitimación de los poderes”. Selección de Discursos del Presidente de la República Bolivariana de Venezuela, Hugo Chávez Frías. Caracas: Ediciones de la Presidencia de la República, p.381-387.

Discurso del Presidente de la República Bolivariana de Venezuela, Hugo Chávez Frías, con motivo de su visita a la Universidad de Pernambuco. Universidad de Pernambuco, Recife, Brasil. 2 de septiembre de 2000. In. 2000: “Año de la relegitimación de los poderes”. Selección de Discursos del Presidente de la República Bolivariana de Venezuela, Hugo Chávez Frías. Caracas: Ediciones de la Presidencia de la República, p.439-459.

Discurso del Presidente de la República Bolivariana de Venezuela, Hugo Chávez Frías, con motivo del acto de inauguración de la interconexión hidroeléctrica entre Brasil y Venezuela. Santa Elena de Uáiren, estado Bolívar. 13 de agosto de 2001. In. 2001: “Año de las leyes habilitantes”. Selección de Discursos del Presidente de la República Bolivariana de Venezuela, Hugo Chávez Frías. Caracas: Ediciones de la Presidencia de la República, p.267-270.

Mensaje del Presidente de la República Bolivariana de Venezuela, Hugo Chávez Frías, con motivo de denunciar al país el plan insurreccional de la marcha opositora. Palacio de Miraflores. Caracas, 11 de abril de 2002. In. 2002: “Año de la resistencia antiimperialista”. Selección de Discursos del Presidente de la República Bolivariana de Venezuela, Hugo Chávez Frías. Caracas: Ediciones de la Presidencia de la República, p.247-275.

Mensaje del Presidente de la República Bolivariana de Venezuela, Hugo Chávez Frías, con motivo de la restitución de poderes. Palacio de Miraflores. Caracas, 14 de abril de 2002. In. 2002: “Año de la resistencia antiimperialista”. Selección de Discursos del Presidente de la República Bolivariana de Venezuela, Hugo Chávez Frías. Caracas: Ediciones de la Presidencia de la República, p.277-290.

Discurso del Presidente de la República Bolivariana de Venezuela, Hugo Chávez Frías, en el cual acepta la realización del referéndum presidencial y convoca a la campaña de Santa Inés. Despacho Presidencial, Palacio de Miraflores. Caracas, 3 de junio de 2004. In. 2004: “Año de la gran victoria popular y revolucionaria”. Selección de Discursos del Presidente de la República Bolivariana de Venezuela, Hugo Chávez Frías. Caracas: Ediciones de la Presidencia de la República, p.297-310.

Discurso del Presidente de la República Bolivariana de Venezuela, Hugo Chávez Frías, con motivo de la XXVII Reunión del Consejo del Mercado Común del Sur (MERCOSUR). Ouro Preto, Brasil, 17 de diciembre de 2004. In. 2004: “Año de la gran victoria popular y revolucionaria”. Selección de Discursos del Presidente de la República Bolivariana de Venezuela, Hugo Chávez Frías. Caracas: Ediciones de la Presidencia de la República, p.695-707.

Discurso del Presidente de la República Bolivariana de Venezuela, Hugo Chávez Frías, con motivo de la LX Asamblea General de la Organización de las Naciones Unidas (ONU). Sede de la ONU, Nueva York, Estados Unidos de América, 15 de septiembre de 2005. In. 2005: “Año del Salto Adelante”. Selección de Discursos del Presidente de la República Bolivariana de Venezuela, Hugo Chávez Frías. Caracas: Ediciones de la Presidencia de la República, p.479-486.

Discurso del Presidente de la República Bolivariana de Venezuela, Hugo Chávez Frías, al finalizar la marcha en apoyo a la política latinoamericana y caribeña contra el imperialismo. Avenida Urdaneta, Palacio de Miraflores. Caracas, 19 de noviembre de 2005. In. 2005: “**Año del Salto Adelante**”. Selección de Discursos del Presidente de la República Bolivariana de Venezuela, Hugo Chávez Frías. Caracas: Ediciones de la Presidencia de la República, p.621-657.

Discurso del Presidente de la República Bolivariana de Venezuela, Hugo Chávez Frías, para denunciar a la nación el golpe electoral e invitar al pueblo de Venezuela a que ejerza su derecho al voto en las próximas elecciones parlamentarias. Palacio de Miraflores. Caracas, 3 de diciembre de 2005. In. 2005: “**Año del Salto Adelante**”. Selección de Discursos del Presidente de la República Bolivariana de Venezuela, Hugo Chávez Frías. Caracas: Ediciones de la Presidencia de la República, p.669-695

Discurso del Presidente de la República Bolivariana de Venezuela, Hugo Chávez Frías, con motivo del Mensaje Anual a la Asamblea Nacional. Palacio Federal Legislativo. Caracas, 13 de enero de 2006, In. 2006: “**Año de la Participación y el Poder Popular**”. Selección de Discursos del Presidente de la República Bolivariana de Venezuela, Hugo Chávez Frías. Caracas: Ediciones de la Presidencia de la República, p.31-104.

Discurso del Presidente de la República Bolivariana de Venezuela, Hugo Chávez Frías, con motivo de recibir el Premio Internacional de la Unesco “José Martí”. Plaza de la Revolución, La Habana, Cuba. 3 de febrero de 2006. In. 2006: “**Año de la Participación y el Poder Popular**”. Selección de Discursos del Presidente de la República Bolivariana de Venezuela, Hugo Chávez Frías. Caracas: Ediciones de la Presidencia de la República, p.185-213.)

Discurso del Presidente de la República Bolivariana de Venezuela, Hugo Chávez Frías, con motivo del acto de instalación de la 141ª Reunión Extraordinaria de la Conferencia Ministerial de la Opep. Salón Simón Bolívar, sede Menpet-PDVSA, La Campiña. Caracas, 1º de junio de 2006. In. 2006: “**Año de la Participación y el Poder Popular**”. Selección de Discursos del Presidente de la República Bolivariana de Venezuela, Hugo Chávez Frías. Caracas: Ediciones de la Presidencia de la República, p.307-326.

Discurso del Presidente de la República Bolivariana de Venezuela, Hugo Chávez Frías, con motivo de la firma del Protocolo de Adhesión de la República Bolivariana de Venezuela al Mercado Común del Sur (MERCOSUR). Complejo Cultural Teresa Carreño. Caracas, 4 de julio de 2006. In. 2006: “**Año de la Participación y el Poder Popular**”. Selección de Discursos del Presidente de la República Bolivariana de Venezuela, Hugo Chávez Frías. Caracas: Ediciones de la Presidencia de la República, p.381-391.

Discurso del Presidente de la República Bolivariana de Venezuela, Hugo Chávez Frías, con motivo de la LXI Asamblea General de la Organización de las Naciones Unidas. Sede de las Naciones Unidas. Nueva York, Estados Unidos, 20 de septiembre de 2006. In. 2006: “**Año de la Participación y el Poder Popular**”. Selección de Discursos del Presidente de la República Bolivariana de Venezuela, Hugo Chávez Frías. Caracas: Ediciones de la Presidencia de la República, p.469-476.

Discurso del Presidente de la República Bolivariana de Venezuela, Hugo Chávez Frías, con motivo del lanzamiento de la Revolución Energética. Comunidad Espinal, Municipio Antonio Díaz. estado Nueva Esparta, 17 de noviembre de 2006. In. 2006: “**Año de la Participación y el Poder Popular**”. Selección de Discursos del Presidente de la República Bolivariana de Venezuela, Hugo Chávez Frías. Caracas: Ediciones de la Presidencia de la República, p.599-630.

Discurso del Presidente de la República Bolivariana de Venezuela, Hugo Chávez Frías, luego de conocido el primer boletín del Consejo Nacional Electoral con resultados de las Elecciones Presidenciales. Balcón del Pueblo, palacio de Miraflores. Caracas, 3 de diciembre de 2006. In. 2006: “**Año de la Participación y el Poder Popular**”. Selección de Discursos del Presidente de la República Bolivariana de Venezuela, Hugo Chávez Frías. Caracas: Ediciones de la Presidencia de la República, p.685-693.

Livros

AHAMED, Abdelkader Sid. *Celso Furtado e o desenvolvimento a partir da exportação de recursos naturais não renováveis.* In. FURTADO, Celso. **Ensaio sobre a Venezuela: subdesenvolvimento com abundância de divisas.** Rio de Janeiro: Contraponto: Centro Internacional Celso Furtado, 2008, p.157-168.

AZEREDO, Mauro Mendes de. *A crise da democracia venezuelana. Relações com os Estados Unidos.* In. CARDIM, Carlos Henrique & GUIMARÃES, Samuel Pinheiro (orgs). **VENEZUELA: Visões Brasileiras.** Brasília: Fundação Alexandre Gusmão, 2003, pp. 111-155.

BARBOSA, Rubens. *MERCOSUL e a integração regional.* São Paulo: Fundação Memorial da América Latina, 2010.

BARROS, Pedro Silva. *Venezuela: mudanças e perspectivas – A razão chavista.* In: CARMO, Corival Alves (org). **Prêmio América do Sul 2007: Venezuela; mudanças & perspectivas.** Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2007, p.59-115.

CARDOSO, Fernando Henrique. *Discursos Seleccionados do Presidente Fernando Henrique Cardoso.* Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2009.

CERVO, Amado Luiz. *A política exterior da Argentina: 1945-2000.* In. GUIMARÃES, Samuel Pinheiro (Org). **Argentina: visões brasileiras.** Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2000, p.11-88.

_____. *A Venezuela e seus vizinhos.* In: CARDIM, Carlos Henrique & GUIMARÃES, Samuel Pinheiro (orgs). **VENEZUELA: visões brasileiras.** Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2003, p. 157-180.

_____. *Relações Internacionais da América Latina: velhos e Novos Paradigmas.* 2ª Edição. São Paulo: Editora Saraiva, 2007.

DONGHI, Tulio Halperin. *História da América Latina.* Tradução: Carlos Nelson Coutinho. 4ª Edição. 1ª Reimpressão. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 2011.

DUPAS, Gilberto & OLIVEIRA, Marcelo Fernandes. *A união sul-americana de nações: oportunidades econômicas e entraves políticos.* In: AYERBE, Luis Fernando. **Novas lideranças políticas e alternativas de governo na América do Sul.** São Paulo: Editora Unesp, 2008, p.235-264.

EPSTEYN, Juan Claudio & JATOBÁ, Daniel. *A Argentina nos primeiros cinco anos do Século XXI: crise, transição e transformação.* In. LIMA, Maria Regina Soares & COUTINHO, Marcelo (Orgs). **Agenda sul-americana: mudanças e desafios no início do século.** Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2007, p.31-67.

ERTHAL, Juliana & VILLANO, Juliana. *Uruguai: entre a estabilidade institucional e a dependência externa.* In. LIMA, Maria Regina Soares & COUTINHO, Marcelo (Orgs). **Agenda**

sul-americana: mudanças e desafios no início do século. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2007, p.315-340.

EWELL, Judith. *Venezuela, 1930-1990*. In: BETHELL, Lelie (org). **Historia de América Latina: los países andinos desde 1930**. Traducción: Jordi Beltrán. Barcelona: Editorial Crítica, 2002, p.301-356.

FRANCO, Itamar. *Discursos Seleccionados do Presidente Itamar Franco*. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2008.

FURTADO, Celso. *Ensaio sobre a Venezuela: subdesenvolvimento com abundância de divisas*. Rio de Janeiro: Contraponto: Centro Internacional Celso Furtado, 2008.

GARCIA, Eugenio Vargas (Organizador). *Diplomacia Brasileira e Política Externa: documentos históricos (1493-2008)*. Rio de Janeiro: Contraponto Editora, 2008.

GONÇALVES, Williams. *Análise de aspectos da Argentina contemporânea*. In. **Seminário América do Sul**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2008, p.89-112.

_____. *História das Relações Internacionais*. In. LESSA, Mônica Leite & GONÇALVES, Williams (Orgs). **História das Relações Internacionais: teoria e processos**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2007, p.13-41.

GOTT, Richard. *À SOMBRA DO LIBERTADOR: Hugo Chávez e a transformação da Venezuela*. 1ª Edição. Tradução: Ana Corbisier. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

JONES, Bart. *Hugo Chávez: da origem simples ao ideário da Revolução permanente*. Tradução: Rodrigo Castro. São Paulo: Editora Novo Conceito, 2008.

LEITE, Iara & FLORES, Fidel Pérez. *Refundações, conflito e polarização na Venezuela de Chávez*. In: LIMA, Maria Regina Soares & COUTINHO, Marcelo (orgs). **Agenda sul-americana: mudanças e desafios no início do século**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2007, p.341-374.

LEMGRUBER, Sílvia. *Paraguai: transição inconclusa e integração reticente*. In. LIMA, Maria Regina Soares & COUTINHO, Marcelo (orgs). **Agenda sul-americana: mudanças e desafios no início do século**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2007, p.245-275.

LULA DA SILVA, Luiz Inácio. *Discursos Seleccionados do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva*. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2008,

MARINGONI, Gilberto. *A revolução venezuelana*. São Paulo: Editora Unesp, 2009.

NEVES, Rômulo Figueira. *Cultura política e elementos de análise da política venezuelana*. Dissertação (Mestrado). Instituto Rio Branco – Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão – FUNAG, 2010.

PEREIRA, Lia Valls. *Comércio exterior e política comercial da Venezuela*. In. CARDIM, Carlos Henrique & GUIMARÃES, Samuel Pinheiro (orgs). **VENEZUELA: Visões Brasileiras**. Brasília: Fundação Alexandre Gusmão, 2003, pp. 221-246.

ROMERO, Carlos. *Venezuela: uma integração complexa*. São Paulo: Fundação Memorial América Latina, 2008 – Coleção Cadernos América Latina.

SARAIVA, José Flávio Sombra. *História das relações internacionais: o objeto de estudo e a evolução do conhecimento*. In: SARAVIA, José Flávio Sombra (org). **História das Relações Internacionais Contemporâneas**: da sociedade internacional do século XIX à era da globalização. São Paulo: Saravia, 2008, p. 7-40.

SARNEY, José. *Discursos Selecionados do Presidente José Sarney*. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2008.

SERBIN, Andrés. *Chávez, Venezuela y la reconfiguración política de América Latina y el Caribe*. Siglo XXI Editora Iberoamericana S/A, 2010.

SILVA, Francisco Carlos Teixeira. *Chávez sem uniforme: um prefácio brasileiro* (prefácio). In: MERCANO, Cristina & BARBOSA, Alberto. **Hugo Chávez sem uniforme: uma história pessoal**. Tradução: Marcos Santarrita. Rio de Janeiro: Gryphus, 2006.

SOARES, Maria Susana Arrosa. *O Paraguai: um país desconhecido*. In: **América do Sul**. “II Conferência Nacional de Política Externa e Política Internacional – CNPEPI”. Rio de Janeiro, 30 de março de 2007. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2008, p.63-86.

STEIN, Stanley & STEIN, Barbara. *A herança colonial da América Latina: ensaios de dependência econômica*. 3ª Edição. Tradução: José Fernandes Dias. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

UCHOA, Pablo. *Venezuela: a encruzilhada de Hugo Chávez*. São Paulo: Editora Globo, 2003.

VALENTE, Leonardo. *A política externa venezuelana no século XXI – novos olhares, antigas amarras e a integração sul-americana como a principal saída para o desenvolvimento*. In: CARMO, Corival Alves (org). **Prêmio América do Sul 2007: Venezuela; mudanças & perspectivas**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2007, p.119-161.

VILLA, Rafael Duarte & VIANA, Manuela Trindade. *A ascensão de Uribe na Colômbia: segurança interna e aliança estratégica com os Estados Unidos na construção do Estado-nação*. In: AYERBE, Luis Fernando (org). **Novas lideranças políticas e alternativas de governo na América do Sul**. São Paulo: Editora Unesp, 2008, p.153-181.

VIZENTINI, Paulo Fagundes. *Relações internacionais do Brasil: de Vargas a Lula*. 3ª Edição. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2008.

WEBER, Max. *Os três tipos puros de dominação legítima*. In: **Coleção Grandes Cientistas sociais**. 3ª Edição. São Paulo: Editora Ática, 1986.

YERGIN, Daniel. *O petróleo: uma história mundial de conquistas, poder e dinheiro*. Tradução: Leila Marina U. Di Natale, Maria Cristina Guimarães, Maria Christina L. de Góes. São Paulo: Editora Paz & Terra, 2010.

Artigos Científicos

BARROS, Pedro Silva. *Chávez e Petróleo: uma análise da nova política econômica venezuelana*. In: **Cadernos PROLAM/USP** (ano 5 – vol.2 – 2006), p.209-237.

BORDA, Dionisio. *Paraguay, una marcha lenta: situación y perspectiva económica*. In: **Revista Diplomacia, Estrategia y Política** – DEP, N° 7, julio-septiembre de 2007. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, p.165-181.

BOTELHO, João Carlos Amoroso. *De onde veio e o que está em torno do fenômeno Chávez*. In. **Revista Brasileira de Ciência Política**, N^o1. Brasília, janeiro-junho, 2009, p.331-357.

CAMARGO, Sonia. *Mercosul: crise de crescimento ou crise terminal*. In. **Revista Lua Nova**. São Paulo: 2006, n^o68, p.57-96.

CERVO, Amado Luiz. *Relações Internacionais do Brasil: um balanço da era Cardoso*. In. **Revista Brasileira de Política Internacional**. 45 (1): 5-35 [2002]

CHASQUETI, Daniel. *Uruguay: éxitos y dilemas del gobierno de izquierda*. In. **Revista de Ciencia Política**. Volumen Especial. Universidad de la República, 2007, p.249-263.

ESPÓSITO NETO, Tomaz. *O tortuoso caminho da cooperação entre Brasil e Argentina: de Itaipu ao Mercosul*. In. SIMPÓSIO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS SAN TIAGO DANTAS, 2, 2009, São Paulo. *Anais*. São Paulo, 2009, p.1-25.

HOFFMANN, Andrea Ribeiro. *Avaliando a influência das organizações regionais de integração sobre o caráter democrático dos regimes de seus Estados-partes: o caso do Mercosul e o Paraguai*. In. **Cena Internacional – Revista de Análise em Política Internacional**. Ano 7, N^o2. Brasília: 2005, p. 83-92.

IZERROUGENE, Bouzid. *Os obstáculos à integração de economias desiguais: o caso do Mercosul*. In. **Cadernos PROLAM/USP** (ano 7 – Vol.2 – 2007), p.125-167.

KFURI, Regina & LAMAS, Bárbara. *Entre o Mercosul e os EUA: as relações externas do Paraguai*. In. **Observatório Político Sul-Americano – OPSA**. Observador On-Line. Rio de Janeiro, v.2, n. 9, setembro de 2007, p.20.

MALAMUD, Carlos. *La salida venezolana de la Comunidad Andina de Naciones y sus repercusiones sobre la integración regional*. In. **Real Instituto Elcano, América Latina – ARI** N^o 54/2006. Disponible << http://www.realinstitutoelcano.org/analisis/970/970_Malamud.pdf >> (acceso en 20/05/2012).

MERENTES, Nelson. *La actual fase de crecimiento de la economía venezolana*. In. **Revista Diplomacia, Estrategia y Política – Julio/Septiembre**, 2007, p.231-249.

PALERMO, Vicente. *Papeleras: las castañas siguen en el fuego*. In. **Revista Nueva Sociedad**, N^o 208, marzo-abril de 2007, p1-14.

RODRÍGUEZ, Isaías. *El Estado de derecho y de justicia social en el marco de la Alternativa Bolivariana para la América y el Caribe – ALBA*. In. **Revista Diplomacia, Estrategia y Política – Octubre/Diciembre**, 2007, 224-236.

ROMERO, Carlos. *A política externa da Venezuela bolivariana*. In. **Plataforma Democrática**, Working Paper N^o 4, Julio de 2010, p.36.

_____ & CURIEL, Claudia. *Venezuela: política exterior y rentismo*. In. **Cadernos PROLAM/USP** (Ano 8 – vol.1 – 2009), p.39-61.

SEITENFUS, Ricardo. *O Mercosul e a penhora da Casa*. In. **Revista Estudos Avançados – USP**. 19 (55), 2005, p.75-84.

URRUTIA, Edmundo Gonzáles. *Las relaciones de Brasil con Venezuela: de la desconfianza a la alianza estratégica*. In. **Plataforma Democrática**. Working Paper N^o 15, Julio de 2011, p.24.

VALENTE, Leonardo. *A política externa da Venezuela no governo Chávez: convivência entre revisionismo e legado*. In: **Preparado para apresentação no Congresso de 2010 da LASA (Latin American Studies Association)**. Toronto, Canada, de 6 a 9 de outubro de 2010, p17.

VILLA, Rafael Duarte. *A política externa venezuelana de Chávez para a América do Sul: entre a ideologização das identidades e as necessidades do pragmatismo*. In: **Observatório Político Sul-Americano – OPSA/IUPERJ**. Rio de Janeiro: Análise de Conjuntura, N^o 10, outubro de 2007, p.1-31.

_____. *Corrida armamentista ou modernização de armamentos na América do Sul: estudo comparativo dos gastos militares*. In: **Observatório Político Sul-Americano – OPSA/IUPERJ**. Rio de Janeiro, 2008, p.1-54.

_____. *Venezuela: mudanças políticas na era Chávez*. In: **Estudos Avançados USP**, N^o55, volume: 19. São Paulo: setembro-dezembro de 2005, pp. 153-172.

Matérias Jornalísticas

Mercosul (editorial). **Folha de São Paulo**, São Paulo, 27 de março de 1991, p.2, N^o 22.638.

CHIARETI, Marco. *Tratado de Assunção prevê mercado comum*. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 27 de março de 1991, p.11, N^o 22.638.

ROSSI, Clóvis. *Solução acentua ânimo para aprovar impeachment*. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 24 de abril de 1996, p.16, N^o 24.493.

MALBERGIER, Sérgio. *Relacionamento com o Brasil vive momento de “explosão”*. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 5 de dezembro de 1998, p. 8, N^o 25.447

MALBERGIER, Sérgio. *EUA admite conceder visto a Chávez*. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 8 de dezembro de 1998, p.12, N^o 25.449.

Presidente eleito se reúne com FHC. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 15 de dezembro de 1998, p.16, N^o 25.458.

LINS E SILVA, Carlos Eduardo. *Chávez e Fidel roubam a cena durante encontro*. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 29 de junho de 1999, p.6, N^o 25.694.

EUA dizem estar muito preocupados. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 27 de agosto de 1999, p. 12, N^o 25.713.

ANDRADE, Patrícia. *Chávez explica sua ‘revolução’ a FHC*. **Folha de São Paulo**, 5 de setembro de 1999, p.13, N^o 25.722.

Constituinte e Congresso assinam acordo. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 10 de setembro de 1999, p.15, N^o 25.727.

NATALI, João Batista. *Chávez executa, por etapas, um “golpe legal”*. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 16 de dezembro de 1999, p. 15, N^o 25.824.

CANTANHÊDE, Eliane. *Chávez será reeleito, diz analista*. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 4 de abril de 2000, p.12, N^o 25.934.

Chávez sobe salários em mês eleitoral. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 30 de abril de 2000, p. 20, N^o 25.960.

CANTANHÊDE, Eliane. *Chávez anuncia investimentos em obras*. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 1 de agosto de 2000, p. 14, N° 26.053.

FARHA, Paulo Daniel. *Chávez rompe o isolamento de Saddam*. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 10 de agosto de 2000, p. 17, N° 26.062.

Bush chama embaixadora em Caracas. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 2 de novembro de 2001, p.19, N° 26.511.

Para EUA, Chávez deve 'aprender lição'. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 15 de abril de 2002, p.10, N° 26.675.

AITH, Marcio. *Reempossado, Chávez pede 'reconciliação'*. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 15 de abril de 2002, p.8, N° 26.675.

KRUGMAN, Paul. *Atitude dos EUA foi tola*. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 17 de abril de 2002, p.14, N° 26.677.

SOLIANI, André. *Lula e Duhalde planejam criar 'moeda do Mercosul'*. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 15 de janeiro de 2003, p.5, N° 26.950.

CANTANHEDE, Eliane & SOLIANI, André. *Chávez recua e diz aceitar Grupo de Amigos*. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 19 de janeiro de 2003, p.13, N° 26.954.

Chávez vence, diz pesquisa de jornal opositor. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 31 de julho de 2004, p.12, N° 27.513.

HOBBSAWM, Eric (em entrevista). *Fiasco neoliberal produziu Chávez, diz Hobsbawm*. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 15 de agosto de 2004, p.28, N° 27.529.

MAISONNAVE, Fabiano. *Vitorioso, Chávez festeja e ironiza oposição*. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 17 de agosto de 2004, p.9, N° 27.530.

ROSSI, Clóvis. *EUA querem conter influência de Chávez*. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 15 de março de 2005, p.11, N° 27.749.

Argentina adverte Chávez sobre armas. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 1º de abril de 2005, p.14, N° 27.757.

VILA-NOVA, Carolina. *70,5% dos venezuelanos aprovam Chávez*. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 3 de maio de 2005, p.13, N° 27.788.

GARCIA, Marco Aurélio (em entrevista). *Cúpula sul-americana é esvaziada*. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 29 de setembro de 2005, p.13, N° 27.938.

CONSTANTINO, Luciana. *Em discurso, Lula faz defesa de Chávez*. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 30 de setembro de 2005, p.16, N° 27.939.

Chávez compra US\$ 3bi da Rússia em aeronaves militares. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 28 de julho de 2006, p.16, N° 28.240.

Entre denúncias de fraude ou golpe, polarização explode. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 1º de dezembro de 2006, p.14, N° 28.336.

Ex-presidente diz que cogitou guerra com a Argentina. Folha de São Paulo, São Paulo, 13 de Outubro de 2011, p.15, N° 30.143.

Documentários e outros Bancos de Dados

Documentário “*South of the Border*”. Directed by Oliver Stone, 2009.

<http://www.bancoex.gob.ve/web/> (Banco de Comércio Exterior)

<http://acervo.folha.com.br/> (Acervo do Jornal Folha de São Paulo)

<http://www.cne.gov.ve/web/index.php> (Sitio del Consejo Nacional Electoral de la República Bolivariana de Venezuela)

www.comunidandina.org (Site da Comunidade Andina de Nações)

http://www.opec.org/opec_web/en/ (Site da Organização dos Países Exportadores de Petróleo – OPEP)

<http://www.alianzabolivariana.org/> (Site da Alternativa Bolivariana para os povos de nossa América – ALBA)